



ANAIIS do 5º WORKSHOP DE GEOGRAFIA CULTURAL

*Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero:
Por uma Geografia da Diversidade*

17 a 19 de agosto de 2022

Universidade Federal de Alfenas - MG

Evento Híbrido

geoculturalunifal.wordpress.com

ISBN: 978-65-86489-66-8

DOI: 10.13140/RG.2.2.18843.75046

Realização



Apoio





REALIZAÇÃO

Universidade Federal de Alfenas – MG - www.unifal-mg.edu.br

Programa de Pós-Graduação em Geografia – www.unifal-mg.edu.br/ppgeo

Curso de Geografia – Bacharelado e Licenciatura – www.unifal-mg.edu.br/geografia

Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais – GERES – www.unifal-mg.edu.br/geres

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Alfenas sites.google.com/site/agbalfenas

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves
(PPGEO UNIFAL-MG)

Comissão Científica

Antônio Ananias Nogueira Netto –
UNIFAL-MG

Diego Miranda Nunes – UFSM

Felipe da Silva Vieira – UERJ

Flávia Vieira Lourenço – UNIFAL-MG

Glaucione Raimundo – UNIFAL-MG

Jefferson Rodrigues de Oliveira –
NEPEC/UERJ

Jhonatan da Silva Corrêa – UNIFAL-
MG

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira – UESB

Mariana Romanzini Freire – UNIFAL-
MG

Renata Vieira de Melo – UFU

Roberto Mauro da Silva Fernandes –
UNIFAL-MG

Tamires Regina Aguiar de Oliveira
Cesar – UEPG

Vagner André Moraes Pinto – UEPG

Comissão Organizadora Local

Antônio Ananias Nogueira Netto

Flamarion Dutra Alves

Flávia Vieira Lourenço

João Vitor de Freitas

Mariana Romanzini Freire

Roberto Mauro da Silva Fernandes

Editoração dos anais: Flamarion
Dutra Alves

Editora da Universidade Federal de Alfenas – MG

ISBN: 978-65-86489-66-8

DOI: <http://dx.doi.org/10.13140/RG.2.2.18843.75046>

<https://geoculturalunifal.wordpress.com>

<https://www.facebook.com/5workshopgeocultural/>

<https://www.instagram.com/geoculturalunifal>

geoculturalunifal@gmail.com



PROGRAMAÇÃO

17/08/2022 – Quarta-feira

19:00 – 19:15 – Abertura Oficial

Diretor do Instituto de Ciências da Natureza – ICN

Vice-coordenador do PPGeo UNIFAL-MG

Coordenação do Curso de Geografia (Bacharelado e Licenciatura)

Diretora da AGB Alfenas

Coordenador do evento

19:15 – 21:00 – Mesa de Abertura



Geografia nos estudos de gênero: avanços e desafios

Profª. Drª. Jorgeanny de Fatima Rodrigues Moreira –
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Profª Drª. Ana Lúcia da Silva –
Universidade Federal de Alfenas –
MG – UNIFAL-MG

Mediação: Mariana Romanzini Freire e João Vitor de Freitas

Local: Canal PPGeo UNIFAL-MG

Youtube – <https://www.youtube.com/watch?v=BawvDx7Bv1I>

18/08/2022

14:00 – 17:00 – Mesa-Redonda

Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade

“Geografia de gênero: a trajetória e a importância das pesquisas sobre o tema” –
Mariana Romanzini Freire (PPGeo UNIFAL-MG)

“A importância social da discussão das relações étnico-raciais sob uma perspectiva geográfica” – Flávia Vieira Lourenço (PPGeo UNIFAL-MG)

“Mulheres e o Trabalho na Indústria do Bordado de Ibitinga-SP sob o Viés da Geografia Cultural” – João Vitor de Freitas (UNIFAL-MG)

“Sexualidade e Geografia: um tema emergente no contexto atual” – Antônio Ananias Nogueira Netto (PPGeo UNIFAL-MG)

Mediação – Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves (UNIFAL-MG)

Local: Auditório Prédio B – Unidade Santa Clara – UNIFAL-MG Alfenas/MG



19:00 – 21:00 – Mesa-Redonda



Gênero, Sexualidades e Territorialidades

Profª Drª Juliana Przybysz (UEPG)

Prof. Dr. Martin Ignacio Torres –
Universidade de Chile

Profª Drª Joseli Maria Silva
(UEPG)

Mediação: Antônio Ananias
Nogueira Netto

Local: Canal PPGeo UNIFAL-MG
Youtube –

<https://www.youtube.com/watch?v=vUHfdGGLsaw>

19/08/2022

13:30 – 17:30 – Apresentação de trabalhos

Google Meet – Lista dos trabalhos:

<https://geoculturalunifal.files.wordpress.com/2022/08/trabalhos-aprovados-no-5o-workshop-de-geografia-cultural.pdf>

19:00 – 21:00 – Mesa-Redonda



Relações étnico-raciais e Geografia:
cultura, identidade e conflitos

Profª. Drª Maria das Graças Silva
Nascimento Silva – Universidade
Federal de Rondônia – UNIR

Prof. Dr. Jonathan da Silva
Marcelino – Universidade de São
Paulo / SME – SP.

Prof. Rosemberg Aparecido Lopes
Ferracini – Universidade Federal do
Triângulo Mineiro – UFTM

Mediação: Flávia Vieira Lourenço

Local: Canal PPGeo UNIFAL-MG Youtube –

<https://www.youtube.com/watch?v=TUiYTWp3EfM>



SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Eixo-temático 1 - RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO TERRITORIAL.....	8
<i>SÃO JOÃO XANGÔ MENINO: INFLUÊNCIAS DO SINCRETISMO RELIGIOSO BAIANO NAS CANÇÕES INTERPRETADAS POR MARIA BETHÂNIA</i> - Mariana Bertozzi Moraes; Vinícius Lopes Vilas Boas.....	9
<i>GEOGRAFIA E A LEI 10.639, PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO ESCOLAR ANTIRRACISTA</i> - Alvanil Miranda de Souza.....	25
<i>HIBRIDISMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO</i> - Daniele Rosa da Silva; Gustavo Santana de Souza.....	35
<i>“DESSE AQUI QUE FAÇO CUMAAJI”: SABERES E SABORES DO POVO MACUXI, RR</i> - Paula Nardey Moriz de Vasconcelos ; Aline Luciano Cunha.....	45
<i>EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM UMA ESCOLA DA GRE METRO SUL – REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: LEI DE Nº 10.639/2003, CUMPRIMENTOS E DESDOBRAMENTOS</i> - Jenner Everton dos Santos; Susana Dainara Terto de Oliveira.....	59
<i>RACISMO E CIDADE: O APAGAMENTO DA POPULAÇÃO NEGRA EM JUIZ DE FORA</i> - Marcelo Henrique de Sá ; Crislaine Custódia Rosa.....	78
<i>EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NOS ANOS INICIAIS – UM PLANO DE AÇÃO</i> - Marcia Augusta dos Santos.....	91
Eixo-temático 2 – SEXUALIDADE, CORPOREIDADES, ESPACIALIDADES.....	105
<i>DIVERSIDADE CULTURAL: UM OLHAR SOBRE O NORDESTE E A PLURALIDADE CULTURAL</i> - Carlos Roberto Neves Chiaradia; Amanda Gomes do Crato.....	106
<i>ESPACIALIDADES OTAKU: UMA ANÁLISE SOBRE CORPOS FEMININOS NO CIBERESPAÇO</i> - Naomi André Cambará Barbosa; Benhur Pinós da Costa; Diego Miranda Nunes.....	121
<i>CORPOS LGBTQIAP+ EM JUIZ DE FORA - MG: EXPRESSÕES E INCORPORAÇÃO DOS ESPAÇOS DE VIVÊNCIA</i> - Charlley Freitas Campos; Mariana Gonsalves Nunes; Diogo Parreira Lapa	147



OS EFEITOS DA VIOLÊNCIA VERBAL E FÍSICA CONTRA TRANSEXUAIS NA ESCOLA PÚBLICA EM POÇÕES - BA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE SILENCIAMENTO E EXCLUSÃO ESCOLAR DESTA POPULAÇÃO - Matheus Nunes Godeiro de Freitas.....161

BEM VINDOS AO BAILE: O BALLROOM COMO SÍMBOLO DE IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO QUEER - Vinícios Nalin.....185

Eixo-temático 3 - GÊNERO E GEOGRAFIAS FEMINISTAS.....203

SOBRE ESPAÇOS, COTIDIANO E MEDO: UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL - Amanda Ribeiro Bezerra..204

A RELEVÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA EM HORTAS URBANAS NO RIO DE JANEIRO - RJ: UMA ANÁLISE BASEADA NAS PRÁTICAS DA AGROECOLOGIA E ETNOPEDOLOGIA - Liana Beatriz de Oliveira Carvalho; Gisele Barbosa dos Santos.....230

GÊNERO E TRABALHO NA PESCA ARTESANAL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PRESENÇA FEMININA - Daniela Feyh Wagner ; Eduardo Schiavone Cardoso.....247

GÊNERO E TRABALHO: REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO DAS MULHERES DENTRO DO CORPO DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG) - Gustavo de Oliveira Alexandre ; Rayssa Cristina Vieira Domingues 260

CAMPO CEGO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA CRÍTICA FEMINISTA - Daiene Silva Manske.....274

O PAPEL DA MULHER NA CONSTRUÇÃO DO CRISTIANISMO - Graciele Aparecida Cassiano.....288

Trabalhos selecionados no Boletim Alfenense de Geografia.....299



APRESENTAÇÃO

O 5º Workshop de Geografia Cultural foi uma iniciativa da turma do 7º período do Curso de Geografia Bacharelado, Licenciatura e de alunos do GERES/PPGEO da Universidade Federal de Alfenas-MG, sob orientação do Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves. Nessa quinta edição a temática foi “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”.

O evento teve como objetivo discutir temáticas emergentes na Ciência Geográfica, como as relações étnico-raciais, sexualidades e gênero à luz das concepções teórico-metodológicas da Geografia Cultural.

Entende-se essas temáticas como emergentes, pois são pesquisas recentes no contexto da história da Geografia, são assuntos que vão ganhar importância há poucas décadas, sendo mais presentes nos debates científicos nesse século. Por esse motivo, a preocupação em amadurecer os debates teórico-metodológico acerca dessas temáticas.

A Geografia Cultural, que valoriza as dimensões socioculturais, sejam elas numa perspectiva materialista, fenomenológica ou pós-estruturalista podem subsidiar as discussões sobre as relações étnico-raciais, sexualidades e gênero.

Ao total foram aprovados 29 trabalhos científicos, de todas as regiões do Brasil, demonstrando a inserção e desenvolvimento de estudos geográficos sobre as questões étnico-raciais, sexualidades e gênero. Estes trabalhos estarão aqui nos anais e no dossiê no Boletim Alfenense de Geografia, já as palestras e mesas-redondas foram transmitidas pelo Canal do PPGEO UNIFAL-MG no Youtube, estando disponível para visualização.

Dessa forma, o 5º Workshop de Geografia Cultural é um convite ao debate de temas que está em progresso na Ciência Geográfica.

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves
PPGEO UNIFAL-MG
Coordenador do evento



EIXO-TEMÁTICO 1

Relações étnico-raciais no contexto territorial



Introdução

Maria Bethânia Vianna Telles Velloso nasceu no ano de 1946 no município de Santo Amaro da Purificação, no recôncavo baiano, cidade que a cantora exaltaria, anos depois, com tanto carinho e nostalgia em suas interpretações. Sua trajetória na música teve início no ano de 1965, no período de formação da Música Popular Brasileira e sob o contexto da ditadura militar, época na qual o papel e a influência da música e da arte eram regularmente contestados pela sociedade e controlados pelo governo.

Desde então, Bethânia é considerada uma das cantoras mais expressivas da MPB, carregando de dramaticidade suas interpretações de músicas que se tornam clássicas em sua voz. Suas apresentações misturam música, teatro, literatura e pensamento, e a cada espetáculo, Bethânia demonstra maestria ao celebrar o cancionário e a crença popular entre boleros, baladas e canções.

Fé e devoção sempre foram elementos fundamentais na vida e na carreira de Maria Bethânia, que apesar de nascida em berço católico e devota à Nossa Senhora e Santa Bárbara, é também fiel ao Candomblé. Diversas das músicas eternizadas pela cantora falam de sua crença e constituem louvores, adorações, reverências, despedidas, clamores, tristezas, alegrias e agradecimentos aos santos e aos orixás.

Nesse sentido, ao utilizar da perspectiva cultural da Geografia, o presente trabalho tem por objetivo analisar o sincretismo religioso e a sua representação no interior de um grupo selecionado de canções interpretadas por Maria Bethânia.

Desenvolvimento

Tendo em vista que o objetivo do presente artigo é analisar o sincretismo religioso nas músicas interpretadas por Maria Bethânia à luz da Geografia Cultural, faz-se necessária a elucidação, mesmo de que maneira breve, da corrente cultural da Geografia e do conceito de sincretismo religioso.



A chamada virada cultural na Geografia, iniciada por volta da segunda metade da década de 1970, leva à revitalização dos estudos culturais na ciência Geográfica a partir dos anos 80. A cultura sempre esteve presente em diversas análises dos geógrafos humanos, podendo ser entendida, segundo Corrêa (1995), como o conjunto do que é transmitido e inventado, desde técnicas, atitudes, ideias ou valores, sendo composta por elementos materiais, sociais, intelectuais e simbólicos.

Com o fortalecimento da Geografia Cultural e a melhor compreensão do conceito de cultura, os estudos deste ramo da ciência geográfica passaram a incorporar as representações imaginárias do indivíduo, sempre aliados ao conceito de espaço. Assim, segundo Souza (2010), “os estudos da Geografia Cultural devem [...] reclamar por explicações que relacionem o meio geográfico com o homem através de suas atividades culturais”.

Segundo Souza (2010), dentre as atividades culturais encontra-se a religião, havendo por parte dos geógrafos uma preocupação em compreender a sua materialização no espaço, juntamente com os seus aspectos simbólicos – tendo em vista que a religião marca e reforça a identidade das pessoas diante um território –, representados por santuários, procissões religiosas, comemorações festivas etc. Assim, entende-se que, ao introduzir a religião nas análises geográficas, coloca-se no centro o homem e suas representações subjetivas, visando a compreensão de sua percepção e do imaginário imprimido no meio em que vive.

Ao abordar a religiosidade do estado da Bahia, defronta-se com um sincretismo religioso resultado da junção entre o Catolicismo e as religiões africanas. Tal junção decorre, segundo Costa (2019), da catequização forçada e rápida dos africanos escravizados no Brasil, cuja superficialidade permitiu a continuação da prática dos cultos africanos e a manutenção da sua língua materna, de seus líderes religiosos e de seus laços com a África devido à contínua chegada de escravizados no território.

A catequização forçada e a resistência dos escravizados, fez com que estes utilizassem os símbolos e santos católicos como máscaras que ocultassem a



permanência do culto às divindades afro, sendo a partir dessa confluência a origem das religiões afro-brasileiras, em que se justapõem divindades afro e santos cristãos, principalmente com relação às manifestações religiosas e comemorações festivas (COSTA, 2019; VALENTE, 1955). Exemplos desse sincretismo santológico e religioso são observados nos casos de Santa Bárbara e São João, associados à Iansã e Xangô, respectivamente, devido ao fato de suas comemorações se darem em meses equivalentes.

É nessa região, de tamanha efervescência cultural, que Maria Bethânia teve a sorte de nascer. Essa mescla de doutrinas é expressa na *música A Bahia Te Espera*, interpretada por Bethânia no álbum *Pássaro Proibido*, de 1976:

Oh! Bahia da magia dos feitiços e da fé
Bahia que tem tantas igrejas
E tem tanto candomblé para te buscar

Nossos saveiros já partiram para o mar iá iá
Eufrasia ladeira do sobradão
"Tá preparando seu candomblé
Velha Damasia da ladeira do mamão
Tá preparando o acarajé

Para te buscar
Nossos saveiros já partiram para o mar
Nossas morenas roupas novas vão botar
Se tu vieres irás provar o meu vatapá
Se tu vieres viverás nos meus braços
A festa de Iemanjá

Os costumes e crenças de todo o estado Bahia, incorporados aos tradicionalismos do município de Santo Amaro da Purificação fizeram-se presentes durante a infância e adolescência da cantora que, mesmo saindo de casa aos dezessete anos para se apresentar pela primeira vez no Rio de Janeiro, ainda é guiada pela paixão ao seu estado natal:

Adoro o Rio, moro aqui desde os 17 anos, mas sou louca pela Bahia. Lá tem a casa dos meus pais, em Santo Amaro, e eu tenho uma casa em Salvador. Linda, em cima da Baía de Todos os Santos, uma casa da cidade, tombada, simples. Minha irmã mais velha, que é muito



engraçada, disse: mas nem parece casa de cantora...
(MARIA BETHÂNIA, 1994).

Na música *Feita na Bahia*, composição de Roque Ferreira, presente no álbum *Encanteria* (2009), Bethânia celebra sua origem baiana:

Fui feita na Bahia
Num terreiro de Oxum
Os tambores sagrados
Bateram pra mim

Me banhei com guiné, alfazema e dandá
Defumei com quarô, benjoin
E de pano da costa
Batizei no Bonfim

A relação de nostalgia e de tamanho afeto com Santo Amaro é evidenciada em diversas músicas e entrevistas da cantora. O município é marcado pelo sincretismo religioso, sendo palco de importantes festividades católicas, como Festa da Nossa Senhora da Purificação, e de uma das mais importantes festas de Candomblé da Bahia, a chamada Festa do Bembé do Mercado, tombada como patrimônio imaterial do estado e que comemora a abolição da escravidão.

As especificidades culturais e religiosas de sua cidade de origem influenciaram Maria Bethânia por toda a sua vida e aparecem enraizadas na cantora, traduzindo-se nas músicas por ela interpretadas, como será evidenciado a seguir.

Por influência da mãe, popularmente conhecida como Dona Canô, Bethânia desde a infância frequentava o colégio católico da cidade e, seguindo a devoção da família, tinha grande apreço por Nossa Senhora da Purificação, padroeira de Santo Amaro. Sua relação com a Virgem Maria sempre fora de cumplicidade e proximidade, como a cantora viria a retratar em 2017, no documentário *Fevereiroiros*: “Nossa senhora tinha essa coisa de mãe, de mulher, de terrena, ‘terráquea’ (...), sou apegada a ela, acho que ela me ajuda demais”.

Segundo a cantora, a relação de intimidade que ela mantém com Nossa Senhora vem do medo nela implantado pelas freiras do colégio que frequentava



quando criança, que diziam que “Deus tudo via”. Em entrevista ao canal GNT, Maria Bethânia confessa que “Tudo meu é com ela (Nossa Senhora) porque não tenho muita coragem de falar com Deus” e acrescenta: “A fé, de algum modo, me dá limites e me abre portas. Posso tudo porque creio. E acho que é imprescindível na minha vida”.

Gravado por Bethânia em 2007, o álbum *Cânticos, Preces, Súplicas à Senhora dos Jardins do Céu* apresenta um repertório composto por canções, novenas, poemas, ladainhas e orações escolhidos com o "coração manso e feliz", conforme explica a cantora no encarte do disco, com o objetivo de reverenciar a figura feminina mais importante do catolicismo. Dentre outras 14 músicas, está *O Doce Mistério da Vida*:

Vive sempre conversando a sós comigo
Uma voz que eu escuto com fervor
Escolheu meu coração pra seu abrigo
E dele fez um roseiral em flor
Maria

Na música *Santo Antônio*, apresentada no show *Brasileirinho* em 2015, Bethânia mostra sua devoção ao santo católico, fazendo referência às festividades do mês de junho na Bahia, dedicadas a ele:

Que seria de mim meu Deus
Sem a fé em Antônio
A luz desceu do céu
Clareando o encanto
Da espada espelhada em Deus
Viva viva meu santo

Saúde que foge
Volta por outro caminho
Amor que se perde
Nasce outro no ninho
Maldade que vem e vai
Vira flor na alegria
Trezena de junho
É tempo sagrado
Na minha Bahia

A cantora é também devota de Santa Bárbara, que segundo a Igreja Católica foi uma jovem que se converteu ainda nos primeiros séculos e



considerada protetora contra tempestades e trovões. No sincretismo religioso baiano, Santa Bárbara é associada a Iansã (ou Oyá,), orixá feminino dos ventos e dos rios, responsável por controlar também as tempestades. Na *canção A Dona do Raio e do Vento*, interpretada por Bethânia no álbum *Carta de Amor* (2013), pode-se perceber a fusão entre a crença católica e do Candomblé:

O raio de Iansã sou eu
Cegando o aço das armas de quem guerreia
O vento de Iansã também sou eu
Que Santa Bárbara, santa que me clareia

Não conheço rajada de vento
Mais poderosa que a minha paixão
Quando o amor relampeia aqui dentro
Vira um corisco esse meu coração

Sou a casa do raio e do vento
Por onde eu passo é zunido, é clarão
E Iansã desde o meu nascimento
Tornou-se a dona do meu coração

Na música, Maria Bethânia também recita o poema *Procelária*, da poeta portuguesa Sophia Andresen. Do castelhano, ‘procela’ quer dizer tormenta e tempestade, o que a cantora associa à orixá Iansã. O poema, presente no livro *Geografia* (2014) está transcrito abaixo:

*É vista quando há vento e grande vaga
Ela faz o ninho no rolar da fúria
E voa firme e certa como bala*

*As suas asas empresta à tempestade
Quando os leões do mar rugem nas grutas
Sobre os abismos passa e vai em frente*

*Ela não busca a rocha o cabo o cais
Mas faz da insegurança a sua força
E do risco de morrer seu alimento*

*Por isso me parece imagem justa
Para quem vive e canta no mau tempo*



Outra canção na qual percebe-se a relação entre Santa Bárbara e Iansã é *Dia 4 de Dezembro*, interpretada por Bethânia no álbum *A Tua Presença...* (1971), que faz alusão à data em que a igreja católica comemora o dia da santa e o candomblé da orixá.

No dia 4 de dezembro
Vou no mercado levar
Na baixa do sapateiro
Flores pra santa de lá

Bárbara santa guerreira
Quero á você exaltar
É Iansã verdadeira
A padroeira de lá

Tirirê, tirirê, relampejou
Oh, tirirê, relampejou
Tirirê, tirirê, relampejou
Oh, tirirê, relampejou

O Candomblé e outras religiões de matriz-africana fazem-se presentes na vida da cantora também desde sua infância. Maria Bethânia retrata no documentário *Fevereiroiros* que gostava de ficar ouvindo o batuque do terreiro perto de sua casa em Santo Amaro e saía de casa escondido, enquanto a família dormia, para visitar a Mãe de Santo Dona Edith do Prato:

Porque eu ia no candomblé em Santo Amaro assim..., porque minha irmã Nicinha, babá, que deus a tenha, mais velha, de criação e a família era de candomblé, tinha casa de candomblé, Edith do Prato, ela era mãe de santo. Eu adorava ouvir. Eu ia pra festa do caboclo. Eu fugia às vezes de noite quando tinha candomblé, porque a gente dormia oito horas, interior, uma delícia. Eu deixava acalmar. Eu saía de fininho, que era logo na esquina e eu ficava olhando aqueles ritmos, pessoas dançando, santos chegando e eu achava aquilo uma coisa maravilhosa, mas distante (FEVEREIRO, 2017).

Porém, foi no começo da década de 1970 que Maria Bethânia iniciou sua trajetória de devoção no Candomblé quando, por intermédio do poeta Vinicius de Moraes, conheceu a mãe de santo Mãe Menininha do Gantois, uma das figuras religiosas mais importantes do Brasil e com a qual Bethânia construiria uma relação de admiração, proximidade e respeito. No espetáculo *Doces Bárbaros*,



em 1976, Maria Bethânia e Gal Costa interpretam a canção *Oração de Mãe Menininha*, composta por Dorival Caymmi:

Olorum quem mandou essa filha de Oxum
Tomar conta da gente e de tudo cuidar
Olorum quem mandou eô, ora iê iê ô
Ora iê iê ô

Ai, minha mãe
Minha mãe Menininha!
Ai, minha mãe Menininha do Gantois!

A estrela mais linda, hein
Tá no Gantois
O sol mais brilhante
Tá no Gantois
A beleza do mundo
Tá no Gantois
A mão da doçura, hein
Tá no Gantois
O consolo da gente, ai
Tá no Gantois
A Oxum mais bonita, hein
Tá no Gantois

Em entrevista à revista *Veja* em 1973, Bethânia compreende que os rituais do candomblé fizeram com ela se tornasse muito feliz e realizada, porque associa o candomblé às expressões corporais, devoção e festa (FLÓRIO, 2016):

A umbanda me decepcionou porque proíbe o sexo, proíbe o beijo, proíbe quase que a gente de ser humano. O Candomblé, não, aceita tudo – homossexualismo, castidade, tudo, desde que haja amor e honestidade. Aprendi que cada folha é um santo, cada riacho é um deus, cada árvore é uma divindade. E me estabilizei mais (REVISTA *VEJA*, 1973. p. 88).

Bethânia conta no documentário *Fevereiroiros* que foi no terreiro de Mãe Menininha que descobriu seus dois orixás regentes, ou seja, aqueles que, segundo a crença, exercem grande influência na vida e personalidade de seus “filhos”: “Eu sou de Iansã e Oxum”, expõe a cantora. Dessa maneira, as divindades aparecem em diversas músicas interpretadas pela cantora, como *Iansã*, do álbum *Drama*, de 1972:



Senhora das nuvens de chumbo
Senhora do mundo dentro de mim
Rainha dos raios, rainha dos raios
Rainha dos raios, tempo bom, tempo ruim

Eu sou um céu para as tuas tempestades
Um céu partido ao meio no meio da tarde
Eu sou um céu para as tuas tempestades

Deusa pagã dos relâmpagos
Das chuvas de todo ano
Dentro de mim

No mesmo documentário, Bethânia retrata o dia em que Mãe Menininha lhe disse: “Não tenha medo de nada, Iansã é a menina dos olhos de Oxum, se ela não puder ganhar Oxum defende ela”. Desde então, a cantora interpreta músicas que reverenciam a rainha das águas doces, como *Louvação À Oxum*, presente no disco *Olho D'Água* (1992):

Orarei a Oxum, que adoro Oxum
Sei que sim, xinguinxi comigo
Orarei a Oxum, que adoro Oxum
Sei que sim, xinguinxi comigo

Oxum que cura com água fresca
Sem gota de sangue
Dona do oculto, a que sabe e cala
No puro frescor de sua morada

Oh, minha mãe, rainha dos rios
Água que faz crescer as crianças
Dona da brisa de lagos
Corpo divino sem osso nem sangue

(...)

Eu saúdo quem rompe na guerra
Senhora das águas que correm caladas

Oxum das águas de todo som
Água da aurora no mar agora
Bela mãe da grinalda de flores
Alegria da minha manhã

(...)

Ipondá que se oculta no escuro
De longe me chega a cintilação de seus cílios
Oxum é água que aparta a morte
Oxum melhora a cabeça ruim, a yê yê orarei!
Bendita onda que inunda a casa do traidor



(...)

Oxum que eu bendigo na boca do dia
Oxum que eu adoro
Rica de dons, riqueza dos rios
Oxum que chamei, que não chamei
Adê-okô, senhora das águas

Apesar do apreço que confere a seus orixás, Bethânia também inclui no seu repertório canções que homenageiam outras divindades do Candomblé, como *As Ayabás*, do álbum *Pássaro Proibido* (1976), que faz referência a Iansã, Obá, deusa da guerra e do poder, e Euá (Ewá), conhecida como símbolo de beleza e sensualidade:

Iansã comanda os ventos
E a força dos elementos
Na ponta do seu florim
É uma menina bonita
Quando o céu se precipita
Sempre o princípio e o fim
Iansã comanda os ventos
E a força dos elementos
Na ponta do seu florim
É uma menina bonita
Quando o céu se precipita
Sempre o princípio e o fim

Obá - Não tem homem que enfrente
Obá - A guerreira mais valente
Obá - Não sei se me deixo mudo
Obá - Numa mão, rédeas, escudo
Obá - Não sei se canto ou se não
Obá - A espada na outra mão
Obá - Não sei se canto ou se calo
Obá - De pé sobre o seu cavalo
Obá - De pé sobre o seu cavalo
Obá - De pé sobre o seu cavalo
Obá - De pé sobre o seu cavalo
Obá - De pé sobre o seu cavalo
Obá - De pé sobre o seu cavalo
Obá - De pé sobre o seu cavalo

Euá, Euá
É uma moça cismada
Que se esconde na mata
E não tem medo de nada
Euá, Euá
Não tem medo de nada
O chão, os bichos
As folhas, o céu



Euá, Euá
Virgem da mata virgem
Virgem da mata virgem
Dos lábios de mel

Diversas músicas interpretadas por Bethânia fazem referência à Iemanjá, rainha do mar e mãe dos orixás. Sua figura mescla religiões africanas com a tradição católica, tendo em vista que o dia dois de fevereiro, dedicado à Rainha do Mar, também é dia de Nossa Senhora da Conceição.

A canção *Dois de Fevereiro*, composta por Dorival Caymmi e interpretada por Maria Bethânia, faz referência ao dia dedicado à Iemanjá, no qual uma multidão vestida de branco vai à praia e leva sua oferenda a ela, cantando músicas de devoção.

Dia dois de fevereiro
Dia de festa no mar
Eu quero ser o primeiro
A saudar Iemanjá

Eu mandei um bilhete pra ela
Pedindo pra ela me ajudar
Ela, então, me respondeu
Que eu tivesse paciência de esperar

O presente que eu mandei pra ela
De cravos e rosas vingou
Chegou, chegou, chegou
Afinal, que o dia dela chegou
Chegou, chegou, chegou
Afinal, que o dia dela chegou

Por fim, como último exemplo das tantas canções interpretadas por Bethânia nas quais o sincretismo religioso está evidenciado, pode-se citar também a música *São João, Xangô Menino*, presente em diversos álbuns da cantora. A canção faz alusão aos cultos à Xangô, Orixá africano associado a São João Batista no Brasil:

Meu pai, São João Batista, é Xangô
É o dono do meu destino até o fim
Se um dia me faltar a fé a meu senhor
Derrube essa pedreira sobre mim
Meu pai, São João Batista, é Xangô



Ai, Xangô, Xangô menino
Da fogueira de São João
Quero ser sempre o menino, Xangô
Da fogueira de São João

Céu de estrelas sem destino
De beleza sem razão
Tome conta do destino, Xangô
Da beleza e da razão

(Viva São João) viva o milho verde
(Viva São João) viva o brilho verde
(Viva São João) das matas de Oxóssi
(Viva São João)

Considerações Finais

Por sua íntima conexão ao lugar em cresceu, permeada de amor e devoção, Maria Bethânia traz, em grande parte das canções que interpreta, o sincretismo santológico e religioso baiano, relacionando crenças e divindades da Igreja Católica e de religiões de matriz africana.

A canção Carta de Amor, interpretada pela cantora, sintetiza seu vínculo com a fé, que representa um Brasil tolerante, onde se é capaz de cultivar santos de religiões tão distintas entre si.

Não mexe comigo
Que eu não ando só
Eu não ando só
Que eu não ando só
Não mexe não
Não mexe comigo
Que eu não ando só
Eu não ando só
Que eu não ando só

Eu tenho Zumbi, Besouro
O chefe dos tupis, sou tupinambá
Tenho os erês, caboclo boiadeiro, mãos de cura
Morubichabas, cocares, arco-íris
Zarabatanas, curares, flechas e altares
A velocidade da luz, o escuro da mata escura
O breu, o silêncio, a espera

Eu tenho Jesus, Maria e José
Todos os pajés em minha companhia



O menino Deus brinca e dorme nos meus sonhos
O poeta me contou

Entretanto, é de suma importância entender que tal junção tem origem de um regime escravista onde, em um processo que visou a perda de identidade, os africanos trazidos para o país viram-se inseridos numa catequização que, apesar de forçada, revelou-se superficial o bastante para permitir a permanência de sua cultura e a resistência de um povo sob os olhos da Igreja.

Referências

Artigos em Revistas

BESSA, Waldemberg Araújo. O Diálogo da Música, Literatura e Religião nas Interpretações de Maria Bethânia. **Língua e Letras**, [s. l.], v. 15, n. 28, p. 160-180, abr. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Dimensão Cultural do Espaço: alguns temas. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1- 21, 1995.

REVISTA VEJA. **Maria Bethânia de Iansã**. São Paulo. São Paulo: Abril, 1973.
PASSOS, Marlon Marcos Vieira. Maria Bethânia: os mitos de um orixá nos ritos de uma estrela. Dissertação de Mestrado. UFBA, 2008.

SOUZA, José Arilson Xavier de. Religião: um tema cultural de interesse geográfico. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral-CE, v. 12, n. 1, p. 69-80, 2010.

Filmes ou documentários

FEVEREIRO. Direção: Marcio Debellian. Produção: Marcio Debellian; Daniel Nogueira. Intérpretes: Caetano Veloso; Leandro Vieira; Mabel Velloso; Maria Bethânia *et al.* Roteiro: Marcio Debellian; Diana Vasconcellos. Fotografia: Miguel Vassy; Pedro von Krüger. Brasil: ArtHouse, 2017. Plataforma de *streaming* “Globoplay”. (75min).

Livros

BERTOZZI, Mariana; VILAS BOAS, Vinícius Lopes. São João Xangô Menino: influências do sincretismo religioso baiano nas canções interpretadas por Maria Bethânia. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. **Geografia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2014.

VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

Músicas

BETHÂNIA, Maria. A Bahia Te Espera. In: _____. **Pássaro Proibido**. [S. l]: Philips, 1976. CD.

_____. A Dona do Raio e do Vento. In: _____. **Carta de Amor**. [S. l]: Biscoito Fino, 2013. CD.

_____. As Ayabas. In: _____. **Pássaro Proibido**. [S. l]: Philips, 1976. CD.

_____. Carta de Amor. In: _____. **Oásis de Bethânia**. [S. l]: Biscoito Fino, 2012. CD.

_____. Dia 4 de Dezembro. In: _____. **A Tua Presença....** [S. l]: Philips, 1971. CD.

_____. Dois de Fevereiro. In: _____. **Maria Bethânia** [S. l]: Philips, 1969. CD.

_____. Feita na Bahia. In: _____. **Encanteria**. [S. l]: Biscoito Fino, 2009. CD.

_____. Iansã. In: _____. **Drama – Anjo Exterminado**. [S. l]: Philips, 1972. CD.

_____. Louvação à Oxum. In: _____. **Olho D'Água**. [S. l]: Polygram, 1992. CD.

_____. O Doce Mistério da Vida. In: _____. **Cânticos, Preces, Súplicas à Senhora dos Jardins do Céu**. [S. l]: Biscoito Fino, 2007. CD.

_____. Santo Antônio. In: _____. **Brasileirinho Ao Vivo**. [S. l]: Biscoito Fino, 2015. CD.

_____. São João, Xangô Menino. In: _____. **Brasileirinhos**. [S. l]: Biscoito Fino, 2003. CD.



COSTA, Gal; BETHÂNIA, Maria. Oração de Mãe Menininha. *In*: COSTA, Gal. **Meu nome é Gal**. [S.l.]: Polygram, 1988. CD.

Trabalhos apresentados em congressos

SILVA, Marlon de Souza. **Saravá, Bethânia! – A valorização das religiões afro-brasileiras na obra da cantora Maria Bethânia (1965-1978)**. *In*: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza, 2009. p. 1-9.

Trabalhos em anais de evento

COSTA, Maximiliano Gonçalves da. O sincretismo religioso no Candomblé. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO, 1., 2019, Goiás. **Anais [...]**. Goiás: UEG, 2019.

FLÓRIO, Marcelo. Representações da cidade de Santo Amaro da Purificação nas memórias de Maria Bethânia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 8., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. p. 1-14.

Sites

MARIA Bethânia e sua devoção por Nossa Senhora: 'Tudo meu é com ela'. [S. l.]: Canal Gnt, 2012. Son., color. Disponível em: <https://gnt.globo.com/programas/viver-com-fe/noticia/maria-bethania-e-sua-devocao-por-nossa-senhora-tudo-meu-e-com-ela.ghtml>. Acesso em: 18 mai. 2022.



Geografia e a Lei 10.639, para a construção de um currículo escolar antirracista

Geography and law 10.639, for the construction of an anti-racist school curriculum

Alvanil Miranda de Souza
alvanil.souza@sou.unifal-mg.edu.br
Mestre em Ciências Ambientais – UNIFAL Alfenas-MG
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6630-9527>

RESUMO

Situações de racismo são comuns no ambiente escolar; seja ela pública ou privada, a instituição de ensino convive diariamente com este problema. A Lei 10.639 é um importante instrumento na construção de um currículo que possa produzir uma educação antirracista; não só nas escolas de ensino básico, mas também na formação docente. A geografia é uma disciplina que, por sua abrangência nos estudos das relações sociais no espaço e suas transformações, consegue discutir amplamente sobre a história e a cultura afro-brasileira. O objetivo deste artigo é fazer uma breve revisão de trabalhos de autores/pesquisadores que tem como foco as questões étnico-raciais e o ensino.

Palavras-chave: Racismo, Educação, História afro-brasileira

ABSTRACT

Racism situations are common in the school environment; whether public or private, the educational institution lives with this problem daily. Law 10,639 is an important instrument in the construction of a curriculum that can produce an anti-racist education; not only in elementary schools, but also in teacher training. Geography is a discipline that, due to its scope in the studies of social relations in space and their transformations, manages to discuss extensively about Afro-Brazilian history and culture. The purpose of this article is to make a brief review of works by authors/researchers that focus on ethnic-racial issues and teaching.

Keywords: Racism, Education, Afro-Brazilian History



I INTRODUÇÃO

Para se buscar entender a formação da identidade do povo brasileiro sem dúvidas é necessário considerar as influências dos diferentes povos que, principalmente pela colonização ou pelo escravismo, construíram a “nação brasileira”. Negros, europeus e indígenas estão no centro de uma discussão do senso comum sobre a questão étnico-racial da “miscigenação”.

Segundo Cirqueira (2014) o debate de ideias mais comuns que buscava explicar a ideia de “nação brasileira”, girava por um lado entorno da crença de um país sem preconceitos raciais devido a miscigenação das três raças, e por outro, apesar desta miscigenação, existe no Brasil uma grande desigualdade étnico-racial; a perspectiva de uma Democracia Racial cai por terra diante de um história marcada pelo racismo, a expropriação e violência racial (CIRQUEIRA, 2014).

Em janeiro de 2003 foi promulgada a Lei 10.639, que torna obrigatório nas escolas de ensino básico o ensino da história e da cultura afro-brasileira; esta conquista é fruto da luta dos movimentos negros no Brasil. Com isso, esta lei se torna instrumento imprescindível na construção de uma educação voltada para a igualdade racial, na formação de valores livres do racismo (SANTOS, 2011). O ensino sobre o Continente Africano é essencial para compreensão de questões étnico-raciais, pois a cultura africana foi e é fundamental na construção social do Brasil (RIBEIRO, 2015).

A LEI 10.639 E O RACISMO NA ESCOLA

A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 foi concebida para que, através da obrigatoriedade da inclusão nos currículos escolares do ensino da história e da cultura afro-brasileira, a diversidade seja tema em salas de aula; uma conquista das lutas antirracistas lideradas pelo Movimento Negro Unificado no Brasil (MNU) (GONÇALVES, 2018). As lutas dos movimentos sociais de grupos socialmente discriminados (negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+) são essenciais para que seus anseios sejam traduzidos em leis; somente através de



instrumentos legais poderá se garantir o exercício dos seus direitos bem como a conscientização e a diminuição dos preconceitos.

Resultado de lutas em espaços de participação política, os direitos dos Quilombolas foram concretizados na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (ABRANTES, 2017).

A Constituição Federal de 1988 é um dos marcos legais que contribuiu para a afirmação da identidade afro (SANTOS, 2019). No Art. 215 ficam garantidos os direitos culturais e valorizações de suas manifestações; e no Art. 216 o reconhecimento de seus bens materiais e imateriais como patrimônio cultural (BRASIL, 1988):

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira[...] (BRASIL, 1988).

Fruto de uma luta de vários anos do movimento negro, dos educadores e dos militantes e ativistas da luta antirracista, a Lei 10.639 não se configura assim, como uma iniciativa única do poder público (PAULA, 2018). A referida lei traz no seu texto os seguintes pontos principais:

Art. 10 A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 10 O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 20 Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em



especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Podemos encontrar na literatura e em artigos científicos um grande número de pesquisas sobre a aplicação da Lei 10.639, sobretudo em relação aos saberes sobre a história da África e a cultura afro-brasileira, e a forma a serem abordados estes temas no currículo da educação básica. Introduzir as questões étnico-raciais em debates durante as aulas, contribui para a compreensão dos alunos sobre o seu papel como ator social na construção de uma sociedade menos racista (SANTOS, 2019).

No cotidiano escolar, em redes sociais e em outros espaços, virtuais ou não, ocupados por jovens em idade escolar, é comum nos depararmos com situações de exclusão social e de violência racial. As expressões racistas são muito comuns nestes meios, isto pode desencadear um processo de autodestruição e até mesmo de violência contra os outros por parte de quem é estigmatizado pelo seu tom de pele (KAPLAN; SZAPU, 2019).

Esse tipo de situação é muito comum no cotidiano escolar em forma de violência física e/ou simbólica; isto leva a evasão escolar, bem como um menor desempenho por parte dos estudantes negros em relação aos estudantes brancos (RATTS et al., 2018). As escolas acabam por ser um ambiente de reprodução das desigualdades nas diferenças étnicas e econômicas, desconhecem ou desconhecem o capital cultural dos estudantes, e a cultura negra negligenciada por uma violência simbólica (BOURDIEU, 1998).

A transformação pela educação tem como espaço favorável o ambiente escolar, com uma diversidade de raças, cultura e religiões, faz com que seja um ambiente de extrema importância na implementação da Lei 10.639 (GONÇALVES, 2018). Sobre isso podemos citar o pensamento de Munanga:

No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre



grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados (MUNANGA, 2005).

É necessário que se faça conhecer mais claramente as relações entre escola e estudantes para se combater o preconceito e o racismo, tema que necessita de maiores investigações através do incentivo a mais pesquisas publicadas na área; a escola precisa assumir seu papel de mediadora social no combate ao racismo (CARVALHO; FRANÇA, 2019).

A HISTÓRIA E A CULTURA AFRICANA PELA GEOGRAFIA

Tendo como objeto de estudos as relações humanas no espaço, a geografia nos traz a compreensão de mundo, e mais, o nosso posicionamento diante do mundo; conhecer a geografia é saber sua posição na reconstrução da sociedade, e com a ajuda da Lei 10.639, uma sociedade mais justa e livre das exclusões raciais.

Os conhecimentos de geografia começam a serem trabalhados nos anos iniciais do ensino básico abordando o espaço vivido do aluno, fazendo com que se compreenda a relação de mundo como um todo com o seu mundo vivido (SANTOS, 2010).

O continente africano é o território das primeiras civilizações, consequentemente das primeiras formas de organização no espaço; portanto o estudo da relevância histórico-geográfica do início da humanidade é um tema de grande abrangência na geografia. Para que a África não continue sendo equivocadamente compreendida como “país”, cabe a ciência geográfica incentivar os estudos e publicações bibliográficas à respeito das geografias africanas e da cultura afro-brasileira (MENDES; RATTS, 2019).

As relações étnico-raciais estão presentes em praticamente todo conteúdo pensado e problematizado pela geografia no currículo escolar. Construir um pensamento crítico é função desta disciplina; compreender a história africana é promover a construção da cidadania e do posicionamento frente ao racismo,



conteúdos que não podem ser negligenciado pela organização da escola (SOUZA; SANTOS, 2020).

Quando se fala na escola como educadora/formadora de cidadãos, devemos ressaltar a importância da ciência geográfica para analisar e compreender as relações e as transformações ocorridas no espaço, podendo contribuir na desconstrução dos preconceitos nas interpretações sócio espaciais (SANTOS, 2019).

As características étnicas e culturais de diferentes grupos sociais estão marcadamente presentes no ambiente da escola; produzir uma geografia crítica e, portanto, transformadora é uma função social da educação escolar. A desconstrução da visão eurocêntrica de mundo, não só nos saberes sobre o continente africano, mas também em uma perspectiva etnocultural dos vários grupos sociais, contempla negros, indígenas, mulheres e LGBTQIA+.

GEOGRAFIA ACADÊMICA

O desafio de se educar diante de tantas diversidades presentes na sala de aula do ensino básico e superior, poder reconhecer os anseios dos grupos socialmente excluídos e ainda conviver com os constantes questionamentos à educação formal, é tarefa árdua.

Na formação do docente é preciso levar em conta a sua própria vivência, sua história de vida; é necessário que os cursos de licenciatura e as pós graduações considerem uma tripla dimensão da formação na docência: a teoria, os saberes da experiência e a subjetividade (DINIZ, 2012).

Os professores como responsáveis no processo de ensino-aprendizagem, necessitam de um preparo capaz de lhes proporcionar as habilidades necessárias para formação de profissionais na área educacional; e que estes atendam às necessidades da diversidade étnico-racial dos alunos:

Formar docentes capazes de concretizar as diretrizes em processos de ensino-aprendizagem que promovam uma educação baseada no respeito à diferença, à pluralidade étnico-racial e voltada para



a valorização das diversas identidades é não apenas uma demanda legal, mas um compromisso cívico (COELHO, 2018).

Tendo como base a Lei 10.639 que se aplica a todas as disciplinas do currículo escolar, a Geografia, Bacharelado e Licenciatura, possui uma grande abrangência de saberes onde as questões étnico-raciais podem ser discutidas. Portanto, a cultura afro-brasileira e a história da África se tornam imprescindíveis:

Nos cursos de bacharelado e licenciatura em geografia, das universidades públicas ou privadas no Brasil, não existem dados abrangentes da situação [...] vamos verificar que a disciplina Geografia da África não existe na estrutura dos cursos e, quando ocorre, está inserida dentro de outra. Existe, dessa maneira, uma precariedade de espaço na universidade para o desenvolvimento de conteúdos geográficos da África (MUNANGA, 2005).

Para que o conhecimento adquirido na academia chegue até as salas de aula, é necessário que as discussões ganhem peso e consistência teórico-metodológica. Com a Geografia é possível adotar várias dinâmicas nos diferentes níveis de ensino escolar: quando falamos sobre população, paisagem, escravidão, acordos diplomáticos, fronteiras, diásporas e de independências políticas e descolonização (FERRACINI, 2012).

A Geografia no currículo escolar é um importante instrumento no combate ao racismo; a inclusão dos temas referentes a cultura e a história da África permite uma maior visibilidade do povo negro:

É importante frisar que a invisibilização da população negra [...] principalmente nos processos de produção de conhecimento científico [...] legitimam e perpetuam práticas de racismo, violência e expropriação (CIRQUEIRA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 10.639 é uma conquista muito importante no combate ao racismo, principalmente no ambiente escolar onde se pode ter um processo de



desconstrução dos vários tipos de preconceitos a partir do estudo das relações étnico-raciais.

Cabe ao professor mediar a discussão destes conhecimentos da história da África e da cultura afro-brasileira; a Geografia na academia permite que não só se estude estes temas apenas em disciplinas específicas sobre o Continente Africano. Na formação de docentes deve-se considerar discussões metodológicas que permitam o licenciado abordar amplamente os assuntos da geografia africana nas disciplinas escolares.

A discussão sobre a educação escolar através da Lei 10.639 no combate ao racismo, requer mais estudos, pesquisas e produção científica para que efetivamente se possa desconstruir a ideia de uma África negra, pobre e escrava. Este trabalho é uma breve revisão de alguns trabalhos de autores que tem em suas pesquisas a visibilidade do povo negro como foco.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, F. E. B.; SCALASSARA, K. C. T.; KEMPFER, M. . A Importância dos espaços públicos de participação política e institucionais para conquista e efetividade dos direitos quilombolas positivados por meio da Constituição do Brasil de 1988. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 7, n. 1, p. 20–41, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.). **Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes**, p. 67, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 ago. 2022.

CARVALHO, D. M. DA S.; FRANÇA, D. X. DE. Estratégias De Enfrentamento Do Racismo Na Escola: Uma Revisão Integrativa. **Educação Formação**, v. 4, n. 12, p. 148–168, 2019.

CIRQUEIRA, D.; CORRÊA, G. Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós graduações. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, v. 10, n. 13, p. 29–58, 2014.

COELHO, M. C.; COELHO, W. N. B. As licenciaturas em história e a Lei 10.639 / 03 – percursos de formação para o trato com a diferença? **Educação em Revista**, v. 4, p. 1–39, 2018.

DINIZ, M. Formação Docente para a Diversidade e a Inclusão. **Educação em Foco**, v. 14, n. 18, p. 39–55, 2012.

FERRACINI, R. Dialogando geografia acadêmica e escolar: O caso do continente africano. **GeoTextos**, v. 8, n. 2, p. 12–20, 2012.

GONÇALVES, R. C. Quinze anos da Lei 10.639/03 – avanços e retrocessos. **RIDPHE_R Revista Iberoamericana do Patrimônio histórico-educativo**, v. 4, n. 2, p. 434–439, 2018.

KAPLAN, C. V.; SZAPU, E. El racismo del cuerpo: procesos psicosociológicos de discriminación escolar. **Pensamiento Psicológico**, v. 17, n. 2, p. 107–119, 2019.

MENDES, R. A.; RATTS, A. O lugar da África no ensino de Geografia. **XIII ENANPEGE: a geografia brasileira na ciência-mundo**, p. 1–13, 2019.

MUNANGA, K. Superando racismo na escola. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**, 2ª ed., p. 17 e 175, 2005.

SOUZA, Alvanil de. Geografia e a Lei 10.639, para a construção de um currículo escolar antirracista. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG.
ISBN: 978-65-86489-66-8



PAULA, B. X. Educação e emancipação: a perspectiva da Lei Federal 10.639/2003. **Revista Cronos**, v. 18, n. 2, p. 105–127, 2018.

RATTS, A. J. P. et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de Geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 8/9, n. 1, p. 45–59, 2018.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3ª ed. – São Paulo. Global, 2015

SANTOS, R. E. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, p. 141–160, 2010.

SANTOS, M. L. S. As relações étnico-raciais e o ensino de geografia. **Revista Amazônica Sobre Ensino de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 1–21, 2019.

SANTOS, R. E. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 1, p. 4–24, 2011.

SOUZA, L. F.; SANTOS, C. C. R. A Geografia escolar e o ensino das relações étnico-raciais: apontamentos a partir do Currículo Referência do Estado de Goiás. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros - ABPN**, v. 12, n. Edição Especial, p. 273–291, 2020.



Hibridismo em Tempos de Globalização Hibridez en Tiempos de Globalización

Daniele Rosa da Silva – nrosa@discente.ufg.br

Graduanda em Geografia da UFG

Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-8520-523X>

Gustavo Santana de Souza – gustagg11@discente.ufg.br

Graduando em Geografia da UFG

Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-1837-5754>

Resumo

Utilizado para abranger relações interculturais o termo hibridização altera a metodologia de articulação sobre cultura, identidade, desigualdades e principalmente diferenças multiculturais, sobre a organização das designações sociais, que são: local-global, norte-sul, leste-oeste e tradicional-modernidade. A terminologia de origem biológica conduz grupos de autores a colocar a palavra híbridos sobre a categoria de risco de transferência da esterilidade, ao conjunto social ou à cultura trabalhada. No século XIX caracterizando pelo adelgaçar do nacionalismo, no continente europeu e nas duas margens ao sul do Atlântico. Sem a predominância muçulmana, entre os abasileirados e brasileiros localizados na costa atlântica da África, o cristianismo era predominante. Contudo, os cristianizados exerciam paralelamente a religião dos orixás que era encontrada na margem de encontro da antiga Pangeia. Natos da África e Brasil, com característicos fenótipos de brancos, mulatos e negros, produziram o comércio servil como os *imalês*. Tendo Mãe Andressa como sua última sacerdotisa de linhagem direta africana, o Tambor de Mina ou Mina é uma religião afro-brasileira, além de ser difundida no Pará e Maranhão, estados do norte e nordeste, há também a presença nas grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, sendo carregada pelos imigrantes destes estados. Ligada aos elementos da natureza, o vodum representa a identidade que liga a história dos africanos, mestre da mineralogia, agricultura tropical e criação extensiva que foram escravizados e partilha os cultos entre fruíram da costa africana para tantas outras.

Palavras-Chave: Hibridismo, Religião, Cultura, África.

Resumen

Utilizado para abarcar las relaciones interculturales, el término hibridación cambia la metodología de articulación sobre la cultura, la identidad, las desigualdades y principalmente las diferencias multiculturales, sobre la organización de las designaciones sociales, que son: local-global, norte-sur, este-oeste y tradicional-modernidad. La terminología de origen biológico lleva a grupos de autores a colocar la palabra híbrido sobre la categoría de riesgo de transferencia de esterilidad, al conjunto social o a la cultura trabajada. En el siglo XIX, caracterizado por el adelgazamiento de los nacionalismos, en el continente europeo y en las dos orillas meridionales del Atlántico. Sin predominio musulmán, entre los abasileirados y los brasileños situados en la costa atlántica de África predominaba el cristianismo. Sin embargo, los cristianizados practicaban paralelamente la religión de los orixás, que se encontraba en la orilla del encuentro de la antigua Pangea. Nacidos en África y Brasil, con fenotipos característicos de blancos, mulatos y negros, produjeron el comercio servil como los *imalês*. Teniendo a Mãe Andressa como su última sacerdotisa de linaje africano directo, el Tambor de Mina o Mina es una religión afro-brasileña, además de estar extendida en Pará y Maranhão, estados del norte y noreste, también está presente en las principales ciudades brasileñas como Río de Janeiro, Sao Paulo y Brasilia, siendo llevada por inmigrantes de estos estados. Vinculado a los elementos de la naturaleza, el vodum representa la identidad que vincula la historia de los africanos, maestros de la mineralogía, de la agricultura tropical y de la ganadería extensiva que fueron esclavizados y que comparten los cultos entre frutados de la costa africana a muchos otros.

Palabras Chave: Hibridación, religión, cultura, África.



Introdução

Presente nos quatros cantos do território brasileiro, as variações das religiões afro-brasileiras oriundas do processo escravagista deixaram marcas referentes à mesclagem dos fatores culturais presentes em cada indivíduo, que foi retirado da sua terra natal. Presentes intrinsecamente nas produções cinematográficas, culinárias, literárias, musicais, teatrais, entre outras as divindades oriundas dos povos bantos (Povos encontrados ocupando a terceira porção meridional, a fronteira marítima nigeriano-cameruniana oeste, a parte leste litorânea fronteirista somália-queniano e ao sul próximo ao *Port Elizabeth*, do continente africano) denominados inquices, são conhecidas como orixás nagôs nos candomblés bantos e os voduns de origem *euê-fom* da antiga região de Daomé (Atualmente território da república do Benim), foram renomeados de jejes no Brasil.

Sendo fortemente difundido nos estados da Bahia e do Maranhão, na capital baiana de Salvador e o Recôncavo os voduns são reconhecidos como candomblé jeje-mahim, no Maranhão (precisamente na cidade de São Luís) por tambor-de-mina. No estado de São Paulo ocorreu a introdução dos orixás, contudo a introdução dos voduns é quase inexistente (PRANDI, 1997).

Religião oficial entre os séculos XIX e grande parcela de XX, o catolicismo se encontra como regra social vigente. Uma vez que, os escravos eram obrigados a ter como religião oficial a católica, ao qual, viam-se obrigados a usar como camuflagem santos, rezas, entre outros para poderem cultuar suas próprias divindades. Ainda perdurando nos dias atuais, o festejamento da festa católica do Divino Espírito Santo em terreiros no Maranhão e parte da Amazônia. Como também é de costume terem missas de santos, procissões e ladainhas em língua indo-europeia (Conhecida como latim) e rezas antes das principais festas e ritos dos terreiros (FERRETTI, 2000).

Desenvolvimento

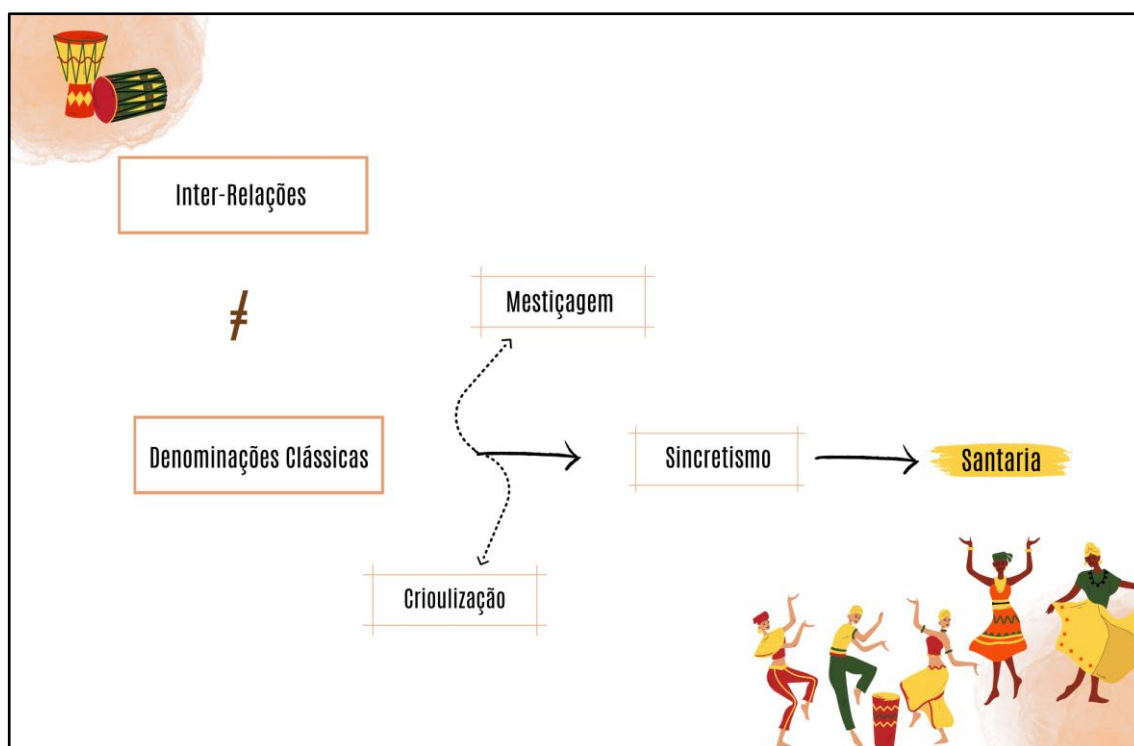
Utilizado para abranger relações interculturais o termo hibridização altera a metodologia de articulação sobre cultura, identidade, desigualdades e



principalmente diferenças multiculturais, sobre a organização das designações sociais, que são: local-global, norte-sul, leste-oeste e tradicional-modernidade.

Tomando no século XX, ênfase em vários estudos e análises de hibridizações culturais, descrições de ações interétnicos e de descolonização, globalização, fusões de cunho artístico, cruzamento de fronteiras, culinárias, entre outros. Estes processos podem tomam formas, mas heterogêneas e outras mas homogêneas, como outras podem ser caracterizada pelo seu maior índice de heterogeneidade, contudo nenhuma oferecendo status de pureza ou total homogênea (Figura 1).

Figura 1- Fluxograma "A hibridação e sua Família de Conceitos"



Autora: SILVA, Daniele.

A terminologia de origem biológica conduz grupos de autores a colocar a palavra híbridos sobre a categoria de risco de transferência da esterilidade, ao conjunto social ou à cultura trabalhada. Uma vez que, utilizado tanto na ciência biológicas quanto nas sociais, porém, quando mencionado se remete ao descendente híbrido do cruzamento da égua com o asno, gerando a mula infértil. Mesmo quando servindo de utensílio em textos atuais, prolonga crenças místicas do século XIX, quando não obtinha título de confiável a não interferência na sociedade.



Em estudos, os relatos limitam-se a descrição das misturas interculturais. Sendo que, processos de hibridização são estruturadas em processos de causa ou causalidade, podendo poder interpretativo de reconstrução dos fatores que levaram a realidade encontrada. Assim, algumas inter-relações não podem ser designadas por nomenclaturas clássicas como sincretismo, mestiçagem ou criouliização.

Até meados da década de 1930, a religião denominada voduns eram pouco difundidas no Brasil. Só a partir de 1938, como a realização da denominada “Missão de Pesquisa Folclórica” coordenada por Mario de Andrade nos estados do Maranhão e Pará, que se documentou cânticos do culto do Tambor de Mina. Em 1940, Octavio da Costa Eduardo e Nunes Pereira, relataram a realização da mesma no Belém e Manaus, introjetadas pelas migrações advindas do Maranhão e em 1950 Roger Bastide, Pierre Verger ampliou os conhecimentos. Depois disso, só em 1970-1980 o Tambor de Mina volta a ser objeto de estudo.

Tendo as raízes do culto trazida para as Américas e o território brasileiro, por escravos de origem do antigo Reino de Daomé na África Ocidental e pertencente a região de Benin, com língua Ewe-Fon, conhecida no Brasil como Jeje.

RELAÇÃO DO BRASIL E ÁFRICA NO SÉCULO XIX

No século XIX caracterizando pelo adelgaçar do nacionalismo, no continente europeu e nas duas margens ao sul do Atlântico. Na África os agrupamentos étnicos detêm sua estabilidade e o conjunto formado pela América, colônias espanholas e portuguesas emancipando-se. Com o delapidar do tráfico triangular entre a América, África e Europa e conjuntamente a ligações bilaterais entre os dois primeiros continentes; o Reino Unido especula a transformação do oceano Atlântico em objeto de sua posse. Tendo a civilização africana como rota de caravaneiro e navegação, estrutura-se de modo trucado os pilares do cenário político mundial.

Intercedendo o conhecimento da estrutura do território para o adventício até o *Sudd*, este que incluía o sul da Núbia, em Ualata, Gana, Gaô, Tombuctu e outras caravaneiras do Sael e feitorias no oceano Índico, a partir do desbravamento do Atlântico. Assim, no século XVIII foram assentados vínculos



Instaurando-se a denominada «Missão Civilizadora» (Figura 2) e posteriormente «O Fardo do Homem Branco» alicerçadas na teoria do darwinismo sociológico, introjetar nas relações humanas os preconceitos culturais. Sendo que ações não enquadradas nos padrões europeus, eram caracterizados como atos de barbárie. Dessarte pelos cônsules de enclaves europeus estabelecidos na África, determinaram a alteração da composição de costumes e políticas.

Figura 2-A África em 1879



Fonte: IN Est. Avançados, vol. 8 n. 21.

TRADIÇÃO JEJE-OS VODUNS

A região da Costa da África Ocidental pertencia ao antigo reino de Daomé, também classificada por Costa dos Escravos ou Costa da Mina (Figura 3).



Figura 3 - Mapa da Costa de Mina



Fonte: Luis Nicolau Parés

Foi estabelecida e nesta região pelos portugueses decorrer do século XVII o Forte Jorge da Mina atual República do Gongo. Os negros desta região trazidos para o Brasil, foram nomeados negros minas pela sua origem étnica da Mina. Quando comercializados tinham como destino a procura por novas regiões de ouro, no qual, eram comum a declaração em antigos documentos de propriedades, a declaração de tantos hectares, animais e a posse de um negro mina.

O povo Fon faz fronteira com seus antigos dominantes os Yorubás, por sua grande influência sobre ele gerou a multiplicidade de deuses, cultos e mitos, como caracteres da religião daomeana. A introjeção de novas entidades e novas ideologias está relacionada com as conquistas, como reverências a sociedades conquistadas e conjunções através de casamentos entre diferentes.

Com a ampliação da religião pelos continentes americanos e consequentemente pelos dois lados do Atlântico, podendo citar a Aladá ou Ouidah situados no baixo Daomé como centro de difusão do culto dos voduns e do comércio negreiro.

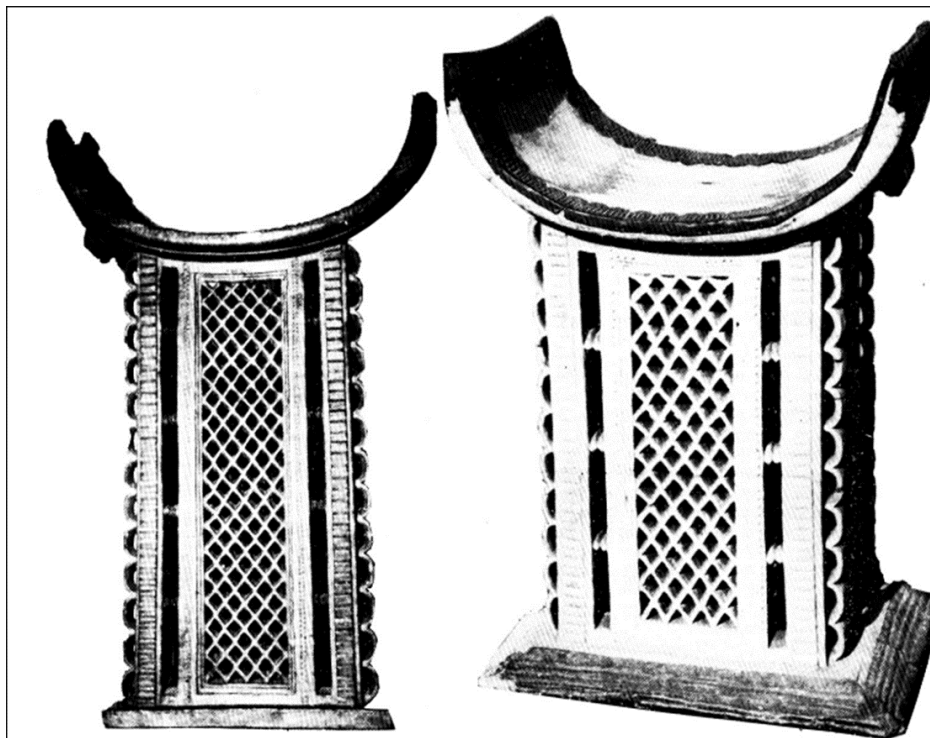


PALÁCIO DOS REIS DO DAOMÉ E A CASA DAS MINAS EM SÃO LUÍS - MARANHÃO

Segundo as lendas, sobre a família real responsável pela construção dos 12 palácios, eram descendentes da mítica princesa Aligbonon de Tado e de uma pantera. Mas a história documentada, no entanto, remonta ao século XVII a dois de seus descendentes, os reis Ganyé Hessou e Dakodonou. Danhomé Jouégbaja, foi o rei que estabeleceu a sede do reino do planalto do Abomei (antiga capital do Reino do Daomé), definindo os alicerces legais para o funcionamento do reino, cargos políticos e as regras de sucessão.

O trono de Adandozan no Museu Histórico de Abomé e o encontrado no Museu Nacional do Rio de Janeiro (Figura 7), reflete o espírito de retaliação que ocorre na história do trono de Daomé. O trono de Adandozan juntamente com a tela (Figura 4) utilizada para demarcar territórios conquistados teria sido mandado por Guezo, como presente a Dom Pedro I, no mesmo Brasil onde Na Agontimé, sua mãe foi vendida.

Figura 4: Tronos do Museu Nacional no Rio de Janeiro e Abomé



Fonte: USP (Pierre Vergen)



Em torno de 1849 foi estabelecido a Casa das Minas jeje (Figura 6) no estado do Maranhão, pela Mãe Jesuína (Na Agontimé), não tendo terreiros filiados ou que siga diretamente suas tradições de tocar três tambores em uma casa só membrana e entrarem em transe somente com os voduns, sendo deste modo uma Casa única; Os cânticos proclamados são em língua jeje e não são cultuados caboclos, assim são da Casa de Nagô e de outros centros antigos a deriva os demais terreiros do Tambor de Mina no Maranhão.

Tendo Mãe Andressa como sua última sacerdotisa de linhagem direta africana, o Tambor de Mina ou Mina é uma religião afro-brasileira, além de ser difundida no Pará e Maranhão, estados do norte e nordeste, há também a presença nas grandes cidade brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, sendo carregada pelos imigrantes destes estados. Ligada aos elementos da natureza, o vodum representa a identidade que liga a história dos africanos, mestre da mineralogia, agricultura tropical e criação extensiva que foram escravizados e partilha os cultos entre fruíram da costa africana para tantas outras.

Considerações Finais

Objeto de narrações e matérias cinematográficas, a África é pouco transmitida além das tragédias sociais como a fome, miséria e outras adversidades que atinge o continente de forma preconceituosa e utilizando de estereótipos. Insólito ou nunca mencionam a vasta diversificação cultural que é transparecida nas cores, músicas, arquitetura e nos cultos religiosos. Assim, não vislumbrando a conexão que os impérios africanos e o mundo colonial tiveram ao decorrer de mais de mais de 350 anos de tráfico negreiro e seus números alarmantes de 4 milhões de pessoas comercializadas nas costas do Atlântico.

Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Interrogando a identidade. p.70-104.

CANCLINI, N.G. **Culturas Híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. Introdução à edição de 2001. Culturas híbridas em tempos de globalização. São Paulo, Edusp, 1997.

SILVA, Daniele R; SOUZA, Gustavo S. Hibridismo em Tempos de Globalização. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



“Desse aqui que faço Cumaaji¹”: saberes e sabores do povo Macuxi, RR

De aquí hago Cumaaji: saberes y sabores del pueblo Macuxi, RR

Paula Nardey Moriz de Vasconcelos – paulanardey@yahoo.com.br
Mestranda em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados
Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-3945-2579>

Aline Luciano Cunha – aline.luciano@alunos.ifsuldeminas.edu.br
Aluna da licenciatura em Geografia do IFSULDEMINAS
Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-7066-5775>

Resumo

O documentário *Cumaaji, o sabor tempera o costume* (2021) é a base para nossas reflexões acerca do povo Macuxi da Terra Indígena São Marcos, estado de Roraima no que diz respeito aos saberes e sabores da culinária ancestral, tendo como objetivos é associar saberes e sabores, produção e consumo a partir do conhecimento, modo de vida e pertencimento da cultura repassada de geração em geração e apresentar dados demográficos sobre populações indígenas no Brasil, no estado de Roraima e em específico sobre o povo Macuxi.
Palavras-chave: Povo Macuxi, saberes, sabores.

Resumen

El documental *Cumaaji, o sabor tempera o costume* (2021) es la base de nuestras reflexiones sobre el pueblo Macuxi de la Tierra Indígena São Marcos, estado de Roraima, en relación a los saberes y sabores de la cocina ancestral, con el objetivo de asociar saberes y sabores, producción y consumo a partir de los conocimientos, forma de vida y pertenencia a la cultura transmitidos de generación en generación y presentar datos demográficos sobre las poblaciones indígenas en Brasil, en el estado de Roraima y específicamente sobre el pueblo Macuxi

Key words/Palabras clave: Pueblo Macuxi, saberes, sabores.

¹ No documentário Cumaaji, o sabor tempera o costume, uma das interlocutoras está na roça, arrancando mandioca, daí a referência da expressão e do título.



Comida-território: é de lá que vem o saber e o sabor (introdução)

O documentário *Cumaaji, o sabor tempera o costume* (2021) é a base para nossas reflexões acerca do povo Macuxi da Terra Indígena São Marcos, estado de Roraima no que diz respeito aos saberes e sabores da culinária ancestral (Figura 1).

Figura 1 - Documentário *Cumaaji, o sabor tempera o costume*



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=B2BfqFTHU5E>

O texto foi construído a partir do documentário cujo objetivo é associar saberes e sabores, produção e consumo a partir do conhecimento, modo de vida e pertencimento da cultura repassada de geração em geração. Um outro objetivo é apresentar dados demográficos sobre populações indígenas no Brasil, no estado de Roraima e em específico sobre o povo Macuxi.

Os detentores do saber, seja por meio da língua falada ou mesmo através dos conhecimentos sobre comida, roça e produtos que vem da floresta e dos rios, nos convidam a degustar sabores e conhecer sobre os saberes ancestrais, que permeiam o chão do território vivido e nos mostram que a memória é construída coletivamente.

Imagens e diálogos do documentário foram realizados com alguns dos moradores da Terra Indígena São Marcos, distribuídos por 46 comunidades e



pertencentes a três etnias, Macuxi, Taurepang e Waxipana. Os interlocutores fazem jus ao que Massey (2008) enfatiza, que o espaço é imbricação de trajetórias, sempre aberto e múltiplo e que aconchega “o lugar e as relações sociais; o lugar e a identidade” (ESCOBAR, 2005, p. 70).

De acordo com Haesbaert (2010 apud CAVALCANTE, 2013) o território é entendido como uma categoria polissêmica, onde a perspectiva integradora e relacional são as que melhores nos ajudam a compreender o modo de vida e a relação dos povos indígenas com os aspectos histórico-sociais vivenciados no território a qual pertencem. A perspectiva integradora culmina com a ideia de que o território apresenta diferentes dimensões sociais, não podendo ficar restrito ao aspecto natural, político e econômico unicamente (HAESBAERT, 2010 apud CAVALCANTE, 2013). Por sua vez na perspectiva relacional “o território é temporalidade, é histórico, [...] uma das características mais importantes do território é sua historicidade [...]” (HAESBAERT, 2010 apud CAVALCANTE, 2013, p.33). Dessa forma, a comida se conecta com os povos e com seus territórios, se torna um patrimônio alimentar, constituído de elementos materiais e imateriais e construído coletivamente.

Os interlocutores do documentário contribuíram para que pudessemos dialogar e descrever os saberes indígenas a partir do entendimento que a territorialidade humana é uma “multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais” (LITTLE, 2002, p. 254). A oralidade deles nos permitiu uma escrita qualitativa, onde as falas dos indígenas nos trouxe uma aproximação da vivência, da experiência deles com a roça, pois como afirma Lurdes Sampaio, “desse aqui tiro para fazer tucupi, desse aqui que faço cumaaji” (Figura 2).



população residente nas terras indígenas e a maior população encontrada no Brasil são os Yanomami (25,7 mil indígenas), distribuídos espacialmente nos Estados do Amazonas e Roraima (Tabela 1).

Tabela 1 - População indígena residente em terras indígenas

+ de 10 mil indígenas	Entre 1 mil e 10 mil indígenas	Entre 100 e 1 mil indígenas	Até 100 indígenas
6 terras indígenas	107 terras indígenas	291 terras indígenas	83 terras indígenas

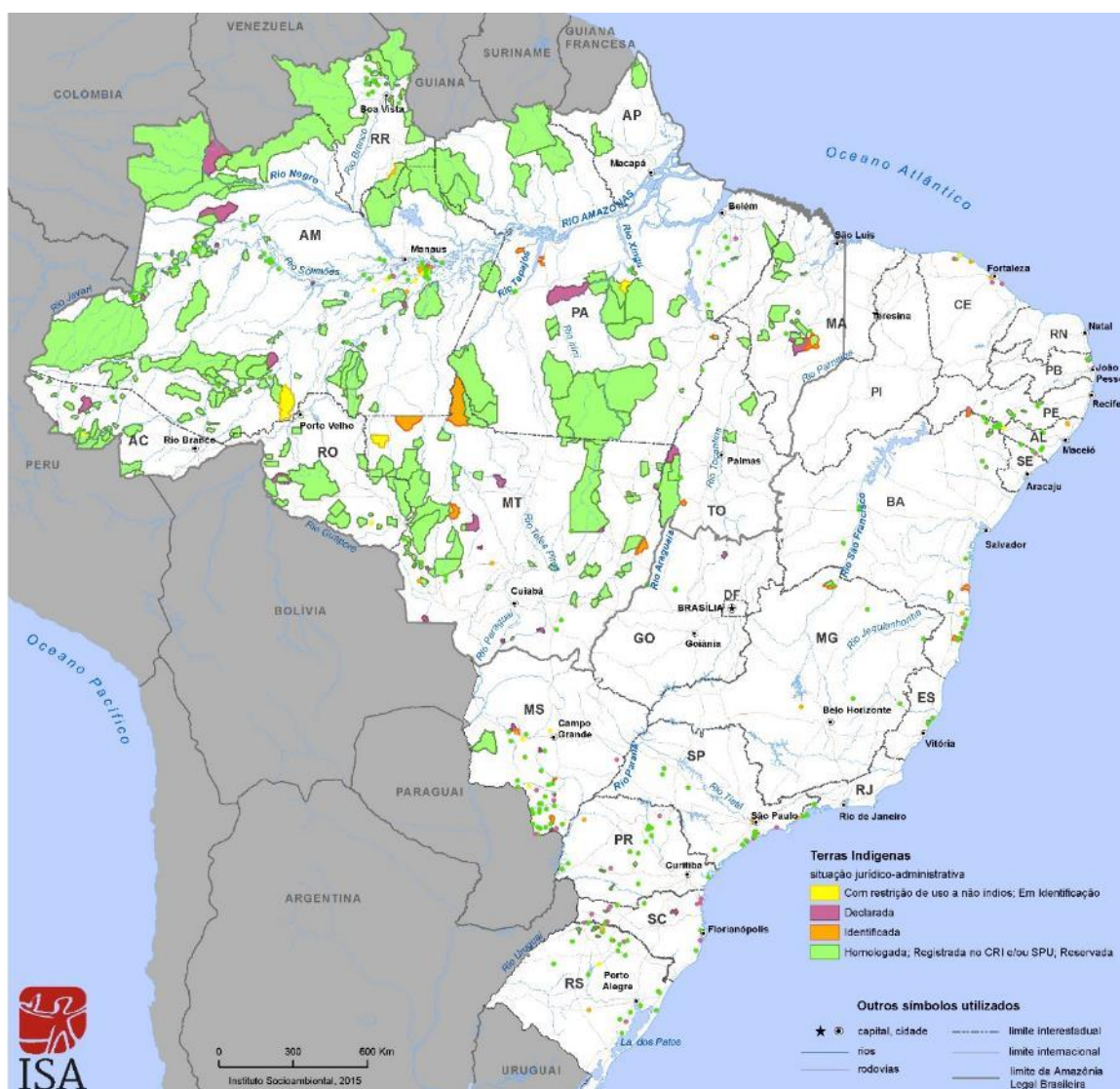
Fonte: Censo IBGE, 2010

Conforme explicita Cavalcante (2016), terra indígena é um conceito jurídico, sua origem está atrelada a direitos territoriais indígenas, que deverão ser reconhecidos pelo estado brasileiro e que atualmente o artigo 231 da Constituição de 1998 constitui um dispositivo legal para tal implementação do conceito jurídico. O mesmo autor evidencia também que “foi no Estatuto do Índio que o conceito “terra indígena” apareceu pela primeira vez nas leis nacionais” (CAVALCANTE, 2016, p. 22).

No Mapa 1 é possível visualizar as terras indígenas existentes no Brasil, conforme a fase do processo que a situação fundiária se encontra (Mapa 1). Segundo o Instituto Socioambiental (s.a.) a maior parte das terras indígenas estão localizadas na Amazônia Legal, representando 23% do território brasileiro.



Mapa 1 – Mapa da situação fundiária das terras indígenas no Brasil



Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs

De acordo com o documentário que data de 2021, cerca de 9000 mil habitantes vivem na Terra Indígena São Marcos, demarcada em 1976 e homologada pelo Decreto nº 312 de 29 de outubro de 1991. Possui uma extensão de 654.110 hectares e está localizada no estado de Roraima (Mapa 2).



Mapa 2 – Localização da Terra Indígena São Marcos, RR



Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3799>

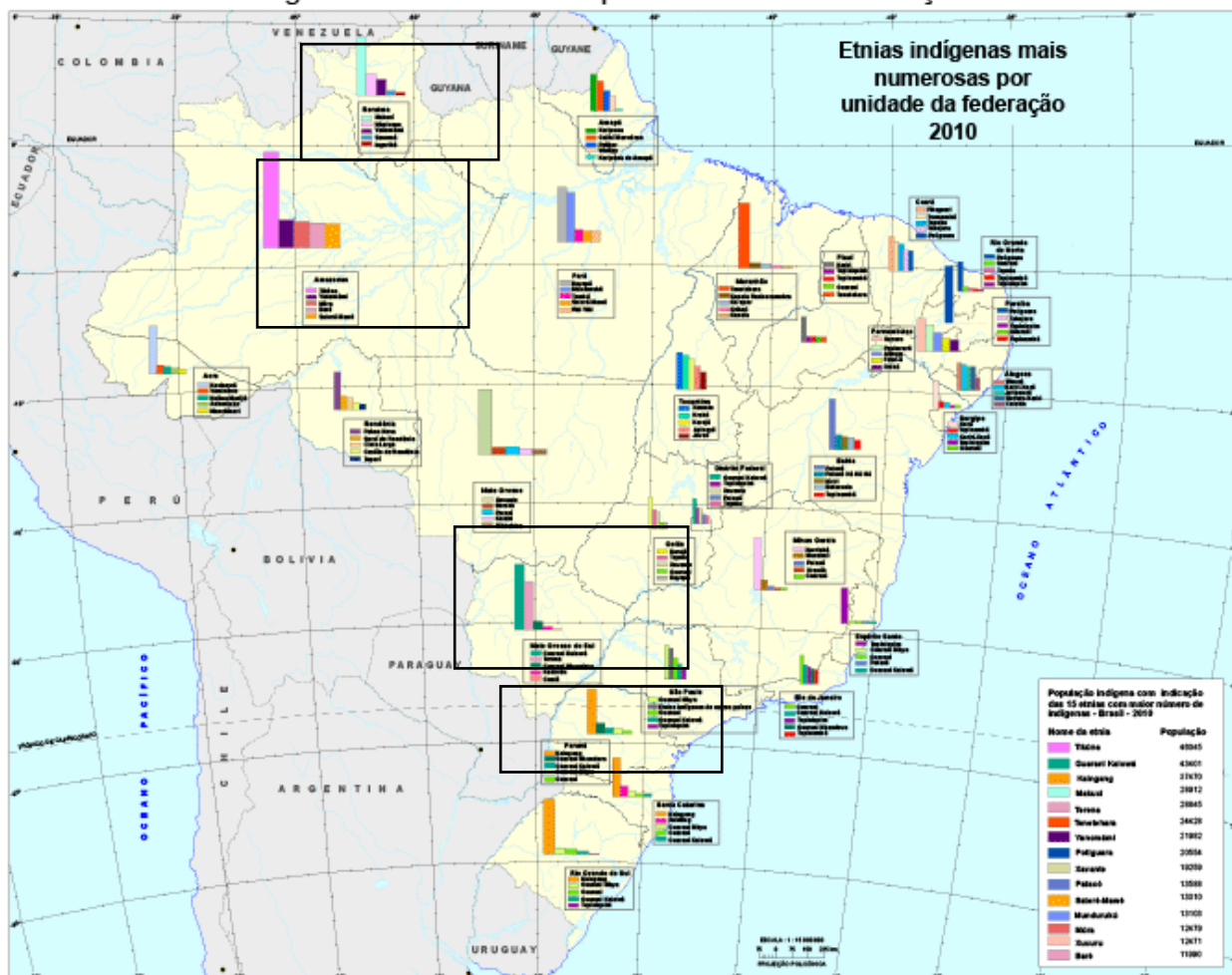
No estado de Roraima, a etnia mais numerosa é a Macuxi com uma população total de 28.912, em seguida a Wapixana e em terceiro os Yanomami. A nível Brasil, a etnia Tikuna, localizada no estado do Amazonas é a maior em número populacional (46045), seguida dos Guaraní Kaiowa, MS (43401) dos Kaingang, PR (37470) e dos Macuxi e que em Roraima é a maior população indígena, de acordo com o Censo 2010 do IBGE (Mapa 3).



Mapa 3 - Etnias indígenas mais numerosas por unidade da Federação

Etnias indígenas mais numerosas por Unidades da Federação - 2010

Atlas Nacional



Fonte: Adaptado do Atlas Nacional Digital do IBGE, 2010

Preparando cumaaji

O patrimônio alimentar retratado no documentário se inicia na roça, onde se planta e colhe para consumo da família e da coletividade. Vínculos sociais também são estabelecidos através da comida e a partir da “territorialidade, força latente em qualquer grupo” como enfatiza Little (2002, p. 253). Faz-se importante enfatizar que o patrimônio alimentar é “composto de componentes materiais (alimentos em si, artefatos e utensílios culinários) e imateriais (práticas, saberes, representações, etc.) [...]” (CONTRERAS; GRACIA, 2011 apud OLIVEIRA, 2021, p. 42). A partir da junção dos dois componentes é que os processos de produção e consumo ocorrem e a dinâmica alimentar se realiza, sempre levando em consideração as múltiplas dimensões da alimentação e da cultura.

VASCONCELOS, Paula N.M.; CUNHA, Aline L. “Desse aqui que faço cumaaji”: saberes e sabores do povo Macuxi, RR. 5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



Nota-se que os interlocutores enfatizam o conhecimento deles acerca da comida quando alegam que “temos uma educação que aprendemos com nossos pais, nossos avós, que é repassado o conhecimento de como sobreviver, de como preparar todas as coisas de geração em geração”, como evidencia Zildo Raposo.

A fala de Lurdes Sampaio traz a importância do tucupi³ pra fazer cumaaji, a memória de quem a ensinou e a sua preocupação dos saberes não se perderem no tempo, quando evidencia:

Eu tenho tucupi pra fazer cumaaji que é uma coisa muito importante que eu nunca perdi, eu vi minha mãe fazendo. Queria dizer também para as pessoas que não deixassem acabar, as pessoas que sabem fazer que continuem fazendo para que nossos filhos, nossos netos não esqueçam.

Maria Teresa Raposo acrescenta as várias formas de uso do tucupi exemplificando que se usa “na carne, no frango, no peixe e até no mingau. Ele é muito tradicional na nossa comunidade, na nossa cultura. Nossos antepassados consomem muito”. Zildo Raposo também afirma que se coloca tucupi na mugicada, “comida típica do povo macuxi, que é o peixe misgalhado misturado com goma”. Também enfatiza que o preparo do tucupi é desde o plantar a mandioca, cuidar, arrancar, descascar, ralar, colocar a massa no tipiti para que o líquido chamado tucupi vá saindo. É necessário deixar em repouso e depois o líquido vai para as vasilhas, conforme mosaico de fotos 1.

³ Líquido de coloração amarela, passa por um processo de fermentação e é extraído da mandioca brava.

VASCONCELOS, Paula N.M.; CUNHA, Aline L. “Desse aqui que faço cumaaji”: saberes e sabores do povo Macuxi, RR. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



Mosaico de fotos 1 - Preparo do tucupi – a) plantar e cuidar b) arrancar c) descascar d) ralar e) colocar no tipiti f) tucupi



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=B2BfqFTHU5E> - Documentário *Cumaaji, o sabor que tempera o costume*

O preparo do cumaaji (Figura 3) é explicado pela interlocutora Rosinha André quando o “tucupi é colocado no fogão a lenha até que ele fique com uma cor preta para depois de cozido colocar em umas vasilhas, na garrafa pet ou vidro já pra consumo. Se quiser ardoso pode colocar pimenta ou pode cozinhar junto com a pimenta”. Dona Rosinha também enfatiza que é um “alimento super natural, é um alimento que dá gosto em comida, principalmente no peixe”.

Figura 3 - Cumaaji



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=B2BfqFTHU5E> - Documentário *Cumaaji, o sabor que tempera o costume*

VASCONCELOS, Paula N.M.; CUNHA, Aline L. “Desse aqui que faço cumaaji”: saberes e sabores do povo Macuxi, RR. 5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



Comida é cultura e como afirma Montanari (2013) “assume papel decisivo na identidade das pessoas e sociedades em que estão inseridas” assim como é “marca identificadora de um grupo, de um país, iguala-se ao idioma, à língua falada, atuando como um dos mais importantes canais de comunicação” (LODY, 2008 apud OLIVEIRA, 2021, p. 34-35).

O documentário nos mostra além da roça, a casa de farinha (Figura 4), onde famílias e pessoas que vivem coletivamente participam do processo de produção e consumo tanto do tucupi quanto do cumaaaji. Nota-se o encontro e partilha de saberes entre anciãs, mulheres adultas, jovens e crianças, onde os aspectos culturais são exaltados e a territorialidade é vivenciada nas “relações que o grupo pode estabelecer entre si e com o próprio espaço” (CAVALCANTE, 2013, p. 35).

Figura 4 – Casa de farinha



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=B2BfqFTHU5E> – Documentário *Cumaaaji, o sabor que tempera o costume*

A casa de farinha nos remete a atividades e significados associados a comida, ao convívio coletivo, ao uso da natureza, da produção e consumo. É casa de saberes, é encontro de ancestralidade e de muita territorialidade envolvida. A casa é parte das mulheres e as mesmas se tornam casa que compartilha saberes, que prepara junto e que come junto. Comida que revela cultura e que mostra a visibilidade das mãos que planta e que prepara a comida.



Neste sentido, “a comida e o comer passam a ser modelados pela cultura à medida que a alimentação se configura como aprendizado sociocultural e historicamente derivado do ambiente em que se está inserido” (CANESQUI; GARCIA, 2005; MINTZ, 2001 apud MOREL et al., 2016, p. 182).

“Ainda tá eu por aqui fazendo alguma coisa do que ficou” (considerações finais)

Os saberes e sabores evidenciados pelo documentário revelam a centralidade da mulher indígena no plantar, preparar e transmitir conhecimento de geração em geração. Revela também a preocupação dos indígenas e a importância das práticas não se perderem, pois conforme relata Zildo Raposo “é importante que a nossa juventude, a nossa criança tenham conhecimento porque hoje muitas coisas aos poucos, estão sumindo, está sendo exterminada pela cultura não indígena”.

Os aspectos demográficos levantados foram essenciais para expor dados quantitativos em relação a população e terras indígenas existentes no Brasil. Nesse sentido, o povo Macuxi aparece em primeiro lugar como população mais numerosa em Roraima e quarta a nível Brasil.

Outro dado apontado refere-se aos territórios indígenas, no qual o Brasil possui uma população indígena de 895.917, desse total 9.000 estão localizados na Terra Indígena São Marcos, distribuídos em 46 comunidades. Através desses dados, observamos o valor significativo de povos indígenas nessa região, e sua responsabilidade em garantir a transmissão de memórias que foram produzidas no coletivo.

O Cumaaji nos permite enxergar a importância da preservação da identidade cultural de um povo, de indígenas que necessitam dar continuidade as suas tradições, abrangendo diversos aspectos culturais. Cumaaji consiste em um patrimônio material e imaterial, pois implica em várias vertentes da identidade cultural dos Macuxis e não se resume apenas em um alimento. Seu patrimônio tem início na plantação, até chegar ao produto final, perpassando espaços coletivos, troca de saberes, memórias, identidade, território.

O tucupi é parte da tradição dos povos indígenas e que o mesmo possa ser encontrado nas casas das famílias e preparado na casa de farinha. Que o cumaaji



assim como a roça continuem a ser parte do cotidiano desses povos, das relações sociais e da historicidade da Terra Indígena São Marcos.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Terra indígena: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **Revista História**, vol. 35, São Paulo: 2016. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/XRTp9SKrKRwMV6D4MjHPMsp/abstract/?lang=pt>. Acesso em 15 de novembro de 2021.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Tese de doutorado. Assis, SP: UNESP, 2013. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106620>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

CUMAAJI, O SABOR TEMPERA O COSTUME. Irmânio Sarmiento. Terra Indígena São Marcos, RR, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B2BfqFTHU5E>. Acesso em 14 de novembro de 2021.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Colección Sur Sur. Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, septiembre, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 01 de dezembro de 2021.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Localização e extensão das TIs**. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs. Acesso em 28 de junho de 2022.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322, Brasília: Unb, 2002.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura** São Paulo: SENAC, 2013.

VASCONCELOS, Paula N.M.; CUNHA, Aline L. “Desse aqui que faço cumaaaji”: saberes e sabores do povo Macuxi, RR. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



MOREL, Aline Pereira Sales et al. Novos debates interdisciplinares: Antropologia da alimentação e o comportamento do consumidor. 2016. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, vol. 5, n 1. Disponível em <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/152>. Acesso em 23 de junho de 2022.

OLIVEIRA, Luana de Sousa. **O patrimônio alimentar do povo Xerente e suas interfaces com o turismo étnico indígena gastronômico**. Tese de doutorado. Balneário Camboriú, SC: UNIVALI, 2021. Disponível em <http://siaibibo1.univali.br/pdf/Luana%20de%20Sousa%20Oliveira.pdf>. Acesso em 26 de novembro de 2021.



Educação étnico-racial no Ensino de Geografia em uma Escola da GRE Metro Sul – Região Metropolitana do Recife: Lei de nº 10.639/2003, cumprimentos e desdobramentos

Ethnic-racial education in the teaching of Geography in a GRE Metro school in the metropolitan region of Recife: Law nº 10.639/2003, greetings and developments

Jenner Everton dos Santos – evertonjenner18@gmail.com
Mestrando na Universidade Federal de Pernambuco
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9083-2497>

Susana Dainara Terto de Oliveira – susanaterto80@gmail.com
Mestranda na Universidade Federal de Pernambuco
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8236-8903>

Resumo

À medida em que as discussões étnico raciais são isentas de ambientes de socialização, as desigualdades vão sendo fortalecidas e se estabelecendo ainda mais na sociedade. Esse distanciamento faz com que ambientes escolares reproduzam com mais facilidade as discriminações, causando um estranhamento de crianças e adolescentes afro-brasileiros e indígenas no que se refere a questões de reconhecimento enquanto sujeitos participantes destes espaços. Considerando isso, o presente trabalho se propôs analisar e discutir sobre os efeitos da efetivação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena na educação, a partir de uma pesquisa bibliográfica e de campo, considerando a visão de discentes da Unidade escolar localizada no município do Jaboatão dos Guararapes, da Gerência Regional Sul (GRE Metro Sul), trazendo abordagens sobre a cultura afro-brasileira e indígena como elementos principais na construção dos conhecimentos geográficos. Interpretando os resultados construídos ao longo da pesquisa, podemos perceber que há encaminhamentos no entendimento dos sujeitos sobre o tema, mas, de forma lenta.

Palavras-chave: Discriminações, Afro-brasileiro, indígena, Étnico-raciais, Desigualdades.

Abstract

Ethnic racial discussions are exempt from socialization environments, the inequalities are being strengthened and further established in the society. This distance makes school environments more easily reproduce the discrimination, causing a strangeness of children and adolescents Afro-Brazilians and indigenous peoples with regard to recognition issues as subjects participating in these Spaces. Considering this, the present paper has set out to analyze and discuss the effects of implementation of Law Nº 10,639/2003, which made it compulsory to of Afro-American History and Culture brazilian and indigenous people in education, based on a bibliographic and field research, considering view of students of the school unit located in the municipality of Jaboatão dos Guararapes, from the South Regional Management (GRE Metro Sul), bringing approaches to Afro-Brazilian culture as main elements in the construction of geographic knowledge. Interpreting the results constructed throughout the research, we can realize that there are referrals in the understanding of the subjects on the subject, but slowly.

Key words: Discrimination, Afro-Brazilian, Indigenous, Ethnic-racial, Inequalities.



Introdução

As discussões étnico raciais estão sendo isentas de ambientes de socialização, como os sala de aula. À medida que isso acontece, as desigualdades raciais e sociais vão sendo fortalecidas e conseguem se estabelecer dentro da nossa sociedade. Essa ausência do ensino afro-brasileiro e indígena faz com que em ambientes escolares sejam reproduzidas as exclusões, tanto raciais como sociais, considerando que a nossa educação é trabalhada a partir de valores euro etnocêntricos. Com isso, o ensino contribui para que as crianças e adolescentes afro-brasileiras e indígenas não se reconheçam nestes espaços e se sintam inferiores. A partir disso, pensamos que a discriminação, o preconceito e o racismo estão sempre relacionados a um discurso muito recorrente na sociedade, que é da suposta superioridade racial, isso acaba contribuindo para que as pessoas acreditem que racialmente existem pessoas superiores a outras. Desta maneira, entendemos que é essencial buscar analisar e compreender as relações construídas dentro da nossa sociedade a partir de uma estrutura de desigualdades.

Diante disso, analisamos os efeitos da efetivação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena na educação de escolas públicas e privadas, é constituída por conquistas importantíssimas e está baseada no direito de se ver representado e valorizado nos processos de ensino aprendizado. O objetivo aqui proposto é discutir sobre essa efetivação a partir de uma pesquisa bibliográfica e de campo dentro da visão de discentes de uma Escola localizada no município do Jaboatão dos Guararapes, na Gerência Regional Metro Sul, inserida na Região Metropolitana do Recife, carregando consigo importantes elementos para a construção de conhecimentos geográficos através de abordagens sobre a cultura negra e indígena.

Lei nº 10.639/2003?

Posterior a assinatura da Lei Áurea, a população negra deixou de ter serventia como mão de obra e passou a ser considerada como atraso para a sociedade, ficando sozinha para trilhar seus caminhos e tentando reconstruir sua identidade diante de uma sociedade racista e discriminatória, e que criou uma ideia de “superioridade racial”, estereotipando o negro como “inferior”. Perante



o exposto, o papel de se inserir numa sociedade totalmente preconceituosa e de afirmação da identidade ficou inteiramente da responsabilidade do negro e da luta de movimentos envolvidos com a causa, com a finalidade de fazer com que essa população pudesse ser vista como sujeito pertencente da história e não como objeto, mesmo quando a sociedade dizia que não. Apesar de muita luta para que pudesse ser inserida na sociedade, décadas após décadas, a população negra continuou sofrendo diversas formas de discriminações.

Os diversos acontecimentos concernentes à causa negra vinham se intensificando desde o final da década de 80 e início da década de 90, quando foram publicadas pesquisas demonstrando o quanto a população negra estaria em defasagem em relação ao contingente populacional branco, em vários indicadores: saúde, educação, mercado de trabalho, entre outros. As pesquisas serviram também para comprovar o quanto a discriminação estava presente em nossa sociedade. Ainda na década de 80, foi promulgada a Constituição Federal, documento no qual não apenas se reconhece a pluralidade cultural como parte integrante de nosso país, mas também se busca combater a discriminação racial e promover a valorização das identidades étnicas. (PEREIRA. SILVA, 2012, p.5)

Foi a partir desse documento que foi apresentada à Câmara Federal a proposta de lei, que seria o ponto inicial para a Lei 10.639. Quando enviada ao senado, foi arquivada no ano de 1995 por questões políticas e burocráticas que foram consideradas mais importantes que as relações étnico-raciais na educação. Porém, em 1999, diante de muita pressão por parte do movimento negro e também de alguns políticos, o projeto de Lei nº 259, que antecede a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBN, 1996), foi aprovado com objetivo de estabelecer a obrigatoriedade de inclusão da História e Cultura Afro-brasileira na rede de ensino.

A lei que se refere a obrigatoriedade do ensino e história afro-brasileiros não foi sancionada de um dia para o outro. Antes de tudo, passou por diversas fases, até que pesquisas em 1980, revelavam uma grande evasão de alunos negros das escolas, em razão, principalmente da ausência de conteúdos afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma positiva. A partir de 1990 houveram movimentos maiores a favor da afirmação da identidade negra no Brasil, destacando a grande Marcha Zumbi Palmares, que reuniu cerca de 10 mil



peças. Depois de muitos anos de luta, em 2003, a causa negra conseguiu que fosse promulgada a Lei 10.639/2003.

Diante de uma promessa eleitoral de se comprometer com as causas do movimento negro e com o intuito de buscar e encontrar alternativas sociais e políticas que acelerem a superação dessas desigualdades raciais, em 09 de janeiro de 2003, o ex-presidente da república Luís Inácio Lula da Silva outorgou a Lei nº. 10.639/2003, que modifica a Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que coloca como foco nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, - LDBN a temática História e Cultura Afro-brasileira. Com a implementação da Lei 10.639/2003 nos currículos escolares, o ensino da história e cultura afro-brasileira se tornou obrigatório nas escolas. Com isso, se abriu diversas discussões de como poderia ser colocado em prática esse ensino. Para um bom início, fomentar a formação dos educadores a partir do ensino afro-brasileiro é essencial, a começar pelas universidades e o ensino que é proposto em âmbitos universitários sobre a temática.

Mesmo com o ensino da história e cultura afro-brasileira se tornando obrigatório, dezessete anos depois a Lei 10.639/2003 ainda enfrenta resistência por parte da sociedade, como por exemplo, a representação dos povos negros nos livros didáticos que é quase inexistente, e quando existe, é uma representação negativa, que faz com que se perpetue a ideia de segregação racial e de que a população negra não é digna de respeito por parte do restante da sociedade.

Apesar de muitos educadores terem conhecimento sobre a obrigatoriedade da lei, eles possuem certa dificuldade em incluir a temática racial no currículo escolar. O racismo é algo que, infelizmente, está muito presente nas escolas, e causa muita evasão escolar por causa da discriminação racial, tornando a inclusão dessa temática um desafio.

Mesmo com tantos desafios, poucos dos educadores e gestores que se preocupam em quebrar a perpetuação do racismo em ambientes escolares vão incluindo aos poucos a temática em suas aulas e currículos. Sabendo que esse processo ainda corre em lentidão, essa é a única maneira de não deixar a história dos povos negros inexistente ou distorcida para a sociedade.

Conforme já mencionamos, a Lei 10.639/2003 versa a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, e ressalta a

SANTOS, Jenner Everton; OLIVEIRA, Susana Dainara Terto. educação étnico-Racial no Ensino de Geografia em uma Escola da GRE Metro Sul – Região Metropolitana do Recife: Lei de nº 10.639/2003, cumprimentos e desdobramentos. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Ao adentrar na academia, a população negra trava verdadeiras lutas na busca da efetivação da lei, baseadas na importância de se ver representada e valorizada na construção dos conhecimentos escolares. Esta lei é também considerada uma conquista alcançada pelo movimento social, quando se torna instrumento de luta e fortalecimento nas articulações para a capacitação de uma educação voltada para a igualdade racial.

Trabalhando a partir de valores euro etnocêntricos, o sistema de educação contribui para que as crianças e adolescentes afro-brasileiras se sintam inferiores e também sejam consideradas pelos demais. A convivência com imagens estereotipadas em confrontos diários com manifestações racistas causa danos psicológicos e morais, muitas vezes irreparáveis, desencadeando um bloqueio no desenvolvimento da identidade pessoal dessas crianças e adolescentes. Essas são práticas que contribuem muito para que pessoas negras sejam marginalizadas e tenham dificuldades de acesso a condições dignas de sobrevivência como cidadãos.

Educação é um processo de socialização e criação de saberes, crenças, valores, como finalidade de ir construindo e reconstruindo as sociedades, os indivíduos e grupos que a constituem. É um movimento longo e complexo, no sentido de as pessoas nele envolvidas irem renascendo, a cada momento, junto com os outros. (RIOS, 2012, p.3)

Durante todo o processo de ensino-aprendizagem, o indivíduo enxerga o mundo de maneira que suas concepções o orientam como posicionar-se nele. Acreditamos que a disciplina de Geografia possui pontes para que esse processo seja realizado, pois deve ser trabalhada na sala de aula com a ideia de que o aluno ao estudar o local a partir dos seus conhecimentos e vivências poderá conhecer o mundo e compreender o espaço de socialização de toda a sociedade. Decerto, contribuindo para a formação e construção de referências para a inserção do indivíduo no mundo.

Cada dia que passa, compreendemos que, para entender o Brasil é preciso conhecer e compreender a África, pois a cultura afro-brasileira foi construída no Brasil a partir da resistência da população negra africana na formação dos quilombos, que representaram o combate à escravidão. Como forma de luta

SANTOS, Jenner Everton; OLIVEIRA, Susana Dainara Terto. educação étnico-Racial no Ensino de Geografia em uma Escola da GRE Metro Sul – Região Metropolitana do Recife: Lei de nº 10.639/2003, cumprimentos e desdobramentos. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



contra a vida cruel que era oferecida, os negros buscaram a liberdade, e com isso viver uma vida de acordo com o que tinham deixado na África, vivendo de acordo com suas culturas, contribuindo assim para a formação da cultura afro-brasileira.

Entendemos que, em tempos de globalização não se pode considerar a África como matriz estética de vários movimentos de arte e cultura contemporânea e, ao mesmo tempo, ignorar a exclusão imposta ao povo africano/negro. Nesse caso, analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação é de grande importância para que possamos reverter o atual quadro, indicando políticas específicas para tal ação. Nesse sentido, após a explanação sobre a Lei 10.639/2003, iremos apresentar a Historicidade da África no que refere aos aspectos geoambientais e sociais.

Inicialmente é preciso tocar em alguns pontos que achamos cruciais antes de adentrarmos no debate relacionado a Lei de Nº 10.639/2003. Primeiro de tudo, é preciso pensar a Geografia em termos gerais como uma disciplina forjada no seio do eurocentrismo, hierarquizado, sistematizado, determinista e possibilista (ambos justificativas para colonização), portanto como pensar em uma nova forma de Geografia? Dentro de uma realidade estritamente brasileira e que não mais pregue ideias e concepções de mundo hegemônicas e unilaterais? Infelizmente não possuímos a resposta para isso, apenas temos questionamentos na qual todos nós enquanto geógrafos e professores diariamente devemos questionar.

Em segunda questão, a efetivação da Lei de Nº 10.639/2003, não é simplesmente uma política de “cota” no sentido de dar espaços a novas narrativas e visões de mundo. Está para além disso. A efetivação da lei busca trazer além do que já foi citado anteriormente, procura também quebrar com alguns paradigmas colonialistas, em enaltecer a cultura negra e indígena, sua importância na construção e sustentação da sociedade brasileira e além é claro da capacidade de despertar a noção de identidade, em um movimento de autoconhecimento étnico, no entendimento da realidade social e a noção da posição social do indivíduo na sociedade.

Desenvolvimento



Com a finalidade de realização do atual trabalho, foi pensando em algumas estratégias metodológicas com o intuito de tentar responder aquilo que ficou objetificado em parágrafos anteriores. Para isso, inicialmente concordamos em utilizar questionários semiestruturados relacionados à temática do Ensino Étnico Racial e Indígena. Questionários esses que foram aplicados numa Escola de Referência em Ensino Médio, localizada no Município do Jaboatão dos Guararapes.

O método exploratório foi o escolhido para que de fato o trabalho pudesse caminhar, pois além de causar uma maior proximidade com o problema da pesquisa, o mesmo consegue visar as hipóteses, Segundo Oliveira (2011) a pesquisa exploratória se torna útil no sentido em que as explicações são necessárias para buscar compreender alguns fenômenos por parte do pesquisador.

Gil (2008) relata que a principal finalidade das pesquisas exploratórias consiste no esclarecimento de conceitos e ideias, com possibilidades até de formulações de problemas e hipóteses que podem servir para estudos posteriores, além é claro de apresentar menos rigidez em seu plano organizacional.

Podemos dividir nosso trabalho em três grandes partes: (1) A primeira consiste na aplicação dos questionários, com alunos do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio. Ao total foram seis questões: “1. Você já ouviu falar da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em sala de aula?”; “2. Seu professor atual trabalha, ou já trabalhou com alguma temática relacionada a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena?”; “3. Você acredita que seja importante que a disciplina de Geografia trabalhe com as temáticas relacionadas a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena? Por qual motivo?”; “4. Seu professor (es/as) (anteriores) da disciplina de Geografia trabalhavam com a temática relacionada a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena?”; “5. Você já tinha ouvido falar em algum momento dentro dos muros da escola sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena?”; e “6. Você tem ou tinha conhecimento da Lei que relata a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (LEI Nº 10.639/2003)?”. Através do formulário do Google, todas as perguntas estavam voltadas à temática do Ensino Étnico Racial e Indígena em Geografia; (2) Consistiu num levantamento bibliográfico na literatura especializada a



respeito do Ensino Étnico Racial e Indígena em Geografia, utilizando autores tanto tradicionais, quanto atuais que cruzam um diálogo com o currículo escolar da Geografia; e (3) Uma análise das respostas por parte dos alunos, tentando confrontar a realidade, buscando investigar se respostas em questão entram em diálogo exposto enquanto problema, ou se divergem.

O Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e a Geografia

Entendemos a escola como sendo uma das mais importantes pontes para o desenvolvimento e a construção do saber do indivíduo, sendo, portanto, um instrumento responsável pelos estereótipos disseminados relacionados à negritude e sua cultura. Como ressalta Nilma Lino Gomes:

Por ser a escola um local de transmissão e socialização do conhecimento, ela tornou-se um espaço por onde as imagens negativas sobre o negro foram e ainda são difundidas. E por isso, ela também pode ser um local onde estas representações pejorativas podem ser superadas. (GOMES, 2003, p. 77).

Quando a escola programa no seu plano pedagógico uma educação antirracista, que é direito para todos, ela tem o dever de também respeitar e reconhecer as diversidades presentes em seu âmbito. Por muito tempo, pessoas negras vêm sendo alvos de construções de concepções errôneas que geram desigualdade, no social e educacional. Estas concepções trazem como resultado a exclusão e discriminação do povo negro. Ao se deparar com estereótipos negativos sobre a sua origem, o povo negro costuma negar ou esconder a sua identidade. Os conflitos sofridos e vividos por eles são diversos, pois sua verdadeira identidade não condiz com o padrão que é imposto pela sociedade.

Partindo de uma perspectiva decolonial e tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, fazemos das palavras de Kaercher (2004) as nossas ao afirmar que:

Nosso desejo é o de a partir do espaço e suas categorias, tais como região, paisagem, lugar, território, ambiente, etc., discutir nossa ontologia, nosso ser/estar no mundo. Através das construções espaciais (o urbano, o rural, a relação entre nações, os conflitos dos grupos sociais) podemos almejar a discussão/reflexão dos valores éticos, estéticos e políticos das sociedades e espaços a que pertencemos. Defendemos, portanto, a Geografia como uma forma de questionar o



outro para dialogar com ele e para nos buscar. A Geografia como exercício filosófico e ontológico. (KAERCHER 2004, p.56).

Abramowicz e Rodrigues (2010) Refletindo sobre a educação nas séries iniciais nos trazem provocações que dizem respeito a todas as etapas da educação:

Quando pretendemos mudar as relações étnico-raciais, precisamos mudar todo o caráter desta iniciação, o que não é nada fácil, pois devemos fazer a mudança em nós mesmos. O racismo, o preconceito, toda uma micropolítica fascista que exclui a diferença, colocando-a no lugar do desvio, dá certo porque cada um de nós trabalha ativamente em favor desta lógica. A luta antirracista é cotidiana, de fato, as crianças não aprendem aquilo que dizemos e/ou ensinamos a elas, aprendem aquilo que de fato fazemos, as atitudes que tomamos. Não é fácil mudar, temos que fazer em nosso próprio corpo, mas vale a pena e há urgência! (ABRAMOWICZ E RODRIGUES, 2010, p. 95).

Referindo-se aos povos originários da América e da África, Quijano (2005) afirma que:

[...] os colonizadores exerceram diversas operações que dão conta das condições que levaram à configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo, às quais estavam sendo atribuídas, no mesmo processo, novas identidades geoculturais [...] reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. (QUIJANO, 2005, P.121).

Dessa forma, é de extrema importância manter viva as manifestações culturais que representam a negritude e são fundamentais para o fortalecimento da identidade étnica como ferramenta necessária de resistência ao domínio branco. Ainda existem várias outras maneiras de manifestações de culturas negras espalhadas pelo mundo, como por exemplo, o culto aos orixás, pinturas, esculturas, músicas, danças etc. As comunidades negras e quilombolas são exemplos de resistência social e cultural da negritude, quando se trata de uma sociedade brasileira injusta e discriminadora.

Quando se fala da relação existente entre Brasil e África, o que se pensa é no período colonial, período em que pessoas negras foram escravizadas. Quando na verdade, a história vai muito além disso. Com isso, quando se trabalha a África nas escolas, ela fica reduzida a estereótipos, pois é colocada apenas como um continente marcado por fome, epidemias, guerras e miséria. É verdade que em muitos países essas características estão presentes, porém, não se pode limitar a



representação de um continente tão diverso apenas a algumas de suas características. Essa maneira de estereotipar a África traz consequências para as pessoas negras, consequências essas que resultam no fortalecimento de uma sociedade desigual e excludente, como ressalta (SILVA, 2013):

(...) há sim uma associação na ideia de cor com um determinado continente, e se o continente é ensinado pela geografia como um lugar atrasado que só teve guerras, fome, doenças, uma África pobre, o negro também passa a ser visto pelo aluno e pelo próprio negro com essas características que também estão associadas às condições em que se encontra a maioria da população negra atualmente que é nas favelas, pobres, expostos a doenças e à criminalidade. (SILVA, 2013, online).

Constatamos que, a matriz de conhecimento brasileira permaneceu durante anos, eurocêntrica. A reprodução de valores europeus é o que é reproduzido e tende-se a achar importante. Entretanto, repensar a formação do professor de Geografia é considerar a sociedade contemporânea, suas transformações e reformular essa visão eurocêntrica que vem sendo perpetuada nos currículos escolares.

O mundo tem passado por transformações econômicas, políticas, espaciais, sociais e éticas, que resultam em alterações no campo de trabalho do profissional de Geografia (CAVALCANTI, 2002). Assim, se faz extremamente necessário à reformulação dos currículos escolares a partir da Lei 10.639/2003, bem como, repensar a formação dos profissionais, que é essencial para que seus conhecimentos sejam ampliados, e assim, as necessidades da sociedade contemporânea sejam atendidas.

Conceito de racismo, preconceito e discriminação

O racismo se apresenta na sociedade como comportamento abastecido por ódio, em relação às pessoas que demonstrem pertencimento racial através da cor de pele, cabelo, olhos e etc. A crença de que existem raças ou ser humano superior ou inferior a outro é um dos principais meios de fomentação desse sistema de desigualdade racial. É o que afirma (GOMES, 2012) sobre o racismo:

Racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato dos olhos etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores ou inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira [...]. (GOMES, 2012, p.52).



O preconceito se coloca como uma implicação do racismo. Pode-se entender como um julgamento negativo e rápido em relação às pessoas que possuem qualquer outro papel social. Ou seja, apresenta-se por meio da intolerância e ódio às pessoas de diferentes religiões, culturas etc., afirma Cavalleiro (2003, p.23.).

Sobre a discriminação racial, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) trazem uma discussão para importante reflexão, dizendo que:

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2004, p. 14 e 15).

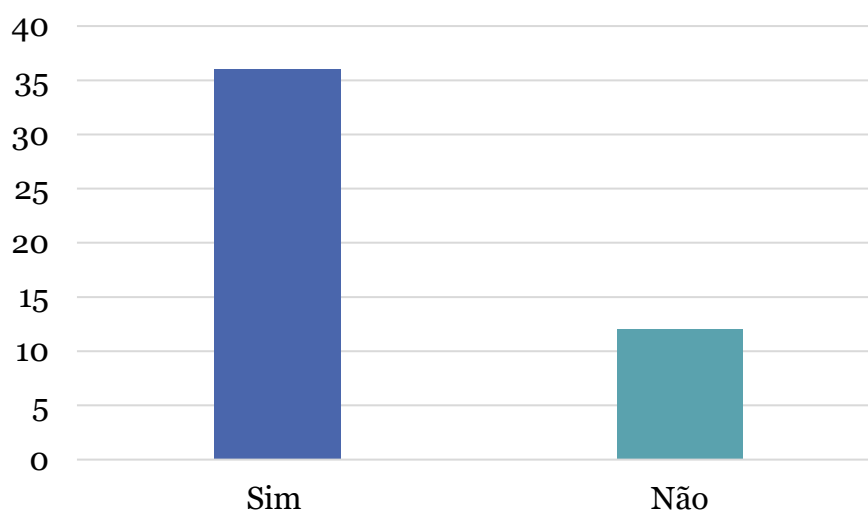
Portanto, é essencial que seja oferecido às crianças e adolescentes, condições adequadas para uma convivência em uma sociedade diversa. Segundo (MUNANGA e GOMES, 2006), a África tem grande contribuição na formação do povo brasileiro, no que se entende por identidade. A influência africana na sociedade brasileira é totalmente perceptível na cultura em geral. Elementos como idioma, hábitos alimentares e crenças religiosas trazem poderosos traços da cultura africana.

Resultados e discussão

Quanto aos resultados em nossa concepção se mostraram bastante promissores, mas em contrapartida em alguns momentos contraditórios. O questionário contou com um total de 48 estudantes, todos eles atuantes do Ensino Médio, que participaram efetivamente da pesquisa. Foram cinco questões “fechadas” com alternativas de “Sim e Não” e apenas uma questão discursiva.



Gráfico 1 - Você já ouviu falar da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em sala de aula?



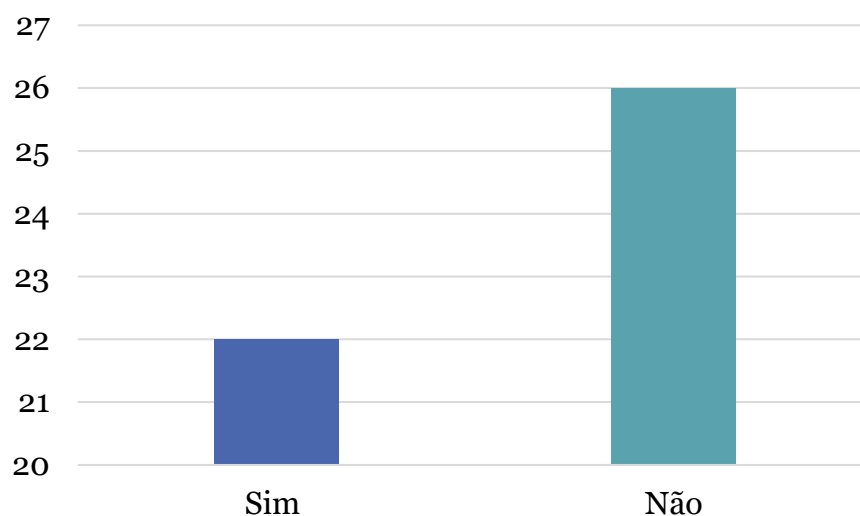
Fonte: Autores, 2022.

Na primeira questão (Gráfico 1) os alunos foram questionados sobre: “*Você já ouviu falar da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em sala de aula?*”. Lembramos que o número total de participantes desta pesquisa foram 48 alunos. Deste total, 36 alunos responderam que sim, enquanto 12 alunos responderam que não. Então segundo os próprios alunos, em algum momento nas aulas de Geografia foi abordado tal temática, eles se mostram como conhecedores da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, mesmo que com um outro nome na qual lhe é atribuído.

As respostas da Segunda questão podemos observar no Gráfico 2. Segundo a própria percepção dos alunos em sua grande maioria o professor atual não costuma trabalhar e nem trabalhou em algum momento sobre a História e Cultura Afro Brasileira e Indígena em sala de aula, e isso pode ser devido a diversas questões: A falta de interesse por parte do professor; falta de apoio pedagógico por parte da escola/gestão; deficiência na formação universitária com ausência nas abordagens relacionadas a temática entre outros. Todos esses fatores juntos levam a não efetivação da Lei de Nº 10.639/2003.



Gráfico 2 - Seu professor atual trabalha, ou já trabalhou com alguma temática relacionada a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena?



Fonte: Autores, 2022.

Tal efeito não é apenas culpa dos professores, ou do professor em questão, mas o grande problema está na ausência de planejamentos educacionais que visem a temática e não mais inviabilize, que partam principalmente do Ministério de Educação (MEC) através de superestruturas que busquem fornecer capacitação, formações completas e incentivos aos profissionais habilitados, e que repassadas para as secretarias regionais podem surtir de fato efeitos positivos, mas lembramos isso requer tempo, planejamento e organização. Portanto é de extrema necessidade um currículo geográfico que possa de fato incluir de forma efetiva e integral aquilo que é descrito na Lei de Nº10.639/2003 uma vez que:

Na atualidade para a ciência Geográfica propor a construção do currículo, é preciso considerar as reações esboçadas pela sociedade, as manifestações que estão fora dos muros da escola e também aquelas que são trazidas para os intramuros. Negligenciar essa situação implica em delimitar as possibilidades do processo construtivo do sujeito e comprometer os movimentos sociais instalados no contexto escolar, e num desdobramento, deixar de ouvir a voz da comunidade (GUSMÃO E SAMPAIO, 2020, p. 1031).

Ainda de acordo com ambos autores (Gusmão e Sampaio, 2020), o trabalho com conteúdos que abarquem as questões étnicas raciais, consiste numa relação de inclusão da realidade escolar, da idade e do bairro, possibilitando desta forma uma assimilação de sua origem e singularidade dos sujeitos inseridos em cada uma de suas esferas familiares, políticas, econômicas e até mesmo ambientais.

SANTOS, Jenner Everton; OLIVEIRA, Susana Dainara Terto. educação étnico-Racial no Ensino de Geografia em uma Escola da GRE Metro Sul – Região Metropolitana do Recife: Lei de nº 10.639/2003, cumprimentos e desdobramentos. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



A questão de número três, é abordada de modo aberta, para assim os alunos poderem opinar suas visões e concepções. A pergunta a ser respondida pelos alunos foi a seguinte: *“Você acredita que seja importante que a disciplina de Geografia trabalhe com as temáticas relacionadas a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena? Por qual motivo?”*

Não colocaremos todas as respostas aqui neste trabalho por questões óbvias. A Seleção das respostas se pautou naquelas que mais nos chamaram à atenção e em cima das mesmas decidimos propor nossas reflexões.

O Aluno “A” e o Aluno “B” respectivamente relatam que: *“SIM! acredito que a cultura afro-brasileira e indígena deve ser inserida na geografia, pois acredito que tais populações mexeram com o solo, com a vegetação entre outros membros do espaço geográfico.”*; *“Sim, pois a Geografia pode trabalhar com a história do povoamento e culturas de seus lugares de origem e etc. É importante aprender de outras formas o mesmo assunto.”* É interessante como as respostas de ambos os alunos se completam e como uma “simples” pergunta toma um rumo tão abrangente a tantas outras temáticas geográficas, desde a relação direta para com o meio ecológico; como uso e ocupação do mesmo; temas que se relacionam e nos remete ao processo de ocupação do território brasileiro a partir dos povos originários e negros advindos de África e de como os mesmos estão situados dentro do espaço geográfico.

O Aluno “C” fala de uma suposta integração entre Geografia e História, nos causando certas inquietações a respeito da atuação de nossa disciplina... Estaria o Ensino de História a frente das Temáticas Raciais e Indígenas em nossas escolas? Vejamos a resposta: *“Sim, com a integração da História dentro da nossa disciplina trabalhar com temáticas sobre o assunto e sempre muito bom.”*. Salientamos a importância das abordagens interdisciplinares e transdisciplinares, e não estamos opostos a isso. A preocupação aqui gira em torno justamente de como a Ciência Geográfica no Ensino Básico possui limitações relacionadas as temáticas que são postas na lei de nº 10.639/2003.

O Aluno “D” revela que: *“Sim, pois nós podemos entender a nossa origem e cultura”*. E aqui se faz presente a noção de construção de identidade, que é de suma importância, por mais que seja uma resposta simples e objetiva, ela nos revela que há de fato dentro dos espaços escolares, e não apenas nesses



ambientes, mas na sociedade como um todo, a ausência “identitária”; de um não conhecimento de si mesmo; de uma estranheza perante o “eu” e os “outros”.

Muitos alunos também atribuíram da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos âmbitos escolares, como uma ferramenta de conhecimento e como caminho/possibilidade de disseminação de informação e combate ao preconceito.

Contudo, como já era de se esperar, alguns alunos acharam estranho a Geografia lidar com uma temática de “História”, seguidamente de uma estranheza e uma repulsa por partes desses, como por exemplo na resposta a seguir: *“Não acho que tenha muito a ver com esta disciplina.”* Infelizmente respostas como essas não são difíceis de achar, reflete a grande forma de pensar muitas vezes dentro da própria Geografia, inseridas no contexto do próprio ensino acadêmico, quem dirá no ensino básico ou na sociedade como num todo.

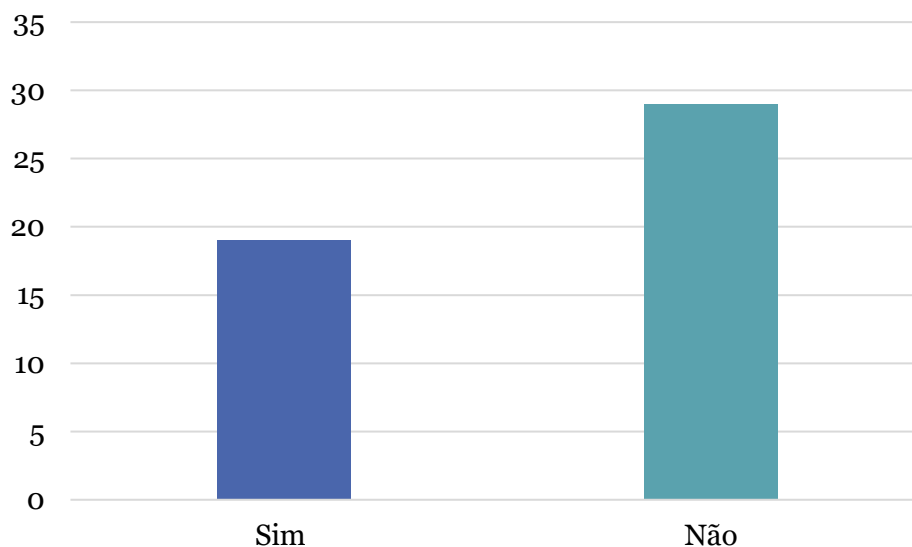
A forma na qual os conteúdos são “passados” pode nos relatar bastante as diferentes concepções de mundo e para isso Barrozo e Santos (2014) acreditam que o ensino é capaz de gerar visões de mundo e controle social, influenciando as formas de enxergar e ler o mundo, a sociedade e as relações sociais.

As respostas da quarta questão pode ser vistas no Gráfico 3. Os alunos foram indagados se seus professores anteriores da disciplina de Geografia trabalhavam com a temática relacionada a este trabalho, e os valores descobertos não nos surpreendeu, tendo em vista que já imaginávamos algo próximo. 60,4% dos alunos, que corresponde no total de 29 alunos relataram que seus antigos professores não trabalhavam com tal temática, enquanto 39,6% equivalente a um total de 19 alunos, relataram que sim, seus professores anteriores trabalhavam com tais temáticas.

De fato, os números são alarmantes, que nos faz pensar e questionar novamente sobre que tipo de formação que nós professores de Geografia estamos tendo nas Universidades? E que tipo de Base Curricular é essa que está em vigência, mas que ignora nossa própria formação identitária histórica?



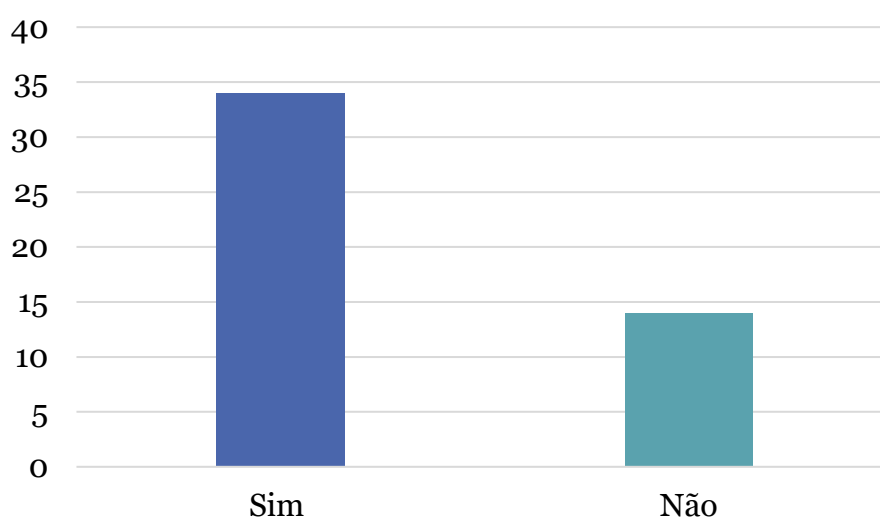
Gráfico 3 - Seu professor (es/as) (anteriores) da disciplina de Geografia trabalhavam com a temática relacionada a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena?



Fonte: Autores, 2022.

A quinta e penúltima questão (Gráfico 4) revelou a percepção dos alunos quanto ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena dentro do ambiente escolar. Como já esperávamos também muitos afirmaram que sim, exatamente 34 alunos, em contrapartida 14 alunos afirmaram nunca terem sequer ouvido falar sobre tal temática.

Gráfico 4 - Você já tinha ouvido falar em algum momento dentro dos muros da escola sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena?



Fonte: Autores, 2022.



Uma análise de modo superficial, pode transparecer que há contradição existente nas respostas, especificamente se tratando da questão de número 4 e de número 5. A grande questão é que de fato em alguns momentos em outras disciplinas para além de Geografia, a História por exemplo é uma disciplina ao nosso ver, que melhor consegue trabalhar com o Ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Indígena, e isto é claro poderia servir de exemplo e modelo para a Geografia do Ensino Básico. A temática é sim trabalhada, mas é tipicamente daquela forma: Apenas em datas “comemorativas” ou mais marcantes, como por exemplo dia 20 de novembro.

E finalmente a sexta e última questão, talvez até aqui a que mais importa, não em grandeza, mas em significado dentro de toda construção do trabalho, é relacionada ao conhecimento da Lei de Nº 10.639/2003 por parte dos alunos. E como também imaginávamos poucos alunos se dizem conhecedores da Lei de Nº 10.639/2003. E isso era de se esperar, devido tanto aos fatores já citados relacionados a falta de interesse, planos educacionais etc. que acaba ocasionando na falta de informações de que de fato existe uma Lei que regulamenta de modo oficial o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena no Brasil dentro dos espaços escolares, uma vez que precisa ser de conhecimento e todos nós, inclusive professores e alunos, como forma de manutenção de direito e acesso a informação e o principal de tudo: Saber da nossa formação histórica.

Na visão de Barrozo e Santos (2014) a Lei de Nº 10.639/2003 se configura como um instrumento fundamental no quesito combate ao racismo dentro da educação, sendo resultado de lutas do Movimento Negro do Brasil. O principal foco da lei é o reposicionamento do negro na sociedade brasileira e o atentamento as relações sociais na educação, através de uma educação racial equalizadora e antirracista.

Considerações Finais

Para não concluir...percebemos que infelizmente a Geografia no contexto do Ensino básico ainda está longe de inserir as temáticas que são postas dentro da Lei de nº 13.639/2013. As respostas dos questionários postos durante o trabalho nos revelam um pouco como os alunos enxergam a ciência geográfica em relação a tal temática. E isso foi apenas possível através de um questionário



contendo tantas questões fechadas como questões abertas, proporcionando um melhor entendimento a partir da percepção dos alunos

Alguns se mostram mais por dentro do assunto, chegando até a revelar em sua opinião sobre a importância de abordagens geográficas relacionadas a temática, mesmo que colocando como modelo o “Ensino de História”. Outros recusam instantaneamente não conseguindo fazer um elo de ligação entre o tema e a própria Geografia, havendo dessa forma uma recusa.

Em suma, acreditamos que a ausência das temáticas do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena faz parte um grande ciclo, que caso não seja rompido, tende a ser reproduzido. É uma temática ausente dentro do ensino universitário dos cursos de Geografia e consequentemente se torna ausente também no ensino básico, gerando despreparo e falta de interesse dos docentes. O passo inicial seria propor justamente uma maior integração da Geografia acadêmica, numa possível reformulação do currículo, que se relacionasse de fato com as questões propostas na Lei nº 13.639/2013, mas isso são apenas ideias para trabalhos futuros que podem vir à tona sobre o tema.

Referências

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T. C. Territorialidade: Relações étnico-raciais: práticas racistas e preconceituosas nas classes de Educação Infantil e propostas para desconstruí-las. **Modos de brincar**: caderno de atividades, saberes e fazeres. In. Org. Ana Paula Brandão, Azoilda Loretto da Trindade. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, v.5, 2010.

BARROZO, M. B.; SANTOS, L. C. I. dos. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Problematizando o Livro Didático. **Anais do VII CBG**, Vitória/ES, v. VII, 2014. VII, Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória/ES.

BRASIL. DCN’S para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. **Brasília**: Ministério da Educação, 2004.

CAVALCANTI, L. D. S. **Geografia e práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALLEIRO, E. d. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2003.

FAGUNDES, M. V.G ; SAMPAIO, A. A. M. . O ensino de Geografia e as diferentes perspectivas para a aplicabilidade da lei 10.639/2003. In: x fórum de

SANTOS, Jenner Everton; OLIVEIRA, Susana Dainara Terto. educação étnico-Racial no Ensino de Geografia em uma Escola da GRE Metro Sul – Região Metropolitana do Recife: Lei de nº 10.639/2003, cumprimentos e desdobramentos. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



formação de professores de Geografia - NEPEG Percursos teórico-metodológicos da Geografia Escolar, 2020, Modalidade Virtual. 2020 **Anais do X Fórum Nacional NEPEG de Formação de Professores de Geografia** ? número 4. Goiânia - GO: Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica - LEPEG Inst. de Estudos Socioambientais, 2020. v. Vol. 4. p. 1028-1039.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: Uma breve discussão, 2012.

_____, N. L. **Cultura negra e educação**. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2003.

KAERCHER, Nestor André. Quando a Geografia Crítica Pode Ser Um Pastel de Vento. Mercator – **Revista de Geografia da UFC**, ano 3, volume 6, 2004.

MUNANGA, K.; GOMES, N. Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

OLIVEIRA, M. F. . **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático).

PEREIRA, M. M.; SILVA, M. Percurso da lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. **Linguagens & Cidadania**, v. 14, jan./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810>> Acesso em: 29 agosto. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2005. **RIOS**, Terezinha Azerêdo. “O gesto do professor ensina”. *Acervo Digital da UNESP*, Universidade Estadual Paulista, São Paulo. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/25/3/DO4_O_Gesto_do_Professor_Ensina.pdf>. Acesso em: 21 de junho de 2022.

SILVA, V. L.; SILVA, W. R. Z. . **Geografia Escolar e Relações Étnico-Raciais**: (re) construindo o espaço afro-brasileiro. Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, Paraíba, set., online, 2013. Disponível em: <<http://nuclamb.geografia.ufrj.br/>>. Acesso em: 21 de junho de 2022.



Racismo e cidade: o apagamento da população negra em Juiz de Fora

Racism and the city: the erasure of the black population in Juiz de Fora

Marcelo Henrique de Sá – marceloh101@hotmail.com
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-8394-1364>

Crislaine Custódia Rosa – custodiacrislaine@gmail.com
Mestranda em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-0265-8872>

Resumo

A cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, apresenta dados raciais importantes para discutirmos sob a das Geografias Negras. Juiz de Fora é a primeira cidade do Estado que apresenta o maior índice de desigualdade racial, ainda, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) de 2018, em parceria com o IPEA, Juiz de Fora é a terceira cidade do país, superada apenas por Porto Alegre e Niterói. A partir desses dados, discutiremos o apagamento da história negra e da diáspora na cidade de Juiz de Fora, pois o apagamento histórico e a desvalorização dessa população resulta em apagamento também na contemporaneidade. Como resultado, apontamos uma grande valorização das culturas de origem branca de descendentes europeus, em detrimento da cultura negra, havendo assim, uma desvalorização da história (e estória) e cultura negra na cidade. Deste modo, afeta quem cria e quem narra a ótica pela qual observamos a cidade.

Palavras-chave: Juiz de Fora, Cidade Negra, Geografias Negras, Racismo.

Abstract

The city of Juiz de Fora, located in the Zona da Mata of the State of Minas Gerais, presents important racial data to discuss under the Black Geographies. Juiz de Fora is the first city in the state that has the highest rate of racial inequality, according to Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud) 2018 data, in partnership with IPEA, and also is the the third city in the country, surpassed only by Porto Alegre and Niterói. From these data, we will discuss the erasure of black history and diaspora in the city,because the historical erasement and the devaluation of this population also results blanking out it in contemporaneity. As a result, we point to a great appreciation of the white cultures of European descendants,in detriment of black culture, thus, there is a devaluation of history (and the narrative history) and black culture in the city. In this way, its affects who creates and who narrates the optics through which we observe the city.

Key words: Juiz de Fora,Black city, Black Geography, racism



Introdução

O presente trabalho, constrói-se a partir da necessidade de abordar a cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, enquanto uma cidade negra. Assim, salientamos que esse trabalho parte de uma concepção do campo das Geografias Negras, que possui como principais características desvendar a dimensão racial do espaço. Segundo Mckittrick e Woods (2007,), através desse campo é possível pensar como as vidas de sujeitos subalternos são moldadas e estão moldando as várias esferas dentro da geografia.

A partir desta perspectiva é possível pensarmos a construção do espaço urbano brasileiro, que carrega consigo marcas do período colonial e imperial, no qual é visto uma grande concentração de terra, renda e poder por um pequeno grupo, fato que tem consequências nos dias atuais, no qual é possível perceber que a população negra ocupa um lugar de desvantagens nas cidades.

Sendo assim, pensarmos o espaço urbano em uma perspectiva racial, tende a apresentar grandes desafios, principalmente pelo grande apagamento que a população negra sofre na formação das cidades. Em Juiz de Fora essa realidade não é diferente, sendo percebido esse apagamento na paisagem e história da cidade.

Trazemos como objetivo, discutir o apagamento e silenciamento que a população negra vem sofrendo na história da construção das cidades brasileiras, discutiremos em particular o caso da cidade de Juiz de Fora.

Como metodologia trazemos a revisão bibliográfica, com a finalidade de construção de uma base teórica que ajude na construção de uma discussão sobre a temática. Em primeiro momento fez-se o levantamento da história negra na cidade, passando principalmente no pós abolição, momento esse que marca a “inserção” do negro na cidade. Posteriormente discutimos a partir de uma linha do tempo mais recente, trazendo o debate para os dias atuais, em que na cidade demonstra consequências da desvalorização da presença negra.

A cidade de Juiz de Fora chama atenção no contexto racial, pois segundo Guimarães; Guimarães, (2001), no século XIX a província onde se localiza a atual cidade, possuía a maior população escravizada do país, sendo considerada o maior concentrador de escravizados no âmbito provincial. Neste sentido, é nítido



a grande influência da população negra na construção da cidade, fato que é apagado.

Esse apagamento está relacionado com as várias dimensões que o racismo adota no contexto brasileiro. Em Juiz de Fora a desigualdade racial é maior que em outras partes do país, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) de 2018, em parceria com o IPEA, Juiz de Fora é a primeira cidade de Minas Gerais com a maior desigualdade racial e a terceira cidade do país, superada apenas por Porto Alegre e Niterói.

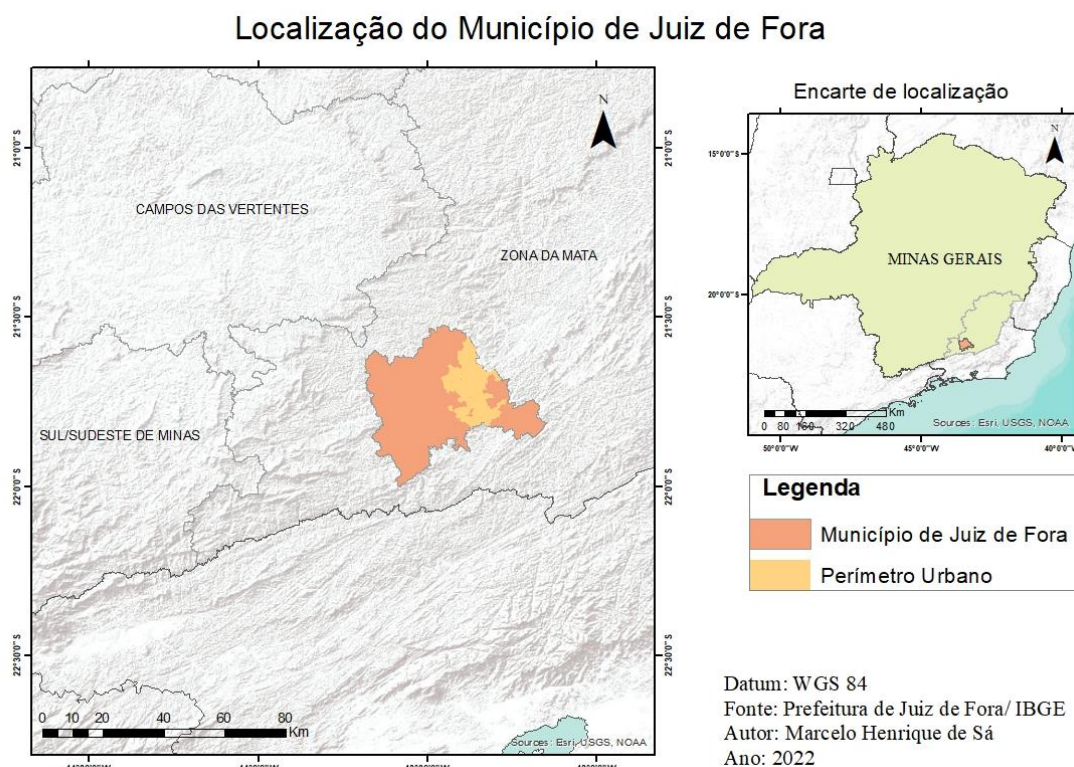
Portanto, o apagamento da população negra na história da cidade, tem consequências nos dias atuais nas desigualdades raciais, que implica diretamente no cotidiano da população negra da cidade. Assim, os resultados deste trabalho demonstram que existe uma grande valorização de cultura brancas de descendentes europeus na cidade e em contrapartida uma desvalorização da cultura negra.

Desenvolvimento

O município de Juiz de Fora, como mostra a figura 1 está localizado na mesorregião da zona da mata no estado de Minas Gerais. O município atualmente encontra-se dividido em 111 bairros e 4 distritos, com uma população estimada em 564.310 habitantes (IBGE, 2018).



Figura 1 – Localização do Município de Juiz de Fora.



A cidade de Juiz de Fora destaca-se na economia mineira desde o século XIX. Os serviços de comerciantes como cambio, hotelaria, sapataria, costura, confeitaria são exemplos de práticas comerciais de destaque na cidade. Essas atividades continuam até a contemporaneidade, refletindo na manutenção de comércios e perpetuação de famílias chamadas tradicionais.

A cidade de Juiz de Fora também segue os traços histórico da produção do espaço urbano brasileiro, sendo sua criação atrelada com a construção da estrada chamada Caminho Novo que ligava Minas Gerais ao Rio de Janeiro, sua função era principalmente para o transporte de ouro proveniente da mineração.

Com a construção do Caminho Novo, mudou-se a dinâmica de circulação de mercadorias e pessoas na região da zona da mata mineira, possuindo um crescimento significativo, com isso foi se criando pequenas cidades, vilas e povoados, destaca-se a cidade de Barbacena e o povoado de Santo Antônio de Paraibuna, que posteriormente se tornaria Juiz de Fora.



Na região da zona mata mineira, houve uma grande expansão cafeeira, que atingiu uma grande parte deste território, que era composto por grandes fazendas, muitas dividas no sistema de sesmarias adotados pela coroa portuguesa, nestas fazendas a mão de obra esporada era de escravizados, como aponta Batista, 2016:

[...] Juiz de Fora foi um importante município da Zona da Mata de Minas Gerais do século XIX, tendo como principal atividade econômica a cafeicultura. Em relação a sua área urbana, esta localidade foi um importante entreposto comercial da Mata mineira oitocentista, escoando parte da produção cafeeira de Minas Gerais e oferecendo inúmeros serviços como os de cambio, hotelaria, sapataria, costura, confeitaria, dentre outros (BATISTA, 2016, p. 122).

Neste sentido, a cafeicultura transformou a cidade no referencial urbano da região da Zona da Mata, no qual teve função importante na construção de uma rede de relação comercial, social e cultural. Segundo Assis; De Lima, 2014, com o declínio da produção de café entre o final do século XIX e o início do século XX, Juiz de Fora se mantém seu destaque comercial, social e cultural, porém é nesse momento que a cidade se apresenta como um grande polo industrial. Esse período marca também o fim do regime de escravização no Brasil.

Como bem traz Nascimento, (2017, p.20) com a abolição os escravizados e seus descendentes foram jogados na marginalidade da sociedade, exonerando de responsabilidade os Senhores, o Estado e a Igreja. Nesse processo, “o negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal”. A liberdade conquistada se mostra extremamente precária, senão falsa em sua essência. As condições de vida dos ex- escravizados não têm melhorias perceptíveis, apenas talvez a ausência dos castigos físicos do feitor.

A “inserção” da população negra pós abolição nas cidades brasileiras, é marcada pela subalternização, refletindo em expressões espaciais, no qual é possível observar a criação de vários guetos pela população de ex- escravizados nas cidades brasileiras, principalmente por conta abandono do Estado, o que também é apresentado em Juiz fora:

Com a abolição da escravidão, Juiz de Fora sofreu com o êxodo de grande parte dos libertos para os quilombos próximos. Aos que permaneceram, restou se submeter à própria sorte, já que não houve



nenhum tipo de política pública que garantisse o acesso à terra ou a qualquer tipo de assistência pública que amortizasse os efeitos dessa transição (DE ASSIS; DE LIMA, 2014, p.47).

Neste sentido, a população negra teve que adotar estratégias de sobrevivências no espaço urbano. Com forte influência do poder pública a área central foi marcada por violência e tensionamentos para essa população, fato que potencializou a ida desse grupo para as áreas periféricas.

Batista (2006) em seus trabalhos, descreve a sociedade juiz-forana como extremamente segregacionista, excludente e conservadora quando se trata das populações negra, no qual é apresentados legislações que autorizam a proibição de às práticas religiosas, esportivas, sociais e culturais para afrodescendentes ao inserirem-se na sociedade, no século XX.

Nesta perspectiva a população negra era proibida de ocupar alguns espaços da cidade, principalmente na área central, possuindo poucos lugares em que a população negra poderia ocupar, segundo Batista (2015), a Rua Marechal Deodoro era conhecida como o “local em que o povo negro podia circular à vontade” (p.48). Demonstrando aí, a espacialidade e o lugar do negro na sociedade juiz-forana em determinado momento, bem como a consolidação dos Clubes Sociais Negros. De negros, para negros.

Portanto, a partir desse movimento os ex- escravizados em Juiz de Fora ocupam a periferia e morros da cidade, no qual foram criados laços afetivos, culturais, religiosos entre outros. Assim sendo, segundo Batista, (2015), formaram-se vários bairros na cidade, destacando, São Benedito antigo Arado, Megiolário e São Tarcísio, Lamaçal hoje Bom Pastor, Santa Rita, Serrinha conhecido hoje como Dom Bosco, Santa Luzia, Santo Antônio da Boiada, Santa Luzia, entre outros lugares. Segundo De Jesus Barreto, (2018, p.305) “eram bairros que não possuíam nenhuma infraestrutura e corajosamente, por não haver outra opção, a população pobre foi habitando essas áreas”.

Cabe ressaltar a forte presença dos clubes negros da cidade de Juiz de Fora, que pelo encontro dos seus membros, desenha uma grafia negra pela cidade. A construção desses clubes negros, como nos traz Batista (2015b), é forma de afirmação da população negra na cidade.



Em sua pesquisa, a autora nos mostra como a identidade negra foi fomentada pelos membros dos clubes de dança, futebol e agremiações da cidade e na cidade. Sendo esses, com suas sedes nas regiões periféricas na cidade, afirmando que esses “se reúnem a partir da segregação estrutural a que estão submetidos” (Batista, 2015, p.29). O que Batista (2015) nos apresenta, são relatos e fatos históricos que nos mostra a força que essas agremiações têm na cidade, a partir de relatos imponentes registrados a partir da historiografia e na memória de seus interlocutores, pessoas que fazem a cultura permanecer e que se recordam bravamente da força e da resistência que os fizeram chegar e permanecer.

A população negra está presente na criação e formação de vários bairros da cidade, como é apontado Guimarães (2001), igualmente ao que aconteceu em vários centros urbanos no país, em Juiz de Fora os escravizados participaram como atores na construção da história da cidade, fato que vem sendo ocultado/silenciado e apagado.

Das memórias juiz-forana abordada por Batista (2015), uma chama atenção, que é o relato do mestre Sr Ivam, em que o mesmo afirma que por volta dos anos de 1824 Juiz de Fora foi uma região densamente povoada pela população negra, que vinha desde a zona norte da cidade, localizada nos arredores de Benfica, indo até a Igrejinha. Apresento sua descrição:

Os afrodescendentes eram muito numerosos e ali havia uma grande fazenda cujo proprietário era um afrodescendente denominado Matos. Vivia ele com a família. ‘Tocavam a fazenda’ muito grande com grandes pastos. Tanto que a Estrada de Ferro por ali passava tinha um ponto de embarcação de gado dali pra fora, sendo que o tráfego de ferrovias era intenso no local, como ocorria em todo o estado e também no Brasil. Ao alugarem a fazenda pra pasto, as relações foram se acirrando e a antiga fazenda foi desmembrada. (BARBOSA, 2013).

Neste sentido, é correto afirmar que o processo de apagamento/ocultamento, se dá em grande parte das cidades brasileiras, como é o caso de Juiz de Fora, por conta de todo um sistema de construção de hierarquização social, no qual a branquitude tem papel ativo na manutenção do racismo, que coloca o negro em posição desfavorável em várias esferas sociais.



Portanto o racismo é um elemento crucial para o entendimento de todo processo de apagamento, silenciamento que a população negra vem sofrendo nas cidades brasileiras, como é o caso de Juiz de Fora.

Assim sendo, em uma sociedade na qual o racismo está fortemente presente nas construções sociais, é nítido que esse processo anteriormente especificado faz parte de um processo de genocídio financiado pelo Estado e branquitude, em que segundo Nascimento⁴, (2017) se faz de força física e simbólica. O apagamento da população negra nas cidades se enquadra nas duas formas, em que é possível notar a intenção de retirar toda relevância da presença negra na cidade. Neste sentido, De Oliveira, (2019) dirá:

A política de silenciamento buscou apagar e/ou usurpar dos saberes dos escravizados, mas também silenciar o conteúdo violento das formas espaciais, isto é, uma política de memória espacial que produz um esquecimento consciente de que a raça foi mobilizada para escravizar pessoas, dominar territórios, impor uma soberania e hierarquizar o humano (DE OLIVEIRA, 2019, np).

Em Juiz de Fora essa realidade não é diferente, sendo que a presença da cultura negra e da influência desta na cidade aparece timidamente em alguns pontos da cidade, o que para uma cidade que tem uma grande presença negra é muito pouco. Lopes (2021), dirá que em Juiz de Fora percebe-se uma grande desvalorização das memórias negras, em contrapartida é possível notar uma grande valorização da memória branca de descendentes europeus, sendo perpetuada desde a infância, no qual as crianças crescem escutando sobre a Princesinha de Minas, a Manchester Mineira e que acaba sendo construído uma naturalização no subconsciente coletivo como identidade da cidade.

Um exemplo é o bairro São Pedro, como bem traz Batista, (2016), esse bairro teve em sua formação a presença negra, através de um quilombo, fato que não é evidenciado nos dias atuais, sendo exaltado apenas a presença de imigrantes alemães em sua formação.

A manutenção desse cenário de valorização de memórias brancas na cidade, reflete no imaginário atual da cidade e efetivamente em suas ruas, praças

⁴ Abdias Nascimento em seu livro “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado” traz as várias tentativas genocidas adotadas pelo Estado e a branquitude na tentativa de aniquilação das expressões simbólicas da negritude (dança, religião, entre outros) e do material, atrelado principalmente ao corpo negro e seus territórios.



e festas (Lopes, 2021). A cidade é chama de Princesinha de Minas e Manchester Mineira, reverberando uma imagem colonial pela titulação real e Manchester a qual reflete a arquitetura moderna de sua parte central semelhante à cidade inglesa. Porém, quando apontamos esses fatos, caem no esquecimento fatos como o de que o bairro São Pedro, na parte alta da cidade originou-se de um quilombo (Batista, 2016), o que reforça o argumento que discutimos no presente trabalho, ao qual reflete o apagamento da história negra na cidade.

Neste contexto, é possível notar a valorização de determinadas culturas na cidade, como é o caso da cultura alemã, no qual existe uma festa tradicional na cidade, a “festa alemã”. Neste mesmo caminho, percebe-se uma grande presença de nomes de famílias brancas tradicionais que nomeiam as principais praças, avenidas e ruas da cidade, outro ponto a destacar é o monumento em homenagem à Princesa Isabel que se encontra na cidade.

Portanto, segundo Geny essa valorização é explicada por conta que:

Assim, nas seleções e constituições de patrimônios ocorre uma supervalorização para um grupo e uma desvalorização para outros grupos. As heranças africanas permanecem sendo subjugadas pelo silenciamento, apagamento e apropriações de suas marcas negras. Neste caso, os lugares são bem delimitados em erudito para patrimônios de herança europeia e popular ou folclórica para africana, na verticalidade e não horizontalidade, onde a primeira é o topo supervalorizado e a segunda a base desvalorizada (GUIMARÃES, 2018, p.101).

Essa desvalorização, também tem como consequência, práticas e ataques racistas que são bem comuns na cidade, destacando o bloco de carnaval “doméstica de Luxo”, na qual pessoas brancas de classe média/alta utilizavam-se da prática “blackface” para representar de forma totalmente estereotipada e racista, mulheres negras como empregadas domésticas. Outro momento como mostra a figura 2, foi a inscrição racista no muro da Escola Estadual Fernando Lobo em 2017 no bairro São Mateus.



Figura 2 – Inscrição racista no muro da Escola Estadual Fernando Lobo.



Fonte: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata>.

Assim sendo, esses atos refletem a condição que o negro está na hierarquia da sociedade, sendo fruto segundo De Oliveira, (2019), do racismo brasileiro que inventou o negro como problema espacial. Nesta perspectiva, o autor traz que o uso e a apropriação do espaço na cidade são marcados por intencionalidades racistas, fruto inteiramente do racismo anti-negro que tem grande interferência na produção espacial e social. Portanto, De Oliveira nos dirá que:

O racismo brasileiro cria e recria condições para impedir a reconstrução das experiências de tempo e a construção histórica de uma consciência espacial definindo o que deve ser lembrado, onde deve ser lembrado, como deve ser lembrado, quando deve ser lembrado, em que contexto deve ser lembrado, quais inscrições serão escolhidas para serem lembradas e, principalmente, o que deve ser esquecido, silenciado e apagado para não comprometer as estruturas sociais de poder racista, que paradoxalmente, não se vê como racista (DE OLIVEIRA, 2019, np).

O apagamento da população negra e de suas necessidades reais ao acesso e uso da cidade em Juiz de Fora, traduz o racismo estrutural sofrido pela população negra, e que tem suas raízes no passado escravista da cidade. Neste sentido, o fazer a cidade está predominantemente nas mãos da branquitude, que participa como sujeito ativo na história da construção espacial das cidades.



Sendo assim, De Oliveira, (2019), aponta que um dos caminhos para a ruptura dessa realidade é descolonizar os processos de produção do espaço, a partir disso será possível descolonizar os processos de produção das cidades, e com isso reconhecer a presença e a ação da população negra nos processos de produção e apropriação da cidade.

Considerações Finais

Todo esse processo descrito no texto, nos chama atenção quando percorre a cidade. A falta dessa história, contada pelas mãos de quem construiu a cidade, não nos toca em nenhum momento. Onde estão os negros e negras de Juiz de Fora na história? Por uma perspectiva geográfica, podemos observar a construção da cidade. A parte alta com moradias de luxo, condomínios, boates e moradores brancos, que em parte descendem destes que contam a história branca. Que festejam sua festa alemã e que dissecam em muros seu asqueroso racismo de cada dia.

Deste modo, é importante enfatizarmos os perigos constantes de uma história contada apenas por um lado. História essa que pelos nomes nas ruas, praças e festas populares reflete apenas a imagem branca que querem passar e grafar as ruas.

A partir de nossa pesquisa bibliográfica, percebemos que não é comum encontrarmos a população negra na cidade de Juiz de Fora, sob outra perspectiva que não seja a escravização. Faltam trabalhos que apontem o papel dessa população na construção do capital, da urbanização e da industrialização da cidade, e assim, evidencia-se como o racismo é estruturante. Ele atua como mantenedor de privilégio e forma social de dominação de uma classe sobre a outra, em que a população negra aparece como subalterna e apagada.

Como nos fala Araújo (2020), as distintas territorialidades no espaço e no tempo, nos apresenta uma omissão de informações, erros e equívocos oficializados, a partir da historiografia, geopolítica e do Estado, que atua como um mantenedor do sistema dominante conservador, oligárquico, segregador e preconceituoso.



Os clubes trazidos de forma cativante por Batista (2015) formam um acervo elaborado pelos sujeitos e seus descendentes apesar de se distanciarem da imagem central da cidade de Juiz de Fora, pregada pela cidade e impregnada no imaginário social da população.

A história da população negra brasileira é moldada por reinvenções de seus ritos, e resistência de suas práticas, que resultou em nossa sobrevivência nesse país apesar do Estado se apresentar como arma dos brancos para nos matar, nos apagar e nos deslegitimar. No pós- abolição os negros foram jogados ao desdém, e enfrentaram dificuldades de inserção nas zonas urbanas em que se fizeram presentes. Processos como a gentrificação, afastam essas pessoas dos centros e tornam mais difíceis a moradia e permanências dessas pessoas em seus lugares de moradia em alguns casos. Em Juiz de Fora não foi diferente.

Batista (2015), em sua pesquisa, através da locução do Sr. Ivam aponta a cidade como um lugar de oportunidade para poucos, em que a população negra se encontra em visível desvantagem. Concluindo sua narrativa, o mestre Sr. Ivam nos deixa uma mensagem que segundo ele, poderia solucionar parte dos problemas da juventude negra na cidade e região, sendo esta, a educação profissionalizante, para uma possível integração da juventude negra.

A população negra juiz-forana existe, se territorializa e resiste na cidade que não a recebe. Bairros como São Benedito antigo Arado, Megiolário e São Tarcísio, Lamaçal hoje Bom Pastor, Santa Rita, Serrinha conhecido hoje como Dom Bosco, Santa Luzia, Santo Antônio da Boiada, Santa Luzia, os bairros da Zona Norte resistem e existem.

Referências

Araújo dos Anjos, R. S. (2020). A geografia afrobrasileira, o estado de mentalidade colonial e a governança racista. **Boletim Paulista De Geografia**, 1(104), 23–60. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/2137>

BATISTA, Caio. Cotidiano e escravidão urbana na Zona da Mata de Minas Gerais. **Faces da História**, v. 3, n. 2, p. 113-135, 2016.



Batista, Rita de Cássia Souza Félix. Clubes sociais negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora/MG / Rita de Cássia Souza Félix Batista. – 2015. 213 f. : il. color., enc. ; 30 cm. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, **Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira**, Fortaleza, 2015.

DE ASSIS, Leandro Alves; DE LIMA, Elias Lopes. Racialidade e preconceito nas relações de trabalho na cidade de Juiz de Fora. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 4, n. 2, 2014.

DE JESUS BARRETO, Ana Claudia. O lugar do negro em Juiz de Fora-MG: segregação ambiental, espaço e raça. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 15, n. 30, p. 197-214, 2018.

DE OLIVEIRA, Denilson Araújo. Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: A ‘pequena África’ como forma espacial de descolonização da área central e portuária do Rio de Janeiro. 2019.

GUIMARÃES, Elione Silva; GUIMARÃES, Valéria Alves. Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora. Juiz de Fora: **Funalfa**, 2001.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. O conceito de lugar no processo-projeto patrimonial negro-brasileiro. Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença. **Goiânia: Gráfica UFG**, 2018.

LOPES, Vanessa. Quais são as memórias menos valorizadas na cidade de Juiz de Fora? **Revista Casa D'Italia**, 2021. Disponível em: <https://casaditaliajf.com.br/2021/11/29/revista-casa-ditalia-quais-sao-as-memorias-menos-valorizadas-na-cidade-de-juiz-de-fora>.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado/ Abdias Nascimento. - 1 reimpr. da 2. ed. - São Paulo: **Perspectiva**, 2017.

McKITTRICK, K., & WOODS, C. A. **Black geographies and the politics of place**. Toronto, Ont.; Cambridge, Mass.: Between the Lines; South End Press, 2007.



Educação étnico-racial nos Anos Iniciais – Um Plano de Ação

Ethnic-Racial Education in the Early Years – An Action Plan

Marcia Augusta dos Santos – profmarciaaugusta@gmail.com
Mestranda em Ensino Profissional de Geografia - UFSM

Resumo

Início este artigo, com uma revisão literária que ressalta a necessidade de uma educação voltada para a igualdade racial, estudando produções acadêmicas na área da Geografia, sobre essa temática, que favoreçam um olhar positivo para o povo negro, trabalhando para a construção de uma educação étnico-racial nas escolas. Em seguida apresento um plano de ação interventivo, mostrando como a questão étnico-racial pode ser trabalhada nos Anos Iniciais, com crianças na faixa etária dos 7 anos; colocando a importância da representatividade para o desenvolvimento de uma autoimagem positiva, independentemente da cor da sua pele. Esse trabalho pode contribuir com professores de crianças pequenas, pois mostra como o protagonismo de crianças negras se dá em áreas significativas para essa faixa etária, no caso a literatura e o desenho animado. Espero, na prática, criar um olhar sobre como a criança negra pode perceber-se representada em um universo tão importante para si que é o imaginário das histórias literárias e das animações a que tem acesso, principalmente na escola. Pretendo contribuir para uma reflexão a respeito do assunto abordado, visando construir uma escola que valorize a diversidade com a construção de hábitos de cooperação e respeito.

Palavras-chave: Educação, Étnico-racial, Racismo, Criança, Anos iniciais.

Abstract

I start this article with a literary review that emphasizes the need for an education focused on racial equality, studying academic productions in the area of Geography, on this theme, that favor a positive look at the black people, working for the construction of an education ethno-racial in schools. Then I present an intervention plan, showing how the ethnic-racial issue can be worked on in the Initial Years, with children aged 7 years; placing the importance of representation for the development of a positive self-image, regardless of the color of your skin. This work can contribute to teachers of young children, as it shows how the role of black children takes place in significant areas for this age group, in this case, literature and cartoons. I hope, in practice, to create a look at how black children can perceive themselves represented in a universe so important to them, which is the imaginary of literary stories and animations to which they have access, mainly at school. I intend to contribute to a reflection on the subject addressed, aiming to build a school that values diversity with the construction of habits of cooperation and respect.

Key words: Education, Ethnic-racial, Racism, Child, Early years.



Introdução

A população afro-brasileira, historicamente, foi excluída dos processos de ensino-aprendizagem, o que contribuiu para a consolidação das desigualdades apresentadas até hoje. O racismo em nosso país se apresenta de forma institucionalizada, ocorrendo em organizações sociais por meio de engrenagens veladas que acabam consolidando as desigualdades raciais, culturais e socioeconômicas. A escola, hoje, é um meio onde a complexidade das relações entre os vários sujeitos e grupos sociais que a compõe, dita a forma como se dá a sua organização. Dentro da escola a criança constrói a sua identidade a partir do olhar do outro, através da cultura, da linguagem, das regras sociais. É responsabilidade de toda a comunidade escolar propiciar estratégias para a construção da igualdade e da justiça social, respeitando e valorizando as diferenças que formam o povo e o território brasileiro. Como aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004):

(...) a escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente [...] contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política (BRASIL, 2004, p.17)

Dessa forma a educação se torna um mecanismo essencial para suplantar o racismo, a partir de uma formação que não reafirme discursos racistas, ações preconceituosas e segregacionistas; e sim que promova a elaboração de um repertório imaginário positivo acerca da população afro-brasileira, incentivando as crianças negras a assumirem suas identidades. Como afirma BENEVIDES (1998), a educação é apreendida fundamentalmente como:

[...] a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, julgamento e escolha para viver conscientemente em sociedade, o que inclui também a noção de que o processo educacional, em si, contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, crenças, mentalidades, costumes e práticas. (BENEVIDES, 1998, p. 34 e 35)

A partir da promulgação da Lei Federal 10.639, promulgada em janeiro de 2003, pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, nos currículos de todas as escolas, as instituições de ensino passaram a ter a



obrigatoriedade e o desafio de construir uma educação para a igualdade étnico-racial, livre de estereótipos racistas.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra-brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Assim todas as disciplinas escolares precisam organizar e adequar seus currículos com o intuito de promover conteúdos relacionados a população negra de forma positiva, valorizando a história desse povo, que é parte fundamental da nossa sociedade e sofre ataques racistas rotineiramente, resistindo à exclusão social, lutando contra o racismo e buscando formas de igualdade e de oportunidades para a melhoria da sua condição de vida. A promulgação da Lei 10.639/03, é um importante fruto da luta e resistência do povo negro em nosso país, como afirma SANTOS (2011).

A Lei 10.639, promulgada em janeiro de 2003, é atualmente o principal instrumento de combate ao racismo no campo da educação. Fruto de lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro, ela vem tendo sua aplicação marcada por uma pluralidade de formas de atuação deste movimento social, que dá cada vez maior amplidão e complexidade aos desdobramentos da Lei. (SANTOS, 2011, p.5)

Dessa forma, os desafios para o ensino de Geografia, enquanto ciência, não se restringem à maneira de realizar a transmissão do conhecimento científico, mas envolve a construção de outros processos fundamentais na formação humana, como a construção da identidade, seus espaços de socialização, e a interação com o meio vivido.

Desenvolvimento

O que a criança aprende na escola norteia a sua visão de mundo, por isso, existe a necessidade de um ensino em que haja espaço para a diversidade, a temática aqui estudada é de grande importância, já que vivemos em um país formado por uma multiplicidade étnico-racial, o que gera debates sobre como essas relações se apresentam nos vários grupos sociais onde a criança está



inserida, envolvendo algumas problemáticas – como a forma em que se dá o ensino nas escolas, uma vez que esta está a serviço da sociedade, transmitindo conhecimentos, valores e convicções. Marc Ferro aponta que “não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida” (Ferro, 1983, p. 11). De acordo com Ferro podemos entender como o ensino é um dos meios de formação de identidades, perpetuação de valores, tradições e culturas de uma sociedade.

A escola tende a não compreender as crianças como agentes sociais que produzem suas próprias culturas, contribuindo na construção das sociedades adultas, mas a importância desses sujeitos precisa ser considerada, pois as relações raciais construídas e vivenciadas neste período podem ser muito promissoras e transformadoras para a realidade social no futuro. A Geografia como disciplina escolar pode contribuir na forma como as relações étnico-raciais são tratadas nessa etapa de ensino, pois é um instrumento importantíssimo para a construção da cidadania, da compreensão do espaço e do lugar.

O papel da Educação e, dentro dessa, o do ensino de Geografia é trazer à tona as condições necessárias para a evidência das contradições da sociedade a partir do espaço, para que no seu entendimento e esclarecimento possa surgir um inconformismo com o presente e, a partir daí, uma outra possibilidade para a condição da existência humana. (STRAFORINI, 2004. P. 178)

Dessa forma, podemos deduzir que a criança precisa conhecer para poder se identificar e intervir no espaço, pois conhecendo o espaço, ela conhece a si mesma e ao próximo. Conhecer o espaço pode nos mostrar as razões de ainda existir o racismo em nossa sociedade e os mecanismos que contribuem para sua manutenção, e é esse espaço que a geografia escolar deve apresentar para as crianças. Callai (2001) afirma que:

A Geografia que estuda este mundo, expresso pela produção de um espaço resultante da história das sociedades que vivem nos diversos lugares, constituindo os diversos territórios, tem considerado a necessidade de formar o cidadão? A questão é situá-lo neste mundo e através da análise do que acontece dar-lhe condições de construir os instrumentos necessários para efetivar a compreensão da realidade. (CALLAI, 2001, p. 138)

Precisamos, enquanto professores de Geografia, colocar em prática os conhecimentos geográficos, previstos nos currículos, para combater o racismo. Callai (2001) aponta que, “é necessário entender que o estudante é um ser



humano dotado de historicidade e experiências adquiridas em sua própria vivência e a partir desse pressuposto ampliar e aprofundar conhecimentos do seu espaço e lugar correlacionando com outros distintos”. Desenvolvendo uma consciência espacial, para poder cumprir um dos objetivos da educação escolar, que é agir na sociedade de forma crítica, buscando a igualdade e a justiça. Dessa forma o ensino de Geografia, tem um importante papel na construção de identidades, preservação e valorização de diversas culturas, contribuindo significativamente para a formação da cidadania como elucida Castrogiovanni (2010):

O conteúdo de Geografia, neste contexto, é o material necessário para que o aluno construa o seu conhecimento, aprenda a pensar. Aprender a pensar significa elaborar, a partir do senso comum, do conhecimento produzido pela humanidade e do confronto com os outros saberes (do professor, de outros interlocutores), o seu conhecimento. Este conhecimento, partindo dos conteúdos de Geografia, significa “uma consciência espacial” das coisas, dos fenômenos, das relações sociais que se travam no mundo (CASTROGIOVANNI, 2010, p. 93).

Para isso, é preciso ressaltar a importância do trabalho do professor, cabe a ele, dentro da sua prática pedagógica, o papel de propiciar às crianças o exercício de questionar os saberes e a realidade, desenvolvendo sua criticidade. Como afirma Callai (2001):

Uma postura pedagógica que permite ao aluno se dar conta da dignidade e do valor de suas próprias percepções e histórias é uma postura que permite estudar a própria realidade concreta em que se vive, superando o senso comum e reconhecendo a história do meio em que vive como a sua própria história. A partir daí põe-se a necessidade de abstrair da situação concreta em que se vive, a fim de buscar as explicações gerais que dão conta das realidades locais. (CALLAI, 2001. p. 147).

A inclusão da temática étnico-racial na educação das crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tem o objetivo de propiciar uma educação que supere o racismo e as desigualdades geradas por ele. A importância de se trabalhar questões étnico-raciais com as crianças, é, proporcionar a construção da identidade delas, pois é a partir desse momento que as crianças começam a se perceber no mundo e a perceber o outro. Por isso, mostrar a importância de respeitar as diferenças é uma lição que deve ser ensinada desde os primeiros anos de escolaridade, antes de mais nada, é essencial reconhecer que existem as diferenças e que elas devem ser respeitadas.

Quando a criança entra na escola existe uma ampliação do seu convívio social, que deixa de ser prioritariamente a família e estende-se aos colegas e aos



profissionais da escola. Essa ampliação propicia à criança, uma gama de interações sociais com seus pares e com adultos, com diversas subjetividades, etnias, gêneros e identidades, essas relações terão grande influência na formação de sua própria identidade e autoimagem.

Segundo Bento (2012), a formação da identidade da criança acontece por meio da socialização, e das relações estabelecidas com “o outro” é construída sua autoimagem e autoconceito. Assim, uma educação voltada para as diversidades torna-se extremamente necessária, e deve fazer parte da reflexão do professor em sua prática docente desde o início da escolarização da criança. De acordo com Abramowicz (2006):

Precisamos no nosso trabalho cotidiano, incorporar o discurso da diferença não como desvio, mas como algo que enriquece nossas práticas e as relações entre as crianças, possibilitando, desde cedo, o enfrentamento de práticas de racismo, a construção de posturas mais abertas às diferenças e, conseqüentemente, a construção de uma sociedade mais plural. (ABRAMOWICZ et al., 2006, p.74)

Ainda em Abramowicz et al., a partir do estudo de diferentes pesquisas, crianças aos 4 anos de idade “[...] já passaram por processos de subjetivação que as levaram a concepções já tão arraigadas no nosso imaginário social sobre o branco e o negro e conseqüentemente sobre as positivities e negatividades atribuídas a um e outro grupo racial” (2010, p. 85). Fica clara a importância da escola e das concepções e visão dos profissionais que trabalham com essas crianças para o reforço ou combate aos preconceitos e estereótipos negativos atribuídos às pessoas negras.

Segundo Romão (2001), é necessário que o educador compreenda os alunos como indivíduos que pertencem a culturas coletivas, mas sem deixar de observar que cada aluno possui sua individualidade dentro desta coletividade, atentando para aspectos emocionais, cognitivos, físicos e culturais; dessa forma estará trabalhando para a promoção da autoestima dessas crianças.

O educador que não foi preparado para lidar com a diversidade tende a padronizar o comportamento dos seus alunos (ROMÃO, 2001, p. 163). Para romper com esse padrão o professor precisa ter uma prática pedagógica que promova a autoestima dos seus alunos, que esteja comprometida com a promoção da igualdade, com o respeito ao indivíduo e suas relações com a coletividade. A escola não é uma instituição isolada da sociedade, ela produz e



reproduz diferenças históricas, sociais, raciais e econômicas. No âmbito escolar, a diversidade étnico-racial se apresenta rotineiramente, nas relações interpessoais, no pertencimento étnico-racial da comunidade escolar, nas brincadeiras, nas várias formas de linguagens corporais e artísticas, nas práticas docentes. Uma prática pedagógica antirracista demanda estudo, planejamento e projetos compartilhados com toda a equipe escolar, a escuta das crianças e o trato pedagógico dos seus questionamentos são ferramentas fundamentais para que a educação étnico-racial seja efetivada.

É de extrema importância trazer para a sala de aula representações de todas as etnias, buscando livros e histórias que apresentem como referencial personagens com diversas características. É preciso também buscar trabalhar com as crianças a desconstrução das imagens estereotipadas dos negros. Para Gomes (2005):

Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amizades e se prolonga em instituições profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. (GOMES, 2005, p.54)

Baseado nessas afirmações de Gomes, as atitudes das crianças e seus julgamentos raciais não são naturais, ou seja, a criança não nasce com opiniões e ideias formadas, mas aprende por meio do contato e o do convívio com o mundo que a rodeia, que pode apresentar o tratamento de outras etnias de forma harmoniosa, convivendo e respeitando as diferenças ou por atos preconceituosos e discriminatórios. As referências da cultura afro-brasileira contribuem na formação da identidade da criança negra e possibilita a compreensão das crianças brancas ao reconhecerem a existência das diversidades culturais, desmistificando a ideia de superioridade racial.

No quadro a seguir apresento o Plano de Ação Interventiva, elaborado por mim, como trabalho final do curso Eixos Transversais: Educação para as Diversidades, oferecido pela EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) do Distrito Federal, realizado em 2021. Esse trabalho aborda como a questão étnico-racial pode ser trabalhada em uma escola de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, propondo um plano de ação interventiva para alunos do 1º ano na faixa etária dos 7 anos; colocando a importância da representatividade para o desenvolvimento de uma autoimagem positiva das



crianças, independentemente da cor da sua pele. Acredito que o Plano de Ação Interventiva, possa contribuir para direcionar o olhar dos professores de crianças pequenas, para uma forma prática de se trabalhar a educação étnico-racial, pois demonstra como o protagonismo de crianças negras se dá em áreas significativas para essa faixa etária, no caso a literatura e o desenho animado. Apresento ideias práticas e de fácil execução em sala de aula, que podem servir de exemplo e nortear futuros planejamentos para esse público estudantil. Espero, na prática, criar um olhar sobre como a criança negra pode perceber-se representada em um universo tão importante para si que é o imaginário das histórias literárias e das animações a que tem acesso, principalmente, na escola. Pretendo contribuir para uma reflexão a respeito do assunto abordado, visando construir uma escola que valorize a diversidade com a construção de hábitos de cooperação e respeito, levando em conta a especificidade de cada criança.

Plano de Ação Interventiva - Curso Eixos Transversais: Educação para as Diversidades

Cursista: Marcia Augusta dos Santos Turma: T-03

Escola: Escola Classe 09 de Planaltina-DF

Docente proponente: Marcia Augusta dos Santos

Ano Letivo de realização da proposta: 2021

Data de início: 22/11/2021

Data de finalização: 10/12/2021

1. Diagnóstico

A turma do 1º Ano C da Escola Classe 09 é uma turma de Integração Inversa, composta por 15 alunos, sendo 02 diagnosticados com TEA (Transtorno do Espectro Autista), destes 05 são meninas e 10 meninos. Depois de atividades diárias sobre identidade, foi possível perceber que parte da turma não se descrevia, através do autorretrato, de forma real, principalmente no que se refere à cor da pele. Após diagnóstico realizado através de questionário com imagens de desenhos animados infantis e perguntas sobre os personagens principais de cada um deles foi constatado que a maioria das crianças não conheciam os desenhos onde os protagonistas eram personagens negros. Uma das questões do questionário, era a do desenho: NELLA, UMA PRINCESA CORAJOSA, a imagem apresentada trazia duas meninas (uma negra e uma loira) com vestidos longos e coroas nas cabeças, as crianças deveriam marcar quem era a princesa da história e a maioria marcou o desenho da menina loira.

Após a realização do diagnóstico, foi possível perceber que as crianças da turma não tem acesso a desenhos e histórias com personagens negros em posição de protagonismo. A maioria dos alunos apresentaram pensamentos pré-concebidos em relação às imagens de personagens negros e brancos. E grande parte da turma não apresenta uma auto-imagem positiva.

2. Objetivos

- Propiciar aos alunos, o contato com livros e desenhos onde personagens negros tenham posição de protagonistas;
- Ouvir e apreciar histórias infantis com protagonistas negros;
- Conhecer desenhos animados, pouco divulgados, que mostram crianças



negras no seu dia a dia;

- Conhecer histórias que tragam imagens positivas de crianças negras;

3. Público a ser atingido

Os alunos da turma do 1º Ano C da Escola Classe 09 de Planaltina-DF, do Ano Letivo de 2021.

4. Envolvidos

A professora regente da turma.

5. Metas

- Criar uma identidade visual positiva de sua auto-imagem;
- Possibilitar uma reflexão sobre si mesmo, para se descrever de forma mais real;
- Trabalhar a leitura de duas obras da literatura infantil, que apresentam personagens protagonistas negros;
- Assistir desenhos animados infantis que retratam o dia a dia de personagens negros.

6. Metodologia

Aula expositiva e roda de conversa.

7. Atividades

- Leitura do livro: O amigo do Rei, Ruth Rocha:
 - Roda de conversa sobre a história ouvida;
 - Dinâmica: criar painel com fotografias de reis, presidentes ou chefes de estado, negros.
- Leitura do livro: Três meninas negras, Madu Costa:
 - Roda de conversa sobre a história ouvida;
 - Dinâmica: criar painel com fotos de personalidades femininas negras influentes nas diversas esferas sociais.
- Apresentação do desenho animado: Guilhermina e Candelário, YouTube: Guilhermina & Candelário Canal Oficial;
 - Roda de conversa sobre o cotidiano das crianças protagonistas do desenho animado;
 - Pesquisar e vivenciar algumas brincadeiras infantis tradicionais praticadas em alguns países africanos.

8. Cronograma

- 1ª Semana: 22/11 à 26/11/2021 – Atividades propostas com a leitura do livro: O amigo do Rei;
 - Leitura do livro e roda de conversa sobre a obra;
 - Apresentar à turma fotografias de personalidades negras masculinas que ocupam ou já ocuparam posição de chefia e liderança política no decorrer da história, criar um painel com essas imagens.
- 2ª Semana: 28/11 à 03/12/2021 – Atividades propostas com a leitura do livro: Três meninas negras;
 - Leitura do livro e roda de conversa sobre a obra;
 - Apresentar À turma fotografias de mulheres negras protagonistas



nas diversas esferas sociais, criar um painel com essas imagens.

- 3ª Semana: 06/12 à 10/12/2021 – Atividades propostas com a apresentação do desenho animado: Guilhermina e Candelário;
 - Assistir a alguns episódios do desenho animado Guilhermina e Candelário, selecionados com antecedência, participar de roda de conversa sobre o cotidiano dos personagens, fazendo paralelo com o dia a dia da turma;
 - Pesquisar no YouTube alguns vídeos onde se ensinam brincadeiras e jogos de origem africana, por exemplo: Amarelinha africana ou Teka teka, Terra/mar, Pengo pengoo...
 - Brincar ou jogar as brincadeiras e jogos aprendidos na pesquisa.

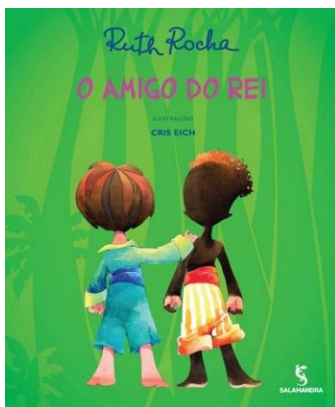
9. Avaliação

- Questionários aplicados após a exploração de cada um dos livros e dos desenhos animados, para verificação sobre como as ideias e conceitos repassados foram assimilados;
- Realização de rodas de conversas “O QUE APRENDI HOJE” depois de cada atividade, pois as crianças são pequenas.

10. Resultados esperados

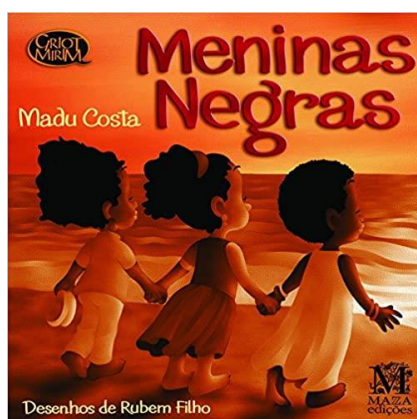
- Que os alunos construam uma auto-imagem real, independente de sua cor, criando uma identidade visual positiva;
- Que os alunos tenham um repertório mental e emocional, criado a partir do prazer e do divertimento, em escutar histórias e vivenciar brincadeiras que possam projetar imagens positivas de pessoas negras;
- Que os alunos possam ter discernimento para avaliar imagens que contraponham negros e brancos em situações de protagonismo.

Para melhor entendimento desta proposta didática apresento a seguir três quadros com o resumo dos livros e da série de animação utilizados no plano de ação interventivo.



O AMIGO DO REI

No Brasil, no tempo da escravidão, brancos e negros não podiam ser amigos, não. Mas, para as crianças, quem manda é o coração, e o escravo Matias era amigo de Ioiô, seu patrão. Brincavam e brigavam, indiferentes a qualquer lei, sem saber que, um dia, um deles ainda seria rei.



MENINAS NEGRAS

Griot é o contador de histórias africano que passa a tradição dos antepassados de geração em geração. O objetivo dessa coleção é trabalhar a identidade afrodescendente na imaginação infantil. E é justamente à imaginação que esses livros falam a partir de uma composição sensível, de textos curtos e poéticos, associados a belas ilustrações. Modo lúdico de reforçar a autoestima da criança a partir da valorização de seus antepassados, de sua cultura e de sua cor. Em *Meninas Negras*, Madu Costa fala da vida e dos sonhos de 3 meninas negras, que aprendem e respeitam sua ancestralidade africana.



GUILHERMINA E CANDELÁRIO

Guilhermina e Candelário é uma animação infantil dedicada às crianças de 4 a 8 anos. A série mostra o cotidiano cheio de descobertas e grandes aventuras de dois irmãos afrodescendentes, que levam uma vida simples, mas feliz, numa praia colombiana. A cada dia eles fazem novas descobertas e, com imaginação e fantasia, vivenciam grandes aventuras. Os irmãos sempre esperam ansiosamente a chegada do seu avô Faustino, um velho pescador, a quem contam suas aventuras. O avô desfruta das histórias narradas pelos netos e em alguns casos é cúmplice delas, compartilhando sua experiência de vida e grande sabedoria sobre o ambiente ao redor, inspirando-lhes amor e respeito por todos os habitantes do mundo marinho e costeiro.

As discussões sobre a temática da educação étnico-racial no espaço escolar são indispensáveis, para que toda a comunidade escolar possa promover práticas e atividades antirracistas, visto que, as crianças mantêm interações sociais no ambiente escolar e desde cedo já elaboram conhecimentos sobre as coisas e atitudes das pessoas com quem convivem.

Acredito que os professores dos Anos Iniciais, possam organizar o currículo dessa etapa de ensino de forma crítica e criativa, dialogando com sua comunidade e realidade, pretendo assim, que este documento possa ser um exemplo prático de se trabalhar um currículo voltado para a educação étnico-racial com crianças pequenas, mas que não se limitem a ele. Não pretendo que este documento seja a sugestão de mais um receituário, mas que sirva para levantamento de questões e problematizações colocadas para contribuir para que



os professores possam pensar sobre possibilidades de abordagens étnico-raciais e críticas sob um pensamento geográfico.

Considerações Finais

As reflexões sobre o processo educacional, e, em especial, sobre o papel da Geografia, propostas neste artigo, podem propiciar uma melhoria da qualidade do ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo para a construção da cidadania plena em meio à diversidade étnico-racial da sociedade em que vivemos.

Hoje temos o desafio legal, implantado pela Lei 10.639/03, de propor meios para construir uma educação para a igualdade racial, com uma formação humana que contenha valores não racistas. Esse desafio deve ser acrescentado ao desejo de todo profissional da educação comprometido com as mudanças sociais. De maneira especial, o ensino de Geografia vem colaborar com a construção de uma educação étnico-racial nas escolas brasileiras, de forma igualitária, onde a História e a Cultura Africana e Afro-Brasileira estejam presentes.

É de fundamental importância abordar as diversidades étnico-raciais já nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para que desde os primeiros anos as crianças construam uma autoimagem positiva, respeitando e valorizando as diversidades. A inserção de tal temática é indispensável para a transformações da realidade na sociedade em que vivemos, buscando uma educação de qualidade para todos, em que, pelo estudo de história, etnias e culturas diversas, possa se compreender as peculiaridades dos povos e se respeitar as diferenças.

Nós, educadores, temos a missão de desconstruir preconceitos e estereótipos, que inferiorizam uma grande parcela do nosso povo, construídos e explanados culturalmente ao longo de muitos anos, por isso, não podemos desanimar, devemos continuar a luta por uma educação democrática e igualitária, que valorize a diferença e a historicidade de cada povo, começando pela educação das nossas crianças.

Os profissionais da educação devem estar atentos quanto à realidade que o cerca, para adotar um posicionamento crítico, que reconheça a existência das pluralidades das crianças e busque potencializar o seu desenvolvimento. Precisam reconhecer que o racismo existe, para ter a capacidade de enfrentá-lo,



adotando uma postura correta diante de qualquer ato discriminatório que venha a acontecer no ambiente escolar, desenvolvendo o seu trabalho em uma perspectiva intercultural.

Referências

Artigos em Revistas

SOUZA, Lorena Francisco de; MACHADO, Luiza Helena Barreira. Ensino das relações étnico-raciais a partir de conteúdos geográficos na Educação Básica. **Signos Geográficos**, Goiânia-GO, V.3, 2021

MARQUES, Ana Carolina dos Santos; FONSECA, Ricardo Lopes. O ENSINO DAS RELAÇÕES RACIAIS EM GEOGRAFIA: PROPOSIÇÕES PARA A SALA DE AULA. **GEOSABERES**: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 11, 2020

MARTINS, Alan Bizerra; PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito. O ensino de geografia e as relações étnico-raciais nos livros didáticos no ensino fundamental. **Geog Ens Pesq**, Santa Maria, v. 24, e18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/40314>

SANTOS, Clézio dos. O ensino de geografia e a cultura africana e afro-brasileira na escola. # Tear: **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.3, n.1, 2014. 1

Livros

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, Fabiana; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1998.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: SECAD/ ME, junho, 2004.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino?** Terra Livre. São Paulo. n. 16 p. 133-152 1o semestre/2001.

CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de Geografia: Práticas e Textualizações no Cotidiano; Estudar o Lugar para compreender o mundo**. 9. ed. Porto Alegre: Editora Mediana, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos*



abertos pela Lei ^a 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

ROMÃO, Jeruse. O educador, a educação e a construção de uma auto-estima positiva no educando negro. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 5 ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SANTOS, C. dos (Org.). **Da sala de aula ao estudo do meio**: Alternativas para o ensino de geografia. São Paulo: Clube de autores, 2011.

STRAFORINI, Rafael. **O ensino de Geografia como prática espacial de significação**. Estudos Avançados 32 (93), 2018.

Sites

Nova Escola. MENEZES, Débora. **Como trabalhar as relações raciais na pré-escola**. Disponível em: <https://novaescola> Acesso em: 21 jul. 2022.

Trabalhos em anais de evento

SOUZA, Yvie Cristina Favero de. Educação para as relações étnico-raciais: a questão do livro didático. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL História do Tempo Presente, UDESC- Florianópolis-SC, 2017



EIXO-TEMÁTICO 2

Sexualidade, Corporeidades e Espacialidades



DIVERSIDADE CULTURAL: um olhar sobre o Nordeste e a pluralidade cultural

CULTURAL DIVERSITY: A sight at the Northeast and cultural plurality

Carlos Roberto Neves Chiaradia – carlos.chiaradia@ufu.br
Graduando em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7975-0917>

Amanda Gomes do Crato – amandagomesc4@gmail.com
Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5572-2359>

Resumo

A discussão deste artigo conta com uma abordagem teórica sobre a diversidade cultural nordestina, obtida através de referencial teórico com o intuito de exaltar a diversidade e pluralidade cultural do Nordeste que é extremamente rica em manifestações culturais, como o Carnaval e a Festa Junina que são costumes extremamente importantes para a região nordestina. Com base nesta busca pela compreensão pela pluralidade cultural, o artigo tem como objetivo geral o levantamento de bases teóricas que abordam sobre a cultura nordestina e alguns dos seus exemplos. Através disso é possível identificar como a cultura do Nordeste é ampla, rica e de extrema importância imaterial para todos.

Palavras-chave: Nordeste; Cultural; Diversidade.

Abstract

The discussion of this article has a theoretical approach to the cultural diversity of the Brazilian northeastern through a theoretical framework, in order to ennoble the diversity and cultural plurality of the Northeast, which is exceedingly rich in cultural manifestations, such as Carnival and the Festa Junina, events which are extremely important to the Brazilian northeasters. Based on this research for an understanding of cultural plurality, the article has as its main objective, to survey theoretical data that address the Brazilian Northeastern culture and some of its examples. Through this, it is possible to identify how that culture is vast, rich and has an extreme immaterial importance for all of them.

Keywords: Northeast; Culture; Diversity.



Introdução

O presente artigo tem como abordagem uma análise sobre a diversidade cultural, visto que a Região Nordeste conta com uma enorme e uma ampla pluralidade, podemos observar um misto de realizações culturais, como o carnaval que tem uma enorme proporção por toda a região ou mesmo exaltar a elaboração das histórias em cordel uma manifestação cultural nordestina marcante.

Como estudantes do curso em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, deparamos com a disciplina obrigatória Formação do Espaço Brasileiro: Nordeste, realizamos a experiência através do modelo remoto devido as medidas de isolamento contra a pandemia do COVID-19 que de acordo com Organização Mundial da Saúde (2020) no dia 11 de março de 2020 foi considerado pandemia.

E com base na realização da disciplina que resultou alguns questionamentos sobre a região foco dos nossos estudos, o Nordeste. É questionado por nós como futuros geográficos como a Região nordestina apresenta uma extensa diversidade cultural. Percebemos que o Brasil é extremamente rico em manifestações culturais e também é possível observar que cada região brasileira conta com sua pluralidade neste aspecto.

Partimos então com base em referencial teórico em busca dessa diversidade cultural. É necessário para continuidade do trabalho uma busca pela compreensão do conceito “cultura” que mesmo que exista enormes problemáticas na relação da nomenclatura com o conceito, visto que (BOMFIM, 1999, p.150) o termo vem do *latim culture* e é diretamente relacionado com o ato de cultivar ou cuidar do solo, então essa problemática não gera apenas questionamentos acadêmicos, mas também algo com consequências sociais e políticas. (FRYDBERG, 2019).

De acordo com Frydberg (2019) quando estamos buscando a compreensão pelo conceito de cultura, temos que entender cultura como todas as práticas, expressões e manifestações do homem. E para Dancy Ribeiro (1995) cultura é dada através de todas as formas de expressões de uma determinada sociedade, e pode abranger aspectos como as manifestações culturais através de comida típica ou mesmo de danças.

Vemos que o conceito cultura recebe inúmeras definições, como exemplo, temos a definição através da leitura da obra “*A interpretação das culturas*” de Greertz (1989), observamos que cultura é a representação de um modelo simbólico que devem ser lidas e interpretadas, e para o autor a cultura é uma teia de significados que se conectam, se articulam e a partir das manifestações culturais temos diretrizes que são capazes de realizar o como agir no mundo.

Para Certeau (1995), cultura é:

“Cultura é uma noite escura em que dormem as revoluções de há pouco, invisíveis, encerradas nas práticas – mas pirilampos, e por vezes



grandes pássaros noturnos, atravessam-na; aparecimentos e criações que delineiam a chance de um novo dia” (CERTEAU, 1995).

E mesmo que exista inúmeras relações e problemáticas com o conceito cultura, percebemos que essa discussão vai muito além de só dificuldade em conceituar o termo, é apreciado por nós que a palavra cultura está diretamente relacionado com o preconceito, visto que muitos dos estudos passam uma boa parte discutindo sobre nomenclatura e acabam esquecendo de abordar por exemplo sobre as manifestações culturais de regiões. (LIMA, A *et al*, 2010, p. 2)

Após, a observação da busca pela compreensão do conceito, nós escrevemos o artigo para exaltar a extrema importância da Região Nordeste e principalmente da necessidade de enaltecer a cultura nordestina como um presente imaterial para toda a população e também para a discussão acadêmica que engloba a cultura.

NORDESTE, QUE NORDESTE?

A Região Nordeste concentra o maior número de estados brasileiros sendo eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Com o gentílico Nordestino corresponde a 18,3% do território Brasileiro com uma área territorial de aproximadamente 1.554,3 mil Km, 57,071,564 como população estimada que na sua maioria está nas pequenas e médias cidade e detém de quatro Sub-regiões; Agreste, Meio Norte, Sertão e Zona da Mata. (BRASIL, Banco do Nordeste, 2010)

A região Nordeste conta com quatro diferentes climas; Equatorial, Tropical Semiárido, Tropical Continental e Litorâneo, é área de uma pluviosidade mal distribuída e que acarreta secas severas, as formas de relevo como os planaltos e as depressões estão localizadas no interior, a hidrografia da região conta com 3 grandes bacias; Parnaíba, São Francisco e Tocantins-Araguaia e possui vegetações como a Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Mata dos Cocais e Manguezais. (FREITAS, 2008)

O Nordeste dispõe de uma cultura muito rica e diversificada que é vista nos costumes, manifestações, artesanato, poemas, comidas e danças que é explicada pela miscigenação cultural que a região sofreu ao longo de sua história. Apresenta a primeira zona de povoamento criada pelos portugueses no processo de colonização que teve início no ano de 1530 a partir do litoral Nordestino que propiciava a ocupação em virtude da presença de melhores condições naturais.

Durante o Século XVI até XVIII a região aglutinou a maior parte da população e das riquezas que se dava através da exploração da colônia a priori por meio da cana de açúcar na Zona da Mata e logo a pecuária extensiva que ponderou o início da interiorização da ocupação Nordeste que seguiu pelo Agreste, distante da Zona da Mata



Através da cultura local do Nordeste conseguimos observar inúmeros pontos de extrema importância como a presença de hábitos culturais nordestino por todo o país, vemos o carnaval ser uma manifestação com mais força na Região Nordeste, mas que está presente por toda a extensão territorial do Brasil, como é possível notar que essa festa é de grande relevância para cidades como o Rio de Janeiro.

A pluralidade cultural nordestina é marcada por ser diversa em suas formas de demonstrar a cultura, podemos testemunhar desde de festa religiosas à grandes manifestações de origens pagãs, aproveitando o gancho sobre aspectos culturais de carácter religiosos é notório que há uma predominância nesses hábitos culturais que são relacionados através da religiosidade local, devido ser uma região que apresenta bastante construções de templos religiosos, conseguimos destacar como exemplo de manifestação cultural e de religiosidade a festa junina. (ALMEIDA, L *et al*, 2009).

“O cenário do seu Nordeste é sempre o sertão das caatingas, ou das pequenas cidades empoeiradas, onde a única construção de destaque é a Igreja e as únicas autoridades, o coronel, o padre, o delegado e o juiz.”.
(ALBUQUERQUE, 2001)

Portanto, através da diversidade cultural do Nordeste, conseguimos identificar grandes fontes de costumes locais, a presença de festa que se espalham por toda a extensão do país; danças e indumentárias, que representam com dignidade esses costumes culturais; pessoas que fazem a questão de exaltar e demonstrar essa cultura, como o músico Luiz Gonzaga, que através de suas músicas nós mostra um pouco dessa pluralidade cultural; através do vatapá, do cuscuz, da acarajé ou de outras formas de se conhecer essa cultura rica e importante. (SILVEIRA, SANTOS e BENTO, 2010).

Conseguimos observar que o Nordeste é rico em manifestações culturais, através disso resolver destacar três exemplos da cultura local e aprofundar um pouco mais na temática, iremos dar foco nos estudos sobre o Carnaval, a Festa Junina e também as comidas típicas da Região nordestina.

FESTA JUNINA, ASPECTOS RURAIS E RELIGIÃO ANTEPASSADOS PARA UMA NOVA VERSÃO CULTURAL

Primeira parada cultural nordestina é a tradicional festa junina, sendo uma manifestação presente na Região, seu contexto histórico é marcado por ter suas origens rurais, relacionando ao campo, época de colheita e com o calendário religioso, sendo uma festa de característica familiar e de costumes tradicionais na região. A realização da festa junina conta com música; comida típica, quadrilha a tradicional dança junina; indumentária específica e outras tradições que são características desta festa. (MORIGI, 2005).



“A festa junina como expressão da identidade cultural nordestina se manifesta em diferentes processos discursivos. As instâncias produtoras e mediadoras de sentido, em suas narrativas, se referem à festa junina como a combinação e a articulação dos diferentes elementos que fazem parte dela como uma expressão legítima dos valores da identidade cultural nordestina.” (MORIGI, 2005).

A realização deste costume tradicional é marcada por alguns fatos religiosos que auxiliam o acontecimento da festa, um exemplo é o mês que realizam a festa, devido que no mês de junho utilizam da festa junina para comemorar alguns santos: Santo Antônio, São João Batista e São Pedro e a realização de missas antes das celebrações das festas. Outro aspecto marcante é que antigamente as festas ocorriam como uma espécie de pausa dos trabalhadores rurais que aproveitavam do momento para agradecer aos santos pela colheita. (GOMES, 2011).

Conseguimos observar que a realização da festa junina então passa primeiramente de um fato religioso relacionado com a comemoração dos povos rurais e também notamos que o espaço é algo marcante na festa, devido que através do espaço notamos características fundamentais para a festa, a presença de fogueira; a dança típica; a culinária; o ato de casar alguém na festa e outros costumes remetem ao espaço rural e a religiosidade do povo que executava a festa e o do espaço em que está festa ocorria, o espaço rural.

Para Gomes (2011), o espaço relacionado com festa:

“As festas se destacam pelas relações sociais que proporcionam e pelos valores simbólicos concebidos no espaço social e cultural. [...] o espaço cultural é carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e de valores. É percebido como uma trama de territórios vivos, carregados de cultura, símbolos e afetividade.” (GOMES, 2011, p.102)

Chegando a atualidade, esta tradicional festa ganha modificações, mas não deixou seus tradicionais costumes, ainda hoje conseguimos observar a religiosidade presente, através das músicas; da busca por comemorar os santos; do tradicional casamento que ocorre nas quadrinhas e também não perdemos os costumes rurais na festa, continuamos a ver os hábitos rurais na realização da festa, como a alimentação e a construção da fogueira. (MORIGI, 2005)

A atual festa junina ganha uma versão mais moderna, mais atualizada e com a presença de alguns hábitos modernos e urbanos, como a modernização da quadrinha com novas batidas nas músicas ou outros acontecimentos que se modificaram através do processo de urbanização. A tradicional festa junina nordestina agora é mais voltada para o turismo local, gerando movimentação na economia local.



Através das mudanças do espaço e do cotidiano a festa também apresenta novas versões de ser realizada, observamos que no Nordeste o turismo é impulsionado com o acontecimento da festa. Em Campina Grande na Paraíba por exemplo conta com a realização do Maior São João do Mundo, aproveitando dos costumes tradicionais com algumas mudanças moderna geram um grande fluxo de pessoas do Brasil e do Mundo para cidade, através dessa manifestação cultural ocorre uma alta movimentação da economia nordestina. (GOMES, 2011)

Figura 1 – Campina Grande – PB comemora a maior festa junina.



Fonte: Emanuel Tadeu/Arquivo pessoal (2016)

Observamos que um hábito tradicional de comemorar os santos é ocorrido até nos dias de hoje, com algumas modificações para adequação na atualidade, mas ainda presente na cultura nordestina. A realização desta manifestação cultural agora na modernidade é um feito de extrema importância de característica cultural para a população nordestina que através da festa consegue mostrar hábitos, costumes e tradições e também a realização de um grande evento turístico que gera emprego, movimenta a economia, atrai turistas e outros.

O Nordeste um grande palco de manifestações culturais conta com a realização da festa junina por todo seu espaço, citamos apenas a festa junina de Campina Grande, devido que o nosso objetivo é exaltar alguns dos exemplos culturais dessa Região, mas queremos deixar registrado também que a festa ocorre por todo Nordeste, atraindo turistas para a região, movimentando a economia, juntando o passado com a modernidade, e principalmente valorizando a beleza cultural nordestina.



CARNAVAL, PRINCIPAL FESTIVIDADE BRASILEIRA E ELEMENTO IDENTITÁRIO DA CULTURA NORDESTINA

O carnaval surge na Europa antecedendo a quaresma e chega ao Brasil entre os séculos XVI E XVIII pelos Portugueses, inicialmente através do entrudo que era caracterizado por zombarias públicas e um ato agressivo, contudo passou a ser criminalizado, aos poucos tais festividade vem se expressando em diferentes linhas e sua divergência vem acontecendo entre as camadas pobres. Vale ressaltar que além de ser parte da cultura é um movimento muito lucrativo.

Para Batista e Ávila (2006):

“O carnaval vem passando por várias mudanças ao longo da história, estando intimamente ligado à vida social e política do momento histórico” (BATISTA e ÁVILA, 2006, p.3)

Os festejos carnavalescos se desenvolvem de forma diferentes por todo o país, o evento popular é comemorado em data móvel e é comovido pela data que se estabelece a Páscoa, reúne milhares de turistas em diversos lugares do mundo pela sua riqueza musical e energia conta com diferentes tipos de danças com especificidade aqui as nordestinas mais populares como o Axé de Salvador, ao Galo da madrugada de Recife e a folia de rua de João Pessoa, no Brasil tal festividade tem suas marcas nos desfiles de samba e nos blocos de rua.

Destaca se aqui o carnaval de Salvador - Bahia, a maior festa de rua e ao ar livre do País. Dias (2007) traz um resgate histórico que explica o carnaval de Salvador na atualidade.

“O modelo atual do carnaval de Salvador começou a ser implantado, no início da década de 1990, no rastro da reestruturação produtiva pela qual passou todo o território brasileiro, que indicava na sua concepção neoliberal as “vocações” dos subespaços nacionais, sendo comumente reservadas ao Nordeste ações na área do turismo e da fruticultura irrigada”. (DIAS, 2007, p.1)

A manifestação é adaptada as diferentes classes sócias desde o movimento nas ruas até os camarotes que na sua maioria são voltadas as classes mais burguesas, essa grande manifestação cultural e popular reúne tradição e boas vibrações sua origem tem carros alegóricos e hoje trios elétricos. O carnaval de Salvador tem como gênero musical marcante o Axé que mistura diferentes ritmos musicais e é caracterizado como uma saudação religiosa utilizada no Candomblé. Vários Brasileiros têm nomes destacados nessa grande festividade como Carlinhos Brown, Chiclete com Banana, Ivete Sangalo e Cláudia Leitte.



Figura 2 - Cultura do Axé – Salvador



Fonte: Brasil Selection Travel

Muitos são os ritmos que caracterizam o carnaval de Recife e a suas diversidades, Gaião et al (2014) traz um discurso histórico sobre essa manifestação local

“A festa carnavalesca do Recife tem suas raízes no final do século XVII, mais especificamente na Festa de Reis celebrada por trabalhadores da época, como carregadores de açúcar e outras mercadorias, em grande parte negros alforriados. Conduzindo bandeiras e entoando cantigas, esses trabalhadores deram origem ao maracatu dos dias atuais”. (SILVA et al 2004 *aput* GAIÃO et al 2014)

O carnaval de Recife – Pernambuco é completo de culturas e tradições, conta com um bloco carnavalesco grande e muito conhecido: O galo da madrugada que reúne multidões fantasiadas e mascaradas como forma de expressão cultural, leva frevo e alegria as ruas, a manifestação vem sendo construída e modificada constantemente, tem intervenção de diferentes tradições e se torna uma cultura hegemônica de polo econômico.



Figura 3: Galo da madrugada – Recife



Fonte: G1, 2019

No que concerne o carnaval de João Pessoa – Paraíba muitas são as energias e tipos de festividades, se diferencia pelas opções dos blocos de rua, escolas de samba, clubes de orquestras e tribos indígenas. Na localidade aqui mencionada o evento carnavalesco é a maior expressividade, o pré-carnaval é muito famosos na região, conhecido por “Folia de rua” e envolve pessoas de diferentes lugares.

Delgado (2012) destaca um projeto importuníssimo:

“O projeto Folia de Rua é organizado pela Associação Folia de Rua (AFR), órgão da sociedade civil organizada, presidida atualmente pelo artista plástico Clóvis Júnior, com o patrocínio e apoio de diversos órgãos públicos a exemplo da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), a Fundação Cultural (FUNJOPE), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Seccional Paraíba (SEBRAE/PB), o Governo do Estado da Paraíba além de demais órgãos públicos e privados que patrocinam o evento”. (DELGADO, 2012, p. 11)



Figura 4: Folia de Rua – João Pessoa



Fonte: PBTUR, 2016.

GASTRONOMIA NORDESTINA, UMA VISÃO A PARTIR DA DIVERSIDADE REGIONAL

Mas que uma necessidade de sobrevivência a alimentação apresenta culturas, a culinária Brasileira é observada pelas variedades, resultado da heterogeneidade cultural a aqui citada se refere a região Nordeste que por sua vez é antiga e desde então carrega traços importantíssimos consigo.

Fernandes (2000) destaque que:

“Se da mistura de origens resultou um país de rica cultura, essa riqueza estendeu-se também à mesa, como uma toalha feita por rendeiras, tecida com receitas tradicionais adicionadas à nossa característica primeira: a criatividade” (FERNANDES, 2000, *apud* SANTOS, 2015)

Se deu pela chegada dos portugueses em 1500, logo pela plantação de cana de açúcar que incentivou a produção de doces como a rapadura, contudo a combinação dos costumes dos portugueses, escravos e índios incorporou a diversidade existente nos dias atuais, é rica e conta com inúmeros pratos, sabores, temperos e experiências.

Um fator importante é o clima da região nordeste, de um lado o agreste e a seca e de outras exuberantes praias que evidenciam e reflete fatores como condições



produtivas, sociais, econômicas, geográficas e culturais dos pratos servidos. O desenvolvimento e transformações tecnológicas influenciam ainda a produção e circulação de alimentos frente a uma geopolítica global.

Os diferentes pratos se dão pela sua localização Santos (2015) destaca que:

“Os hábitos alimentares nesta região são determinados por diversos fatores, entre eles o fato de todos os seus estados serem banhados pelo mar estimulando o consumo de peixes, camarões, lagostas, lulas e mariscos na região litorânea. Cidades próximas a mangues, rios e lagoas desfrutam da fartura de caranguejos, pitus e sururus. Já no interior nordestino, tradicionalmente, há o costume de se consumir carne de bode, de carneiro e de boi, sendo esta última, em especial, sob a forma de carne-de-sol ou carne-seca, se diferenciando de acordo com o teor de sal que apresentam. Da agricultura, de modo geral, obtém-se em abundância: coco de dendê, jerimum, macaxeira, milho e frutas, como abacaxi, acerola, cajá, caju, carambola, ciriguela, coco, goiaba, graviola, jaca, manga, mangaba, maracujá, pitanga, sapoti. (CAMPOS *et al*, 2008)

Essa experiência que envolve muitos sabores se expandiu a outras regiões do País como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo atendendo a novas demandas das regiões e se reinventando, contudo, carrega seu elo afetivo das origens nordestinas consigo.

Destaca se então pratos como acarajé, buchada de Bode, baião de dois, tapioca, carne de sol, moqueca de peixe com pirão esses pratos regionais com alimentos até específicos da região conta com diferentes temperos e modos de preparo presentes não só na alimentação familiar como em restaurantes sofisticados e gourmets.

Essa riqueza cultural identificada na culinária nordestina é diferente de estado para estado mesmo estando na mesma região salienta se ainda a importância da identidade gastronômica e sua respectiva valorização que se acentua com o passar dos anos fortalecendo o turismo e economia regional.



Figura 5: Acarajé – Comida típica da Bahia, região Nordeste



Fonte: Tastemade, 2021.

Figura 6: Carne de sol – Comida típica Nordestina



Fonte: Ricardo D'Angelo, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tanto com a finalidade do presente artigo temos como objetivo a valorização e exaltação da região Nordeste com o foco em discutir a rica diversidade Nordestina, através de um resgate histórico sobre o debate de cultura, valorização histórica da região ressaltando aspectos físicos, geográficos, populacionais entre outros aspectos de



relevância, para introduzir o foco principal que se deu a partir da discussão sobre a pluralidade cultural da região e explanação de alguns exemplos de manifestações culturais da região.

No que diz respeito a pluralidade cultural nordestina percebe-se que quando a temática cultura do Nordeste é abordada existem alguns pré-conceitos que precisam ser questionados como o preconceito cultural sobre os hábitos e costumes adotados pela população Nordestina, as origens das suas manifestações, a imensa diversidade cultural dentro da própria região como observado entre os estados na realização de algumas manifestações.

Diante do que foi mencionado torna-se necessário deixar presente o registro de extrema importância para o debate acadêmico e não acadêmico sobre a rica pluralidade cultural da região foco de estudo e suas raízes histórias aqui abordadas. Através da construção deste artigo nota-se que a diversidade cultural Nordestina é de acentuada relevância ao meio acadêmico da Geografia com o intuito de auxiliar a quebra dos preconceitos culturais que a região é alvo.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Leonardo Assunção Bião; ALVES, Poliana Ribeiro; ALVES, Mirela Souto; COIMBRA, Ana Luisa de Castro; RAMOS, Karen Vieira. Um recorte cultural do Nordeste: o caso da Festa do Carmo. **V Enecult: Quinto encontro de estudos multidisciplinares em cultura**. Salvador, p. 1-15. 27-29 maio 2009.

BOTELHO, Raquel Braz Assunção. **Culinária Regional: o nordeste e a alimentação saudável**. 2006. 192 f. Tese (Doutorado) - Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BRASIL, Banco do Nordeste do. **NORDESTE EM MAPA**. Elaborado por BEZERRA, Francisco Diniz. ROCHA, Allane Maria Matos. BARBOSA, Marcelo Borges, 2010.

CAMPOS, Roberta Franca Falcão. FERREIRA, Juliana de França. MANGUEIRA, Mariana Nunes. GONÇALVES, Maria da Conceição Rodrigues. GASTRONOMIA NORDESTINA: uma mistura de sabores brasileiros. XI Encontro de Iniciação à Docência, 2008.

CERTEAU, Michael de. **A cultura no plural**. Campinas (SP): Papirus, 1995.

DIAS, Clímaco. Carnaval de Salvador: a Crise da Cultura Mercadoria. **Revista VeraCidade** – Ano 2 - Nº 2 – julho de 2007.

FREITAS, Eduardo de. **Características Naturais do Nordeste**, *Mundo Educação*, 2008. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/caracteristicas-naturais-nordeste.htm> Acesso em 14 de junho de 2021.

FRYDBERG, M. B. Afinal, o que é cultura? A trajetória de um conceito e seus desdobramentos políticos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019 (Caderno didático).

GAIÃO, Brunno Fernandes da Silva. LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza. MELLO, Sérgio Carvalho Benício de. A teoria do discurso do carnaval multicultural do Recife: uma



Espacialidades Otaku: Uma análise sobre corpos femininos no ciberespaço

Otaku Spatialities: An analysis of female bodies in cyberspace

Naomi André Cambará Barbosa – nan.barbosa01@gmail.com
Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6683-2422>

Benhur Pinós da Costa – benpinos@gmail.com
Professor da Universidade Federal de Santa Maria
Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-5440-0278>

Diego Miranda Nunes – dnunesgeo@gmail.com
Doutorando em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria
Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-7719-5852>

Resumo

A emergência tecnológica trouxe vários desafios para a atualidade, entre eles, ressaltam-se as sociabilidades, uma vez que elas não são mais realizadas apenas nos espaços físicos. Entre suas diversas possibilidades, a que mais se destaca são as vivências juvenis a partir dessas novas espacialidades que ocorrem no ciberespaço. Através desta pesquisa, busca-se compreender acerca dessas espacialidades virtuais e como elas se relacionam com a questão do gênero feminino. Os grupos constituídos por pessoas jovens que possuem um interesse em comum são denominados como Tribos Urbanas. Existem variadas Tribos Urbanas, entre elas há a tribo urbana dos Otakus que se insere nesse ciberespaço, mas para além do virtual e sociabilidades juvenis, há a questão do gênero que se demonstra atrelado com as demais discussões e de extrema importância para a o entendimento de ciberespaço.

Palavras-chave: Ciberespaço, Espacialidades, Gênero, Otaku, Etnografia Virtual.

Abstract

The technological emergence has brought several challenges to the present time, among which, sociabilities stand out, since they are no longer performed only in physical spaces. Among its various possibilities, the one that stands out the most is the juvenile experiences based on these new spatialities that occur in cyberspace. Through this research, we seek to understand about these virtual spatialities and how they relate to the issue of gender. The groups made up of young people who have a common interest are called Urban Tribes. There are several Urban Tribes, among them there is the urban tribe of Otakus that is inserted in cyberspace, but beyond the virtual and juvenile sociability, there is the issue of gender that proves to be linked to other discussions and of extreme importance to the discussion of cyberspace.

Keywords: Cyberspace, Spatialities, Gender, Otaku, Virtual Ethnography.



Introdução

Na contemporaneidade há diversas tentativas para se compreender efetivamente o que é juventude e como ela está inserida na sociedade atual. Para cada contexto juvenil existente, situa-se uma realidade e uma interpretação diferente. Esta pode ser entendida por algumas pessoas enquanto um momento singular e único do sujeito que significa uma transição entre a infância e a fase adulta, pode ser definida por muitos como a melhor fase da vida ou mesmo a de maior aprendizado. Ainda, pode se afirmar que a juventude pode ser compreendida como uma categoria social na qual pode ser simultaneamente uma representação social e igualmente cultural e regional de localidade desse sujeito. Ou seja, a juventude pode ser interpretada de diversas maneiras diferentes, assim como de formas de se visualizar como essa fase da vida ocorre com variadas perspectivas

A partir dessas afirmações considera-se as representações exercidas pelas juventudes a partir do contexto de ocupação dos espaços urbanos. O espaço vivido desses sujeitos pode ser compreendido como um espaço onde há uma maior interatividade entre os mesmos, a fim de promover relações sociais que possuam um significado simbólico de pertencimento a esses grupos. Para isso, há uma discussão acerca do que seriam esses espaços de vivências e sociabilidades e como eles dialogam diretamente com a juventude e suas experiências. Esses espaços online constituem a formação dessa pessoa e no que se diz respeito ao envolvimento deste indivíduo com uma determinada cultura ou subcultura.

Ainda, estudando acerca do fenômeno da juventude, na contemporaneidade se torna notório que há uma existência de uma diversidade desses grupos juvenis que se socializam em virtude de aspectos estéticos singulares. Tais sociabilidades produzem formas de identidade e culturas específicas na cidade, instituindo variabilidades de espacialidades pelos quais seus encontros reforçam suas trocas e construções simbólicas pelos quais se expressam de maneira a afirmar sua identidade e local de pertencimento. Além do espaço urbano físico, os espaços virtuais das redes sociais devem ser considerados fundamentais para construções destas experiências juvenis. Segundo Recuero (2010) as redes sociais são caracterizadas por suas múltiplas formas e funções, criando arranjos relacionais comuns no século XXI. A todo



momento, redes são produzidas, territórios são instituídos, a fim de garantir novas organizações sociais. As redes produzidas e construídas são definidas a partir de um conjunto de características, de acordo com os atores que a concebem e suas conexões. Os atores são as pessoas que constituem os primeiros elementos a serem considerados, aquelas capazes de moldar as estruturas sociais através do fortalecimento dos laços sociais. As conexões seriam formadas pela interação entre atores, o elo entre conexão e atores modifica e forma as estruturas sociais.

Neste sentido, a Geografia apresenta dois desafios temáticos sobre tais questões: primeiro o entendimento das espacialidades instituídas pelos diferentes grupos juvenis urbanos; segundo pelo caráter virtual em que tais espacialidades são produzidas. A partir destes dois desafios estabeleceram-se questões que deveriam ser abordadas através de uma pesquisa e, para isso, o estudo das tribos urbanas juvenis Otakus em Campo Grande - MS. A pesquisa que aqui apresentamos, foi realizada preponderantemente através das redes sociais on-line com ênfase em discutir e vivenciar as sociabilidades Otakus de jovens de Campo Grande – MS, buscando inserir-se a partir desses espaços e se utilizar de metodologias como a netnografia, etnografia virtual como variante da etnografia que foram estabelecidas em espaços virtuais de sociabilidades utilizados por essa comunidade juvenil.

O termo Otaku surgiu no Japão na década de 1980, mas ganhou um significativo alcance no ocidente nos anos de 2000. No Japão o termo possui variados significados, entretanto o mais comum é caracterizar o termo Otaku como sendo homens ou mulheres de diversas idades que dedicam suas vidas à prática de algum *hobbie* de forma exagerada. Com o passar dos anos, juntamente com a influência do governo japonês em popularizar sua cultura, o termo Otaku foi adquirindo variados significados igualmente como uma notoriedade entre o mundo globalizado.

Barral (2000) também coloca que o consumo da cultura japonesa pode ser explicado pela globalização e a exportação midiática, contudo a partir dos anos de 1990, houve uma iniciativa do governo japonês, como mencionado anteriormente, para que se colocasse em prática um plano político para a promoção da divulgação da cultura pop japonesa, cultura essa que envolve e exporta conteúdos midiáticos até os dias atuais. É notória a importância e a



diversidade da cultura japonesa, tendo em vista o impacto de sua imigração e a ligação entre o Japão e o Brasil. Todavia, há diversas questões que são colocadas em indagação quando falamos sobre o assunto, principalmente os estereótipos que são gerados em relação aos japoneses e seus descendentes e até mesmo acerca de seus costumes, que foram colocados entre o cotidiano dos brasileiros, como o hábito de tirar o sapato ao entrar em casa.

Atualmente entre a comunidade que consome a cultura japonesa, o significado da palavra Otaku pode ser compreendido como o de uma pessoa que aprecia animes ou mangás. Animes nada mais são que desenhos animados japoneses que possuem enredos de diversos gêneros diferentes, podendo ser romance, terror, comédia, entre outros. O anime Barakamon, retrata a história de Seishu Handa que é enviado para uma ilha após brigar com um idoso, o anime possui o gênero de comédia que é enfatizado ao seu decorrer. Já Kimi no Na wa é um anime que possui uma notória fama, uma vez que teve uma grande aceitação no ocidente, trazendo desta forma uma história que envolvem os telespectadores.

Figura 1 – Imagem do anime Barakamon, do gênero de comédia.



Fonte: Reprodução/Internet (2022).



Figura 2 – Imagem do anime *Kimi no Na wa: Your Name* do gênero de romance.



Fonte: Reprodução/Internet (2022).

A eclosão do fenômeno Otaku, entre os anos de 1980 e 2000, é um dos acontecimentos mais interessantes e reconhecidos dentre os fenômenos midiáticos que advém através do viés da cultura japonesa. Tal cultura foi incentivada pelas estratégias governamentais mencionadas anteriormente e de iniciativas privadas de empresas japonesas vinculadas à criação simbólica via mídias sociais, nos quais os mangás (histórias em quadrinhos), animes, jogos eletrônicos, monstros gigantes, filmes, séries e diversos outros elementos, foram rapidamente ganhando aceitação entre a população ocidental. A partir deste fenômeno, surgem pessoas que se identificam e possuem afinidade com a cultura pop japonesa e procuram pessoas que também possuem apreço e se identificam igualmente e que também se sintam envolvidos e cativados para participarem desses grupos que começam a partir desses espaços virtuais.

A partir de uma perspectiva recente, este fenômeno se torna mais frequente com a utilização e popularização da internet e das redes sociais, neste caso, torna-se comum que as pessoas se relacionarem por alguma rede social, tornando as interações entre as pessoas via ciberespaço transforma-se em um aspecto importante a ser analisado, estudado e debatido. De acordo com Pierre Lévy (1999), as dinâmicas informacionais e a interação entre espaço físico e virtual são constituintes da construção e da constituição deste ciberespaço, definido como:

BARBOSA, Naomi André Cambará; COSTA, Benhur Pinós; NUNES, Diego Miranda. Espacialidades Otaku: Uma análise sobre corpos femininos no ciberespaço. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



O espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização (LÉVY, 1999, p. 94-95).

Desta forma, as culturas, atualmente, estão sendo moldadas através das tecnologias e suas atividades possuem um impacto significativo nas sociabilidades por suas ocorrências em espaços virtuais e esta afirmação igualmente se aplica na cultura Otaku. A ocupação desses espaços virtuais também se torna importante para ser estudado e debatido pela ciência geográfica, a fim de compreender e explicar esses fenômenos geográficos que se instalam a partir das discussões que inicialmente foram trazidas a partir da proposta inicial deste trabalho.

O estudo das relações entre sociabilidades e juventudes que compartilham experiências pelas redes sociais on-line nesta pesquisa foi inicialmente tratado. A partir dessa consideração inicial busca compreender como tais contatos produzem formas de encontros no espaço urbano. Para isso, estuda os jovens Otakus. Assim, o termo que explana sobre o entendimento do que seja tribo urbana foi explorado no projeto de pesquisa.

O termo tribo urbana parte das discussões sobre “tribalismo” e “formismo” cotidiano contemporâneo de Michel Maffesoli (1988), que aborda as reuniões de pessoas que compartilham hábitos, valores culturais, estilos musicais e estéticas comuns. Para o autor, a vida atual na cidade é fortemente constituída por sintomas condicionados ao compartilhamento estético que produz múltiplas diferenças sociais. Com o conceito de tribo urbana que foi trazida por Maffesoli (2010) caracterizam-se os Otakus.. Esta tribo urbana teve a internet como principal precursor de sua popularização, pois a construção da cultura pop japonesa veio toda a partir da exportação midiática. A comunicação e a juventude estão atreladas a este ponto, pois foi a juventude que disseminou o que seriam os Otakus, tanto no Japão, quanto no Brasil. O autor prossegue explicando que o conceito de tribo urbana, seriam grupos que compartilham dos mesmos gostos e deste modo se agrupam para que possam compartilhar esses interesses em



comum. Como o autor também relata, as tribos urbanas são um fenômeno juvenil dos grandes centros.

No caso específico que foram abordados nessa pesquisa, na maioria das vezes são pessoas jovens ou jovens adultos que se reúnem para socializar elementos significativos da “cultura urbana” Otaku. Com o aumento do uso das redes sociais, se produzem possibilidades de encontros e aprendizados por tais meios virtuais, podendo também ocorrer pelas plataformas de vídeos. Sabemos que, além do espaço virtual e das condições de interesses pessoais, mas também por meio deles, as pessoas experimentam significações de tribos urbanas e conhecem possibilidades de sociabilizações no espaço físico, como em determinadas partes da cidade e em eventos específicos organizados para reunião desta comunidade. Os jovens dessa tribo urbana são pessoas que tem uma forte admiração e se identificam pela cultura pop, com ênfase na cultura pop japonesa, além de mantê-la como um costume pessoal e de procurarem se estabelecer em micro comunidades. Campo Grande - MS é uma das diversas capitais que contam com vários grupos e tribos urbanas. Nesta cidade esses jovens mantêm diferentes formas de contato a fim de dialogarem e conviverem entre si pelos vieses simbólicos desta cultura. Pelas redes sociais firmam coletividades que se desdobram fora desses espaços virtuais, interagindo pela cidade em determinados espaços específicos apropriados por eles. Dessa forma, a Geografia se coloca como ciência capaz de investigar este fenômeno social, principalmente pelo viés da análise das suas condições espaciais instituídas, como na discussão de espaço virtual e suas relações com a produção de apropriações e territorializações pelas diversidades culturais e de identidades nas cidades.

Desenvolvimento

Para se iniciar uma discussão e compreender o que efetivamente se denomina como cultura Otaku, primeiramente necessita-se compreender o que são as tribos urbanas. Esses sujeitos são comumente associados com pessoas jovens, isto ocorre por conta da ligação que se faz, acredita-se que pessoas por possuírem uma idade juvenil, tendem a consumir mais conteúdos deste segmento, neste caso, nos referimos aos animes. A partir do conceito de tribo urbana, compreendeu-se o que seriam esses grupos de pessoas e como elas se inseriam nos espaços geográficos.

BARBOSA, Naomi André Cambará; COSTA, Benhur Pinós; NUNES, Diego Miranda. Espacialidades Otaku: Uma análise sobre corpos femininos no ciberespaço. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



Englobadas a partir dessas tribos urbanas, se localizam os Otakus, que são considerados além de uma cultura, uma tribo. Especificamente abordando acerca desta tribo, é necessário ressaltar que a mesma teve os meios midiáticos como principais precursores de sua popularização, tendo em vista que a partir da televisão e demais meios de comunicação foram que os animes foram ficando cada vez mais populares no Brasil. Segundo Barral (2000) o termo Otaku, começou a ser utilizado no Brasil no ano de 1983 que surgiu para classificar uma nova ocorrência que começava a surgir no Japão. Esse termo inicialmente surgiu para que se pudesse caracterizar pessoas que possuíam *hobbies* que eram considerados exóticos e ao decorrer do tempo, este termo foi ganhando outras construções, como já mencionado anteriormente.

A comunicação e a juventude estão atreladas a este ponto, pois foi a partir da juventude que se disseminou o que seriam denominados como Otakus, tanto na cultura japonesa, quanto na cultura brasileira. Desta forma então, Maffesoli (1987) igualmente trouxe o conceito de tribo urbana, que seriam grupos que compartilham dos mesmos gostos e que se agrupam para que possam compartilhar esses interesses em comum. Como o autor também relata, as tribos urbanas são um fenômeno juvenil dos grandes centros. Segundo Barral (2000) o termo Otaku, começou a ser utilizado no Brasil no ano de 1993 que surgiu para classificar uma nova ocorrência que começava a surgir no Japão. Esse termo inicialmente surgiu para que se pudessem caracterizar pessoas que possuíam *hobbies* que eram considerados exóticos e ao decorrer do tempo, este termo foi ganhando outras construções, como já mencionado anteriormente. Em contrapartida há os cosplayers, Winterstein (2009) considera que o cosplay consiste em uma caracterização que busca se assemelhar o máximo possível do personagem, este personagem podendo ser de um mangá, um anime, uma série, um filme ou mesmo um desenho animado ou história em quadrinhos. As interpretações dos cosplayers são levadas a sério e segundo a autora, ainda há a questão desta prática ser elencada como uma atividade séria, para além de um passatempo. Isso significa que há uma preocupação e seriedade de entregar um cosplay que se possa se assemelhar com o personagem em questão, essas pessoas que majoritariamente também estão inseridos na cultura Otaku.



A partir das discussões sobre “tribalismo” cotidiano contemporâneo, Michel Maffesoli (1987) aborda que essas reuniões de pessoas que buscam compartilhar hábitos, valores culturais, estilos musicais e maneiras de se apresentar e vestir-se em espaços comuns. Para este autor, a vida atual na cidade é fortemente constituída por sintomas condicionados ao compartilhamento estético que produz múltiplas diferenças sociais. No caso específico abordado através desta pesquisa, são mulheres jovens ou jovens adultas que se reúnem para socializar elementos significativos da “cultura urbana” Otaku. Com o aumento do uso das redes sociais, se produzem possibilidades de encontros e aprendizados por tais meios virtuais, podendo também ocorrer pelas plataformas de vídeos. Sabemos que além do espaço virtual e das condições de interesses pessoais, mas também por meio deles, as pessoas experimentam significações de tribos urbanas e conhecem possibilidades de socialização no espaço real, como em determinadas partes da cidade e em eventos específicos organizados para reunião desta comunidade.

Os Indivíduos dessa tribo urbana são pessoas que têm uma forte admiração e se identificam pela cultura pop, com ênfase na cultura pop japonesa, além de mantê-la como um costume pessoal e de procurarem se estabelecer em micro comunidades. Pelas redes sociais firmam coletividades que se desdobram fora desses espaços virtuais, interagindo pela cidade em determinados espaços específicos apropriados por eles. Dessa forma, a Geografia se coloca como ciência capaz de investigar este fenômeno social, principalmente pelo viés da análise das suas condições espaciais instituídas, como na discussão de espaço virtual e suas relações com a produção de apropriações e territorializações pelas diversidades culturais e de identidades nas cidades. Na imagem abaixo é possível visualizar um evento Otaku, onde as roupas são algo que são extremamente marcados e presentes, assim como as perucas, lentes de contato e maquiagem.



Figura 3 – Representação da estética Otaku



Fonte: Mateus Oliveira, 2012.

A presente discussão se justificou a partir de três argumentos principais. O primeiro deles tem relação com a própria temática do ciberespaço, no que diz respeito à compreensão das diferentes possibilidades que ele possui enquanto uma dimensão da realidade. Assim, buscamos verificar diferentes contextos e perspectivas do virtual, mas com um sentido de evidenciar a sua presença enquanto um elemento da realidade cotidiana de diferentes sujeitos. O segundo argumento diz respeito a afirmar, através dessas diferentes perspectivas e espacialidades conformadas junto ao ciberespaço, a pertinência da discussão do ciberespaço para Geografia. Comumente, o espaço virtual aparece apenas tangenciado, isto é, são abordadas temáticas sobre, por exemplo, a disposição do aparato técnico que permite a existência do ciberespaço. Embora seja fundamental uma discussão desse tipo, ela não chega às experiências e sociabilidades dos diferentes sujeitos em seus contextos junto ao ciberespaço e é isto que buscamos evidenciar neste artigo. O terceiro argumento que elencamos como uma justificativa para este trabalho é a criação de uma relação entre pesquisas distintas com um eixo em comum que é o ciberespaço, assim incluindo a questão da sexualização da mulher no universo cosplay. Assim, o objetivo geral



desta pesquisa foi efetivamente investigar um grupo de Otakus através das redes sociais e durante a pesquisa notou-se uma questão de gênero que era extremamente forte na comunidade. Através da pesquisa realizada com os entrevistados, surgiu-se a questão do gênero com essas entrevistadas, uma vez que as mesmas ocupam esses espaços que são de objetificação da mulher e o papel do gênero nos animes e como ele é interpretado pelo público.

O gênero é algo que se demonstra de forma bem presente e marcante nos animes e dos mangás. A interpretação da imagem feminina é algo que está sempre em discussão, uma vez que a partir desses espaços de vivências encontram-se demonstração de sexualizações, uma vez que as mulheres são vistas como objetos e são sexualizadas e como elas são presentes nesses espaços e também estão presentes no imaginário dos Otakus. Ribeiro (2021) traz que no Japão após a segunda guerra mundial, não havia uma presença efetiva no que se diz respeito de mulheres ocupando determinados espaços de poder. A partir dessa perspectiva, foi possível notar que havia um ideal de masculinidade que foi denominado como “salaryman”. Igualmente havia um ideal de feminilidade, onde a considerada mulher ideal era caracterizada como a dona de casa e submissa. Essa divisão de gênero que ocorreu no Japão está relacionada como cada um dos gêneros irá ser interpretado a partir de um espaço onde essas relações são marcadas e fortes e isso se encontra presente nos animes e nos mangás.

A partir deste contexto, aplica-se a globalização das culturas pop através das mídias sociais, pelas quais a conectividade entre pessoas de diversos países fez com que houvesse uma expansão de diversas atividades online, igualmente de suas culturas e também fenômenos midiáticos, como é o caso da popularização da cultura e, conseqüentemente, a cultura Cosplay no mundo. O termo é a abreviação das palavras em inglês Costume Play, que é quando uma pessoa se caracteriza como um personagem, sendo ele de Anime, Mangá, jogos, livros, entre outros produtos midiáticos. A cada expansionismo da cultura Otaku, também havia a questão desse *hobbie*, uma vez que há uma intersecção entre ambos. Em contrapartida há os cosplayers, que majoritariamente também estão inseridos na cultura Otaku.

Então: quais são as diferenças e semelhanças entre os Otakus e os Cosplayers? Para compreender quais são as relações entre ser cosplayer, ser



mulher e ser Otaku. é necessário, em primeiro momento, compreender como são caracterizados, o que representam entre comunidade, como se relacionam e estão inseridos em espaços físicos e virtuais. Winterstein (2009, p. 25) comenta que os Otakus brasileiros preferem estreitar relações, uma vez que possuem os mesmos gostos e isso se reflete a partir das relações virtuais. A autora prossegue explicando que a partir dessas relações há um compartilhamento de um universo que é expressivo e que desta forma podem encontrar pessoas que compartilham dos mesmos gostos, gestos, palavras, vestuários e hobbies, como é o caso do Cosplay, desta forma há diversas formas de explorarem esses assuntos que possuem em comum.

Pode-se compreender que a fixação por imagens japonesas foi se propagando entre a cultura pop mundial pelos animes. Olhos grandes, roupas no estilo colegiais japonesas, cabelos coloridos, são marcas registradas dos animes e também dos mangás. A partir dos animes, é possível sentir a presença de diversas simbologias que pertencem à cultura japonesa e que ganhou grande importância para a cultura pop brasileira, são estas: os mangás, roupas com estampas de animes, a culinária japonesa, na qual é extremamente popularizada no Brasil, entre demais características que igualmente são extremamente estimados pelo público brasileiro que consome esta cultura direta ou indiretamente.

Essas características também estão presentes na tribo dos Otakus, uma vez que essas pessoas de certa forma tentam reproduzir a forma de vestimenta dessas personagens dos animes e mangás. A linguagem do vestuário está presente na cultura Otaku, pois o vestuário possui um significado de pertencimento e identificação de uma determinada tribo urbana ou a um grupo específico. Uma das expressões que são mais notórias na sociedade moderna é o vestuário e a partir do vestuário, se enquadram os Cosplays. Maffesoli (2001) cita que só existe o imaginário coletivo, pois este vai além do indivíduo e que abaixo retrata justamente acerca de como há a caracterização de como a mulher desta forma que o imaginário é considerado como o estado de espírito de um grupo, estado, país, nação ou comunidade. A partir da imagem a seguir, demonstra-se uma personagem com uma roupa colegial que é comum das escolas do Japão e em seguida um cosplay da personagem. A imagem da figura 4 e a representação de seu corpo que é exposto, são retratados nesses espaços, uma vez que são



personagens que possuem sua feminilidade deveras ressaltada e que possuem essa feminilidade é ressaltada a partir de um imaginário masculino sobre como as mulheres devem se portar, uma vez que suas representações lembram disso.

Figura 4 - Personagem Eru Chitanda do anime Hyouka



Fonte: Reprodução/Internet (2022)

Figura 5 – Cosplay da personagem Eru Chitanda do anime Hyouka



Fonte: <https://worldcosplay.net/member/296440>



A partir da visualização dessas simbologias, no que se diz presentes a partir de um cenário onde mulheres são colocadas em uma posição que ressalta a questão do gênero feminino enquanto um gênero que supre uma expectativa de um comportamento que é exageradamente relacionado aos estereótipos de feminilidades. Foi pensado em abordar algumas questões com Cosplayers mulheres que estão inseridas no espaço urbano de Campo Grande – MS e que também participavam ativamente das redes sociais, assim também estando presentes a partir do ciberespaço.

A metodologia desenvolvida neste trabalho foi a da etnografia virtual, demos considerar a etnografia virtual como webnografia. A etnografia virtual, segundo Mercado (2012, p. 170), “é a análise de dados que implica a interpretação dos significados e funções das atuações humanas, sendo expressas por meio de descrições e explicações escritas e verbais: estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas; associadas de alguma maneira, unidade social representativa para Estudo. Assim fazendo uma pesquisa exploratória com os sujeitos que estavam inseridos nos espaços, sendo eles: o espaço físico dos eventos de anime que ocorrem na cidade e os grupos virtuais de Otakus que igualmente se encontram no ciberespaço. A proposta principal do projeto era estudar as relações virtuais dos Otakus e como se tecem suas sociabilidades juvenis a partir das redes sociais. Também foram realizadas entrevistas com mulheres que além de serem Otakus, também eram Cosplayers e que ocupavam significativamente esse espaço. Através das entrevistas que foram realizadas previamente. As entrevistas foram realizadas com pessoas que são conhecidas na comunidade Otaku na cidade de Campo Grande – MS, uma vez que as mesmas possuem uma grande representação no cenário regional. O primeiro passo foi contatar essas pessoas para que as mesmas, já o segundo foi a realização das entrevistas de forma dialogada com os mesmos.

Através das entrevistas prévias, foi possível notar que essas meninas que estavam inseridas, não se sentiam plenamente confortáveis nesses espaços, uma vez que houveram variados relatos acerca de como esses lugares de sociabilidade não eram lugares onde as mesmas se sentiam plenamente bem vindas de modo que pudessem se sentir confortáveis. Durante a entrevista foi possível notar como



essas meninas também estavam inseridas nessas condições de mulheres como submissas, assim como as mulheres são retratadas nos animes e os mangás. Pensando nesses espaços de sociabilidades virtuais, foi-se organizado um roteiro de perguntas para se explorar melhor os temas debatidos. As perguntas que foram feitas são:

Quadro 1. Perguntas realizadas para as entrevistadas via Google Meet.

Quando você começou a se interessar pela cultura japonesa?

Você acha que existe uma interação social dentro das redes sociais com o pessoal que gosta de animes e cultura japonesa em um geral? Você interage via rede social?

O que você entende como cultura Otaku?

O que você entende como estética Otaku?

Você acha que existe uma faixa etária para essa comunidade?

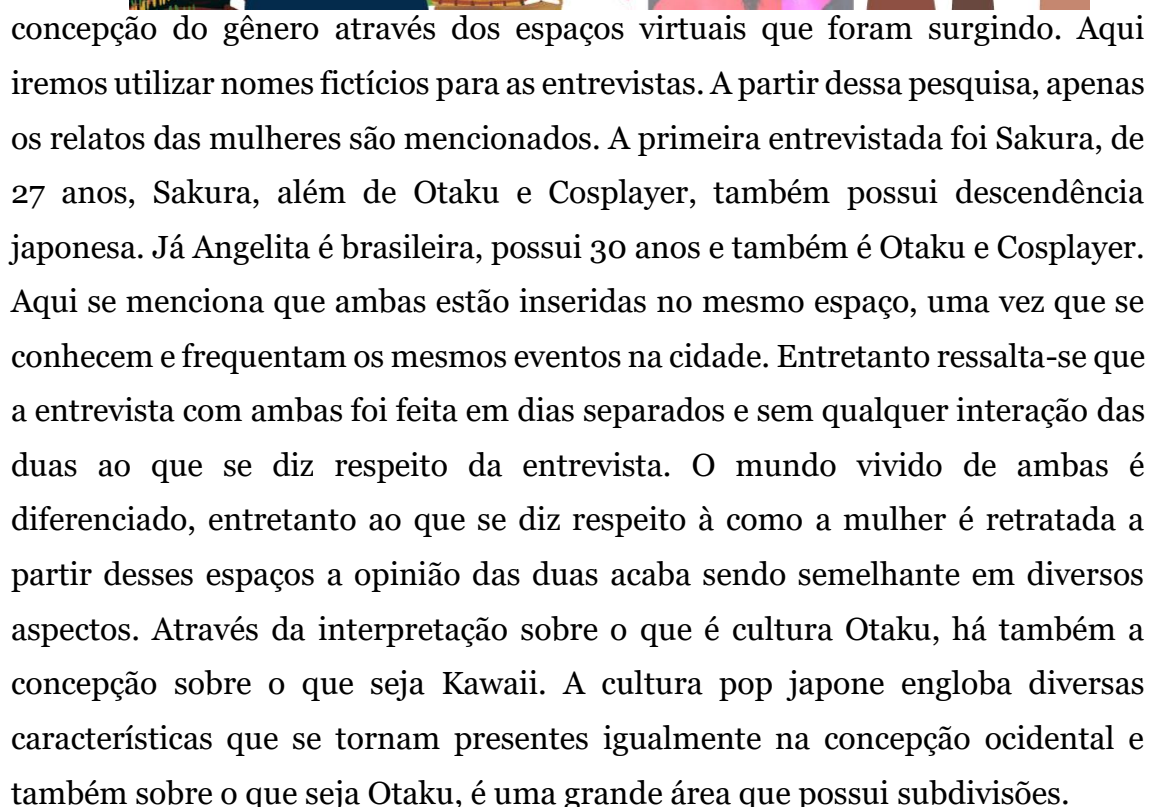
Você consegue perceber um padrão de estética (vestuário) dentro desses eventos?

Acha que a cultura Otaku é em sua maioria formada por jovens?

Qual o motivo pelo qual você acredita que a cultura Otaku se popularizou no Brasil?

Acha que a cultura Otaku é em sua maioria formada por jovens?

As entrevistas foram realizadas no ano de 2021 no intuito de conseguir explorar mais acerca das sociabilidades Otaku e quais eram os espaços que eram ocupados por esta comunidade. A real intenção a partir desta discussão era criar um imaginário acerca de como os Otakus entendiam e vivenciavam esses espaços virtuais e também físicos, uma vez que há uma extensão desses espaços a partir da consideração sobre como os espaços podem ser interpretados por essas pessoas. As entrevistas ocorreram via Google Meet e tiveram uma duração de aproximadamente 2 horas para cada entrevista. Os entrevistados eram um homem e duas mulheres, sendo todos eles atuantes no cenário Otaku regional e também Coslayers e como mencionado anteriormente, o principal intuito desta conversa era estabelecer como os Otakus interagiam a partir de um espaço de sociabilidades virtuais e de como eles se inserem a partir desses espaços. Ressalta-se que no decorrer das entrevistas, outros assuntos começaram a ser explorados, como dois dos três entrevistados eram mulheres, assuntos como a



Quadro 2. Dimensões da Cultura Otaku.





A cultura Kawaii é algo que se torna extremamente comum a partir dessas discussões. Essa palavra se refere a uma pessoa que é fofa, em japonês, Kawaii significa fofo. Atualmente o Kawaii se tornou uma estética que se tornou presente na comunidade Otaku e Cosplayer. A partir de uma discussão que é trazida por Maffesoli (1985) é possível notar que a estética é algo que se torna presente nas tribos urbanas, uma vez que a estética remete à condição de pertencimento de uma pessoa neste espaço, além de remeter à identificação dessas pessoas. O Kawaii possui uma estética japonesa que é representada a partir da estética de alguns estilos de moda japoneses, como as Gyarus e Harajukus.

Figura 6 - Representação da estética Kawaii



Fonte: Reprodução/Internet. 2022

A estética Kawaii está relacionada a esse movimento cultural que hoje abarca diversas características que estão presentes nos animes e que igualmente perpassam pelo espaço de sociabilidade em que essas pessoas se inserem. Ribeiro (2021) coloca que a mídia contemporânea e também atrelada com o consumo capitalista, uma vez que essas ações que são “fofas”, seja a forma de vestuário, as



ações e jeito de falar dessas mulheres, remetem à um pensamento de uma personagem de determinado anime e mangá. O capitalismo se relaciona, uma vez que há o consumo dessas roupas e acessórios para que essas meninas se sintam mais pertencentes a esse espaço. Mesmo em outros ramos, a cultura Kawaii também se demonstra presente, como por exemplo, na culinária, nas músicas e em demais espaços midiáticos. Uma vez que essa cultura é atrelada significativamente com o consumo desses itens de forma a se sentirem pertencentes ao espaço em que estão inseridos.

Durante a entrevista realizada, o assunto acerca de como essas caracterizações era importante no cenário dos Otakus, as entrevistadas falavam acerca de como compreendiam que essa era uma obrigação das meninas cosplayers. Uma vez que o papel da mulher a partir desses cenários é de uma mulher frágil e delicada, assim então corroborando para o pensamento de que essas mulheres necessitam também ser e agirem de tal forma, reforçando essa imagem que é reproduzida nestes espaços. Um dos questionamentos que nos surgiu durante essa pesquisa é se realmente essas mulheres, que estavam ocupando esse espaço, se sentiam na obrigação de seguir esses estereótipos ou isto seria algo de gosto pessoal, estando assim confortáveis no espaço de sociabilidade. Um dos pontos importantes foi tentar demonstrar que também havia um interesse dos sujeitos a se portarem desta forma, uma vez que por livre e espontânea vontade, há a necessidade de prosseguir com o Cosplay ou a caracterização.

O apreço pela cultura asiática faz com que essas meninas possuam um real interesse no vestuário, no agir e no falar de personagens japonesas. A estética do movimento Kawaii também acaba atrelada a ponto de que as meninas ali inseridas, compreendam que a partir desses espaços elas estão performando como personagens de animes ou ainda como meninas japonesas que reproduzem os fenótipos e a personalidade de uma pessoa japonesa. A visão de uma pessoa ingênua, inocente e que possui demasiada infantilidade são marcas presentes a partir dessas caracterizações. Ribeiro (2021) igualmente trata de como essas meninas que aqui são adeptas do movimento Kawaii retratam como movimento foi se adaptando conforme o tempo e as mudanças significativas na sociedade ocidental, onde elas procuram possuir a aparência mais delicada, assim como



modificam suas roupas, gestos e até o mesmo o vocabulário, a fim então de reforçar essa visualização enquanto essa menina inocente, que procura acima de tudo pertencer a esse espaço. Através das entrevistas fica visível a partir desses espaços como elas queriam agir, uma vez que no Universo Cosplay é natural que mulheres mais velhas fazem cosplays de crianças ou adolescentes, o que pode contribuir para o imaginário dos homens Otakus. Os relatos das entrevistadas demonstram como elas também gostam de se arrumar e estarem em espaços onde possam utilizar essas roupas sem sofrerem preconceito e é a partir daí que esses espaços de sociabilidades se tornam necessários. Através da imagem, tenta-se dialogar acerca do que são as características de uma personagem que contém esses elementos femininos. No caso de Kanna Kamui sua idade é desconhecida, uma vez que a mesma é um personagem mitológico, neste caso um dragão. Mas sua aparência humana é de uma criança de nove anos de idade.

Figura 7 - Personagem Kanna Kamui do anime Kobayashi-san Chi no Meidoragon



Fonte: Reprodução/Internet (2022)



Figura 8 - Cosplay de Kanna Kamui do anime Kobayashi-san Chi no Meidoragon



Fonte: Reprodução/Internet (2022).

Durante as entrevistas, foi percebido nas narrativas, que através dos espaços virtuais por conta dessa representação que é demasiadamente feminizada e também sexualizada, havia questões de assédio nos espaços de sociabilidades virtuais, mas também nos espaços físicos, que aqui serão elencados como os eventos onde essas meninas participam juntamente com os outros participantes, uma vez que as meninas também são Otakus e também compõe a tribo urbana dos Otakus. Entretanto, durante a entrevista, notou-se que a relação entre homens e mulheres ocorre de forma diferente a partir da percepção das mesmas sobre esse assunto. Em uma das falas, Angelita diz que “É muito difícil eu postar fotos de Cosplay com pouca roupa nas minhas redes sociais, os homens não medem as palavras”. Durante o seu relato, foi notório o seu desconforto para que a mesma possa se expressar através das roupas e dos personagens, porque a mesma relata como os homens a tratam, uma vez que os mesmos sentem liberdade para assediá-la.

Galbraith (2015) traz a perspectiva de que existem homens que se atraem sexualmente por personagens de anime, quem traz isso é Nakamori traz esses homens com o termo Otaku, que é justamente a linha que se coloca com relação à como esses homens se portam, ele utiliza que esses homens não possuem uma masculinidade e por isso ocorre a atração sexual. O autor coloca o papel do Otaku



como sendo esse homem que se prende aos imaginários dos animes e projeta que toda mulher deverá suprir esse espaço onde ela é uma pessoa indefesa e “frágil”, assim como nos animes e mangás. A estética infantil que é representada através dos animes é algo que reforça a ideia de que esses personagens fictícios podem estar no espaço concreto. Um dos apontamentos que pode ser realizado é quando esses espaços de sociabilidades se tornam físicos, como os eventos de anime, por exemplo, há a questão de que as mulheres que fazem determinados tipos de cosplay, passam por esse assédio porque os homens compreendem que aquela mulher é a personagem, que possui a mesma personalidade, os mesmos jeitos que o personagem que está fazendo o cosplay e isso ocorre por conta da distorção de imagem que algumas pessoas acabam tendo.

Durante o relato dessa entrevista, Sakura também colocou como as meninas Otakus também se motivam a terem uma estética de uma menina japonesa ou Otaku. Ela, como descendente de asiática, relatou durante a entrevista como também sexualizam os corpos asiáticos, pois os traços orientais estão muito presentes nos animes e dos mangás. Ela relata que por diversas vezes recebia comentários que falavam acerca de sua aparência e de como isso também interfere nesses espaços. Existe um estereótipo de pessoas asiáticas que é muito forte e muito presente em determinados espaços e um desses espaços são os espaços de sociabilidade Otaku. Aoki (2020) retrata como os estereótipos com pessoas asiáticas são. A autora aponta que existe um padrão estético que é muito presente para pessoas asiáticas e que isso de certa forma marca como a sexualização das mulheres é algo constante nos padrões que são exigidos pela mídia e afins. Também afere a questão da pornografia e do imaginário masculino acerca de como essas mulheres são. Isso está diretamente relacionado com os animes, uma vez que os animes pornográficos estão presentes e igualmente se ocupam desses espaços de opressão, trazendo uma imagem objetificada da mulher. Aoki ainda retrata acerca da sexualização das mulheres. Lee, *et al.* (2019, p. 130):

histórica e politicamente, corpos femininos asiáticos foram afastados de sua agência enquanto pessoa no que tange sua individualidade, personalidade e subjetividade. A desumanização pela alienação e pela retirada do direito à identidade objetifica a mulher racializada por meio da constante



Essa objetificação não se resume apenas a mulheres amarelas, entretanto há de se considerar que essas mulheres asiáticas preparassem pela questão da retirada do direito à identidade, uma vez que existem diferenças de interpretações entre mulheres brancas e mulheres asiáticas e como elas ocupam espaços diferentes, mesmo que ocupem a mesma função social, neste caso nos referimos às cosplayers. Quando as mulheres se caracterizam a partir de determinado personagem que seja feminino, há uma questão muito presente acerca da acentuação da feminilidade dessas personagens, como aqui já mencionado anteriormente, principalmente porque essas mulheres estão por diversas vezes em um papel de submissas. Através dos próprios animes, é comum observarmos características de corpo e vestuários muito ligados à questão da feminilidade e também à vulnerabilidade dessas mulheres que se tornam muito presentes. A diferença do gênero é extremamente perceptível na comunidade Otaku. Desta forma, é possível enxergar uma construção social e uma cisgeneridade nos animes e que perpassa para os cosplays. Quando uma mulher faz cosplay de determinado personagem, conseguimos notar que as características femininas são muito evidenciadas nessas caracterizações que são produzidas.

O gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais



correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional.

As relações de gênero que nela estão dispostas é uma das características que se tornam presentes a partir dessas relações. A percepção de gênero desses espaços se dá de uma forma diferente uma vez que o papel da mulher ainda pode ser caracterizado como um papel de submissão e subordinação à figura masculina. Uma vez que esses espaços tornam-se espaços de opressão para as mulheres cosplayers e Otakus. Esses espaços de opressão se devem muito devido à questão de gênero que se torna presente a partir desse imaginário Otaku.

Ainda comentando esta discussão que abarca o gênero, é importante ressaltar que nesses aspectos há ainda a interpretação acerca do que essas pessoas compreendem enquanto sendo gênero e quais são suas interpretações acerca do tema. Tal discussão se torna importante uma vez que a partir dessa discussão inicial sobre o que seja gênero é de fundamental importância que haja um maior entendimento sobre o gênero e como ele se insere a partir desses espaços de sociabilidades. A partir de uma discussão acerca do que seja sobre a fetichização do corpo da mulher e como os Otakus visualizam isso, é necessário que haja um entendimento sobre quais são os principais pontos de interesse desses, que são na maioria das vezes homens, que ocupam o espaço da mulher Otaku a fim de impor para ela como ela deveria se portar, neste caso se portar como uma pessoa submissa. Durante a entrevista, ainda houve um debate acerca de como esses corpos que são reproduzidos nos animes e nos mangás não podem ser existentes na vida real, uma vez que esses corpos fetichizados são humanamente impossíveis de se alcançar. Durante a entrevista, Sakura relata “Os corpos dos animes não são reais, mas tem pessoas que não conseguem entender isso.”. A entrevistada comenta sobre como é impossível reproduzir esse tipo de padrão.

A preocupação com o visual Otaku é algo muito presente neste universo Otaku, desde o cabelo até o modelo de unhas a serem utilizados. No Japão, esse visual é ainda mais evidenciado. O país que possui esta cultura de uma feminilidade muito marcante, isso também acaba refletindo muito no com no universo cosplay, quanto mais parecida a pessoa for do personagem, melhor será seu trabalho enquanto uma cosplayer. As mulheres são visualizadas como objetos sexuais, ainda que no espaço Otaku, onde tem seus corpos sendo visualizados



enquanto um objeto sexual, com os seios maiores, a expressão inocente e roupas que marcam suas intimidades.

Considerações Finais

Durante toda pesquisa, notou-se que há uma questão do gênero que se torna muito presente através dessa discussão e de como ele está atrelado com o imaginário dos Otakus, uma vez que a presença da feminilidade a partir de um contexto Otaku se mostra extremamente acentuada. Durante as entrevistas realizadas, encontram-se diversas questões que estão diretamente relacionadas às questões de gênero que aqui foram debatidas. O gênero enquanto questão social assume o papel de ser um espaço que majoritariamente é constituído de homens.

Através dos relatos aqui elencados pelas entrevistadas, percebeu-se que há uma questão extremamente forte no que se diz respeito ao gênero e suas relações. A mulher enquanto uma pessoa que exerce uma feminilidade alargada, assim como vulnerabilidade e fragilidade destacadas se demonstram enquanto um gênero inferior aos dos homens. A partir dos espaços de sociabilidades que aqui são demonstrados, as entrevistadas também demonstram sobre como esses espaços também são espaços de opressão para essas mulheres. Mesmo quando são mulheres que são Cosplayers, são mulheres que exercem uma questão muito forte com o que se discute acerca do gênero.

O vestuário Otaku Feminino é um vestuário que demonstra em determinados momentos como a questão da fetichização da mulher é muito ressaltada nos animes e mangás e que nesses espaços de sociabilidades virtuais, essas questões também estão presentes. As mulheres que são Otakus e Cosplayers, são mulheres que de determinada forma, são oprimidas a partir do espaço virtual, uma vez que esses espaços enfatizam a questão do gênero feminino sendo um gênero inferior. A sexualização dos corpos femininos também é algo que foi percebido nas entrevistas e também na análise das redes sociais. Através das postagens, foi possível notar como as questões do corpo das mulheres são algo ressaltado nesses espaços, assim como a personalidade e os traços delicados. A feminilidade acentuada é imposta nesses espaços, submetendo a



mulher a um papel que pode ser compreendido como inferior em determinados locais, isto ocorre justamente por conta da representação dessas mulheres nos mangás e nos animes.

As roupas muito decotadas, partes do corpo expostas como os seios ou as pernas são constantes em diversos gêneros de animes, devido a isso, as mulheres que realizam os cosplays utilizam as mesmas características dessas personagens femininas. A feminilidade se torna algo marcado e também pode ser considerado importante nesses espaços, uma vez que são demonstradas e exercidas.

Referências

AOKI, Amanda Tiemi. **Asiáticas amarelas para além da minoria modelo: representatividade em narrativas contraestereotípicas** / USP, São Paulo, 2020. Trabalho de conclusão de curso.

BARRAL, Étienne. **Otaku**: Os filhos do virtual. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

GALBRAITH, Patrick W. Rape Lay and the return of the sex wars in Japan. **Porn Studies**, v. 4, 2017, pp.105-126.

LEE, Caroline Ricca; MANGHIRMALANI, Juily; HIGA, Laís Miwa. NARRATIVAS ASIÁTICAS BRASILEIRAS: identidade, raça e gênero. In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **ENSAIOS SOBRE RACISMOS**: Pensamento de fronteira. São Paulo: Balão Editorial, 2019. p. 126-134. Disponível em: https://ocarete.org.br/wp-content/uploads/2020/05/ensaios_sobre_racismos_novo.pdf. Acesso em: 27/07/2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MERCADO, Luis Paulo. Pesquisa Qualitativa Online Utilizando a Etnografia Virtual. **Revista Teias**, [S.l.], v. 13, n. 30. Rio de Janeiro - RJ, UERJ, dez. 2012.

NAGADO, Alexandre; GUSMAN, S.; OKA, A. M. **Cultura Pop Japonesa**: Histórias e curiosidades 1ª edição: 2011.

ODA, Ernani. Interpretações da " cultura japonesa" e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de ciências sociais**. V. 26. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RIBEIRO, Dilton. Sexualidade e feminilidade: o paradoxo do movimento estético-cultural Kawaii. **cadernos pagu**, 2021.



SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica** / Guilherme Carvalho da Silva. Dissertação de Mestrado– Brasília: GEA/IH/UnB, 2013. 159 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2. Porto Alegre - RS: UFRGS, 1995.

WINTERSTEIN, Claudia Pedro. **Mangás e animes: sociabilidade entre cosplayers e otakus**. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

WINTERSTEIN, Claudia. Otakus e Cosplayers: J-pop e Japonesidades. In: RENÓ, Machado Igor José de (Org.). **Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2011.



Corpos LGBTQIAP+ em Juiz de Fora - MG: expressões e incorporação dos espaços de vivência

LGBTQIAP+ bodies in Juiz de Fora - MG: expressions and incorporation of living spaces

Charlley Freitas Campos – charlley2campos@gmail.com
Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Mariana Gonsalves Nunes – marianagnnunes@gmail.com
Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Diogo Parreira Lapa – diogo.parreira@ich.ufjf.br
Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-1225-0894>

Resumo

O presente artigo, busca apresentar reflexões sobre como é ser LGBTQIAP+ na cidade de Juiz de Fora e mostrar as relações que esses corpos exercem no espaço percorrendo acerca de seus lugares de encontro e suas manifestações culturais, tais como o Miss Brasil Gay. Tendo como metodologia a revisão bibliográfica de autores que pesquisam a temática de sexualidade, gênero e corporeidade, bem como de práticas cotidianas vivenciadas pelos próprios autores. A fim de evidenciar que os corpos de pessoas LGBTQIAP+ são políticos, e como tais, carregam estigmas, construções, idealizações, e que, por vezes, são oprimidos pela ordem vigente da sociedade Brasileira que é machista, homofóbica, transfóbica e racista.

Palavras-chave: Sexualidade, Juiz de Fora, Gênero, Corporeidade, Espaço.

Abstract

This article seeks to present reflections on what it is like to be LGBTQIAP+ in the city of Juiz de Fora and to show the relationships that these bodies exert in space, discussing their meeting places and their cultural manifestations, such as Miss Brasil Gay. Having as methodology the bibliographic review of authors who research the theme of sexuality, gender and corporeity, as well as everyday practices experienced by the authors. In order to show that the bodies of LGBTQIAP+ people are political, and as such, carry stigmas, constructions, idealizations that are sometimes oppressed by the current order of Brazilian society that is sexist, homophobic, transphobic and racist.

Keywords: Sexuality, Juiz de Fora, Gender, Corporeality, Space.



Introdução

Ser membro pertencente à comunidade LGBTQIAP+ engloba práticas e corporeidades que vão além da orientação sexual, da expressão das relações íntimas e pessoais. Essencialmente, ser LGBTQIAP+ é existir como Ser político, dotado de simbolismos, que busca compreensão e abrigo nos diferentes espaços das cidades. O que conhecemos como “sair do armário”, configura-se na atitude de se “assumir”, reconhecer publicamente, ou ao menos no escopo de suas relações íntimas (nos grupos de amigos, a título de exemplo), suas práticas afetivas. Tal momento de “saída”, denotaria ares de liberdade para aqueles sujeitos que antes estavam enclausurados em mentalidades heteronormativas, que aprisionavam sua livre expressão de Ser. Utopicamente, seria o primeiro passo para um caminho de aceitação e liberdade. Em realidade, essa saída (que em muitos casos é forçada pela divulgação indesejada de casos amorosos) retrata a insegurança, em que as paisagens comuns dos lugares são transformadas em paisagens de medo e inquietação. Logo, habitar diferentes espaços da cidade torna-se dubitável, principalmente pela reação em cadeia gerada por atitudes homofóbicas, que hiperssexualiza e deprecia os corpos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Queers, Intersexos, Agêneros, Assexuais, Não Binários (e todos aqueles inseridos na comunidade LGBTQIAP+), privando esses seres de manifestar suas essências.

Para tanto, na visão de Oliveira (p. 70, 1970) o Brasil pode ser descrito “de acordo com a toponímia brasileira, o nosso povo é essencialmente católico, bucólico, otimista e nacionalista”, mediante essa citação procuraremos dissertar neste artigo sobre como é ser LGBTQIAP+ em um Brasil de tradição religiosa, conservador, homofóbico e transfóbico. Como o corpo de uma gay afeminada manifesta a sua espacialidade em um ambiente hostil a sua presença inata, sendo que isso acontece também com corporeidades transsexuais que, preponderantemente, sofre muito mais que qualquer outro ser da comunidade. Ademais, mesmo com a ação do STF (Supremo Tribunal Federal) de criminalizar a conduta de discriminação, ainda não existem leis específicas sobre o tema, pois o crime de LGBTfobia foi associado ao crime de racismo, ou seja, a luta continua para que os direitos da comunidade sejam preservados.

Um outro fator importante é a questão de produção de dados e pesquisas a respeito da comunidade, pois foi em Maio de 2022 que pela primeira vez o IBGE



(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostrou resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS): Orientação sexual auto identificada da população adulta, sendo estes: “2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou bissexuais; 1,2%, ou 1,8 milhão, declaram-se homossexual, tem atração por pessoas do mesmo sexo ou gênero; e, 0,7%, ou 1,1 milhão, declara-se bissexual, tem atração por mais de um gênero ou sexo binário”. A produção de pesquisa nos ajuda a mostrar a nossa territorialidade e espacialidade, nos fazendo vistos dentro da sociedade, também, fomenta a criação de leis e/ou projetos de apoio ao resguardo de direitos dos cidadãos LGBTQIAP+ Brasileiros.

Ampliando o pensar, Lima (2015) disse que:

“Uma das principais estratégias adotadas para a reprodução da ordem social vigente é, sem dúvida, o controle ou apropriação do trabalho por intermédio do corpo. Daí, portanto, a manipulação de fenômenos como a etnicidade, a racialidade, a sexualidade, o comportamento, etc. Controlar o corpo equivale a controlar o principal eixo de integração objetiva do homem com a realidade, ou seja, o trabalho, já que essa atividade vital para a reprodução social (e mesmo da vida humana) é a unidade particular básica que reúne todos os homens e mulheres sob um horizonte objetivo comum”.

Com essa assertiva fica claro o porquê muitas vezes corpos LGBTQIAP+ não conseguem ocupar espaços de poder dentro da sociedade, logo, a ordem social patriarcal, machista, homofóbica e transfóbica mantém-se no poder, deixando os corpos e sexualidades não conformes marginalizados, abrindo assim, brechas para uma heteronormatividade compulsória que vilaniza os corpos afeminados e/ou que de certa forma não se enquadram no padrão heteronormativo.

Não obstante, este artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre como é ser LGBTQIAP+ na cidade de Juiz de Fora e mostrar as relações que esses corpos exercem no espaço discorrendo acerca de seus lugares de encontro. Usando como metodologia a revisão bibliográfica de autores que pesquisam a temática de sexualidade, gênero e corporeidade, bem como de práticas cotidianas vivenciadas pelos próprios autores.



Juiz de Fora, a Cidade do Miss Brasil Gay

Em Juiz de Fora, o Concurso Miss Brasil Gay (Figura 1), que é uma festa LGBTQIAP+ tombada como Patrimônio Imaterial da Cidade pelo Decreto do Executivo n. 9.275/2007, assinado pelo então prefeito Alberto Bejani:

“A cidade se destaca ainda no cenário brasileiro pela promulgação da Lei n. 9.791 de 12 de maio de 2000, conhecida como Lei Rosa, que “dispõe sobre a ação do Município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual” (Juiz de Fora, 2000). Em termos legais, portanto, Juiz de Fora possui condições mais favoráveis à expressão de identidades LGBT’s do que muitas metrópoles” (MAIA & DUTRA, 2012).

Figura 1: Realização do Miss Brasil Gay em sua 38ª edição no ano de 2018.



Fonte: G1, 2020.

Também, podemos observar na cidade, a existência de lugares de encontros de LGBT’s, que ocorrem em bares, boates e são locais específicos marcados dentro do espaço urbano, reafirmando suas presenças e se estruturando enquanto unidade. Segundo Maia & Dutra (2012), “a cidade é manifestação de relações sociais e, como tal, é impregnada pelo poder, por símbolos e signos, por marcas, por afeto, elementos que inviabilizam a apreensão de seu dinamismo”, tornando as cidades segregadas e espacializadas de acordo com uma ordem vigente, que por si só, nega e questiona as existências das mais diversas sexualidades, identidades de gênero, afetividades e práticas sexuais.



Diante disso, questionamos: como a comunidade LGBTQIAP+ vive e sobrevive por entre os acessos, caminhos e descaminhos de Juiz de Fora? Buscando compreender como essas trajetórias são realizadas, entendemos que:

“[...] as estruturas de dominação racial, sexual e de classe, afetam explicitamente a cidade, que não é neutra, que exprime relações sociais e reproduz espacialmente, as divisões da sociedade na forma de segregação, organizando o espaço e o tempo dos indivíduos” (CALIÓ, 1997, p. 5).

Sendo uma cidade universitária de médio porte, Juiz de Fora abriga uma variedade de figuras, que povoam à sua maneira diferentes espaços. Imaginemos uma cisão, ou uma zona de conflito: de um lado, aqueles apoiadores de discursos de cunho moral-sexual, que julgam inadequado o pertencimento de certos indivíduos em lugares considerados tradicionais, ou de uso comum da cidade; do outro, aqueles chamados “liberais”, que participam ou são apoiadores de políticas e convenções, que em si, legitimam e reforçam a presença e identidades dos cidadãos, sejam eles de quaisquer etnias, agrupamentos, comunidades, etc. Ampliando essa imagem, temos não somente a ilustração de Juiz de Fora, mas do Brasil, projeção sobre projeção. Assim fica evidente que forças políticas povoam o imaginário popular em seus padrões de aceitação, do enquadramento daquilo considerado como “normal” e “anormal”.

Com isso, a Universidade Federal de Juiz de Fora transfigura-se como centro de convivência de muitos jovens, onde, de alguma forma, grupos são fundidos e mentalidades são atreladas. Em 2022, celebrando o mês do orgulho LGBTQIAP+, a universidade divulgou amplamente a campanha “Nossos corpos são políticos” (Figura 2), onde discentes, docentes e funcionários da instituição foram convidados a retratar suas vivências e experiências enquanto pertencentes a comunidade LGBTQIAP+, para afirmar que no mês de junho comemora-se não somente a livre expressão do amor, mas a resistência política pelo direito de existir, como destaca Ianna Rodrigues, estudante da Faculdade de Comunicação, em entrevista à universidade:

“Quando entrei aqui, de alguma forma, já sabia que encontraria outras pessoas como eu. Corpos como o meu, que fogem da heteronormatividade, da cisgeneiridade e de outras caixas impostas socialmente. No meu caso, não performar feminilidade e ser LGBT fazem com que meu corpo não seja somente pele, ossos e músculos, mas, sim, uma manifestação política do que sou e



daqueles que são como eu. O tempo todo, nossos corpos estão em combate.”

Figura 2: Campanha “Nossos corpos são políticos” no campus da UFJF.



Fonte: Acervo Pessoal, 2022.

Neste mesmo bojo, surgiu na cidade uma necessidade de expressar sua pluralidade para além do já consagrado Miss Brasil Gay, que ocorre anualmente em Juiz de Fora desde o ano de 1977. Assim, no ano de 1998 foi realizada a primeira edição da *Rainbow Fest* na cidade (Figura 3), o evento foi organizado pelo Movimento Gay de Minas em um contexto socio cultural muito delicado para a comunidade LGBTQIA+, onde até mesmo os mais básicos direitos ainda eram negados. Assim o primeiro ano do festival foi marcado por “palestras, debates, lançamento de livros, exposições de arte, mostra de cinema e outras atividades culturais com temática GLBT. O sucesso do primeiro encontro apontou para a necessidade de um trabalho mais duradouro.” (A HISTÓRIA DO MGM, 2016 *apud* KNOP & MAIA, 2019).



Figura 3: Rainbow Fest 2007, sendo realizada no centro da cidade de Juiz de Fora.



Fonte: Fernando Barbosa/Hoje em Dia/AE, 2007.

Dessa forma a Rainbow Fest impactou diretamente a cidade, com a ocupação de espaços que antes não iriam ser frequentados pela população LGBTQIA+ que ainda se via como na margem da sociedade juizforana em meados da década de 1990, e com a “anexação” de práticas diversas, como os desfiles e a parada gay em sua cartilha, a Rainbow Fest Juiz de Fora alcançou uma representatividade ímpar na cidade, mesmo com a existência do já consagrado Miss Brasil Gay, e inclusive com ambos os eventos passando a serem realizados conjuntamente desde o ano de 2019 (Figura 4), parceria essa que potencializou o alcance de ambos os eventos, além de permitir que atrações de renome no cenário nacional fossem convidadas a se apresentar, tornando o evento ainda mais atrativo aos olhos da comunidade. Sendo realizada em todos os anos desde 1998 e tendo somente o ano de 2016 como ano sabático para reinvenção do evento e consolidação de novas ideias (KNOP & MAIA, 2019), ideias essas que ajudam a



perpetuar e manter com seu esplendor de sempre um dos mais marcantes pontos de encontro da comunidade LGBTQIA+ em Juiz de Fora.

Figura 4: Material de divulgação do ano de 2021 mostrando a união dos eventos.



Fonte: Divulgação – ACESSA.com, 2021.

Salientamos outro local de encontro voltado, principalmente, ao público LGBTQIA+: o Rocket Pub, boate noturna localizada em Juiz de Fora. O espaço conta com bar equipado e uma pista de dança ampla, onde shows e festas

CAMPOS, Charlley Freitas; NUNES, Mariana Gonsalves; LAPA, Diogo Parreira. *Corpos LGBTQIA+ em Juiz de Fora MG. 5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”*. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



temáticas são ofertadas normalmente às quintas, sextas e sábados. É nesse ambiente que muitas Drags Queens juiz-foranas e da região performam em seus figurinos, esbanjando alegria e vivacidade em apresentações inclusivas, também, onde a população LGBT escolhe se divertir aos finais de semana, sendo esse um local aberto a receptividade de demonstrações afetivas entre os casais ou enamorados, que não encontram nas ruas viabilidade para expressar-se livremente, tal como um casal hétero faria. Ao visitar o local, é perceptível a sensação de conforto e segurança entre os frequentadores, como por exemplo, o uso comunitário do banheiro, que usualmente, não gera qualquer tipo de transtorno ou inconveniente.

Contudo, ainda sim, Juiz de fora é uma cidade de médio porte, logo, carrega consigo um paradoxo entre ser uma cidade receptiva há corporeidades LGBTQIAP+ e hostil, acreditamos que essa hostilidade seja decorrente de uma homofobia estrutural, que está entranhada nas conjunturas sociais do Brasil como um todo, não obstante:

“cada interior e cada território vai proporcionar um processo diferente de experimentação e vivência da sexualidade, mesmo que haja entre eles similaridades, especialmente aquelas relacionadas ao preconceito, vigilância e disciplinarização de corpos exercida pela escola, família e igreja” (FERRARI; BARBOSA, 2014).

Para tanto, Feitosa, Dos Santos Silva e Da Silva Zacarias (2020) vão dizer que:

“... somado a toda essa incansável luta para conquista de sociabilidade urbana estão os interiores brasileiros, guardiões de peculiares conflituosas, ambíguas, sigilosas e contraditórias relações sexuais em torno de sujeitos dissidentes. Os paradoxos das violências materiais e simbólicas fazem com que o “sonho de princesa” de muitos sexos discordantes recentemente assumidos seja o de viver na capital, longe do então preconceito sufocante do interior. Interiores entendidos enquanto pequenas cidades de poucos recursos econômicos, caracterizadas pelas relações cívicas confundirem-se com as familiares, pela existência de códigos geracionais e comunitários de conduta e, sobretudo, onde o patrimonialismo impera nas relações de emancipação econômica (LEAL, 2012), essa última, tão necessária para muitos “gays” se libertarem-se do armário (SEDGWICK, 2007)”.

Dando espaço para o que os mesmos autores vão elencar como “cultural do armário” que tem como característica marcante uma:

“vivência clandestina da sexualidade. Exemplo concreto disso é quando homossexuais baixam a cabeça no automóvel ao adentrarem motéis para



não serem identificados, isso quando esses estabelecimentos existem na cidade. É possível notar também que gays frequentemente escondem seus rostos nos aplicativos de paquera e sexo. No *Grindr* e no *Scruff*, boa parte dos usuários do interior não querem se identificar. Não é que nas capitais não hajam homossexuais que queiram manter sigilo sobre suas identidades, mas há uma quantidade significativa de usuários que se expõem com mais liberdade, tranquilidade e autonomia, indicando uma tendência de grande repressão no interior.” (FEITOSA; DOS SANTOS SILVA; DA SILVA ZACARIAS, 2020).

Situações essas que são muito recorrentes em Juiz de fora. Contudo, “assumir-se lésbica ou gay não é também garantia de vivência pública da sexualidade, mas sim um passe livre para as violências física e simbólicas, o que em alguma medida condiciona a solidificação dos armários” (FEITOSA; DOS SANTOS SILVA; DA SILVA ZACARIAS, 2020), principalmente violências advindas do próprio eixo familiar, e para além disso, “Às vezes, relacionar-se com homens que estão no armário, nos interiores, pode representar um risco à integridade física e psicológica de gays. Há vários casos de gays ou travestis que sofreram violências após publicizarem que “ficaram” com determinado homens, justamente porque não poderiam ter “denunciado” que transaram com esses homens, por terem “desonrado” suas imagens viris e respeitáveis na comunidade” (FEITOSA; DOS SANTOS SILVA; DA SILVA ZACARIAS, 2020) como consequência, dessas mazelas temos a geração de transtornos psicológicos tais como: ansiedade, depressão, síndrome do pânico dentre muitas outras que podem assombrar pessoas LGBT’s.

Portanto, mesmo que em Juiz de Fora não haja expressivamente tantos casos (documentados) de agressão ou homicídio contra LGBT’s, é evidente que o preconceito ocorre de maneira velada, fazendo com que ao transitar, todos pertencentes a comunidade estejam alertas em relação aos olhares, na diferença de atendimento em estabelecimentos comerciais. Todavia, acreditamos que dá para se viver em Juiz de Fora sendo gay, exemplificando, ao comparar a cidade com as grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que:

“Com as modificações da luta pelos direitos civis que deu-se, em grande medida, no campo cultural, agora a então chamada comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexos, assexuados e queers (LGBTQIA+) não mais demarca lugar no espaço público das metrópoles, mas também disputa o consumo, mídias e narrativas, com direito a audácia de “patrimonialização de territórios de feições”.” (DA SILVA ZACARIAS, 2019)



Mas sem dúvidas a comunidade LGBTQIAP+ manifesta-se de maneira expressiva em Juiz de Fora, e como Descartes (1995, p. 76) já havia concluído há quase quatro séculos que “(...) não há real distinção entre o espaço (...) e a substância corpórea nele contida”, logo, as expressões de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros são incorporadas nos lugares da cidade, mostrando uma geograficidade corpórea, cheia de simbolismos. Destacamos ainda a importância de sermos vistos e entendidos, pois quanto mais se procura compreender e conhecer nossas maneiras de expressão, mais desmistificamos os estigmas sobre nossa sexualidade e corpos.

Considerações Finais

Mediante ao que foi apresentado, fazer parte da Comunidade LGBTQIAP+ representa muito mais do que não estar dentro dos padrões heteronormativos, significa manifestar uma corporeidade distinta que nos integra ao espaço e o modifica culturalmente. Logo,

“existirão experiências que se aproximam dos aspectos que levantamos aqui, assim como existirão experiências que se distanciam. Entretanto, o que queremos registrar é que cada interior e cada território vai proporcionar um processo diferente de experimentação e vivência da sexualidade, mesmo que haja entre eles similaridades, especialmente aquelas relacionadas ao preconceito, vigilância e disciplinarização de corpos, exercidas pela escola, família e igreja (FERRARI; BARBOSA, 2014).”

Diante do exposto, fica evidente a crescente setorização e necessidade de criação de espaços voltados ao público LGBTQIAP+, para que estes possam se expressar e reafirmar suas presenças nas cidades. São nesses núcleos concentrados onde se encontra acolhimento, receptividade e tratamento digno, sobre os corpos e as exteriorizações. É necessário, ainda, questionar a atitude ou necessidade de mudança comportamental desses indivíduos fora desses espaços. Eles expressam suas sexualidades e identidades de gênero livremente em seus locais de trabalho, com seus familiares e amigos? E nas ruas, suas formas de se vestir, portar, falar e agir se modificam motivadas pelo medo de “represálias”? Por entre as análises das lentes sociais temos que “as características corporais, como tamanho, a forma, a saúde, a aparência, a vestimenta, o comportamento, e a sexualidade fazem diferença nas experiências espaciais das pessoas e também



afetam como nós interpretamos e somos interpretados” (DE CAMPOS; SILVA, 2020, p. 105).

Foucault anuncia, ao discursar sobre sexualidade na era moderna que:

“[...] segundo círculos cada vez mais estreitos, o projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno da questão do sexo. A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber, nele, daquilo que ele próprio ignora, tudo isso foi possível desenrolar-se no discurso do sexo. Contudo, não devido a alguma propriedade natural, inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder imanescentes a tal discurso.” (FOUCAULT, 1980, p. 68-69).

Reforçamos, a vista disso, que corpos são políticos, e como tais, carregam estigmas, construções, idealizações enraizadas profundamente em ordens sociais majoritárias e de relações de poder. No que diz respeito aos corpos, para Foucault “as relações de poder operam sobre ele de modo imediato; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, submetem-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1977, p. 28; FOUCAULT, 1980, p.142). À face do exposto, quais sinais são exigidos daqueles que fogem aos padrões socialmente estabelecidos? Existem aqui reflexos imbricados nas relações de uso dos lugares, onde fantasias enquadratórias são necessárias para o usufruto de suas potencialidades. Tenciona-se, então, questionar e defrontar esses sistemas de dominação e controle, para que não somente toda a comunidade LGBTQIAP+ possa se ver equivalida e aceita nas grandes e pequenas cidades, mas todos aqueles que são vistos como estranhos, incógnitos e excêntricos, afinal “Não existe beleza rara sem algo de estranho nas proporções” (POE, 1981), sejamos então todos estranhos em nossas significâncias plurais, e deixemos as estranhezas dos outros encontrarem-se.

Referências

A HISTÓRIA DO MGM: de 1998 a 2007. Disponível em: <<https://mgmorgbr.wordpress.com/2016/08/09/a-historia-do-mgm-de-1998-a-2007/>>. Acesso em: 15/07/2022

CALIÓ, S. A. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: 6 Encontro de Geógrafos da América Latina, 6, 1997. **Anais**



eletrônicos...

Disponível

em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>> Acesso em 27 de julho de 2022.

CIRINO, O. O desejo, os corpos e os prazeres em Michel Foucault. **MENTAL [online]**. vol.5, n.8, pp. 77-89, 2007.

CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51. Editora UFPR, 2009.

DE CAMPOS, M. P.; SILVA, J. M. "Teu corpo é o espaço mais teu possível": Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 31, p. 101-114, 2020.

DE LIMA, E. L. A CORPOREIDADE COMO UM RECURSO METODOLÓGICO DA GEOGRAFICIDADE. **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 5, 2015.

DESCARTES, René. **Los Principios de la Filosofía**. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FEITOSA, C.; DOS SANTOS SILVA, E. L.; DA SILVA ZACARIAS, V. S. Reflexões críticas da mesa "Ser'gay'de interior": vivências, existências e resistências político-afetivas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 310-332, 2020.

FERRARI, Anderson; BARBOSA, José Gabriel Couto de Viveiros. Homossexualidades masculinas e cidade pequena. **Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades**, v. 8, n. 11, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS): Orientação sexual auto identificada da população adulta**. Rio de Janeiro. IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/33558-2019-orientacao-sexual-autoidentificada-da-populacao-adulta-pns-2019-pesquisa-nacional-de-saude.html>. Acesso: 15/07/2022



KNOP, R. G.; MAIA, C. E. S. “O MONUMENTO É DE PAPEL CREPOM E PRATA”: DA APARÊNCIA À RESISTÊNCIA LGBTQI+ NA RAINBOW FEST–JUIZ DE FORA (MG). **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 2951-2966, 2019.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

MAIA, C. E. S.; DUTRA, R. G. Liberdade, diversidade e excessos sob as cores do arco-íris: Reflexões sobre a rainbow fest juizforana. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 32, n. 2, p. 71-92, 2012.

OLIVEIRA, C. As origens psicossociais dos topônimos brasileiros. **Boletim Geográfico**, v.29, n.215, 61-70, 1970.

POE, E. A. “Ligeia”. In: **Contos de Terror e Morte**. Tradução de Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, 2007

SOUZA, W. V. F. “Meu corpo é meu território”: por uma abordagem do corpo como território. **Revista Entre-Lugar**, v. 13, n. 25, p. 15-40, 2022.



Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população

The effects of verbal and physical violence against transsexuals in public schools in Poções - BA: An analysis of the process of silencing and school exclusion of this population

Matheus Nunes Godeiro de Freitas – teteluispl@hotmail.com

Graduado em Letras Moderna e discente do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0591-8091>

Resumo

A presente pesquisa teve o objetivo de analisar os efeitos da violência física e verbal na vida das transexuais na escola pública, no município de Poções - BA. Tais mazelas levaram a questionar o sentido de permanência e direito à educação, diferença no tratamento entre heterossexuais e transexuais, gerando exclusão. Desta forma, é notório perceber de que não há evasão escolar de transexuais e sim uma exclusão muito bem edificada sob os pilares da burocracia, da heteronormatividade tóxica e (des)responsabilidade dos governos, destes e de outros sobre mortes desta população; uma escola plural e diversa corresponde também a um país rico em diversidade e inclusão, partilhando do tripé que sustenta toda sociedade: a autonomia, o empoderamento e protagonismo. Logo, ações de reparação para sanar a violência é dever fundamental da escola pública e comunidade local sendo garantidora e responsável da interação entre grupos e promotora do diálogo. É necessário que haja dentro dos Projetos Políticos Pedagógicos o fomento do respeito, inserção e promoção de direitos iguais em todo o espaço escolar, principalmente onde há LGBTs a fim de coibir discurso de ódio, violência verbal e física.

Palavras-chave: População Transexual, Violência, Novas subjetividades, LGBT's, Escolas

Abstract

This research aimed to analyze the effects of physical and verbal violence on the lives of transsexuals in public schools, in the city of Poções - BA. Such ills led to questioning the sense of permanence and right to education, difference in treatment between heterosexuals and transsexuals, generating exclusion. In this way, it is clear to realize that there is no school dropout of transsexuals, but an exclusion very well built on the pillars of bureaucracy, toxic heteronormativity and (dis)responsibility of governments, these and others about deaths of this population; a plural and diverse school also corresponds to a country rich in diversity and inclusion, sharing the tripod that sustains every society: autonomy, empowerment and protagonism. Therefore, reparation actions to remedy the violence is a fundamental duty of the public school and the local community, being guarantor and responsible for the interaction between groups and promoting dialogue. It is necessary that there be within the Pedagogical Political Projects the promotion of respect, insertion and promotion of equal rights throughout the school space, especially where there are LGBTs in order to curb hate speech, verbal and physical violence.

Key words: Transgender Population, Violence, New subjectivities, LGBT's, Schools



Introdução

Falar/escrever/estudar sobre papéis de gênero e identidade são, neste país, assuntos que geram polêmicas e dentro da escola não é diferente. As puberdades, femininas e masculinas, definidas através da biologia (homem com pênis e mulher com vagina) são aspectos que somente considera estes grupos o modelo ideal a seguir, isto é, a heteronormatividade. No sistema educacional e na forma de construir uma educação a qual garanta o ingresso e a permanência de transexuais não é diferente. Para a quebra do termo “desajustados” reafirmado pela população em geral e dentro da sala de aula, muitas mudanças serão necessárias, principalmente por parte daqueles que lideram nas escolas a palavra de ordem, ou seja, o professor.

A intensidade na mudança da identificação de gênero para a transgeneridade é, em sua maioria, o primeiro passo transitório nas identidades trans. Para que haja mudança de vida, muitos aspectos têm de ser levados a sério, como o contexto a qual se encontra este público (T), a família de onde vem e principalmente a trajetória escolar local. Rompendo com a padronização biológica, neste sentido, qualquer menino ou menina que transite neste campo de mudanças comportamental dentro da escola muitas vezes é vista como anomalia, esquisito(a), indesejável, comumente gerando sofrimento, ansiedade, depressão e até mesmo suicídio.

Neste desconforto biológico, a população transexual não se vê pertencente ao corpo a qual nasceu. Requerer a aceitação e respeito de toda a população, também ao direito do nome social e uso do banheiro tem se tornado a bandeira de reivindicações do norte ao sul do país. Tal pauta, no que antes vivia às escondidas por medo e opressão, hoje colore o debate, seja nas redes sociais, canais de comunicação, na educação, no trabalho, enfim em muitos lugares.

As especificidades que caracterizam a população LGBTQ+, em especial a população transexual, de modo geral se manifesta na infância, passando pela puberdade (mudanças, conflitos, violência, ansiedade, depressão) e adentrando a forma adulta. Os problemas de convivência em torno da escola começam a traçar uma linha tênue entre permanecer na educação ou ser expulsa dela e, com o passar do tempo, é notório que esta população específica não consegue estar na escola pública sem ao menos ter sofrido violência, seja verbal ou física. Tanto por

FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



parte dos alunos quanto das direções escolares, o silenciamento desta exclusão toma proporções e danos irreversíveis. Simbolicamente, este grupo é marcado por estereótipos que vinculam anomalias, anormalidade, desajuste social e muitas vezes é também atribuída à falta de Deus. Surgem daí conflitos sociais que não ser “normal” implica em exclusão.

No geral, a família nuclear apresenta dificuldades de aceitação quando há LGBTs em casa. Por meio de formas de exclusão social, as identidades construídas através de sistemas simbólicos classificam e posicionam os sujeitos ao homem e mulher cisgênero. Novelas, filmes, sociedade como um todo tem distintamente sua forma de encaixar o mundo no que considera normal, envolvendo comportamentos sociais ritualizados ou repetidos. Trazendo essa bagagem, o menino/menina trans ao chegar à escola, carregado e marcado por dificuldades de permanência, posteriormente adota formas de adaptação e auto apagamento, isto é, evita estar em evidência nas relações de poder, porém com o passar do tempo os sistemas classificatórios estabelecem fronteiras simbólicas que inclui ou exclui. Estas ferramentas de sobrevivência corriqueiras na população LGBT+ não podem mais ser vistas como única forma saudável em se manter viva(o).

A escola tem sido chamada junto a família em entender, combater a transfobia, debater e cobrar ações de reparo e punição no que tange violência contra à população trans. Neste aspecto, o entendimento e adequação do uso do nome social é um direito da personalidade individual. A identidade, entretanto, não é rígida. Ela deve ser vista como fluida e que ao reivindicar uma identidade tenha apoio para reconstruir e transformar suas histórias.

Os (as) transexuais têm o direito de serem tratados(a) como desejam. Mesmo que não haja a troca do sexo biológico, é importante salientar que novas subjetividades surgem a todo momento e não necessariamente somente podem ser levadas em conta se assim estiver de acordo com o sexo a qual nasceu. Não será esta cirurgia que vai definir o gênero, porque a auto identificação é uma construção a qual cada indivíduo apresenta.



Apesar de todas as conquistas, percalços e firmamento das lutas contra o sistema hegemônico brasileiro, ser LGBTQIAP+ no Brasil é viver sob a dúvida de sair e não saber se voltará vivo(a). De acordo com MINUANO (2021), “O Brasil é o país que mais mata pessoas trans; 175 foram assassinadas em 2020” <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/01/29/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-175-foram-assassinadas-em-2020.htm?cmpid=copiaecola>. A pesquisa ainda aponta que o Brasil se mantém na liderança do vergonhoso ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo. Somente em 2020, 175 travestis e mulheres transexuais foram brutalmente assassinadas. Esta alta é de 41% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 124 homicídios.

Para transexuais, cidades em geral no curso do desenvolvimento em diversos setores retrocede no que tange a diversidade e inclusão. Mesmo sabendo que este país deva ser plural, uma classe minoritária (héteros brancos, fundamentados em preceitos religiosos na maioria das vezes) tem ditado as regras de convivência em sociedade, apresentando entraves burocráticos no reconhecimento desta população no Brasil. O desconhecimento sobre como atender pessoas que passaram pelo processo de retificação ainda impacta em falta de protocolos; falha no atendimento de saúde; inviabilidade de retirar documentos; violação de direitos e pior, a necessidade de ter que se provar como pessoa detentora de direitos universais como saúde, educação, cultura, trabalho e moradia. A luta pela vida e cidadania das pessoas trans é urgente.

Escola, espaço de violência verbal e física contra transexuais

É sabido que problemas como homofobia e transfobia se alimentam do que a população, fora do âmbito escolar ou dentro, em geral tem como “tipo ideal”⁵ no que tange às questões de identidade e comportamento. Enquanto reprodutora da sociedade, a escola engendra preconceito, seja contra estudantes afeminados,

⁵ “Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de formar um quadro homogêneo de pensamento” (WEBER, 1999, p. 106).

FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



travestis, transexuais, pretos (as) e pobres, tentando apagar as novas formas em se relacionar e se enxergar no mundo como novas formas de identidade.

Cada sujeito traz consigo historicidade, vivências coletivas e opiniões que repercutem em sua construção social, cultural e política. Lugar de muitas opressões e discurso de ódio, a escola configura-se em um lugar de preconceitos e discriminações a qual apresenta um quadro de violência que estão submetidos milhares de jovens LGBT, agravada ainda por situações delicadas e vulnerados, auto culpabilização, racismo e internalização de inúmeros sofrimentos sofridos em sala.

Os modelos impostos, em especial o comportamento heteronormativo perpetuam-se no automatismo dos hábitos como *modus operandi*. Fazendo um nexos entre heteronormatividade e docilização segundo a visão foucaultiana, regimentos internos escolares, técnicas em limitações, obrigações e proibições em massa são elementos significativos numa relação de docilidade que emboca na disciplina. Para Foucault, este disciplinamento domina o sujeito, organiza o espaço e faz do indivíduo um sujeito manso, fácil de manipulação. Para se utilizar de forma prática, grupos usam deste mecanismo como alvo de poder disciplinar voluntariamente ou involuntariamente a fim de domínio sobre outros(as), neste caso, das(os) transexuais na escola.

Os rituais de sobrevivência marcam a trajetória das transexuais na educação pública. Como forma, evitam, na maioria das vezes confronto com grupos dominadores (heteros), afinal, para a população trans a sociedade e escola são pensadas para pessoas cis heteros. Além disso, muitas evitam documentar sua transição de gênero através da retificação dos documentos por causa de problemas burocráticos, isto é, solicitar e protocolar a mudança do nome de nascimento pelo nome social. Quão menor a cidade, esta fissura se torna ainda maior. Esta insegurança, especificamente a respeito de pessoas trans, mostra que agressões verbais ou físicas por causa da identidade e/ou expressão de gênero, ainda são problemas enfrentados por estes alunos. Quando há embate entre estes dois grupos, a função da escola que deveria promover um lugar acolhedor e educação inclusiva opta pelos violentadores. Tal escolha diz respeito às famílias tidas como tradicionais, com visões reducionistas e religiosas no que se refere à transexualidade.

FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



Jovens reprodutores de preconceito de gênero e identidade nos espaços escolares comumente colabora com a eficácia do domínio comportamental sobre o outro(a). Haja vista a sujeição de forças, o disciplinamento aumenta o poder sobre corpos “indesejados” na escola e dispensa qualquer tipo de empatia e empenho da educação na permanência dos LGBTs.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (FOUCAULT, 1988, p.164)

Nesta perspectiva, seja cultural, institucional ou histórica a educação pública, no imaginário social brasileiro, foi e é vítima de visões redutivas. Esse cenário revela a falta de políticas públicas que fomentem e o proporcionem a formação de novas habilidade e capacidades na educação, consolidando assim a ausência da criticidade no que se refere a sexualidade⁶ e orientação de gênero⁷. Com a noção de homossexualidade enquanto doença, tais visões conseguem concretizar-se pelas instituições de controle, isto é igreja, escola, família, Estado etc. Como cita MARANHÃO e FRANCO 2019 (p.299), o pensamento ideológico destas instituições (escola, igreja, partidos políticos, sociedade) como “Deus criou macho e fêmea” têm reivindicado esta normativa fundamentada nas concepções bíblicas, na política representativa nacional, na biologia natural e nas sagrada família (homem e mulher cisgênero) dando assim concepções errôneas de que novas identidades de gênero são manifestações demoníacas.

Parafraseando Maranhão (2019) a história das transformações e novas perspectivas no campo de gênero colocam pessoas trans em situações violentas, que impactam no contexto atual políticas de inclusão ou falta delas, gerando um rebuliço entre o sagrado e o profano. Este incômodo atinge setores de controle, sejam na política, escola, núcleos religiosos e grande parte das famílias conservadoras. Na esfera patriarcal, há uma sangria e caça às bruxas contra minorias (jovens LGBTs, feministas, movimentos negros etc.). Câmaras municipais Brasil afora têm apresentado abusos de poder sob pressão de grupos

⁶ conjunto de caracteres especiais, externos ou internos, determinados pelo sexo do indivíduo.

⁷ É a compreensão da pessoa sobre ela mesma, como ela se vê e deseja ser reconhecida. Pode ou não concordar com o **gênero** que lhe foi atribuído no nascimento.

FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



extremistas religiosos locais que mesmo com a portaria do uso do nome social há descumprimento da lei por causa de ideias ortodoxas. Tantos outros exemplos, como cita MARANHÃO (2019), os termos como gênero literário e gênero alimentício foram repelidos dos PMEs⁸, de livros, manuais e planos pedagógicos em muitas escolas.

Recentemente, a casa de uma família com o filho transgênero de 12 anos, no município de Poções (BA) foi apedrejada quatro vezes por causa de dois momentos: o pedido da mãe pelo tratamento ao filho por pronomes masculinos e cumprimento da lei sobre o uso do nome social na escola a qual estuda, o Decreto Presidencial Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que assegura a travestis e transexuais possa fazer a utilização do nome social no âmbito da administração pública. Como parte desta violência, a criança continua a ser referida pelo nome feminino e pelo nome de batismo até então, colocando-o em situações constrangedoras, em virtude do nome que consta no seu registro de nascimento.

Pode uma criança ser masculina e feminina, menino e menina? Ou no nascimento já sabemos se ela será príncipe ou princesa? Quais são os modos de subjetivação e as sensibilidades de gênero deformadas por teimosos anjos safados? Gênero é gênese ou é desenlace, desfecho e destino? Parodiando Tom Jobim, gênero é pau, é pedra, é o fim do caminho? O Gênero é produto de arquitetura social ou sua marcenaria cabe unicamente ao Carpinteiro do Universo? Certamente uma das mais provocantes zangas contemporâneas mora na encruzilhada entre o que é e o que não é gênero dependendo da perspectiva de quem reivindica o uso do termo. Chamamos tais debates/embates de zangas possivelmente com razão: quem não fica zangada/o/e ao ter sua visão sobre o que é gênero contradita? ((MARANHÃO E FRANCO, 2019, p.301)

Cada realidade, experiência e criminalidade contra transexuais são singulares, mas estão relacionadas a falta de aplicabilidade de leis mais duras, educação diversificada e acolhimento familiar. Comentários preconceituosos e atitudes discriminatórias na escola não somente partem dos alunos como também dos docentes. Quando equipes gestoras estão ligadas a preceitos religiosos fora da escola, dificilmente não haverá episódios de discriminação e manifestação de preconceito, instrumentalizando também nos alunos o que pensam acerca da transexualidade.

⁸ O Plano Municipal de **Educação (PME)** tem vigência de 10 anos e é um planejamento construído de forma participativa, com amplo debate com a sociedade. FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



A estruturação da escola pública, principalmente em cidades pequenas, ao longo de sua história parte de pressupostos tributários fortemente responsáveis por reduzir à figura das minorias a “inferior”, “estranho”, “perverso”, “anômalo”. A heteronormatividade considera o único comportamento válido a se seguir: heteros, masculinos, brancos, ainda contendo o discurso de que aproximar-se da diversidade é se “contagiar”.

Pode falar de gênero e sexualidade na escola?

No universo escolar, identidades de gênero é um tópico polêmico, levando em consideração crenças de valores, religiões cristãs, multiplicidade de visões heteronormativas e os tabus que historicamente cercam estes temas. Para Mary Garcia no livro *Juventudes e sexualidade* (2004, p.33) “a intervenção da escola no campo da diversidade, além de complexa, tem riscos, considerando-se que a escola é intrinsecamente orientada para disciplinamentos, ênfase na razão e no controle[...]”.

Esta falha educacional e estrutural é responsável pelas dificuldades de entrosamento dos outros grupos (heterossexuais) na escola com a população minoritária (T) isolando-a por meio da falta de informações sobre temas como identidade de gênero e orientação sexual. A vulnerabilidade social da população LGBTQIAP+ (lésbicas, gay, bissexuais, travesti e transexuais, queer, intersexual, assexual, pansexual) por falta de oportunidades leva milhares a exclusão escolar e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.

A população transgênero é historicamente estigmatizada e marginalizada por se desviar dos padrões impostos como normais acerca da identidade de gênero. A ocorrência de violências (físicas, psicológicas e simbólicas) contra essa população é constante. De modo velado, violenta-se o indivíduo ao excluí-lo do convívio social saudável, dificultando seu acesso aos serviços e sequer reconhecendo sua identidade. (SILVA et al., 2017, p. 836)

Os efeitos deste silenciamento direto, engendrados pelo estrutura normativa e estigmatizada contra a população (T) difundida nas escolas, traz problemas psicológicos nos sujeitos, tais como: síndrome do pânico, depressão, sofrimento e ansiedade. É no âmbito escolar que se passam muitas horas do dia, evidenciando relações intersubjetivas entre grupos. Civilidade, visibilidade e



sobretudo o conceito de anormalidade aparentemente inibe a aceitação e completude das liberdades fundamentais.

Os índices de mortalidade e violência não trazem apenas o medo de assumir a identidade de gênero, mas também podem provocar transtornos de ansiedade, depressão e, até mesmo, pensamentos suicidas, conta o pesquisador em gênero e sexualidade, Vinícius Alexandre, coordenador do Grupo de Ação e Pesquisa em Diversidade Sexual e de Gênero (Videverso) do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (Lepps) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) da USP. “Quando se teme o tempo todo pela própria vida, como prospectar um futuro? Como pensar algo à frente? Se o indivíduo não é capaz de prospectar algo, então, de repente, não vale a pena viver. (Jornal da USP, 2021)

Os responsáveis dos alunos(as), geralmente pais, avós e/ou outros(as) e direção escolar quando há a presença de transexuais e travestis no mesmo espaço comungam do medo de sua influência gerar a fragilidade e desmonte comportamental da heterossexualidade. Os professores, muitos com práticas baseadas em modelos de ensino-aprendizagem considerados tradicionais⁹, evitam adentrar em diversos campos disciplinares com nexos entre identidade de gênero, orientação sexual e abordagens pluralistas. Essa “estratégia metodológica” tem como fito, como mencionado, a estrutura silenciadora. Esta, por sua vez, resulta nas exclusões, reprovações e desistências das transexuais no ensino básico. Não reconhecer é sobretudo banalizar.

Além das novas demandas e dos entraves do cenário escolar e suas próprias condições de vida e de trabalho, o professor ainda se depara com outras dificuldades que complicam a realização das intenções dos PCNs de ênfase em parâmetros curriculares não tradicionais, como sexualidade e gênero: as desigualdades sociais, a pobreza estrutural de muitos alunos, as violências de várias ordens que cercam a vida desses, o que contribui para que se priorize essas questões, deixando de lado olhares mais atentos para as relações microrreferenciadas, comportamentos e formas de se delinear em relações sexualizadas, subjetividades. (Juventudes e sexualidade, 2004, p.43)

A população trans tem dificuldades em se inserir em sociedade como sujeito devido a categorização do comportamento em meio a tantas pressões

⁹ No método **tradicional** de **ensino**, o professor é considerado figura central e único detentor do conhecimento, que é repassado aos alunos, normalmente, por meio de aula expositiva. Ao estudante, reduzido a expectador da aula, cabe apenas memorizar e reproduzir os saberes. FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



sociais, com foco no gênero homem e mulher cisgênero¹⁰. Este assunto tem gerado muitas discussões em diversas áreas, como na Antropologia, Sociologia, Psicologia, Psicanálise, Filosofia principalmente na sociedade ocidental a qual o entendimento acerca de “gênero” emboca somente na heterossexualidade, excluindo outras formas. Este marcador socialmente negativo (mulher de pênis e homem com vagina), muito difundido e construído ao longo do tempo possivelmente corrobora com o envolvimento dos demais grupos em práticas e episódios de discriminação na escola, resultando em um espaço heteronormativo patriarcal.

A essência do discurso opressor retira o direito de as transexuais serem donas(os) de suas individualidades, no agenciamento das emoções e da ideia de unicidade estando na escola mostra que a trajetória trans vai desacelerando em detrimento aos outros(as), entendendo assim fatores desta saída decorrentes da identidade de gênero não normativas. Como entendido, a violência física e verbal, a transgressão fora da heteronormatividade e os problemas de convivência de ambos os grupos apresentam o fortalecimento e reprodução de episódios de negação ao direito de estudar.

Mas vale realçar que os estudos de gênero não procuram extinguir um modelo familiar tradicional e sim demonstrar que sócio-historicamente há diversos padrões de parentela; que o propósito de se estudar gênero e sexualidade está em problematizar relações assimétricas e opressivas e promover a igualdade de gênero e sexual bem como, de modo interseccional, a equipolência étnico-racial, regional e relativa a todos os demais marcadores sociais, não havendo nada nos estudos de gênero e sexualidade além de combater a desigualdade e educar para a cidadania e direitos iguais; e que a maioria dos estudos de gênero não negligenciam ou desconsideram o aspecto biológico das pessoas, somente frisam que para além deste há uma série de mecanismos que colaboram na construção do que é costumeiramente entendido como feminino, masculino, e em alguns casos, de gênero neutro, não-binário ou misto. (MARANHÃO E FRANCO, 2019, p.307)

Os(as) alunos(as) transexuais têm sua humanidade suspensa ainda na portaria por causa da “falta” de encaixe em padrões sociais. A roupa, as unhas, os cortes de cabelo são as primeiras expressões que causam problemas. Neste aspecto, o modo de se vestir está contido não somente a forma de acessar espaços de saber como também diversas percepções de construção da identidade visual e

¹⁰ “Binário de gênero” é toda classificação das categorias de identidade “sexo” e “gênero” que se dê de duas formas distintas, carregando o poder de maneira desequilibrada. No binário de gênero existem – e existem apenas – **a mulher/feminino e o homem/masculino**. FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



construído de cada sujeito. Para os observadores de comportamento, o desconforto do não-padrão gera uma série de imposições que engessam este aluno transexual, corroborando na desconstrução de sua identidade muitas vezes.

Outro problema é a falta de tratamento adequado ao usar o nome social. Por muitos funcionários, conscientemente ou inconscientemente, a escola normaliza e exclui quaisquer indivíduos que saem do binarismo, sem levar em conta de que existe a proliferação de transfobia por parte da equipe. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)¹¹ coloca a transexualidade assim como identidade de gênero como temas transversais¹² e, querendo ou não, fica a critério priorizar e defender a permanência de todas/os alunas/os transexuais na escola. Quando proíbem manifestações de carinho por parte da população trans e permite outras, a escola está transmitindo valores e a depender dos profissionais envolvidos podem ser mais ou menos rígidos. O lugar que deveria agregar pessoas LGBTQIAP+ é onde se mais reproduz e forma transfóbicos geralmente. Como tal:

As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Os regimes de verdades estipulam que determinadas expressões relacionadas com o gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, condenando a uma morte em vida, exilando em si mesmo os sujeitos que não se ajustam às idealizações (BENTO, Berenice, 2008, p.5)

A naturalização do comportamento dos alunos agressores em detrimento às minorias (LGBTQIA) funciona através de reproduções redutivas, violentas e discriminatórias. Desse modo, a comunicação não-saudável para com a população trans pressupõem a falta de respeito, transfobia e violência na maioria dos casos. Três fatores devem ser levados em conta na atuação dos profissionais da educação e das famílias, sejam de alunos heterossexuais ou transexuais.

A primeira são as famílias dos alunos agressores. Geralmente não conseguem dar conta de tal postura, não acolhem e não promovem uma assistência e orientação como forma de diminuir práticas discriminatórias, ética de convivência e diminuição de intolerâncias de gênero, legitimando a continuidade com aval da escola. Atitudes como esta são banalizadas ou são

¹¹ Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são diretrizes separadas por disciplinas elaboradas pelo governo federal e não obrigatórias por lei.

¹² Temas transversais **são temáticas sobre valores sociais, que devem permear livros educativos, para uso dos professores em sala de aula**

FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** "Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade". 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



encaradas como tabu, deixando de lado a importância em discutir e tratar, de forma humanizada e psicossocial, este perfil violento.

Segundo, o espaço escolar muitas vezes distancia e marginaliza a abertura ao diálogo, dificultando a compreensão das subjetividades juvenis, tanto de heterossexuais como transexuais. Como tal, Bento (2008) afirma que a repetição permite a eficiência dos atos performativos que sustenta e reforça as identidades hegemônicas.

Por último, quaisquer problemas de cunho transfóbico relatados às direções escolares não irão a fundo por não apresentarem uma demanda coletiva e sim singular. Muitas transexuais vivenciam na escola questionamentos, puberdade, conflitos internos e externos assim como os demais, não é por acaso que estas orientações deveriam ser parte das semanas pedagógicas, no entanto, esbarram em ideologias sem nexos com a realidade oriunda de muitos docentes fundamentalistas¹³. À medida que o discurso hegemônico chega às escolas¹⁴, a contaminação por parte dos docentes evidenciam segregações da identidade trans, de suas individualidades e relações sociais.

A transfobia está presente nas relações sociais entre os alunos, assim como entre os profissionais, comunidade escolar e família. Neste sentido, atinge o bem-estar subjetivo e parte da premissa de que transexuais não estudam por problemas de aprendizagem, porém camufla a falta de compromisso para com esta população ao sucesso escolar.

Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. Muitas coisas, entretanto, são novas nessas técnicas. (FOUCAULT, 1988 p.118)

O debate no campo educacional e cultural tem por prioridade provocar reflexões, interesse, polêmica e atenção. Contudo, nas falas de quem vivencia preconceito diariamente se entrelaça medo, preocupação e cuidado. Ainda que esteja em distintas dimensões de classe social, gênero e identidade, identifica-se

¹³ O **fundamentalismo** geralmente está associado a ideias sectárias, inflexíveis, sobre determinado tema, sobretudo com relação à religião.

¹⁴ Partindo dessa perspectiva, o discurso é constitutivo, ou seja, porque as relações discursivas são relações de poder e se apresentam como relacional. Na escola, é mais fácil perceber as intensificações dessas relações porque são nelas que o discurso hegemônico se institucionaliza. FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** "Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade". 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



que pais e professores precisam integrar às suas práticas componentes de diversidade. A população LGBTQIAP+, neste sentido, não quer viver sob o apagamento social, mas sim no protagonismo de suas histórias.

A ampla campanha política/midiática católica/evangélica movida por tais indivíduos (e muitos outros) contra o que foi chamado de “ideologia de gênero” culminou, dentre outras coisas negativas, na exclusão das diretrizes do PNE e PME que enfatizavam a promoção da igualdade de gênero e de orientação sexual, racial e regional. Avizinha-se assim no front de batalha político-ideológica a renitência e rechaço aos necessários diálogos (des)envolvendo temas relacionados à diversidade sexual e de gênero: tal recalcitrância quiçá represente, mais que uma adversidade à diversidade de gênero e sexual, um “apocalipse” em relação a tais estudos. ((MARANHÃO E FRANCO, 2019, p.313)

O objetivo em discutir a permanência dos(as) transexuais oscila na medida em que o país avança ou não no campo progressista. Políticas de acesso à escola, nas universidades e no mercado de trabalho são bandeiras a qual grupos minoritários têm cobrado aos governos a inserção de pessoas transexuais. Recorrente a falta de acesso, esta população não consegue estudar, e muitos casos, são expulsas de casa, são excluídas de todos os campos de protagonismo social (escola, trabalho, família, igreja etc.) e como consequência não conseguem emprego, tampouco ascender no campo educacional. Toda essa problemática não deixa de reverberar como uma sentença de morte a estas vidas.

DA PADRONIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO HETERONORMATIVO AO (DES)SILENCIAMENTO DAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA ESCOLA

O empoderamento social das transexuais provoca rupturas que vão muito além dos muros da escola, sendo desencadeador de mudanças. A atuação destes grupos “desviados” através de atitudes de resistência apresenta o embate entre as manifestações que são aceitas pelos “machos” ou frente a padronização do gênero. Um exemplo desta contraposição hegemônica é no campo cultural. Nas produções artísticas, projetos de incentivo ao protagonismo escolar, tal como feiras de artes, gincanas etc., grande parte do público criativo são da população LGBTQIAP+.

O arsenal de piadas e brincadeiras (racista, misóginas, transfóbicas e homofóbicas) etc., desde sempre coloca no campo da opressão minorias, sendo palco de inúmeras demonstrações de discriminação. É comum na infância, se for

FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



do sexo masculino, receber ferramentas de construção identitária a prova de choro, pancada, fraqueza, geralmente de cor azul; ora menina, sua caixa será rosa e nela conterà toda reprodução de ser filha, mulher patriarcal e esposa bem quista socialmente. Para Foucault (1988), esta designação é responsável pela fabricação do indivíduo, reafirmadas pelas instituições, canais de comunicação, moda e entretenimento.

Na ordem do modelo heteronormativo, professores recortam segmentos individuais e colocam comumente em sala suas ligações com pensamentos e práticas homofóbicas. Os valores pessoais dos docentes muitas vezes garantem que haja obediência e fixação de disciplina e reprodução. Sobre as disciplinas presentes nos parâmetros curriculares, a ignorância e preconceito define cuidadosamente a engrenagem entre maioria e minoria, sendo que neste embate a exatidão e aplicação procede o exercício em se apagar minorias.

Ao envolver autoridades, profissionais da educação, membros da comunidade escolar e da sociedade em geral em esforços de desestabilização da homofobia, também será necessário não esquecer que o poder e as instituições (entre elas, a escola) funcionam produtivamente em termos de interdições e de estímulos. A repressão sexual (enquanto prática institucional, da qual a homofobia é uma de suas expressões, embora a transcenda) opera não só pelo conjunto explícito de interdições, censuras ou por um código negativo e excludente, mas se efetiva, sobretudo, por meio de discursos, idéias, representações, práticas e instituições que definem e regulam o permitido, distinguindo o legítimo do ilegítimo, o dizível do indizível, delimitando, construindo e hierarquizando seus campos (DINIZ, 2009, p.16)

Ao enquadrar estas crianças neste padrão, dificilmente sua infância será uma construção natural, mas sim os primeiros mecanismos de inibição sentimental a qual as mesmas reproduzirão. Os comentários ao seu redor como “você não o acha muito quieto?” ou “ela não deveria se portar como mulher ao sentar assim de pernas abertas?” e “nossa, você não deveria chorar, garoto. Meninos não choram” agem como controle de comportamento e “docilização dos corpos” e vai muito mais além do que expressar sua sexualidade. É, portanto, a afirmação e reafirmação do modelo político hegemônico e econômico.

O corpo, do qual se requer que seja dócil até em suas mínimas operações, opõe e mostra as condições de funcionamento próprias a um organismo. O poder disciplinar tem por correlato uma individualidade não só analítica e “celular”, mas também natural e “orgânica”. (FOUCAULT, 1988, p.132)



Sabemos que na população LGBTQIAP+ as duas grandes vítimas privilegiadas da discriminação de gênero e identidade são as travestis e transexuais. Não menos importantes, as outras letras atravessam dilemas de como entubar em si uma identidade heteronormativa a fim de sair dos olhos das agressões e mortes numa espécie de apagamento visual. Porém, para a população dita acima devemos reconhecer, entretanto, que manifestar sua identidade em lugares abertos ainda é extremamente perigoso.

Ao ser não apenas consentida, mas também ensinada, a homofobia e transfobia adquire nítidos contornos institucionais, tornando indispensáveis pesquisas que nos permitam conhecer a fundo as dinâmicas de sua produção e reprodução nas escolas, bem como os seus efeitos nas trajetórias escolares e nas vidas de todas as pessoas. Somos também desafiados a construir indicadores sociais de homofobia nos sistemas escolares para, entre outras coisas, formularmos, implementarmos e executarmos políticas educacionais inclusivas (DINIZ, 2009, p. 16)

Um grande questionamento que a população precisa fazer é onde estavam ou estão as travestis e transexuais há cinco, dez ou quinze anos nas escolas? A resposta é simples! Não estão! A fragilidade desta população ainda é um grande fator de exclusão no que tange o meio escolar. As garantias e normativas de acesso à educação como quaisquer outros públicos com certeza não são iguais e tende a piorar quando a cidade é menor. O uso do nome social, tal como o banheiro, respeito a sua identidade de gênero, o fomento às pautas igualitárias são fatores delimitadores que não acontecendo tendem a excluir, agredir ou até matar.

Para além do âmbito familiar, a situação extrema dos assassinatos são, em muitas formas envolvendo colegas de trabalho, relacionamentos abusivos, vizinhos, bullying escolar, manifestações de ódio nas redes sociais, a negação ao acesso ao sistema único de saúde (SUS), a justiça – claramente não estão preparadas para receber a população LGBTQIAP+ – e da violência policial. As dificuldades em enquadrar-se a estes papéis sociais vêm sendo apontadas dentro da escola pública como os primeiros passos para a evasão escolar e ações punitivas não conseguem sanar o despreparo educacional a qual estamos expostos.

Surge assim uma exigência nova a que a disciplina tem que atender: construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para



obter um aparelho eficiente. Essa exigência se traduz de várias maneiras. (FOUCAULT, 1988, p.137)

Para Foucault (1988, p.140) “a escola torna-se um aparelho de aprender onde cada aluno, cada nível e cada momento, se estão combinados como dever ser, são permanentemente utilizados no processo geral de ensino.” No viés identitário tal padronização do comportamento ajusta peça por peça e que de forma combinatória marginaliza institucionalmente os LGBTs. Delimitando espaço, a escola através de códigos dita o que cada um pode (ou não pode) fazer, institui suas marcas, modo de reconhecimento e separação.

Essa combinação cuidadosamente medida das forças exige um sistema preciso de comando. Toda a atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada; é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. (FOUCAULT, 1988, p.137)

Ordens internas e externas, neste caso a política educacional utiliza da violência simbólica como recurso de bom adestramento ou exclusão. Haja vista que a escola não deve produzir e fomentar violência física, a mesma não rompe com forças primitivas, ou seja, brigas ao sair, xingamentos, agressões dentro da escola e expulsão, sendo nocivos à população trans e sucessivamente induzem aos grupos promotores de violência a continuar. A escola tende a neutralizar e silenciar ao invés de entender a pluralidade e a diferença.

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (FOUCAULT, 1988, p.143)

As suspensões ou transferências dos alunos quando executada pelas direções escolares a alunos agressores somente funcionam como medidas paliativas, mas não corrigem a falta de diálogo, transferindo-a sua – da escola – responsabilidade a falta de educação em casa. Neste aspecto, há uma falha institucional que engendra através do mecanismo penal punição e grandes humilhações à população trans.



Quando não há educação acolhedora e isenta de preconceitos, violência, depressão e morte falam por si: o que temos em 2021 e o que a escola precisa fazer para diminuir a evasão escolar

Uma sociedade bem construída que atenda os anseios sociais necessita de normativas e leis igualitárias e o papel educacional refletirá no sucesso ou fracasso de seu país. A solidificação e, mais precisamente, uma escola mais solidária, isenta de discriminação e preconceito de gênero, raça, identidade sexual enfrenta dificuldade em consolidar-se de forma universal, mas é preciso luta e reconhecimento do que precisa ser feito na diminuição do quadro de exclusão e da não evasão escolar dos (as) transexuais.

O Brasil possui legislação federal, estadual e muitas vezes municipal que admitem a efetivação e uso do nome social, seja na matrícula, chamada e dentro de todo o espaço se assim determinado para pessoas trans. Não necessariamente quer dizer que chegará na identidade pessoal ou registro de nascimento (já possuímos esta mudança quando solicitada sem necessidade de cirurgia de troca de sexo), mas que seja aceita o desejo de chamamento do nome social.

A escola precisa estar atenta sobre a dinâmica de diversidade. O reconhecimento deste processo precisa ser legitimado no campo educacional porque é lá (escola) que se começa as primeiras mudanças, mas também as primeiras violências. Quebrar a formatação dos corpos que é conveniente com a norma de gênero (homem e mulher) perpassam as dificuldades desta ordem de transição, seja: mudança de nome, corpo, expressão, identidade e contexto social. Tais mudanças precisam ser recebidas pela instituição de forma acolhedora.

As contribuições acadêmicas oriundas das manifestações, inquietações e revoltas são ferramentas essenciais no reconhecimento e, sobretudo, no rompimento com o senso comum, isto é, com estereótipos, violência, bullying partilhados por todos. Sendo voluntário ou involuntário, o Brasil ainda é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo como dito no primeiro capítulo. Não se isenta o papel da escola neste dado avassalador e ratificar a educação pública é sobretudo uma proposta de intervenção em diminuir ou acabar com as pré-construções identitárias.

Educar significa TRANSformar. TRANSformar infere em reconhecer aspectos de vida, subjetividades, pluralidade e o crescimento e inserção das



populações trans em todos os espaços de poder. A sociedade em geral, como se vê, não está preparada – ou melhor, não se reconhece como promotora da violência, bullying e preconceito – para conviver com a diversidade trans. Quando se fala em sofrimento, é notório que se a escola soubesse lidar no relacionamento e permanência destas pessoas provavelmente não teríamos um mapa vermelho de tantas mortes de pessoas LGBTQTs no Brasil.

É certo que a cultura e educação integram grupos, sendo um elo na articulação em rede, do que se tem debatido fora e de como a autonomia e protagonismo resulta em mudanças. Para isso:

A arte reflete aspirações e contradições do seu contexto histórico e é, ao mesmo tempo, produto e vetor das transformações sociais. Para além da preocupação exclusiva com a beleza, busca-se tudo aquilo que permite a afirmação cultural da subjetividade das pessoas, grupos e classes sociais. E essa busca deve ser feita com encantamento, beleza e qualidade, pois sem estes atributos não se rompem barreiras e os estereótipos permanecem. (TURINO, Célio, 2009. p.79)

Para Turino (2009, p. 20) “aproximar pessoas, contextos, formas de socialização são ferramentas indispensáveis”. Ao aproximar, continua o autor, “se não tirarmos o véu, ao menos torná-lo mais transparente, translúcido; quebrar hierarquias e construir novas.” Assim ocorre quando a empatia, fomento à inclusão e menos exclusão são partes integradas das políticas educacionais de cada escola. Não menos importante, uma auto reflexão pode contribuir para que ao fim de cada ano, o quantitativo e qualitativo sobre a diversidade na escola tenha sido realizado com êxito.

Para Mary Garcia (2004, p.45) “mas tais importantes iniciativas são construções, passos, mas não são em si suficientes para o projeto de se vir a ter escolas prazerosas, conjugando-se este, aos limites necessários da vida em coletividade e da ética por respeito ao outro, à outra.” A família, assim como toda a comunidade em torno precisa estar de mãos dadas a estas mudanças, diminuindo os conflitos e invisibilidade dessa população.

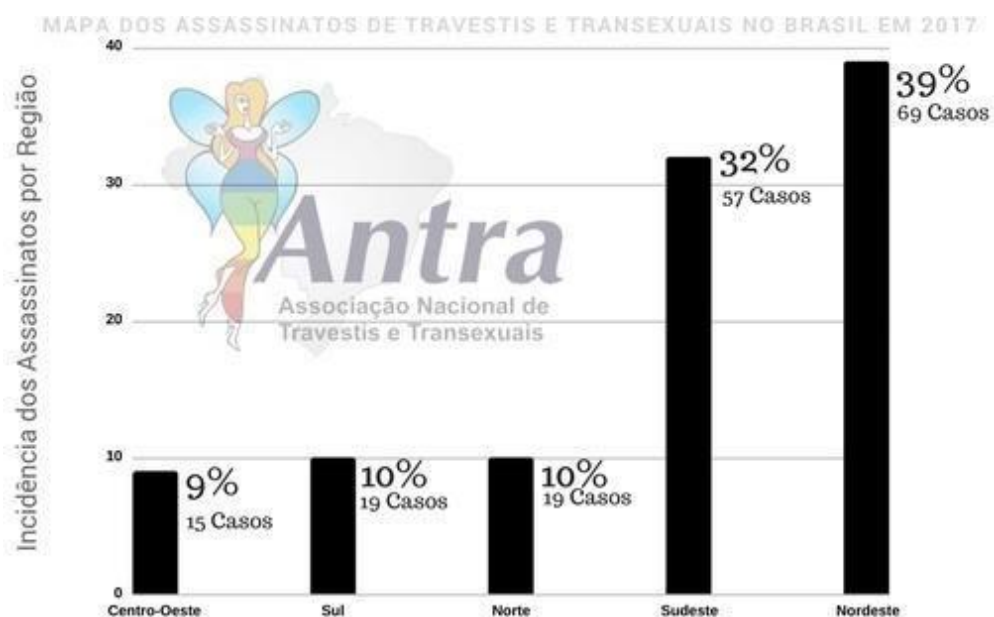
A falta de acolhimento e respeito no ambiente escolar são motivos que levam muitas pessoas trans a largar os estudos. Cerca de 82% das mulheres transexuais e travestis abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos, de acordo com a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (<https://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2018/01/visibilidade-trans-luta-pela-vida-e-cidadania-das-pessoas-trans>. Acesso em 01 de dez. 2021)



Segundo dados levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil está no posto de país mais violento e que mais mata travestis e transexuais no mundo. O número de vítimas da violência transfóbica no último ano (2020) foi o maior nos últimos 10 anos no país. Os dados contabilizam a falta de educação e prevenção no que tange o empenho em campanhas periódicas e ostensivas contra a transfobia, na diminuição do ódio, na desumanização e contra a impunidade. Nas famílias e espaços públicos, nas escolas e universidades, órgãos de segurança pública, nas unidades de saúde a violência e exclusão devem entrar na ordem do dia.

O nordeste do país apresenta os maiores dados (investigados) de incidência dos assassinatos por região segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). pode-se observar no gráfico 01.

Gráfico 01 – Incidência dos Assassinatos de Travestis e Transexuais por Região do Brasil, 2017



Fonte: ANTRA, 2017.

O perfil das vítimas reafirma que as mazelas promovidas pela sociedade e escola – quando falta fomento à diversidade e respeito, grupos tendem a reproduzir violência neste espaço – tem a ver com episódios de violência, apagamento social e morte. O público na faixa-etária a partir dos 16 anos aos 29



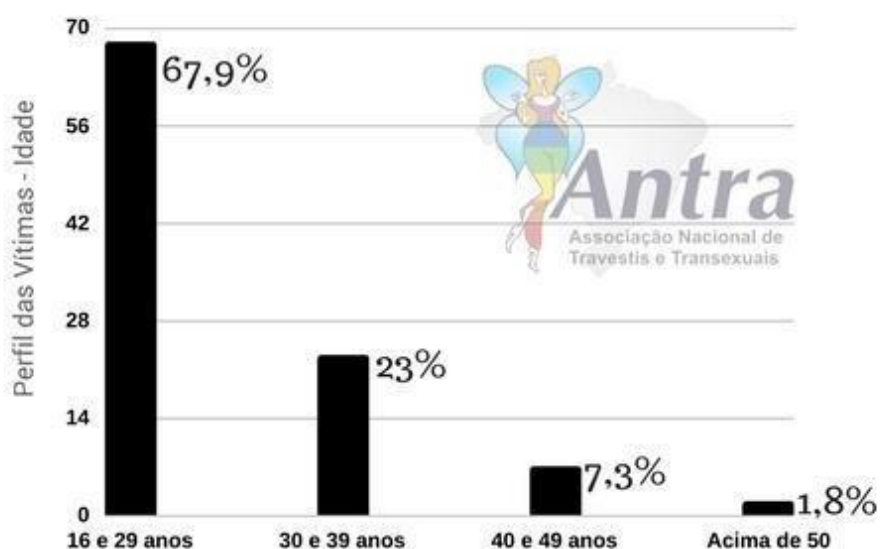
anos objetifica ainda mais estas continuidades vindas da heteronormatividade tóxica.

O espaço da interação funciona como uma situação de mercado linguístico, que tem características conjunturais cujos princípios podemos destacar. Em primeiro lugar, é um espaço pré-construído: a composição social do grupo está antecipadamente determinada (BOURDIEU, Pierre, 1989, p.55)

O gráfico 02 mostra que o cenário de mortes possivelmente podem estar ligados à falta de educação e informação, seja na família ou no âmbito escolar. Como possível causa dessa continuidade, o *habitus* objetiva o efeito de tornar aceitável tais problemas. Para Bourdieu (1989) “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural.”

Gráfico 02 – Assassinato de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017.

MAPA DOS ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2017

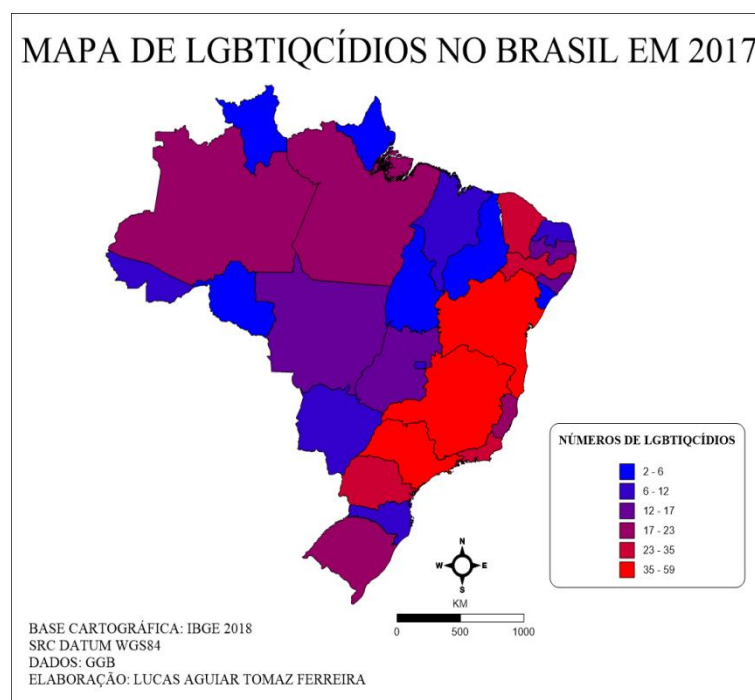


Fonte: ANTRA, 2017.

Para melhor visualização deste atos de violências sofridas pela população LGBTIQ+ pode-se visualizar a espacialização dessas práticas no mapa da figura 01.



Figura 1 - Mapa de Mortes de LGBTIQ+ no Brasil em 2017



Fonte: Grupo Gay da Bahia - GGB, 2017

Mapa: FERREIRA, L. A. T. 2018.

Com estes dados expostos e especializados, pode-se tomar dimensão real de como ser LGBTIQ+ no Brasil é algo perigoso, vale salientar que muitos atos de violências sofridas pela referida população analisada Ferreira afirma o Brasil tem grandes índices de feminicídios e lgbtcídios:

O Brasil é um dos países que mais mata LGBTIQ+ no mundo, esse levantamento foi realizado pelo o Grupo Gay da Bahia - GGB em 2017. Tendo em média de 500 LGBTIQ no ano de 2017, dados divulgados através do Jornal El País. O Brasil também lidera o ranking de feminicídios, ocupa a 5ª posição no mapa mundial da violência contra mulher em 2015, dada fornecidos pela Universidade Federal de São Paulo UNIFESP. (FERREIRA, 2018, p. 78)

Apesar das discussões sobre diversidade de gênero e com o aumento da denúncia dessas violações físicas e morais, temos visto uma mudança ainda lenta. Com aceitação desta comunidade em locais públicos e privados a fim de corrigir e inserir igualdade, transexuais começam a gozar dos mesmos direitos – ou parte deles – que homens brancos e héteros.

Políticas de permanência estudantil nas universidades como cotas; oportunidades em grandes empresas direcionadas às transexuais infere em conscientização e sensibilização na sociedade para reaver conceitos retrógrados.

FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



No que diz respeito ao papel social e crítico do corpo docente, o mesmo contribui piamente na trajetória escolar, no desempenho e nas atividades dos discentes afetados diretamente pela transfobia e discriminação. Ao contrário do que se pensa, uma boa intenção pedagógica pode sim reduzir o quadro de dominação sexista e heteronormativo no âmbito escolar. Mas é preciso estar atento à apropriação e reprodução contínua da linguagem do apagamento social e interpretações que devam compreender realidades distintas.

Professores formam professores. Pessoas formam pessoas. Tem-se observado que há dados sobre violência, bullying e morte da população LGBTQIAP+, mas não há evidências sobre a escolaridade dessa população. Com poucos dados, a falta de importância em sistematizar dados é um grande problema pois quando não se discute, pesquisa, questiona é difícil solucionar o porquê das dificuldades de permanência na escola.

Iniciativas locais podem vir a ser sinais de resistência. Semana de integração e diversidade nas escolas fazendo o chamamento da comunidade a reintegrar ao ambiente mais diversidade, empatia e respeito a identidade e orientação sexual. A escola é uma espaço de formação constante e deve existir formação constante sobre diversidade, na clareza em explicar cada letra da sigla LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais +) porque é conhecendo que se acaba com preconceito e violência.

A organização entre alunos LGBTs, professores e demais alunos em seminários, gincanas, atividades culturais e rodas de conversa em torno de temas como valorização da diversidade sexual, combate à homofobia e transfobia, sexismo contribuem e propõem um ambiente mais acolhedor por meio da convivência e da informação.

O que se vive na escola vai definir praticamente tudo na vida dos jovens transexuais. Sua interação em grupo, o trabalho nas suas competências morais e cívicas, a ótica em ter bons relacionamentos, comportamento, dificuldades para se relacionar com colegas, amigos, familiares tem o efeito escolar presente. O gênero dado pelos pais quando ainda criança retira sua vontade própria de somente “ser criança”. É notório que toda infância funciona mais ou menos da



mesma forma. O brincar, a aprendizagem, o compartilhamento das primeiras experiências individuais e coletivas, as birras etc., são inerentes ao ser humano.

Reside aí a necessidade de se promover ações que deem aos profissionais na educação orientações pedagógicas, diretrizes e fomentação da cultura em respeito à diversidade, orientação sexual e de identidade gênero. Segundo Turino (2009) para ser resiliente no mundo de hoje e brotar de novo é preciso transitar entre mundos, dominar códigos, ter conhecimento. Mesmo o processo de educação inclusiva, tão fundamental hoje para que transitem entre mundos, gera problemas. Há entraves burocráticos, má vontade política.

Referências

BRASIL. CNCD – **Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://sisnov.campinas.sp.gov.br/biblioteca/gerais/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 29 set. 2021

_____. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.** Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004

ABRAMOVAY, M., Castro, M. G., & Silva, L. B. **Juventude e sexualidade.** Brasília: UNESCO Brasil. (2004)

BENTO, Berenice. **NA ESCOLA SE APRENDE QUE A DIFERENÇA FAZ A DIFERENÇA.** Estudos Feministas, Florianópolis, 19(2): 336, maio-agosto/2011

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008

BUTLER, Judith: **Gender Trouble: feminism and the susion of identity**ver, 1990

CRUZ, E. F. **Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola.** Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 73-90, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttex-t&pid=S1519-549X2011000100007&lng=pt&nrm=i&tl-ng=pt>. Acesso em: 23dez. 2021.

DINIZ, Rogério. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília, 2009

FERREIRA, Lucas Aguiar Tomaz. **Políticas públicas e desenvolvimento territorial: uma abordagem das políticas de gênero nos municípios polos do território de identidade sudoeste baiano – TSB.** P.136

FREITAS, Matheus Nunes Godeiro. Os efeitos da violência verbal e física contra transexuais na escola pública em Poções - BA: Uma análise sobre o processo de silenciamento e exclusão escolar desta população. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”.** 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



(Monografia de Graduação do Curso de Geografia) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista - BA, 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

FRANCO, Neil. CICILINI, Graça. **TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS NA ESCOLA: UM ESTADO DA ARTE.** Cad. Pes., São Luís, v. 23, n. 2, mai./agosto 2016

Instituto Paulo Freire, 1968. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1974.

MARANHÃO E FRANCO, Eduardo, Clarissa. **Menino veste azul e menina, rosa”: Educação Domiciliar e as ideologias de gênero e gênese de Damares Alves, a “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos.** Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano XII, n. 35, setembro/dezembro de 2019 - ISSN 1983-2850

OLIVEIRA JUNIOR, Isaias B. de; MAIO, Eliane R. **Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar.** Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, v. 25, n. 45, 2016, p. 159-172. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/viewFile/2292/1598>. Acesso em: 20set. 2021.

PIERRE, **Bourdieu:** sociologia. SP: Ática, 1983b. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 1989

RIBEIRO, Djalma. **O que é: lugar de fala?** -- Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017

SILVA, Tamires Barbosa Rossi. **“Experiências multissituadas: entre cursinhos trans e ativismos: quais narrativas, que cidadania é essa?”.** 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2017.

SOUZA JUNIOR, Samuel Luiz de. **Direitos sexuais e políticas públicas: o combate à discriminação para a concretização dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no estado do Pará.** 2011. 157f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, 2011.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima.** São Paulo, 2009.



Bem vindos ao baile!

o *ballroom* como símbolo de identidade e representação queer

Welcome to the ball!

the *ballroom* as a symbol of queer identity and representation

Vinícios Nalin – vininalin45@gmail.com

Mestrando em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – PPGGeo/UFFS

Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-0991-1834>

Resumo

Este artigo tem como proposta estudar o espaço de representação queer através da expansão do *ballroom* aos espaços sociais como um símbolo de identidade queer contracultural. O *ballroom* marcou a década de 1980 como um espaço de refúgio para comunidades dissidentes em Nova York, onde essas poderiam expressar sua excentricidade estética e corporal em salões de baile competindo por suas apresentações. Desde então, o movimento reforça e expressa sua presença em diversos espaços para fora dos salões de baile. Influente na moda, na música e até mesmo o modo como grupos dissidentes se espacializam e se reconhecem socialmente, o *ballroom* vai além de um espaço recluso e fechado, passando a ser um espaço de fortalecimento e luta, onde tribos se encontram. No Brasil o movimento se expressa especialmente na cultura Drag e como adversidade a censura artística dissidente, ocupando ruas e tomando seu espaço na mídia. Com esse movimento, o corpo passa a integrar simbolicamente a construção de espaços para comunidades dissidentes e abrir caminhos para serem discutidos.

Palavras-chave: BallRoom, Queer, Espaços de representação, LGBTQIA+.

Abstract

This article proposes to study the space of queer representation through the expansion of the ballroom to social spaces as a symbol of countercultural queer identity. The ballroom marked the 1980s as a space of refuge for dissident communities in New York, where they could express their aesthetic and bodily eccentricity in ballrooms competing for their performances. Since then, the movement has reinforced and expressed its presence in different spaces outside the ballrooms. Influential in fashion, music and even the way dissident groups spatialize and socially recognize each other, the ballroom goes beyond a secluded and closed space, becoming a space of empowerment and struggle, where tribes meet. In Brazil, the movement expresses itself especially in the Drag culture and as adversity the dissident artistic censorship, occupying the streets and taking its space in the media. With this movement, the body begins to symbolically integrate the construction of spaces for dissident communities and open paths to be discussed..

Key words: BallRoom, Queer, Representation spaces, LGBTQIA+.



Introdução

Causa-me espanto ainda, pensar que corpos não sejam livres para experienciar suas vivências e particularidades absolvidos de julgamentos. Logo, discutir temáticas subversivas pode, para certos grupos, ser um motivo para recepções contrárias. Vemos isso, aqui nesta pesquisa, como um ponto positivo, tendo em vista a discussão que será possível gerar com essas contrariedades.

Famoso no cenário LGBTQIA+ nova iorquino, e sendo cada vez mais popularizado no Brasil, o *ballroom*¹⁵ é uma forma de baile no qual os sujeitos se reúnem para disputar em diversas categorias, onde os vencedores recebem troféus e, por eles, tornam-se figuras de grande prestígio, com um *status* de *legendary*.

O *ballroom* teve seu grande ápice na comunidade LGBT periférica de Nova York, na década de 1980 (BAILEY, 2013), com pesquisadores datando seu surgimento na década de 60 (SCUDELLER e SANTOS, 2020) e até mesmo nos anos 20, onde uma subcultura negra LGBT começou a se formar em Detroit, nos Estados Unidos (BAILEY, 2013, p. 89). Os grupos sociais mais presentes nesses espaços eram – e seguem sendo – os corpos queer afro-americanos e latino-americanos, que caracterizavam o espaço como um refúgio onde poderiam expressar suas identidades e se sentirem acolhidos (BAILEY, 2013). Muito além de uma festa, o *ballroom* apresenta-se como reflexo de uma resistência contra um cis-tema que expõe corpos não compreendidos, à margem da sociedade.

Segundo (BAILEY, 2013), o marco inicial ao ball para a cultura queer americana, nasce como uma forma de resistência ao negacionismo dos corpos dissidentes:

Devido à crescente tensão racial, tanto na comunidade do baile quanto na América como um todo, as rainhas negras começaram a buscar seus próprios espaços. Marcel Christian (LaBeija) é creditado por encenar o primeiro drag ball preto em 1962. Essa divisão da comunidade levou à formação de “casas”.

Em sua construção social, o *ball* possui diversos elementos simbólicos, seja na forma como o mesmo se estabelece enquanto espaço de representação (LEFEBVRE, 2013) para os corpos que o ocupam, no ato de subirem ao palco para

¹⁵ Salão de baile, em tradução do inglês.



se apresentarem, ou pelo acolhimento que as “casas” os oferecem enquanto tribo (MAFESSOLI, 1998).

As “casas”, originalmente nomeadas como *houses*, representam a família se escolhe e que acolhe, podendo ser caracterizadas como lugares que onde é possível que esses corpos se reconheçam e se identifiquem com os outros (MAFESSOLI, 2004). Da mesma maneira, o palco acolhe esses corpos que, embora estejam competindo, representam o orgasmo da vida plenamente vivida (MAFESSOLI, 1998).

Desta maneira, nesta pesquisa buscamos discutir o *ballroom* como símbolo de identidade e representação queer, essencialmente na sua construção e influência sob a contracultura dos espaços *undergrounds* LGBTQIA+ e da sua expansão ao imaginário social coletivo.

Notas metodológicas

Para analisar as representações sociais dos corpos queers e sua construção simbólica frente a sociedade e das práticas espaciais, partimos inicialmente de uma articulação teórica dos espaços de representação (LEFEBVRE, 2013) e da teatralidade urbana (MAFESSOLI, 2004), na perspectiva da contracultura dos corpos queers no *ballroom* (BAILEY, 2013). São utilizados como *corpus* de estudo, para análise dessas simbologias de corpos que se estendem para o espaço urbano, o seriado *Pose*¹⁶, o *reality show* *Legendary*¹⁷ e o memorável documentário *Paris is Burning*¹⁸, responsável por, ainda em 1990, trazer a cultura do *ballroom* para o centro da cultura pop, dando voz e palco para a cultura queer.

Tratando-se de um seriado que, embora seja retrato de uma importante época onde o *ballroom* foi de grande importância a comunidade LGBTQIA+, principalmente em resistência à midiatilização do HIV e AIDS como uma “peste gay”, o seriado *Pose* será utilizado como elemento visual e contextual para análise,

¹⁶ POSE. Criadores Ryan Murphy, Brad Falchuk e Steven Canals. Fox 21 Television Studios, FX Productions e FX Network, 2018:19:21. 3 temporadas, 26 episódios.

¹⁷ LEGENDARY. Direção Rik Reinholdtsen. HBO Max, duas temporadas: 2020-21. 17 episódios (acesso:09/07/2021).

¹⁸ 7 PARIS is burning. Direção Jennie Livingston. Miramax Films, 1990. 1 DVD (1h11m). Trailer: <https://www.youtube.com/watch?v=9SqvD1-oodY> Acesso em: jul. 2021.



bem como o reality show *Legendary*. Já o documentário *Paris is Burning* nos auxiliará na discussão como aporte teórico, dado seu desenvolvimento documental.

Espaço de representação

Tratando-se de espaços discutimos daqueles que são vividos (LEFEBVRE, 2013). No plural mesmo, em consideração à existência de diversos espaços de representação (GALLEGO CAMPOS, 2018), que representam diversos contextos e grupos sociais.

Para Lefebvre (2013), o espaço de representação trata-se da dimensão simbólica do espaço. Assim, essa dimensão não se refere diretamente ao espaço propriamente, mas sim a uma instância além, relacionada a um poder divino, o Estado, ao princípio de masculino e feminino. O espaço vivido, dito por Lefebvre, aborda fenomenologicamente a instância daquilo que é “experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana” (SCHMID, 2012). De acordo com Schmid (2012, apud LEFEBVRE, 1977) nota-se assim a existência da troca nesta concepção de espaço, contendo um aspecto afetivo, uma troca de sentimentos e paixões que ao mesmo tempo liberta e aprisiona o enfrentamento.

Desta forma, o espaço de representação

é um espaço vivo, lócus da ação e das situações vivenciadas. É relacional em percepção, diferencialmente qualitativo e dinâmico e de natureza simbólica. Deste modo, revela-se como categoria relevante na construção de uma geografia do mundo cultural além da leitura economicista reinante da análise espacial. A discussão das representações sociais no âmbito da ciência geográfica, ainda incipiente, apresenta-se como um desafio epistemológico inexorável. (GIL FILHO, 2003, p. 09)

A prática do espaço de representação se dá no exercício cotidiano, amplificado na pós-modernidade em decorrência à desindividualização (MAFFESOLI, 2004). Logo, abre-se um grande leque das perspectivas de representação possíveis de serem abordadas através desse viés.

Espaço de representação no *ballroom*

Assim que entro no prédio, sou revistado meticulosamente pela segurança na entrada do clube. Eu pago \$ 25,00 na mesa logo após a entrada e sigo para uma grande sala. As batidas da *house music* estão



bombando. Uma forma de música popular internacionalmente, principalmente em espaços urbanos gays negros, a *house music* é o som característico da cultura de salão de baile (BAILEY, 2013, p. 02, tradução nossa).¹⁹

Simbolismos ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social ou da arte (LEFEBVRE, 2013) constituem o espaço físico dos *balls* caracterizado pelas imagens e símbolos que o acompanham. Desta forma, o *ballroom* é um movimento que representa muito o cotidiano dos corpos *queers*, dada sua carga simbólica e contracultural frente a uma sociedade que constantemente os nega socialmente.

O documentário *Paris is Burning* (1990), conta com louvor a importância que o *ballroom* possui como espaço de representação aos corpos *queers*. Entrar no *ball*, segundo membros do movimento, é como “atravessar o espelho para o País das Maravilhas” onde você pode se sentir 100% bem em ser gay, diferente da forma que ocorre no mundo “exterior”, sendo este espaço o mais próximo que corpos *queers* chegam de assumir o estrelato e a fama. Segundo LaBeija (1990), no início o *ball* era frequentado quase que exclusivamente por *dragqueens*, que almejavam parecer com as vedetes de Las Vegas, no entanto, com seu crescimento, ao final dos anos 70, muitos membros da comunidade LGBTQIA+ passaram a querer frequentar o espaço, desejando serem semelhantes às estrelas do cinema e modelos famosas. Assim, para envolver todos os corpos adjacentes que desejavam se juntar ao *ball*, foram criadas categorias que possibilitavam a todos a representação. Segundo Berte (p. 70, 2014):

entre as categorias de premiação que estruturavam os shows e desfiles da ball culture estavam: “moda parisiense”, “estilo executivo”, “roupa esportiva”, “corpo gostoso”, “estilo colegial”, “campo e cidade”, “travesti vestida pela primeira vez”, “estilo militar”, “traje alta costura para a noite” e “estilo realismo” – categoria na qual os/as candidatos/as deviam vestir-se e parecer com homens e mulheres heterossexuais.

No palco do *ballroom*, a moda é gerada pelas batalhas, a busca pelo prestígio e pelo *status* de uma casa lendária, como pode ser observado nas representações do seriado *Pose* e do *reality show* *Legendary*, com a entrega de troféus às casas vencedoras. Segundo Guattari e Rolnik, “todos os fenômenos

¹⁹ Once I enter the building, I am frisked meticulously by security at the club entrance. I pay \$25.00 at the table just beyond the entrance and proceed into a large room. House music beats are pumping. An internationally popular music form, particularly in Black gay urban spaces, house music is the signature sound of Ballroom culture.



importantes da atualidade envolvem dimensões do desejo e da subjetividade”, da mesma forma no *ballroom*, o desejo de ser visto e “ser alguém” para o *ball* é frequente em seus corpos.

Retratar espacialmente um gesto corpóreo, que representa um movimento como o *ballroom*, é um ato que constitui a dimensão da performatividade do corpo do sujeito sobre o espaço, ao qual Guattari e Rolnik (1986, p. 34), acrescentam que “o sujeito está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade. Entre esses componentes alguns são inconscientes. Outros são mais domínio do corpo, território no qual nos sentimos bem”. Diante disso, o espaço de representação ainda se reencontra o corpo do indivíduo nos diferentes componentes de subjetivação. De acordo com Guattari e Rolnik (1986, p. 32), a produção da fala, das imagens, da sensibilidade, do desejo não se conectam absolutamente a representação do indivíduo, a isso cabe a produção da multiplicidade e dos agenciamentos sociais.

Assim, o maior destaque identitário do movimento *ballroom* é percebido em seu senso de comunidade, o seu cuidado com o corpo do outro e perpetua muito além da dança, da batalha e do que é explorado ademais pelo *mainstream*. É um movimento que envolve saúde, cumplicidade, acolhimento e representatividade, que reúne e constrói a razão do sensível em um processo que se faz necessário (MAFFESOLI, 2004).

O *ballroom* é encoberto e cercado por uma enorme simbologia e um cuidado primoroso de seus corpos, que atravessa seu espaço e imaginário, em suas mais diversas expressões. Como destaca o pai da House of Zion ao Papel Pop (2021) “existem vários movimentos na comunidade *ballroom*. Mais do que um movimento é uma cultura em que existem diversas ramificações e diversas complexidades dentro”. Desta forma, nos propomos a adentrar um pouco às instancias que envolvem a simbologia do *ballroom*, vista a partir de seus principais elementos: o palco, o corpo, a performance e as *houses*.

O palco²⁰

²⁰ Utiliza-se o palco em seu sentido figurado de um lugar de performance, destacando que comumente o palco do *ballroom* se estabelece espacialmente no salão, ao mesmo nível do público e dos jurados.

NALIN, Vinícios. Bem vindos ao Baile! *Ballroom* como símbolo de identidade e representação queer. 5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



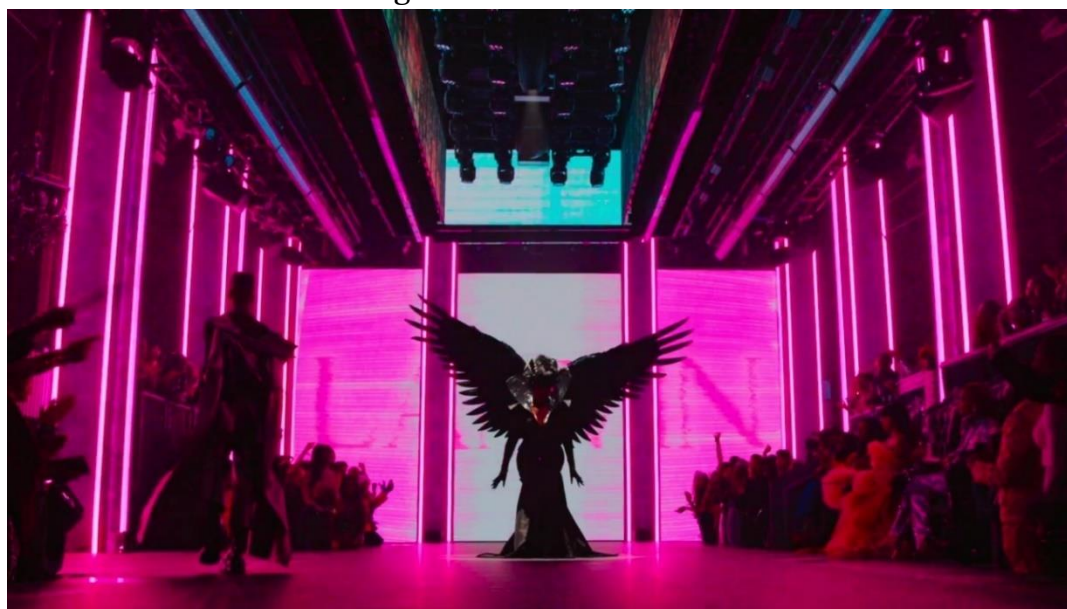
Maffesoli (2004) nos apresenta o altar como um espaço de realização para celebração, onde são cultuados corpos, sexo e imagens, lugar ao qual faz-se o elo. O palco é o altar para *ballroom*, onde corpos se encontram e celebram sua própria existência, bem como a do outro. Maffesoli (2004, p. 58) acrescenta ainda, que os espaços de celebração são

feitos por e para iniciados, aos quais se vai em busca de iniciação e onde se observam os iniciados no sentido etimológico do termo, portanto, espaços onde se celebram mistérios. As pessoas se reúnem, reconhecem umas às outras e, com isso, conhecem a si mesmas.

O palco é o espaço de representação dos corpos queers, onde eles se permitem sentir-se desejados e pertencentes. Um dos símbolos mais importantes do *ball* é o troféu, pelo qual atribui-se o *status* de *legendary* ao ganhador de cada categoria performada no palco, atribuído a produção da memória coletiva (MAFFESOLI, 1998), que é produzida pelos membros do *ball* sobre o momento.

Pelo *reality show* *Legendary* (2020), podemos perceber a importância do palco como espaço para os corpos presentes. Ao competirem em batalhas para chegarem ao status de “lendários”, as *houses* adentram ao palco para se apresentarem frente aos jurados e ao público²¹ em um show de movimentos, *voguing* e figurinos temáticos para cada episódio (imagem 2).

Imagem 2 – Palco como altar



Fonte: *Legendary* - S01E02 [Once Upon a Time] (HBO Max, 2020)

²¹ Em decorrência da pandemia sanitária global COVID19, a segunda temporada precisou ser gravada sem público, bem como a final da primeira temporada. Fonte: <https://ew.com/tv/legendary-season-2-teaser-trailer-premiere/>



Outro símbolo importante nos *balls* é a presença do MC. O MC é quem promove a interlocução entre jurados, público e a *house* que se apresenta. No *reality show Legendary* esse posto é ocupado por Dashawn Wesley, ator estadunidense, considerado por muitos o rei do Vogue. No entanto, embora seja uma série ficcional dramática, é na série *Pose* que vemos profundamente a vida e influência do MC Pray Tell no palco. Interpretado por Billy Porter, ator, cantor e cineasta estadunidense, Pray Tell traz vida ao palco com sua irreverência e senso de comunidade dentro do *ballroom*, além de seus dramas pessoais que transferem muito a imagem da comunidade *queer* nos anos 1980-90, sobretudo com a epidemia de HIV e AIDS e sua midiatilização como “peste gay” (ARAUJO, 2016).

a) O corpo

A natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo: recorta os órgãos e gera zona de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual. (PRECIADO, p. 25, 2004)

Para o *ballroom*, os corpos são os deuses (MAFFESOLI, 2004), especialmente os corpos trans, travestis, pretos, gordos, latinos, todos aqueles que são retirados de seus imaginários de “perfeição” e “normatividade”. Esses corpos se deslocam constantemente e adentram ao imaginário e cenário dos *balls* onde, em suas mais diversas categorias, compõe a alegoria e diversidade em massa.

O corpo *queer*, além de sua imagem, é um corpo político, é um corpo que resiste ao biopoder (FOUCAULT, 1998), nas suas tentativas de “adestramento” e hierarquização diante das singularidades corpóreas. O endeusamento dos corpos no *ball* não se constitui apenas na construção da imagem, vai para além disso, no encontro dos corpos dissidentes em suas tribos (imagem 3), onde os corpos que as constituem circulam entre grupos (*houses*) a fim de exercer a pluralidade de suas máscaras (MAFFESOLI, 2004).



Imagem 3 – Deuses do ball



Fonte: Pose S02E10 [In My Heels] (FX, 2019)

b) A performance

A performance é a celebração dos corpos que, sobre o palco se estabelecem e exercem uma recorrente excitação dionisiaca, impulsionando-os para além das coerções sociais, vivendo um orgasmo (MAFESSOLI, 2005). Segundo Mafessoli (2005), o orgasmo é uma forma de afrontar a morte em suas diferentes modulagens. Uma sensação que intimamente conecta-se aos afetos, aos amores, aos arroubos coisas que compõem a dimensão do humano e que são irredutíveis a qualquer tentativa de racionalização ou mensuração (AGUIAR, 2009).

O orgasmo no *ballroom* pode ser observado de diversas maneiras sob a perspectiva da performance. Primeiro, temos a dança *voguing*. Surgida a partir da inspiração da *drag queen* Paris Dupree (1950-2011), nas capas da revista Vogue, que acenavam ao mundo queer por sua estética performativa (imagem 4). Segundo Willi Ninja, pai da *House of Ninja*, o voguing vem do *shade*²², como forma de duelo entre duas pessoas que “não se gostam”. A dança se divide em *old way*, *new way* e *femme*, onde as duas primeiras apresentam elementos mais simétricos e influências do hip hop, já a dança *famme*

²² Forma de insulto através de características simbólicas da personalidade estética de outrem, uma variação do reading (leitura). Muito comum entre a comunidade queer, pois se reflete em seu vocabulário.

NALIN, Vinícios. Bem vindos ao Baile! *Ballroom* como símbolo de identidade e representação queer. 5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



atribui elementos de outras danças como balé e o jazz, além de poder ser “*dramatic*”, com velocidade e acrobacias, ou “*soft*”, uma estética de fluxo mais simples e graciosa. Existem alguns movimentos que dão mais características ao *femme*, como o *catwalk*, releitura de uma passarela, o *duckwalk*, um andar agachado que exige equilíbrio e força nas pernas, mergulhos e quedas chamados de *dips*, e também giros, os *spins*. Tudo isso somado às características do old e new way (PEREIRA, 2019).

Imagem 4 – Teatralidade – os cinco elementos do *voguing*



Fonte: UNIVERSA Uol (2019) Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/amp-stories/conheca-e-aprenda-o-vogue-a-danca-nascida-no-movimento-lgbtq/> Acesso: jul. 2021

Além da dança, os visuais são um ponto de grande importância na performance nos *balls*, comumente carregando uma grande carga simbólica que, pelos seus símbolos, constituem as representações sociais desses corpos (MOSCOVICI, 2003), repleta de *estragananza*, os visuais revelam em sua imagem a expressão teatral dos corpos e dos gêneros no palco (BUTTLER, 2013).

c) As houses [*backstage*]

“O *ballroom* salvou minha vida”. Essa é uma das frases mais presentes no *reality show Legendary*, onde *houses* competem entre si para chegarem ao prêmio de 100 mil dólares. Muito além da batalha, o espaço gerado pelo *ballroom* acolhe e salva corpos de situações de vulnerabilidade, seja ela emocional ou socioeconômica.

As *houses* são as tribos dos corpos que foram abandonados. Segundo Maffesoli (1998, p. 103), a fusão da comunidade cria um contexto “desindividualizante” onde, embora não represente a presença plena no outro, gera uma “relação tátil”, onde são estabelecidas interações e trocas na formação de grupos. É sobre isso que as *houses* discutem sua existência plena, abraçar aquele que esteja só e estabelecer elos, que avançam para além dos palcos e se entranham a vida cotidiana desses corpos.



A primeira *house* nasceu em 1972, a *House of Labeija*, criada por Crystal Labeija, que o fez com o intuito acolher pessoas LGBTQIA+ e pessoas negras em situação de risco que viviam em Nova York (BAILEY, 2013). No documentário *Paris is Burning*, assim como em toda a comunidade do *ball*, as *houses* são chamadas de famílias, mas uma família fora dos moldes normativos, uma família para quem não tem família, uma família de laços mútuos.

O *ball* além do *room*

Em meio sua representação e referência ao *queer* na cultura pop, analisaremos a forma como o *ballroom* sai dos “espaços subterrâneos” (BAILEY, 2013, p. 89) e avança ao imaginário social para além de seu espaço recluso. Por muitos anos o *ballroom* foi visto como um espaço ao qual eram atribuídos corpos que deveriam ficar escondidos da sociedade (BAILEY, 2013), mas é nesse espaço onde muito do que se experiencia cotidianamente teve seu nascimento e influência. Na música, na moda ou na militância, o *ball* vai além do *room*.

a) A moda

Primeiramente, roupa não tem gênero. Dito isso, seguimos a ideia de Butler (2006), considerando a performance e construção social de gênero, em atenção especial ao gênero *queer*, que é entendido por corpos que não estão preocupado com definição, fixidez ou estabilidade, mas sim em ser transitivos, múltiplos e avessos à assimilação (SALIH, 2017). Para Butler (2003, p. 194):

atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado.

Deste modo, a cultura *queer* busca na sua representação visual, romper barreiras de feminilidade e masculinidade, transitando entre os gêneros e explorando visuais andrógenos e subversivos.

A influência queer na moda é uma troca, visto sua inspiração nas poses características da revista Vogue e, adiante, na influência de artistas na arte do



ballroom (BAILEY, 2013). Podemos observar, como exemplo, a grande presença desta ruptura de gênero e imagem (imagem 5), com diversos artist@s expressando suas identidades no baile MET Gala 2019, seja como o ator americano Michael Urie e sua estética “meio a meio” e as maquiagens artísticas e extravagantes dos demais. O MET Gala é considerado o tapete vermelho mais importante do ano, devido às ações beneficentes que o mesmo promove levantando fundos ao *Costume Institute*²³, além de seu fashionismo e excentricidade que todo ano aborda uma nova temática. No ano de 2019, a temática do MET foi o “**Camp**”, que consiste em uma estética que reúne o exagero, a diversão e, intencionalmente, a cafonice, que possuem como objetivo subverter a noção de *aute cuture*.

Imagem 5 – Baile MET Gala 2019 – da esquerda para a direita: Billy Porter, Michael Urie, Janelle Monaé e Ezra Miller.



Fonte: Revista Híbrida (2019)

Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2019/05/07/momentos-queer-met-gala-2019/>

É importante observarmos também a influência significativa das grandes marcas de moda na vida dos corpos do *ballroom*, seja na reprodução ou apreciação de looks ou nos nomes das *houses*, inspirados nas grandes *maisons* de Moda de Paris e Milão (VOGUE, 2019), que pode ser percebida como uma construção simbólica daqueles que são excluídos do acesso à essas marcas. Segundo a Scudeller e Santos (2020, p. 17):

os nomes das *houses*, que nos anos 1980 e 1990 comportavam outros tipos de significados, mais recentemente transformam-se em marcas da moda, como Balmain, Lanvin, Gucci etc. Se, por um lado, essas *houses* refletem uma estética particular, é menos em relação às marcas

²³ Leia mais em: <https://claudia.abril.com.br/moda/o-que-e-o-met-gala/>



homônimas dos grandes conglomerados de moda do que em relação às demais houses existentes na comunidade ballroom.

De todo modo, a indústria da moda e o *ball* constantemente se entrelaçam: no palco, pelo corpo, produzindo a performance e os desfiles. Diante disso, vemos ao longo dos anos diversos estilistas influenciados pela cultura queer, como Jean Paul Gaultier e Alexander McQueen que, através de suas obras expressaram suas identidades.

b) A música

“Strike a pose
Strike a pose
Vogue, vogue, vogue
Vogue, vogue, vogue”

Conforme o *voguing* avançava ao mundo pop, mais o movimento chamava atenção das estrelas da música. Madonna, sempre promissora na sua arte, viu os movimentos pela primeira vez em 1990, em uma discoteca em Manhattan, Nova Iorque, a Sound Factory. Ao ter seu primeiro contato este movimento LGBTQIA+ dado por “subterrâneo”, Madonna quis aprender mais sobre o mesmo, ficando a cargo do bailarino dominicano e membro da *House of Xtravaganza*, Jose Guiterrez, lhe mostrar aquilo que o *voguing* era e representava ao *ball*.

No mesmo ano, abraçada às tendências da disco e dance-music, no dia 27 de março vinha ao mundo Vogue²⁴, canção da cantora Madonna que movimentou a cultura LGBTQIA+ da época e elevou o *voguing* ao *mainstream* (POPLINE, 2021), sendo inclusive um ponto de destaque da segunda temporada da série *Pose* (2019), que demonstra o entusiasmo que a comunidade queer recebeu a canção, vendo sua arte se expandir ao imaginário social. Jose Xtravaganza, pai da *House Xtravaganza* foi convidado a coreografar o videoclipe da canção, ficando ao seu cargo ensinar a arte do *voguing*, acompanhando a cantora em sua *tour* mundial, *Blond Ambition* (1990) onde, em sua performance, utilizava da coreografia marcada pelos símbolos do voguing, com mãos, giros e quedas marcadas, além da pluralidade de corpos presentes no palco (imagem 6).

²⁴ VOGUE. [1990]. 1 vídeo (4m53s). Canal Madonna. Dirigido por David Fincher. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GuJQSAiODqI>. Acesso: jul. 2021.



Além de Madonna, diversos artistas passaram a utilizar dos elementos do *ballroom* em suas carreiras e/ou produções musicais, dentre os quais Lady Gaga (Alejandro²⁵, 2010), FKA Twigs (Glass & Patron²⁶, 2015), RuPaul, entre outros diversos nomes que poderiam ser lembrados por sua influência na cultura do *ballroom*, sejam imagéticas ou de discurso (vocabulário).

Imagem 6 – Blond Ambition, Madonna (1990)



Fonte: YouTube/

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vuNo28VDlss> Acesso: jul. 2021

c) A Rua

A rua sempre foi palco. Engana-se quem à vê apenas como espaço de passagem, ou quem acha que a mesma é apenas para os carros. A rua existe também aos corpos dissidentes, à militância, às lutas sociais e demais movimentos.

A militância é uma resistência muito recorrente para as classes minoritárias, sendo ela uma forma de “disputa” contra um sistema marginalizante. Na cultura do *ball*, por estar intimamente relacionada a expressões de gênero e imagéticas, a rua torna-se especialmente perigosa para *Femme Queens* (BAILEY, 2013), no entanto isso não impede que haja resistência por elas.

Muito em decorrência à vitória da extrema direita nas eleições presidenciais de 2018, com seu representante abertamente homofóbico e racista, os movimentos ativistas das minorias no Brasil tem se intensificado largamente nos últimos anos. “De protestos ruidosos a celebrações de rua, a mensagem é clara: estamos aqui, somos queer”, assim declara Felipe Avila, fotógrafo brasileiro

²⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=nigrrmev4mA> Acesso: jul. 2021.

²⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=cNbFc-fa-ww> Acesso: jul. 2021.



que se dedica a registrar a perseguição da extrema direita aos grupos minoritários (imagem 7).

Artistas queer no Brasil estão, cada vez mais, enfrentando muita adversidade e censura à sua arte, que busca aniquilar as existências subversivas e discordantes à norma (INOCÊNCIO e GONÇALVES, 2020), fatos que demarcam cada vez mais essa contracultura como um movimento dissidente de corpos, pois não há espaço de representação fora dos espaços criados pelos próprios corpos. No ano de 2018, a exposição coletiva “*Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*” foi cancelada por pressão de grupos conservadores e, semanas depois, uma atuação considerada “inadequada” levou ao processo do coreógrafo Wagner Schwartz, ao lado de curadores.

Imagem 7 – Corpo presente



Fonte: Felipe Avila (2018).

Disponível em: <https://www.sleek-mag.com/article/felipe-avila/>

A arte urbana, no entanto, urge como uma forma de se apropriar de espaços para além dos quais são ditos apropriados. Desta forma, os corpos se colocam sempre a frente ao movimento, destacando sua imagem como resistência e cartaz. Nas palavras de Foucault (2013, p. 14), corpo é o ponto zero do mundo “onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino”.



Considerações finais

Compreender o espaço, sobretudo o espaço de representação, a partir da carga simbólica que o *ballroom* carrega em sua cultura, nos os possibilita constituir uma linha de raciocínio de como se constroem os espaços de representação *queers*. Os *balls* se revelam com a motivação de mostrar, pelos olhos e lentes, junto ao espectador, a riqueza cultural que se escondia nos bairros periféricos de Nova York, no fim dos anos 1980, perpetuando até os dias atuais e sendo resgatado constantemente pela cultura pop *mainstream*.

Observamos assim, a construção simbólica do *ballroom* muito além de sua competição e midiaticização. Ao chegar ao *ball*, encontramos o afeto e o sensível para com os corpos marginalizados, negados e, por muitas vezes, violados.

Assim como o *ballroom* abarca uma significância para a tribo *queer*, onde os próprios corpos do *ball* produzem esse espaço, através de sua resistência e insurgência, a encontro daquilo que é de direito de todo e qualquer corpo no espaço, a representação. Por fim, destaca-se que o estar e possuir espaços onde possa se identificar vai além do sentido físico, ao qual nos demonstra a importância de olhar para estes espaços subversivos que constroem e desconstroem as noções de pertencer, representando a necessidade de expansão dos conhecimentos acerca de uma geografia dos corpos *queers*.

Referências

AGUIAR, Andréa L. V. **Lazer, orgasmo e tragicidade**. Natal: UFRN, 2009.

ARAUJO, Ana C. C. **A AIDS e a imprensa: as vozes e os silêncios nas reportagens do dia mundial da luta contra Aids de 1988 a 2013. 2016**. Tese (Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde - PPGICS ICICT/FIOCRUZ). Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro – RJ.

BAILEY, Marlon. **Butch Queens Up in Pumps: Gender, Performance, and Ballroom Culture in Detroit**. Michigan: The University Of Michigan Press, 2013.

BERTE, O. **Vogue: dança a partir de relações corpo-imagem**. Dança, Salvador, v. 3, n. 2, p. 69-80, jul./ dez. 2014

BUTLER. **Gender Trouble: Feminism and Subversion of Identity**. New York: Routledge, 2006.



CAMPOS, F. R. G. O Conceito De Espaço De Representação Do Futebol Como Possibilidade Para Apreensão Do Futebol Profissional E Amador Como Fenômenos Da Espacialidade. **Boletim geográfico**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 1-13, 2018

FLAVIA PEREIRA. **Vogue, muito além da pose!**. Disponível em: <http://flaviapereira.com/vogue-muito-alem-da-pose/> Acesso em: 15 de julho de 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. São Paulo: Edições n-1, 2013.

GIL FILHO, S. F. Espaço de Representação: Uma Categoria Chave para a análise cultural em Geografia. In: **Anais do I Encontro Sul-Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, 2003.

GUATTARI, F. ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

INOCÊNCIO Adalberto F., GONÇALVES, Cléberson D. Quem tem medo do queer? Quando a potência política da arte cede à cafetinagem. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 9, n. 18, Edição Especial 2020

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013

LOS ANGELES TIMES. **How ‘Pose’ perfectly re-creates the queer ball culture of 1990 New York**. Disponível em: <https://www.latimes.com/entertainment-arts/tv/story/2019-08-01/pose-fx-ryan-murphy-billy-porter-ball-culture> Acesso em: 15 de julho de 2022.

MAFFESOLI, Michel. **A Sombra de Dionísio: contribuição a uma sociologia da orgia**. Tradução: Rogério de Almeida. 2 ed. São Paulo: Zouk, 2005

_____, Michel. **Notas sobre a pós-modernidade: O lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica editora, 2004.

_____, Michel. **O Tempo das Tribos: O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MEDIUM. **BALLROOM — Glamour, orgulho e resistência**. Disponível em: <https://medium.com/@luciosouza/ballroom-glamour-orgulho-e-resist%C3%Aancia-f8d393e095cb> Acesso em: 15 de julho de 2022.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003, 395p.

PORTAL POP LINE. **“Pose”: o “Vogue” para muito além de Madonna + o ballroom brasileiro**. Disponível em: <https://portalpopline.com.br/pose-o-vogue-para-muito-alem-de-madonna-o-ballroom-brasileiro/> Acesso em: 15 de julho de 2022.

ROLLING STONE. **Striking a ‘Pose’: A Brief History of Ball Culture**. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/culture/culture-features/striking-a-pose-a-brief-history-of-ball-culture-629280/> Acesso em: 11 de julho de 2022.



SCUDELLER, Pedro A. P. SANTOS, T. H. R. “I Am Ballroom”: tensões, reiteraões e subversões na partilha do sensível da cultura ballroom midiaticizada. **Revista Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura**, v.9, nº2, edição de Dezembro de 2020

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.

VOGUE. **Uma breve história sobre o voguing, contada pela Vogue**. Disponível em: <https://www.vogue.pt/voguing-historia-danca> Acesso em: 05 de julho de 2022.

ZINT. **A Hora Lendária**. Disponível em: <https://zint.online/televisao/legendary-1t/> Acesso em: 15 de julho de 2022.



EIXO-TEMÁTICO 3

Gênero e Geografias Feministas



Sobre espaços, cotidiano e medo: uma breve discussão sobre o fenômeno da violência de gênero no Brasil

About space, everyday life and fear: a brief discussion on the phenomenon of gender violence in Brazil

Amanda Ribeiro Bezerra – amandaribeirob@hotmail.com
Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná
Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-7806-5689>

Resumo

Compreendendo que a violência é onipresente no cotidiano contemporâneo e que esta modifica as relações sociais com os espaços, criam impactos sociais, econômicos e outros, explicitando as múltiplas desigualdades socioespaciais, buscamos discutir algumas abordagens teórico-metodológicas da Geografia quanto ao conceito de espaço e sua relação com os estudos das violências de gênero e contra as mulheres, abordando como as relações que as mulheres, enquanto alvo de crimes violentos e, ainda, como parte da sociedade, mantêm com os espaços urbanos. Tomamos como base a discussão geográfica feminista a partir da revisão de literatura, considerando que o fenômeno da violência contra a mulher e sua espacialização perpassa por dimensões históricas, socioculturais, econômicas e entre outras que, necessariamente, devem ser subsidiadas pelo diálogo com outras ciências. Apontamos como o peso cultural corrobora para a continuação das violências contra as mulheres e como tal problema social está iminentemente entranhado na sociedade brasileira através de um sistema masculino e patriarcal de dominação, organização e distribuição de poder entre os sexos.

Palavras-chave: Espaço geográfico, Geografia de gênero, Violência contra as mulheres.

Abstract

Understanding that violence is everywhere in contemporary everyday life and that this modifies social relations with the spaces, creating social, economic and other impacts, explaining the multiple socio-spatial inequalities, we seek to discuss some theoretical and methodological approaches of Geography regarding the concept of space and its relationship with the studies of gender violence and violence against women, addressing how the relationships that women, as targets of violent crimes and also as part of society, maintain with urban spaces. We take as a basis the feminist geographic discussion from the literature review, considering that the phenomenon of violence against women and its spatialization goes through historical, sociocultural, economic and other dimensions that must necessarily be subsidized by the dialogue with other sciences. We point out how the cultural weight corroborates the continuation of violence against women and how this social problem is imminently entrenched in Brazilian society through a masculine and patriarchal system of domination, organization, and distribution of power between the sexes.

Keywords: Geographic space, Gender geography, Violence against women.



Introdução

A ideia de discutir o espaço retoma o esforço de compreensão iniciado desde a graduação (BEZERRA, 2017) que considera que, para além do conhecimento de que as dinâmicas sociais criam e transformam as formas e a realidade espacial, mulheres e homens em sua individualidade (com suas apreensões históricas, culturais, econômicas e entre outros), terão percepções diversas dos mesmos espaços, que são transpassadas tanto pelos arranjos de objetos geográficos contidos no espaço (objetos naturais e objetos sociais) quanto pela multiplicidade de ações e situações (a sociedade em movimento), discussão que se funda em conceitos-chave propostos por geógrafos e geógrafas como Henri Lefebvre (2000), Milton Santos (1988), Roberto L. Corrêa (2000), Doreen Massey (2000), Joseli Silva (2003), Diana Lan (2009), entre outros exemplos.

Destarte, o presente trabalho almeja discutir o espaço geográfico e sua utilização na compreensão da violência de gênero, entendendo-o não apenas enquanto conceito de espacialização e mapeamento do crime *per si*, mas, ainda, em como as relações humanas que ocorrem no espaço o moldam e são moldadas por ele, produzindo e reproduzindo-o, impactando nas experiências sociais e individuais de cada um, revelando as tensões que atravessam as relações humanas, a distribuição de papéis, a acentuação de exclusões e hierarquizações, despontando as práticas sociais e como os traços referentes ao gênero, às classes sociais, cor da pele, geração, religião e entre outros refletem-se nele.

Nesse sentido, consideraremos o espaço enquanto dialético, não somente um palco para as ações humanas, mas sim uma força ativa que molda as experiências sociais, o que significa consolidar tal conceito como um produto social ao passo que participa nos processos de produção da sociedade e das relações socioespaciais (SANTOS, 2017). Nos tópicos que seguem trazemos as discussões que balizem tais constatações e, ainda, corroboram à compreensão que o espaço não é mais um todo modificado pelas relações humanas, mas terá diferentes nuances dentre cada modificação e esfera a depender de quem se apropria e se relaciona com esse espaço e qual gênero, raça, classe social e etc.

Apresentamos uma breve discussão sobre o conceito de espaço geográfico e sua relação com a questão de gênero, abordando, em um primeiro momento, no bojo das concepções basilares, os fundamentos para a compreensão da violência



de gênero como parte das discussões espaciais geográficas, discorrendo sobre a influência da cultura nas relações socioespaciais, considerada como reflexo das práticas sociais e como condição para a sua reprodução. No segundo tópico, o conceito de gênero é trazido à tona, discutindo-se seu potencial de integrar elementos sociais, temas e discursos ao conceito de espaço geográfico.

Por fim, no terceiro tópico, consideramos o espaço geográfico, o elemento cultural e o gênero enquanto categorias que permitem compreender o impacto das violências e como incidirão agudamente na vida das mulheres e em suas relações sociais cotidianas e com os espaços, tanto públicos quanto privados, como o vivenciam, observam, produzem e o reproduzem. O uso das cidades, permeado pelas construções dos papéis socioculturais de gênero, de raça e etnia, de classe social, geração, espacialização geográfica e outros elementos representativos, influenciarão as experiências urbanas de mulheres, tornando-se, deste modo, essencial a relação do espaço geográfico às questões de gênero.

O espaço geográfico e a compreensão cultural

Objetivando resgatar noções fundamentais sobre o espaço a partir da(o)s geógrafa(o)s anteriormente destacados, entre outros nomes, seguiremos uma linha de raciocínio que visa elucidar o que é o espaço para a geografia e qual será sua participação nas discussões sobre as violências contra as mulheres. O espaço geográfico não será compreendido aqui apenas como uma área delimitada ou como um palco onde se realizam as ações humanas, como foi concebido pelas correntes tradicionais da geografia. Em realidade, consideraremos o espaço enquanto um produto social que está em permanente processo de mutação e, ainda, é capaz de ditar a compreensão da sociedade atual em suas relações cotidianas (CORRÊA, 2000; SANTOS, 2017).

Entre as noções norteadoras sobre o espaço, presentes em comum acordo no eixo da Geografia, estão as concepções de que o tempo não pode estar separado do espaço e, em verdade, faz parte dele; de que o espaço é um contínuo local de lutas e contradições; que nele se materializam encontros e desencontros; e que é sempre fruto das relações sociais. Deste modo, as transformações nas dimensões espaciais estão ligadas às formas de apreensão e uso das sociedades, que ocorrem através das técnicas e do trabalho humano realizado coletivamente ao longo do



tempo, de modo que no espaço exprimam-se arranjos econômicos, culturais, raciais, étnicos, políticos e entre outros (MOREIRA, 1982).

Em Claval (1983; 2001; 2010; 2011) tem-se que o espaço deve ser percebido pela forma como é vivido, considerado a partir da percepção que a sociedade tem sobre o espaço e como o conjunto de práticas, conhecimentos, atitudes e crenças são adquiridos, transmitidos por esse conjunto e, também, pelos espaços, construídos ao longo do tempo. Atentos à Lefebvre (2000), o espaço é caracterizado como um conjunto de relações e o trabalho daqueles que o estudam deve ser desvendar as noções que partem desse conjunto, quais sejam, a produção e o produto dessas relações; desta forma, estudar o espaço geográfico requer a compreensão das relações sociais.

Na mesma linha, Corrêa (1995; 2000) afirma que as atividades sociais produzem nos espaços as subjetividades políticas, econômicas, sociais e culturais. Avaliamos que tais atividades, quando efetuadas por mulheres ou homens, terão diferenças significativas nas formas que estes lidam com os espaços, perceptíveis nas práticas cotidianas. Com efeito, como reflexo e condição para a reprodução social, a organização espacial é criada e alterada a partir do legado histórico e cultural, expressando a dimensão do uso e do *modus operandi* dos indivíduos e grupos na construção da própria sociedade, visíveis nos espaços, sobretudo nas frações criadas através das segregações espaciais e sociais.

Para Santos (1988; 2008; 2017), o espaço é marcado pelas modificações do tempo, através dos eventos, de forma a tornar-se transitório segundo os momentos aos quais a sociedade vive, apresentando as marcas da história a partir das formas do passado e do presente. De acordo com o autor, nos espaços serão visíveis as produções e relações sociais, como as culturas, as formas de viver em sociedade, os valores, comportamentos e entre outros, ou seja, compreender as relações de gênero significa considerar o peso do espaço geográfico nas vivências cotidianas. Em Moreira (1982) temos que as condições de reprodução, contidas no espaço através das mudanças históricas, são meios de produção e objetos de apropriação pelas relações sociais de classes, que apreendem os espaços e os modifica segundo suas instâncias e leis.

Nessa perspectiva, o espaço nunca será um dado fechado, completo, mas tem um traço dinâmico, central em sua ontologia, pois está em permanente



criação, recriação e renovação a cada movimento da sociedade, o que torna sua produção marcada por relações dialéticas, transpassada pelo contexto social e histórico. Sabendo que o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima (SANTOS, 2017), a sua apreensão possibilita, a um só tempo, trabalhar as relações sociais em interação com arranjos de objetos geográficos, como processo e como resultado, abarcando sua multiplicidade e diversidade de situações e processos, resultando o espaço produzido.

Conceber que o espaço é dialético e não mais um palco para as ações humanas, mas sim uma força ativa que molda as experiências sociais, significa refletir que este é um produto social ao passo que participa nos processos de produção da sociedade, revelando as tensões que atravessam as relações humanas, a distribuição de papéis, a acentuação de exclusões e hierarquizações e entre outros. Assim, a partir da análise da cultura, considerando-a enquanto um reflexo das práticas sociais, um meio para sua efetivação e, ainda, uma condição para sua reprodução, é possível compreendermos traços referentes ao gênero, às classes sociais, cor da pele, geração, religião e entre outros (CORRÊA; ROSENDAHL, 2005).

Decerto que o tempo e a sociedade são dinâmicos, Soja (1993) sugere analisar o espaço e as relações sociais contemporâneas, assim como as questões do tempo, partindo do materialismo histórico-geográfico, o que permite abarcar as mudanças das espacializações no âmbito da expansão do capitalismo e no contexto das lutas de classes, confirmando como as relações de poder se inscrevem na espacialidade. Para o autor, as transformações ocorridas no mundo contemporâneo são permeadas por relações de dominação e subordinação, que canalizam a diferenciação entre espaços e marcam o desenvolvimento desigual em muitas escalas diferentes.

Em comum acordo, Neil Smith (2002) assevera que o espaço é perpassado pelo modo de produção capitalista, que estrutura o espaço geográfico produzindo diferenciações e desigualdades, que compreende o desenvolvimento desigual. Em cada sociedade, o espaço será produto e produtor de relações de produção e reprodução e será definido pela divisão espacial do trabalho, produto de uma sociedade hierarquizada vinculada às relações capitalistas. Ao ser segmentado em várias áreas, defendidas e controladas por determinados grupos sociais, o espaço



estará definido e delimitado por relações de poder, reforçando a segregação socioespacial, o configurando multifacetado.

Nesse sentido, Cavalcanti (2002) afirma que os espaços devem ser analisados como locais complexos, caracterizados pela disputa e conflito que afetam uma diversidade de grupos, uma multiplicidade de redes sociais e de manifestações culturais. Discutindo o espaço urbano, a autora afirma que a dinâmica da cidade se expressa constantemente dialética e contraditória de modo que a produção do espaço é componente da produção social e estas, sob a hegemonia do capital e das relações capitalistas de produção, apresentam-se firmadas nas diferenças de classe que consolidam a segregação espacial, a periferização e produção de centralidades.

Considerar as contradições existentes no espaço e como as relações sociais manifestam e mudam o espaço e são modificadas por ele (LEFEBVRE, 2000) significa discutir, de modo combinado, a abordagem de classe, raça, gênero, geração, religião e outras, visto que são categorias estruturantes das relações sociais. Ratts (2004) assevera que descortinar e trazer para as análises geográficas o jogo de espelhos da identidade cultural, étnica ou racial possibilita esclarecer a dinâmica dos comportamentos humanos no espaço, já que este é um elemento constitutivo e produto de encontros/confrontos, tornando-o variável a depender dos lugares e das experiências concretas das pessoas.

A compreensão da cultura para a geografia não representa o interesse pelas ferramentas humanas ou os meios utilizados para modificar o ambiente, mas sim no simbolismo e nas identidades que expõem as diversidades e realidades sociais e suas formas de apreensões e vivências espaciais. Tal análise repousa em como as percepções humanas criam representações sociais para os diversos fenômenos em que as distintas formas de segregação e exclusão tornam-se nítidas, bem como a transmissão, apreensão e criação de tais práticas, além das técnicas, dos conhecimentos e crenças, de modo que a construção da cultura será também um processo social (CLAVAL, 2011).

Claval (2011) afirma que tal processo incidirá na construção dos indivíduos, em sua identidade individual e coletiva, cujo sentido se encontrará nas experiências de cada um e em suas vivências. Será nesse momento, em sua busca pela inserção na sociedade e no estatuto social, que o indivíduo terá



consciência de pertencimento a uma comunidade, classe ou grupo já institucionalizados, implicando em uma mudança de atitude, valores, comportamentos e outros. A partir das diferentes percepções espaciais de acordo com as células sociais, indivíduos e grupos terão estratégias distintas para sua realização nos espaços, resultado dos reflexos culturais.

Na mesma linha, Corrêa e Rosendahl (2005) entendem que o espaço amplo, diversificado e mutável, como visto no Brasil, reafirma a projeção do elemento cultural, que se manifesta no espaço e no tempo. Ao buscar compreender os processos de transformação cultural, econômica, política e social que ocorrem no espaço e alteram as relações socioespaciais, como se estende aos significados e simbolismos das relações sociais, seus valores, hábitos, crenças dentre outras construções, a cultura como categoria de análise oferece perspectivas que envolvem não apenas os grupos hegemônicos ou os discursos dominantes centrais, mas também aqueles que estão à margem dos sistemas.

Geografia e gênero

Trabalhando a partir da transversalidade das relações de gênero, Maria Dolors Garcia-Ramon (2003) assevera que o conceito de gênero tem o potencial de integrar elementos sociais, temas e discursos, pois aporta uma orientação globalizadora que dilui as fronteiras artificiais entre o social, o econômico, o cultural e entre outras, entendendo a cultura como uma construção social. As discussões proporcionadas por tal conceito trazem à tona relações simbólicas e econômicas perpassadas por redes de poder em várias escalas espaciais, influenciadas pelo tempo e espaço, conferindo aos estudos geográficos o pluralismo das relações sociais à luz das diversidades e diferenças.

Joseli Maria Silva (2003; 2009) estabelece que o uso do conceito de gênero como categoria na análise geográfica é capaz de promover, de igual modo, a explicação da produção do espaço, além de romper com perspectivas da ordem dominante. Concorde com Butler (2018) quando afirma que o gênero é culturalmente construído, pois são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, tornando-se um artifício flutuante que não deve ser confundido com a estabilidade do sexo binário, o que significa que o gênero se posiciona contra o



determinismo em torno dos significados construídos culturalmente e inscritos em corpos anatomicamente diferenciados.

Assim, o gênero deve ser considerado como fenômeno inconstante e contextual, em permanente transformação, em que a utilização desse conceito amplia a discussão sobre as relações sociais no espaço, ao incluir pessoas que não se enquadram no binarismo sexual naturalizado. Butler (2018) afirma que o gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada porque depende de práticas que o constituam, permitindo ter múltiplas convergências e divergências, visto que, estabelece interseções com modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais. Quando Silva (2003) propõe o uso do conceito de gênero, compreende todas as abordagens que partem dele.

Ao romper com a tradição geográfica que privilegiava dados quantitativos e aspectos visíveis do espaço com vistas à atingir a neutralidade, e com a geografia economicista marxista, que coloca a mulher sob a ótica da sociedade capitalista patriarcal, Silva (2003) sustenta que a abordagem de gênero enquanto objeto de estudo, e da mulher enquanto sujeito social, assume o compromisso de tratar questões de relações de poder e hierarquia que expõem como assimétricos o desenvolvimento socioespacial, de modo que tais estudos não poderão ser neutros cientificamente visto as relações de gênero estarem posicionadas numa sociedade marcada por processos de exploração.

Levando em conta que mulheres e homens têm se posicionado de modos diferentes no mundo, o que torna suas relações com os lugares também diferentes, os conceitos atrelados ao gênero compreendem as relações socioespaciais, a explanação e os significados dos lugares como múltiplos, mutáveis e multidimensionais (SILVA, 2003). Cabe lembrar que tais diferenças na forma como os corpos humanos lidam com o espaço e posicionam-se em diferentes âmbitos e hierarquias não estão atreladas ao determinismo do sexo biológico, mas sim à simbolização que a sociedade faz deles, ideia discutida por Saffioti (1987; 2013) ao abordar os processos socioculturais.

Bourdieu (2002) assinala que o mundo social é responsável pela “eternização” das estruturas da divisão sexual, que incorpora a todas as coisas do mundo e aos próprios corpos humanos princípios de uma visão mítica do mundo, de dominação de homens sobre as mulheres, do arbitrário cultural em natural.



Por isso a dificuldade do olhar sobre as relações indivíduo e sociedade, pautadas nas apreensões culturais, pois se a cultura está em permanente construção e mudança e é responsável pelas práticas sociais e suas características, as ações e gestos humanos incorrerão em atos automáticos e aparentemente insignificantes, mas que culminarão para a reprodução das relações de poder.

Nesse sentido, Gillian Rose (1993), ao discutir a mulher e suas ações cotidianas nos espaços, pontua que “comportamento” e “espaço” são mutuamente dependentes, porque ao examinar os espaços de uso comum e cotidiano que são experienciados pelas mulheres na sua lida rotineira, ao locomover-se por eles, nos diferentes tempos (ao longo do dia, da semana, mês ou ano), suas ações serão permeadas por eventos e situações que as limitarão, constrangerão (a exemplo da rua, em determinados locais e horários) e confinarão (residências em bairros distantes), estruturados pelo o que a sociedade espera de seu papel social, ou seja, como a mulher deve ser, se portar, o que pode fazer e por onde andar.

Por esta razão, Silva (2003) e Bezerra (2017) consideram que os espaços serão concebidos por mulheres e homens de formas diferentes, desde o acesso físico a determinados espaços, até os muros invisíveis criados a partir de barreiras simbólicas (como o olhar) que impõem o ordenamento de uso de espaços e legitimam sua apreensão desigual a partir das relações sociais, declarando então que a história dos espaços também envolve a força, tanto física quanto simbólica. Acrescenta-se, ainda, elementos como a sexualidade, raça, etnia, religião, classe social e teremos espaços cujas construções apresentam-se complexas com variadas articulações e dimensões.

A partir desse pensamento, Silva (2003) irá declarar que os espaços são multidimensionais, porque não podem ser compreendidos apenas a partir de uma característica (como o sexo biológico) e, sabendo que todos os elementos são experienciados simultaneamente, qualquer posição será localizada por múltiplos espaços sociais, tornando-se então plurilocais. Em contínua oscilação, tais espaços poderão constituir inúmeras configurações sociais e territoriais, permanecendo continuamente redesenhado, redefinido e transformado, conceito proposto por Rose (1993) como “espaço paradoxal”, constituído por várias dimensões ou espacialidades de vivência.



De modo que as relações de gênero variam de acordo com os diferentes espaços e escalas, ao tomar as cidades como enfoque do entrelaçamento destas relações com os espaços urbanos, é possível compreender como os aspectos sociais e econômicos, entre outros elementos, compõem a vida das mulheres nessa escala espacial, considerando a intensidade de tais características nas cidades (BONDI; ROSE, 2003). Para Massey (2001), a própria organização do espaço destaca as relações de poder, a exemplo de padrões de uso e ocupação da terra como áreas residenciais distantes de espaços produtivos, tornando clara a separação das esferas públicas e privadas.

Em diálogo com as autoras supracitadas, Silva (2009) assinala que as cidades confirmam-se enquanto elemento de ordenamento das relações de gênero ao ressaltar como os sistemas de transportes operam e passam a dificultar a mobilidade urbana, principalmente de mulheres, com a baixa qualidade de veículos oferecidos, com vias urbanas precárias, serviços demorados, enfim, toda a sorte de situações que dificultam o traslado de mulheres, responsáveis pela vida familiar, no acesso a oportunidades de emprego e educação. Ao contemplar as noções de classes, idades, etnia e raça, a discussão sobre as cidades torna-se ainda mais rica.

Adiciona-se, ainda, a consideração de que os espaços são cada vez mais estranhos ao lugar e a seus habitantes devido a formação econômico-social contemporânea mundial, que tornam os espaços tendentes a uma unicidade, devido ao processo de globalização, e a uma complexificação, devido à variável da vida social (SANTOS, 2017), tem-se que as relações sociais atuais são transpassadas pelas construções ideológicas, econômicas, culturais, morais, sociais de outros espaços regionais, em sua maioria, aqueles cujos discursos hegemônicos dominantes rompem barreiras territoriais e ascendem ao nível global, influenciando, desta forma, outros os lugares e seus habitantes.

Doreen Massey (2001) solidifica essa compreensão ao afirmar que a análise espacial deve partir do entrecruzamento de escalas, pois deve ser vista como uma construção de uma multiplicidade de relações sociais que passam por várias escalas espaciais, desde o global, passando pelo poder político nacional, até as relações sociais que ocorrem na cidade, no bairro, na comunidade, na casa e no trabalho. Desta forma, haverá uma interseção, tanto de dinâmicas locais como



globais, fazendo com que as relações sociais estejam relacionadas às múltiplas escalas espaciais, de modo que a compreensão de um espaço expresse toda a rede de relações influenciadas e suas influências.

A particularidade ou especificidade dos espaços resultará do cruzamento das relações sociais, de suas conexões e interconexões, que ocorrem no espaço e para além de suas fronteiras, o que os torna continuamente mutável, reconceitualizado e múltiplo. Com esse resultado, o espaço terá, em sua própria “natureza”, expressões de poder e de simbolismo, da complexa rede de relações de dominação e subordinação, de solidariedade e cooperação (MASSEY, 2001). Ao utilizar o conceito de gênero para a compreensão do espaço social, entende-se que as relações humanas não estão isoladas e estáticas, mas em constante relação com a estrutura socioespacial e histórica (SILVA, 2009).

Veleda da Silva (2016), de igual modo, postula que quando a geografia considera o conceito de gênero e as teorias da diferença, corrobora que não existe uma mulher ou um homem universal, capaz de exemplificar e resumir em sua existência a explicação da multiplicidade dos espaços, mas que ambos fazem parte de distintas culturas, etnias, classes sociais, lugares, nacionalidades e outros, cujas relações de gênero tendem a se modificar de acordo com as particularidades de cada elemento. Enquanto categoria de análise, tais relações contribuem para dar voz a grupos sociais marginalizados ou excluídos, trazendo para o campo do visível os processos sociais invisibilizados.

Alegar que a geografia não sustenta o campo disciplinar que implica a compreensão de gênero, visto a ciência já ter o espaço enquanto objeto de estudo, seria desconsiderar o aspecto da complexidade da totalidade, que significa revisar o movimento do universal para o particular e vice-versa (SANTOS, 2017). Enfatizar os marcadores sociais e dividir a totalidade em partes justapostas, permitindo superar condições de generalizações das desigualdades ao aceitar que a existência das diferenças produz as desigualdades, exprime representar a realidade daqueles que lidam com a “condição de corpo sexuado, generificado e racializado que tomam diferentes inserções a partir de sua condição de classe” (VELEDA DA SILVA, 2016, p. 89).

Ao escrever sobre a geografia feminista, Lise Nelson e Joni Seager (2005) reasseguram que o conceito de gênero deve ser usado para expor conhecimentos,



no plural, ao considerar que as relações socioespaciais são produzidas por sujeitos cujas individualidades foram moldadas segundo influências históricas, geográficas, culturais e entre outras, resultando em um debate que pense as nuances geográficas além dos horizontes hegemônicos que resultaram do predomínio de um conhecimento ocidental, masculino, branco, heterossexual, urbano e de classe média, enfatizando, desta forma, a interseccionalidade de múltiplas opressões e identidades.

Para Nelson (2016), considerar o conceito de gênero implica mostrar a preocupação pela maneira que a diferença e o poder operam nas relações com e através dos processos socioespaciais, de modo que, ao serem utilizados e aplicados vários métodos, desde a investigação espacial analítica computadorizada até análises de cunho qualitativo e quantitativo, o que irá alicerçar o uso dessas metodologias será a contínua reflexão acerca das múltiplas formas em que o poder influi em toda a sociedade. Apoiando-se que as relações estão cada vez mais moldadas pela globalização contemporânea, as influências transnacionais e translocais também serão contempladas.

A casa, o trabalho, a rua: a violência de gênero no espaço geográfico

A multiplicidade de sujeitos, comportamentos, funções e trajetórias encontradas nas cidades, incide na forma de como os espaços são experienciados a partir de diversas nuances, como assinala Gillian Rose (1993). Ao discutir as mulheres enquanto sujeitos produtores de espaços, que o vivenciam, produzem e reorganizam, espaços como a casa, a rua, o local de trabalho ou de lazer, para citar alguns exemplos, tomarão formas e significados complexos, resultado dos diferentes interesses, motivações, necessidades, e maneiras de existir, construir e perceber os espaços, que se ligam ao modo como o gênero é construído e influenciado pela sociedade e cultura (MOREIRA, 2006).

A casa, então, poderá significar abrigo e segurança para aquelas que vivem ou percebem espaços públicos como inseguros e violentos, poderá exprimir bem-estar para aquelas que moram sozinhas ou dividem o lar com familiares e amigos com quem têm relações de afeto, pode denotar cansaço e opressão para aquelas unicamente responsáveis pelas finanças, cuidados com afazeres domésticos, com filhos ou parentes que demandam atenção especial, ou, ainda, tristeza,



perseguição e opressão por aquelas que vivenciam relacionamentos abusivos; exemplos que serão, a todo momento, perpassados pelos papéis socioculturais e pela interseccionalidade de gênero, raça, classe e entre outros.

Segundo Colombara e Pelizzari (1999), apenas no espaço da casa, há diversos fatores que podem incrementar o risco potencial de ocorrer a violência doméstica ou intrafamiliar, entre eles, estão o tempo em que os familiares estão juntos e suas interações sociais; o número de tópicos e atividades de interesse em comum; a intensidade dos laços interpessoais; as diferenças de opiniões que afetam o cotidiano familiar e seus membros; a capacidade de influência de comportamentos, valores e atitudes de outros membros da família; as diferenças de idade e sexo e os papéis atribuídos a cada um; o estresse atribuído ao ciclo de vida, a mudanças econômicas e entre outros.

Relacionamentos de longa duração, por exemplo, contém condições que contribuem para a violência, como o isolamento (que pode ser social, geográfico, físico ou afetivo), a fragmentação (que considera outrem o responsável por um problema vivido), o poder e o domínio, ou a influência moral (CARVALHO, 2010). Mulheres que se unem a um parceiro de modo involuntário, ou seja, quando há pressão familiar pela duração do relacionamento ou por motivos de gravidez; vivem com companheiros ciumentos de grau patológico; e o grau de conhecimento íntimo da vida de cada um, seus pontos fracos, medos e preferências podem ser usados como motivadores de violências.

Estes e outros fatores intensificam a vulnerabilidade da família e da mulher, transformando qualquer conflito em fator de risco para a violência. Atrela-se ainda a natureza privada do ambiente doméstico, e como as relações de gênero estão estruturadas no contexto familiar, de forma vertical cuja hierarquia segue critérios de idade e sexo, e como o grau de rigidez de tais hierarquias, de crença em torno da importância da obediência e do respeito, da disciplina, ou mesmo o grau de adesão dos membros familiares a estereótipos de gênero e a autonomia que cada um deve ter, consiste-se em condicionantes sobre o potencial de violência que uma família pode estar exposta (COLOMBARA; PELIZZARI, 1999).

Se partirmos para os espaços de trabalho, nota-se que a própria divisão das cidades em áreas residenciais e comerciais, afasta ou dificulta o acesso de



mulheres (vistas como responsáveis pelo universo doméstico) a opções de trabalho (BONDI, 1992). Atualmente, onde a divisão de áreas residenciais e comerciais bem definidas denunciam o domínio das classes sociais abastadas e a expansão de “aglomerados subnormais” transpõem o planejamento urbano que dominou durante muitos anos e explicitam o “circuito inferior da economia”²⁷, as experiências de mulheres que vivem em tais espaços terão especificidades, cuja busca por trabalho será tática de sobrevivência no sistema capitalista (PORTO-GONÇALVES; SILVA, 2011).

Deste modo, as interações com os espaços por aquelas que vivem em favelas e similares serão permeadas por interações sociais, econômicas, políticas e culturais ímpares, distintas das experiências de mulheres que habitam outros espaços. A interseccionalidade de gênero e raça terá ainda influência nas experiências de tais mulheres na busca por trabalho, que incidirá na dificuldade de inserção de mulheres negras e pobres no mercado de trabalho e na admissão em empregos formais ou em cargos de liderança, na naturalização de ocupação em trabalhos de vulnerabilidade econômica, como o trabalho doméstico e de diarista, e na desigualdade salarial (PNAD, 2020).

Saffioti (2013) afirma que a crescente participação feminina no mercado de trabalho revela a quebra do paradigma da exclusividade dos espaços domésticos às mulheres, que estão, cada vez mais, inserindo-se em diversos ramos de atuação, oferecendo a elas certa estabilidade e independência financeira. Entretanto, as diferenças salariais, a dificuldade de acesso a promoções e a cargos estratégicos e a concentração em tarefas ocupacionais, geralmente alusivas ao trabalho doméstico, tornam a mão de obra de mulheres ainda mais barata, cuja busca por melhores salários encontram-se na qualificação educacional, oportunidades que não estarão disponíveis a todas as mulheres.

Os espaços de trabalho irão ainda expor as opressões advindas da dimensão sociocultural para os diferentes grupos sociais, modificando a natureza do espaço a depender da procedência da relação social, ou seja, os locais de trabalho terão diferentes características a depender da relação de homens ou

²⁷ Proposto por Milton Santos (2004) numa tentativa de compreender as desigualdades urbanas, os conceitos de “circuito superior” e “circuito inferior” referem-se, respectivamente, ao moderno e ao marginal, cujas diferenças serão percebidas nas atividades empregadas, a tecnologia usada e o modo de organização de trabalho.

BEZERRA, Amanda Ribeiro. Sobre espaços, cotidiano e medo: uma breve discussão sobre o fenômeno da violência de gênero no Brasil. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



mulheres e seus vínculos com os espaços e objetos materiais, o convívio com colegas de trabalho e, de igual modo, sua influência na emancipação pessoal (BEZERRA, 2017). Quando falamos de espaços de trabalho, também significa contemplar as diversas formas de opressão manifestas em tais locais, sendo as mais usuais as práticas de assédio moral e sexual.

De acordo com Saffioti (1987), condutas de assédio moral no ambiente de trabalho (ou fora dele), como abusos sistemáticos, manifestos por meio de gestos e palavras, comportamentos e agressões leves a que mulheres estão expostas nas relações de trabalho, a humilham e constroem a ponto de causar prejuízo nas oportunidades oferecidas dentro dos espaços de trabalho, pois, geralmente, tais situações são apresentadas em troca da manutenção do emprego e de promoções de cargo. Segundo Ávila (2008), podemos classificar o assédio moral conforme a procedência dos ataques, como vertical descendente, vertical ascendente, e horizontal.

Atos praticados por superiores(as) hierárquicos, ou seja, por chefes contra seus subordinados(as), visto como a situação mais habitual, são conhecidos como assédio moral vertical descendente, cujos atos, como depreciações, falsas acusações, insultos e entre outros, atingem a dignidade da vítima. Os atos praticados contra um(a) superior hierárquico(a) são conhecidos pela tipologia vertical ascendente, configurando, em geral, casos de violência psicológica; e o tipo de assédio entre colegas de mesmo nível hierárquico é conhecido por assédio moral horizontal, que pode ser praticado de forma individual ou coletiva contra uma só pessoa (ÁVILA, 2008).

Piadas de conotação sexual, perseguições, exposição a situações vexatórias, supervisões excessivas, brincadeiras inapropriadas e entre outros, são exemplos de como o assédio moral no ambiente de trabalho está associado a relações de poder e de discriminação sexual. Para Saffioti (1987), mesmo aquelas mulheres que conseguem melhorias nos salários e cargos de chefias por esforços pessoais se veem obrigadas a demonstrar aos colegas de trabalho sua capacidade e superioridade, na busca constante de aprovação e “absolvição” de algo que não fez, pois geralmente é creditado a elas a realização de práticas sexuais como motivação para seu novo cargo ou função.



Interessante ressaltar que, quando Ávila (2008) propõe a criação de um perfil do agressor de assédio moral no trabalho e a vítima de tal abuso, a autora declara que este é um fenômeno que ocorre de maneira sutil. Todavia, ao caracterizar o autor da violência, revela que este é movido por diversos fatores, entre eles a inveja e a busca de poder, porém, o que mais se destaca como motivação do assédio é a discriminação. Com efeito, o perfil da vítima mais propensa a atos de assédio são aquelas conhecidas como o “rival mais débil”, como mulheres que “ousam” trabalhar, sendo assim, não somente as vítimas mais frequentes, mas, também, assediadas de forma diferente, com conotações machistas.

Diante da destruição ou redução da igualdade de condições que lhes são devidas nos espaços de trabalho, mulheres que se encontram na posição de vítimas de assédio geralmente se veem humilhadas, constrangidas e hostilizadas, o que implica em mudanças comportamentais no ambiente de trabalho e mesmo em suas interações sociais com os colegas, prejudicando suas funções laborais ou mesmo levando à sua saída do atual emprego. Barreto e Heloani (2015) afirmam que repercussões na saúde, como crises de choro, dores generalizadas, palpitações e tremores, sentimento de inutilidade, ansiedade e depressão, geralmente, são vistos em mulheres vítimas de tais humilhações.

Como a divisão sexual do trabalho ancora-se na discriminação contra as mulheres, que ressalta que as atividades das mulheres são reservadas à esfera reprodutiva e a de homens à esfera de produção, situações de assédio terão peso maior quando realizadas em direção às mulheres que, a depender de sua condição social, se verão obrigadas a continuar em tais espaços de opressão. Em outros casos, as relações profissionais nos locais de trabalho, que impõem às mulheres determinadas funções e tarefas que estão relacionadas a uma “vocação” do sexo feminino também são formas de perpetuar a divisão cultural marcada na sociedade ocidental, que influi nas relações socioespaciais.

Pastana (2005) assinala que o medo influencia as relações socioespaciais a tal ponto que mesmo a escolha de que bairro morar ou o tipo de residência escolhida serão permeados pela busca por segurança. Deste modo, é cada vez mais constante os cuidados pessoais com horários, trajetos a serem permeados, os meios de locomoção e os locais frequentados, pois, tanto simbólica quanto



materialmente, as estratégias de proteção e reação multiplicam regras de exclusão e restringem movimentos, sendo mais persistentes segundo as condições sociais pertencentes ao gênero, visto que as mulheres estarão mais propensas aos diversos tipos de violências nos espaços públicos.

Os cuidados pessoais com os horários representam o temor de mulheres em andar sozinhas à noite na rua, dado constatado pela FGV (2018), pois geralmente os horários noturnos são utilizados para práticas mais desinibidas de violências. Além disso, as dimensões culturais e sociais construídas ao longo da história brasileira passaram a significar e imputar culpa às vítimas que foram violentadas em horários noturnos, estabelecendo, de forma habitual, a restrição das mulheres aos espaços da casa ou outros espaços “seguros” conforme o horário, implicando em uma espécie de “policiamento” sociocultural do deslocamento de mulheres nas cidades.

A situação daqueles que transitam em horários considerados “inseguros” os tornarão mais expostos a situações de assédios e violências, o que significa que a compreensão de perigo pela sociedade, no clamor pela segurança, estabelecerá hábitos, ações e comportamentos para os indivíduos. Caracterizada como uma preocupação e como um alerta quanto à insegurança das cidades em horários noturnos, a dimensão sociocultural terá impacto no cotidiano de mulheres ao determinar não apenas o movimento de trânsito pelas cidades, mas também de permanência em locais públicos ou privados que não a sua residência, impactando em seu deslocamento.

Nesse sentido, além das vias escuras, aquelas caracterizadas como desertas ou com lugares predominantemente ocupados por homens, serão vistos como trajetos a serem evitados. Tonkiss (2005) assinala que a compreensão de gênero nas cidades envolve a elaboração, por parte das mulheres, de “mapas de perigo”, denotando que o medo das mulheres está especializado e suas percepções de perigo têm uma geografia específica, capaz de determinar os trajetos a serem permeados por elas e seus movimentos cotidianos nos espaços urbanos. Destarte, serão comuns ações e comportamentos realizados por mulheres para se sentirem seguras e se protegerem nos espaços públicos.

Andar com chaveiros entre os dedos da mão dominante, com a sombrinha nas mãos, olhar para trás constantemente ou, ainda, portar lanterna taser, armas



brancas, spray de pimenta e outros instrumentos, são as formas relatadas por mulheres de como se proteger na rua, em uma série de relatos publicados pelo site BuzzFeedNews (ALBANO, 2019), sobre como é ser mulher e sentir medo a toda hora e em todo lugar. Assim, mesmo que os trajetos a serem permeados sejam escolhidos previamente, os percursos a serem feitos ainda estarão vulneráveis às práticas violentas, percalços que terão peso nas formas pelas quais os espaços públicos são percebidos, representados e vividos pelas mulheres.

Os meios de locomoção, como os ônibus e outros serviços de transporte público ou privado, também serão assinalados como espaços que influenciam nas relações socioespaciais de mulheres porque o seu uso e percurso realizado produzem condições conflituosas. O transporte público implica, ao mesmo tempo, o deslocamento entre bairros de moradia, de oferta de bens e serviços, e de trabalho, ao passo que é espaço frequente de abusos, importunações e atos violentos perpetrados contra as mulheres. Nos horários de pico, que compreendem os horários de maior concentração de passageiros, é comum que homens se aproveitem do pouco espaço para cometer assédios (JARDON, 2020).

Objetivamente e simbolicamente, as cidades têm limitado os direitos de mulheres de circularem, principalmente, daquelas que vivem em bairros marginalizados, dificultando sua mobilidade ao contemplar pontos de ônibus ermos e degradados, em locais mal iluminados, com pouca oferta de transporte e grandes intervalos entre veículos, além de limitações de horários, principalmente aos finais de semana, fazendo com que o simples ato de ir e vir torne-se verdadeiras lutas cotidianas (FRANCO, 2017). Entre a casa e o ponto de ônibus, o medo do trajeto pela rua, dos ônibus lotados, e do enfrentamento desses espaços de forma solitária são elementos do cotidiano de mulheres nas relações com os espaços.

Mesmo quando a rua, enquanto espaço de comum trânsito de pessoas, é vista por vítimas de violências nos ambientes domésticos, como busca de socorro ou proteção de outrem que esteja no caminho, as múltiplas violências as quais mulheres estarão suscetíveis nesses espaços transporão as demais situações. Além disso, locais institucionais, geralmente buscados por vítimas de violências, também reproduzirão e acometerão mulheres a novas violências, como é o caso dos sistemas e serviços especializados de atendimento à mulher, que



desacreditam a vítima e dispensam tratamentos hostis que a afastam, fazendo-a descredibilizar os órgãos (NOBRE, 2003).

Casos que expõe situações de mulheres que foram violentadas durante entrevistas de emprego (GAMA, 2020), em consultórios médicos (CASTRO; SILVA, 2020), ou mesmo quando internadas para o tratamento de doenças incapacitantes (REZENDE, 2021) são exemplos comuns de como os espaços vividos pela ótica de gênero são atravessados por relações de opressão e subordinação de mulheres. Além de espaços privados ou públicos, o assédio de mulheres que ocorrem nos espaços virtuais, com violências psicológica e moral, praticadas online por meio de redes sociais tem crescido no Brasil, afetando também suas práticas socioespaciais (RAMOS, 2020).

As interações de violências no ambiente digital, geralmente permeados por discursos de intimidação, discriminação e ofensas além de situações de sextorção, pornografia de vingança e perseguição virtual têm capacidade de transformar as relações de mulheres com os espaços cotidianos, como aponta pesquisa feita pela Folks Netnográfica e Instituto Avon (2018). Com a popularização do acesso à internet e às redes sociais, caminha-se para a naturalização da violência também nesses espaços, que requerem das instituições legais resposta e posicionamento jurídico, a exemplo de criação da Lei nº. 12.965/2014, que acelera o processo de remoção de imagens ou vídeos íntimos.

As relações das mulheres com os espaços serão atravessadas por situações de naturalização da violência. Considerando fatores da dimensão sociocultural, como a raça, etnia, classe social, geração e outros, cada mulher construirá sua própria geografia espacial a partir de suas experiências e da condição de ser mulher, que impedem, por exemplo, sua fixação (principalmente quando desacompanhadas) em espaços públicos de lazer, como praças e bares, e de cultura, como galerias, shows ou estádios de futebol, que as violentam simbolicamente e produzem sensações de não-pertencimento a determinados locais, devendo estar infinitamente em movimento ou em locais fechados (TONKISS, 2005).

Em razão do padrão de organização da sociedade, os espaços públicos, sofrerão alterações decorrentes das influências do medo social e simbólico, gerando outro tipo de interação das pessoas em público. A rua, deste modo, será



caracterizada por relações de conflito, pois ao mesmo tempo haverá nuances de violências e também carregará oportunidades de relacionamentos, trabalhos, lazer e entre outros. Tais espaços, exemplificados de maneira superficial, entrecruzam-se e ganham significados segundo as relações de gênero, raça e classe social, cujas mobilidades interdependentes realizadas pelas mulheres resultarão em suas apreensões e vivências nos espaços de formas distintas.

Concordamos com Diana Lan (2009) de que o corpo é o primeiro território e, quando se violentam os lugares que habitam, afetam-se os corpos e, quando se afetam os corpos se violentam os lugares que habitam. A autora afirma, com tal ideia, que da mesma forma que os contextos socioculturais, econômicos, políticos e entre outros interferem nas relações sociais de mulheres com os espaços, também as violências se configuram na trama socioespacial. Por mais que existam diferentes formas de violência e que esta atravessa todas as classes sociais, suas manifestações serão distintas se considerarmos as relações de gênero.

Os meios violentos, sob a ótica da dimensão sociocultural e dos papéis de gênero socialmente construídos, reforçam um sistema de dominação pautado na organização e distribuição de poder entre os sexos, que usa ações coercitivas capazes de subjugar indivíduos e grupos, justificados em nome da tradição, da exclusão de indivíduos da vida pública, da determinação de ocupações e exercício quase exclusivo em tarefas distintas (SAFFIOTI, 1987; 2013). Deste modo, ações violentas contra as mulheres passam a ser vistas como naturais das relações sociais e afetivas, banalizadas em nome da legitimação de papéis construídos culturalmente ao longo do tempo.

Diana Lan (2009) recorda que a relação entre a segregação, seja ela espacial, ambiental ou social, e a violência é evidente, pois comprova as marginalidades e desigualdades sociais refletidas nas condições de vida (meio ambiental, territorial e social). Assim, quando compreendemos que o nível de subsistência, via renda das populações, as empurram para habitações em locais instáveis, deteriorados e de acentuado risco ambiental, torna-se nítido que em uma cidade os habitantes não serão afetados de igual modo pelas mudanças socioespaciais e ambientais, o que faz com que aquelas vítimas de violências sintam o peso ainda maior em suas práticas cotidianas.



Com relação a essa questão, Clarice Cassab (2020) pontua que a separação atual das cidades, em áreas de moradia, consumo e produção, ocasiona para mulheres moradoras de favelas, periferias e similares, um padrão de circulação e movimentação pelas cidades que deve considerar a categoria de tempo, pois o deslocamento pelas vias urbanas significa dispor de horas apenas para o traslado, o que amplia as dificuldades de acesso não somente ao mercado de trabalho, mas também a opções a bens e serviços, como o acesso a instituições e órgãos de segurança, judiciários, hospitalares e entre outros, geralmente, localizados em áreas centrais.

Se considerarmos, ainda, que muitas mulheres têm, além de suas atribuições domésticas e laborais, a responsabilidade com a educação e o cuidado com os filhos, revela-se o quão dificultoso é para as mulheres as vivências nas cidades, pois as disponibilidades e localizações de creches e escolas, o traslado e o tempo a ser disponibilizado entre o trabalho e os locais de educação dos filhos, os horários de permanência no serviço e os de folga e entre outras situações deverão ser avaliadas. Se tais fatores existirem na vida de mulheres vítimas de violências, a ponderação sobre a busca de auxílio institucional e legal deverá contabilizar todas estas e outras questões.

Carvalho (2010) afirma que a mulher vítima de violência se encontra em um grupo de alto risco de vida, de incapacidades e sequelas que incidirão de forma crônica em sua saúde física e emocional e sua conjuntura pessoal, social e familiar. Para a autora, não apenas no período em que sofre a violência, mas em todos os anos vindouros, a mulher vítima terá consequências nefastas na sua qualidade de vida e que poderão constar de desordens médicas, psicológicas e de conduta. Desta forma, a violência enquanto fenômeno complexo e multifacetado, quando compreendida sob as óticas de gênero, cor e classe, irá expor a naturalização de sua instrumentalização nas relações socioespaciais.

Considerações Finais

Em razão de sua complexidade, consideramos que o fenômeno da violência contra a mulher e sua espacialização perpassa por dimensões históricas, socioculturais, econômicas e entre outras que, necessariamente, devem ser subsidiadas pelo diálogo com outras ciências. A partir da revisão da literatura a



respeito da influência da violência de gênero na sociedade e, em especial, nas relações socioespaciais de mulheres, mostramos como o olhar geográfico é capaz de oferecer compreensões sobre seus efeitos não apenas nos relacionamentos afetivos e amorosos de mulheres, mas, também, na sua vida cotidiana nos espaços.

As análises aqui pontuadas nos permitem compreender que a violência de gênero é um fenômeno extremamente complexo, visto que sua carga histórica, cultural, social, política e econômica oferece diferentes compreensões e interpretações, tornando-se um tema pluridisciplinar. Destarte, a discussão a partir da ciência geográfica, proposta neste trabalho, nos possibilitou investigar o fenômeno da violência contra as mulheres, suas influências nas relações socioespaciais e como sua distribuição nos espaços, sejam eles a casa, o trabalho, vias públicas, locais de lazer ou, até mesmo, a internet, demonstra que essa dinâmica se encontra enraizada socioculturalmente.

Assim, é nítida que a violência incidirá agudamente na vida das mulheres em suas relações com os espaços, como o vivenciam, observam, produzem e o reproduzem. O uso das cidades, permeado pelas construções dos papéis socioculturais de gênero, de raça e etnia, de classe social, geração, espacialização geográfica e outros elementos representativos, influenciarão as experiências de mulheres, o que significa os lugares como múltiplos, mutáveis e multidimensionais. Percebendo que o ordenamento de uso de espaços é assimétrico, consideramos, também, que os conceitos de lugar e cotidiano são importantes para a continuidade dessa concepção, de modo que a discussão não se esgota aqui, mas é capaz de suscitar leitores/as ao uso da geografia e seus conceitos basilares para o estudo das violências de gênero.

Referências

ÁVILA, R.P. **As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Caxias do Sul – RS, Caxias do Sul, 2008.

BARRETO, M.; HELOANI, R. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 123., p. 544-561, 2015.



BEZERRA, A.R. **A Casa, A Fábrica, A Rua**: esboço crítico dos espaços de reprodução da mulher. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Maranhão – MA, São Luís, 2017.

BONDI, L.; ROSE, D. Constructing gender, constructing the urban: a review of Anglo-American feminist urban geography. **Gender, Place & Culture**: a journal of feminist geography, v. 10., n. 3., p. 229-245, 2003.

BONDI, L. Gender symbols and urban landscapes. **Progress in Human Geography**, Edinburgh, v. 16., n. 2., p. 157-170, 1992.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Lei nº. 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e dá outras providências. Brasília: D.O.U., 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 16. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; EdUSP, 2003.

CARVALHO, N.M.C. **Perfil Psicológico das Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e suas Repercussões**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Forense e da Transgressão). Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário – Portugal, Braga, 2010.

CASSAB, C. Cidades também para mulheres: uma perspectiva generificada do espaço. In: ALVES, F.D.; AZEVEDO, S.C. (Orgs.). **Análises geográficas sobre o território brasileiro**: dilemas estruturais à Covid-19. Alfenas: Editora da UNIFAL-MG, 2020. p. 29-39.

CASTRO, M; SILVA, F. **Mais uma vítima denuncia ginecologista por abuso sexual em Suzano**: médico faz parte de serviço de apoio a mulheres violentadas. G1, 20 de out. de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2020/10/20/mais-uma-vitima-denuncia-ginecologista-por-abuso-sexual-em-suzano-medico-fez-parte-de-servico-de-apoio-a-mulheres-que-sofreram-violencia.ghtml> Acesso em: 18 de julho de 2022.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

CLAVAL, P. A Geografia e a percepção do espaço. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 45., v. 2., p. 243-255, 1983.

_____. **Epistemologia da Geografia**. Paris: A. Colin, 2001.

_____. **Terra dos Homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Geografia Cultural: um balanço. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20., n. 3., p. 005-024, 2011.

COLOMBARA, M.; PELIZZARI, V. Violencia Doméstica: ¿cuestión privada o pública? – su estado em América Latina. In: Primeras Jornadas Latinoamericanas de Género y Geografía. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Lomas de Zamora, 1999. s/p.



- CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. 3. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- _____. **Região e Organização espacial**. 7. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. A geografia cultural no Brasil. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 2., n. 2., p. 97-102, 2005.
- FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Percepções da Crise**. Rio de Janeiro: CPS; FGV, 2018.
- FOLKS NETNOGRÁFICA; INSTITUTO AVON. **A Voz das redes**: o que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres. 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/voz-das-redes/> Acesso em: 18 de julho de 2022.
- FRANCO, M. Sobre as mulheres negras faveladas e a mobilidade urbana. **Blooks**. Disponível em: https://blooks.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Revista-Blooks-4_web.pdf Acesso em: 18 de julho de 2022.
- GAMA, A. Mulher é estuprada durante entrevista de emprego em Cuiabá; homem foi preso. **Universa Uol**, 30 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/30/mulher-e-estuprada-durante-entrevista-de-emprego-em-cuiaba-homem-foi-preso.htm> Acesso em: 18 de julho de 2022.
- GARCIA-RAMON, M.D. Globalization and international Geography: the questions of languages and scholarly traditions. **Progress in Human Geography**, Manchester, n. 27., v. 1., p. 1-5, 2003.
- JARDON, C. Combate à violência sexual nos ônibus. **Agência Brasília**. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/12/08/combate-a-violencia-sexual-nos-onibus> Acesso em: 18 de julho de 2022.
- LAN, D. Genero y territorio: la violencia doméstica en espacios de vulnerabilidad y exclusión social – notas a partir de un caso en Argentina. In: SILVA, J.M. (Org.). **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009. p. 281-300.
- LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. 4. Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- MASSEY, D.B. **Space, place and gender**. 3. Ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- MOREIRA, C.C.O. A geografia e o gênero: um encontro urbano. Os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, n. 24/25., p. 141-144, 2006.
- MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org.). **Geografia – Teoria e Crítica**: o saber posto em questão. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.
- NELSON, L. La geografía feminista anglosajona: reflexiones hacia una geografía global. In: GARCÍA, M.V.I.; ESCAMILLA-HERRERA, I. (Orgs.). **Geografías feministas de diversas latitudes**: orígenes, desarrollo y temáticas contemporáneas. México: UNAM, 2016. p 21-53.



NELSON, L.; SEAGER, J. **A Companion to Feminist Geography**. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

NOBRE, M.T. Violência contra a mulher e práticas institucionais de atendimento policial: uma reflexão sobre a função das Delegacias da Mulher. **Anais XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Campinas: UNICAMP, 2003.

PASTANA, D.R. Cultura do medo e Democracia: um paradoxo brasileiro. **Revista Mediações Londrina**, Londrina, v. 10., n. 2., p. 183-198, 2005.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Indicadores mensais produzidos com informações do 4º Trimestre de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE; PNAD, 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/02/pnad-continua-4t2019.pdf> Acesso em: 18 de julho de 2022.

PORTO-GONÇALVES, C.W.; SILVA, R.T. Da Lógica do Favor à Lógica do Pavor: um ensaio sobre a Geografia da violência na cidade do Rio de Janeiro. **Polis [Online]**, Santiago, v. 10., n. 28, p. 323-356, 2011.

RAMOS, R. Violência contra a mulher na internet cresce na quarentena: saiba como identificar e se proteger. **O Globo**, 22 de mai. de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/violencia-contramulher-na-internet-cresce-na-quarentena-saiba-como-identificar-se-defender-1-24438989> Acesso em: 18 de julho de 2022.

RATTS, A.J.P. As Etnias e os Outros: as espacialidades dos encontros/confrontos. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 17-18., p. 77-89, 2004.

REZENDE, G. Internada com Covid, mulher grava áudio e mãe leva até delegacia para denunciar estupro em hospital em MS. **G1**, 05 de fev. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2021/02/05/internada-com-covid-mulher-grava-audio-e-mae-leva-ate-delegacia-para-denunciar-estupro-em-hospital-em-ms.ghtml> Acesso em: 18 de julho de 2022.

ROSE, G. **Feminism and Geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SAFFIOTI, H.I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, J.M. Um ensaio sobre a potencialidade do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, n. 8., v. 1., p. 31-45, 2003.

BEZERRA, Amanda Ribeiro. Sobre espaços, cotidiano e medo: uma breve discussão sobre o fenômeno da violência de gênero no Brasil. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



_____. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, J.M. (Org.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda palavra, 2009. p. 25-54.

SMITH, N. Geografia, diferenças e as políticas de escala. **Terra Livre**, São Paulo, v. 18., n. 19., p. 127-146, 2002.

SOJA, E.W. **Geografias Pós-modernas**: a reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TONKISS, F. **Space, City and Social Theory**: social relations and urban forms. Oxford: Polity Press, 2005.

VELEDA DA SILVA, S.M. Geografias feministas brasileiras: um ponto de vista. In: GARCÍA, M.V.I.; ESCAMILLA-HERRERA, I. (Orgs.). **Geografias feministas de diversas latitudes**: orígenes, desarrollo y temáticas contemporâneas. México: UNAM, 2016. p. 71-94.



A Relevância da Participação Feminina em Hortas Urbanas no Rio de Janeiro - RJ: Uma Análise Baseada Nas Práticas da Agroecologia e Etnopedologia

The Relevance of Female Participation in Urban Gardens in Rio de Janeiro - RJ: An Analysis Based on the Practices of Agroecology and Ethnopedology

Liana Beatriz de Oliveira Carvalho – lianabeatrizdeoliveira@gmail.com
Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-5076-5867>

Gisele Barbosa dos Santos – gisele.santos@ufjf.br
Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora
Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-3947-6255>

Resumo

O papel desempenhado pelas mulheres nas hortas urbanas é essencial para a manutenção destas, entretanto, seu protagonismo não é devidamente percebido. Buscando evidenciar os esforços femininos na agricultura urbana, foram elaboradas entrevistas com mulheres agricultoras de comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, com o objetivo de revelar o valor do solo para a manutenção da vida e desenvolvimento do trabalho. Com base no Programa de Agricultura Urbana da AS-PTA, foi possível criar uma rede de contato de modo participativo, contemplando os relatos de experiência, técnicas de cuidados com o solo e destinação dos produtos gerados pelo trabalho das mulheres. Os resultados mostram que o protagonismo feminino vai muito além dos seus cultivos. Sua participação pode ser vista em diversos momentos de seu cotidiano, desde as atividades domésticas no próprio lar, até na contribuição pela segurança alimentar de sua comunidade. Espera-se que este trabalho colabore para a luta pela existência das culturas tradicionais em espaços urbanos e que suas práticas agroecológicas sejam valorizadas pela sociedade, bem como pelo meio acadêmico.

Palavras-chave: Protagonismo feminino 1, Hortas urbanas 2, Conhecimentos tradicionais 3.

Abstract

The role played by women in urban gardens is essential for their maintenance, however, their protagonism is not acknowledged with the importance it should. Aiming to highlight women's efforts in urban agriculture, structured interviews were carried out with Agricultural Women from communities in the metropolitan region of Rio de Janeiro, with the objective of revealing and recognizing the value of the soil for the maintenance of life and the development of work. Based on the AS-PTA's Urban Agriculture Program, it was possible to create a contact network so that the research was participatory, contemplating experience reports, soil care techniques and destination of products generated by women's work. The results show that the female role goes far beyond their crops. Their participation can be seen at different moments of their daily lives, from domestic activities to the contribution to food security in their community. It is expected that this work will contribute to the fight for the existence of traditional cultures in urban spaces and that their agroecological practices will be seen by both society and the academy.

Key words: Female protagonism¹, Urban cultivation², Traditional knowledge³.



Introdução

A etnopedologia é a área do conhecimento científico que busca estudar as relações de saberes de populações tradicionais com os recursos do solo, levando em consideração o entendimento sobre a natureza e os valores da cultura e da tradição local (PEREIRA *et al.*, 2006). Segundo Ernesto Sobrinho (2015), a crescente preocupação com a sustentabilidade e uso adequado dos recursos naturais tem fomentado a necessidade de pesquisas com enfoque participativo, aproximando pesquisadores/as e agricultores/as familiares. Essa proximidade permite a compreensão da realidade local de uma comunidade, proporcionado assim, uma troca de saberes agroecológicos de uso e manejo dos solos.

Dentro deste contexto, o protagonismo feminino na agroecologia vem sendo discutido cada vez mais no âmbito acadêmico e ganhando relevância nas diversas esferas do conhecimento, mesmo que já ocorra tal protagonismo e importância desde os primórdios da humanidade. De acordo com Antonio *et al.*, (2020), a identificação do feminino com a natureza e o emocional, em contraposição ao cultural hegemônico e racional, é a chave que abre a porta da falsa legitimidade ocidental para o controle e subordinação das mulheres. As mulheres possuem diversas atuações no processo produtivo agroecológico, desde a produção de alimentos, até a geração de renda e o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades.

Ainda assim, diversos estudos apontam que a divisão do trabalho por gênero na agricultura permite concluir que as mulheres ocupam uma posição subordinada, tendo seu esforço e trabalho rebaixado à “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens, exercendo as mesmas atividades (BRUMER, 2004). Essa divisão distorcida do trabalho entre mulheres e homens, pode ser explicada pelas bases sociais patriarcais em que estamos inseridos, que contribui para a ideia de que o homem ainda possui o papel primordial de toda a produção.

Nesse contexto, a pesquisa apresenta a importância e relevância do trabalho feminino nas hortas urbanas do Rio de Janeiro, evidenciando o papel exercido pelas mulheres em todo o processo de produção. Objetivou-se ainda, relacionar seus conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos, a fim de corroborar para estudos mais conscientes e adequados para o manejo das terras. Espera-se também que, esse trabalho sirva como validação de todo o esforço e desempenho das mulheres nesse ambiente agroecológico.

O conhecimento popular é um dos principais instrumentos no que diz respeito a agroecologia, sendo fundamental no processo de planejamento de uso



da terra – esse conhecimento popular é entendido como Etnopedologia (CARMO, 2009). A mesma autora ainda afirma que, esse termo pode ser definido como um conjunto de conhecimentos adquiridos por determinados grupos humanos, no que refere ao uso do solo e suas relações com o meio ambiente.

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho consistiu em avaliar o crescente desenvolvimento etnopedológico dentro das comunidades urbanas da região metropolitana do Rio de Janeiro, revelando e reconhecendo o valor do solo para a manutenção da vida e desenvolvimento do trabalho.

Pretendeu-se investigar a relação das mulheres, que fazem parte do “Programa de Agricultura Urbana” da AS.PTA (Agroecologia e Agricultura Familiar), com o solo, a agroecologia e suas experiências, a fim de compreender suas relações e entendimentos tradicionais, comparado aos conhecimentos científicos pedológicos.

Para a realização do trabalho, foi utilizado o método exploratório de Pesquisas de Campo. Porém, devido as novas condições de Pandemia da Covid-19, no início do ano de 2022, a pesquisa teve de ser adaptada as regras sanitárias, de modo que todo o levantamento de dados foi realizado de forma remota. Sendo assim, para alcançar as Pesquisas de Campo, o trabalho foi dividido em duas etapas, sendo elas: o levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo através da Entrevista Estruturada.

No levantamento bibliográfico, buscou-se abordar os principais temas relacionados à pesquisa, iniciando por um panorama geral da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e do Programa de Agricultura Urbana, seguido por uma revisão dos conceitos de Etnopedologia, Participação Feminina na Agroecologia e por fim, uma revisão sobre Agroecologia Urbana e Periurbana. Esta extensa revisão se faz necessária para compreender, sob uma visão geral, de como se dão as relações de agricultura familiar/tradicional desde o campo, até o momento em que chega nos centros urbanos.

Toda a pesquisa para o Levantamento Bibliográfico se deu através de artigos científicos publicados em revistas e anais de eventos e livros didáticos disponíveis *online*.



A segunda etapa teve como foco a área de estudo desejada ao trabalho. Para isso, foi realizado um levantamento de dados (a partir de artigos, matérias de sites, redes sociais, dentro outros) a respeito exclusivamente do “Programa de Agricultura Urbana”. Para se obter as informações das mulheres agricultoras do Programa, é necessário criar um vínculo entre o pesquisador e o pesquisado. É essencial para a pesquisa criar um ambiente direto de diálogo com o saber produzido a partir da experiência, como é o caso em questão.

Para isso, de acordo com Carmo (2009), é primordial conhecer como os agricultores/as lidam com a terra, aqui entendida tanto como substrato quanto do uso que dele se faz. É uma pesquisa que para alcançar os resultados esperados demanda um plano de trabalho, meios adequados e confiáveis. Em outras palavras de uma boa pesquisa depende um bom método (CARMO, 2009). Para que o método seja desenvolvido plenamente, é preciso considerar a perspectiva das agricultoras sobre o fenômeno de uso da terra em seu cotidiano. A pesquisa precisa ser participativa, para que as experiências e conhecimentos sejam compartilhados na maneira correta.

A partir desta visão, foi elaborado uma Entrevista Estruturada, adaptada à pesquisa remota através do aplicativo de mensagens ‘*whatsapp*’. O tipo de entrevista escolhida para a pesquisa segue uma padronização de perguntas, previamente definidas pelo pesquisador, com um público selecionado de acordo com os planos de trabalho, para que assim, seja possível comparar as respostas, identificando semelhanças e diferenças entre as respostas. De acordo com Vivote *et al.*, (2019) o aplicativo “*whatsapp*” revelou-se um recurso fácil, rápido e potente para a troca de mensagens, facilitando o diálogo, possibilitando captar relances da realidade da população foco de pesquisa.

Primeiramente, para a elaboração da entrevista foi definida a amostra, ressaltando que, diferente de um questionário, a entrevista não requer um número grande de respondentes – o instrumento se preocupa com a qualidade e não com a quantidade. Neste caso, a amostra escolhida foram mulheres agricultoras do Rio de Janeiro. O primeiro contato foi através do Coordenador do Programa de Agricultura Urbana, que solicitou às agricultoras integrantes disponibilizar o número de celular, para que assim fosse possível entrar em contato para a realização da entrevista.



É válido destacar que, em situações normais de pesquisa, esta entrevista poderia ser aplicada presencialmente, atrelando dois “fatores-chave” para a pesquisa: experiência vivida pelo pesquisador no local de pesquisa e respostas obtidas através da entrevista. Entretanto, neste caso, só foi possível aplicar as perguntas remotamente, modificando a parte da experiência do pesquisador.

Protagonismo Feminino na Agroecologia

O trabalho feminino na agricultura ocorre desde os primórdios da humanidade, sendo as pescadoras, agricultoras, poetisas e artesãs, indígenas e quilombolas, que refletem a diversidade de atuação das mulheres rurais no campo (CARVALHO, 2022). Por outro lado, elas ainda são vistas como meras ajudantes, mesmo que se destaquem em todas as etapas produtivas da alimentação de suas famílias, como, nas atividades relacionadas à geração de renda e desenvolvimento econômico e social no campo (ANTONIO *et al.*, 2020).

É de extrema importância evidenciar que, as tarefas executadas, principalmente pelas mulheres no campo e nas hortas urbanas, caracterizam-se pelos processamentos de produtos agrícolas, pelos trabalhos nas hortas, tendo uma maior evidência nos produtos destinados à própria família, além de executarem tarefas fora da produção, como é o caso do trabalho doméstico – onde o papel feminino é fundamental para o pleno funcionamento da casa (CARVALHO, 2022). Brummer (2004) destaca que, diversos estudos examinaram a divisão do trabalho por gênero na agricultura, permitindo considerar que as mulheres ainda ocupam uma posição subordinada, e seu trabalho geralmente aparece como “auxílio” mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens, ou até, quando executam as mesmas funções.

Ainda assim, a posição de subordinação das mulheres na esfera produtiva da agricultura, é evidenciada quando: as tarefas executadas no âmbito produtivo, só aparecem como ajuda; seu trabalho nessa esfera é praticamente invisível, tendo em vista que muitas vezes é praticado no interior dos estabelecimentos, enquanto os homens são os únicos responsáveis pelos contatos com o exterior; e quando julgam que as mulheres não possuem o conhecimento tecnológico necessário para administrar o estabelecimento agropecuário (BRUMER, 2004).



Entretanto, não é só no campo que esse termo possui influência. A Agroecologia Urbana surge como pequenas áreas dentro de uma cidade, ou seu entorno (periurbana), destinadas à produção de cultivos para utilização e consumo próprio ou para a venda em pequenas escalas, como os mercados locais (ROESE, 2003). Ainda de acordo com Roese (2003), o que difere a agricultura urbana da rural é a área destinada às práticas; a agricultura urbana pode ser realizada em canteiros suspensos, pequenas hortas em comunidades, vasos dentro de casa, ou seja, qualquer área disponível para a prática. Além disso, a agricultura urbana é uma prática essencial às cidades, visto que na maioria das vezes, os quintais domésticos e/ou terrenos baldios em áreas periféricas, destinam-se ao acúmulo de lixo (RIBEIRO *et al.*, 2015). As autoras destacam que, o aproveitamento destas áreas para a agricultura urbana, proporciona melhoria considerável ao ambiente local, impactando positivamente na saúde das pessoas.

É nesse contexto que, as agricultoras ganham novamente um grande destaque, uma vez que as mulheres são um grupo social necessário ao desenvolvimento da agricultura urbana. As questões relacionadas ao gênero se apresentam como um fator chave para a propagação e conservação do saber tradicional em práticas de agricultura urbana, pois é a partir do protagonismo feminino, que é possível promover a segurança alimentar urbana e a manutenção dos saberes tradicionais do uso e manejo dos solos (SILVA *et al.*, 2020). O entendimento deste fenômeno é necessário para a legitimação das relações femininas agroecológicas das terras urbanas, entretanto, quando este assunto é negligenciado pelo meio científico, acaba por contribuir, de certa forma, com a invisibilidade da participação das mulheres, juntamente com suas práticas e experiências (CARVALHO, 2022).

Etnopedologia e o saber tradicional com os solos

A Etnopedologia refere-se aos estudos de interfaces entre grupos sociais, os solos e outros componentes dos ecossistemas, ou seja, seus conhecimentos locais, atrelados ao uso e manejo do solo - é a relação comunidade-solo homem-natureza (ALMEIDA, 2019). Compreender como as agricultoras e os agricultores trabalham a terra, considerando que esta é uma tarefa que resulta na combinação não apenas dos elementos do meio, mas também da cultura e da sócio economia,



é um dos principais objetivos de uma ciência que vem ganhando expressão, principalmente a partir da década de 1980.

Focada nas teorias locais sobre a dinâmica do solo e suas propriedades, a Etnopedologia preocupa-se ainda com o manejo e com as percepções das relações solo-planta, sendo uma maneira de compreender a realidade local e as relações com os recursos do solo de uma determinada comunidade (ARAÚJO *et al.*, 2013). De acordo com Matos *et al.*, (2014), os estudos etnopedológicos capacitam o resgate do saber tradicional, possibilitando a interlocução destes com o conhecimento científico, que por sua vez, auxiliam na caracterização pedológica e dos ambientes do território, colaborando no planejamento do uso sustentável dos solos.

De acordo com Almeida (2019), este termo foi adotado pelas ciências como um diálogo entre saberes populares e saberes técnicos sobre os solos. Entretanto, ainda vemos um grande afastamento por parte da academia com as comunidades tradicionais, sendo difícil encontrar estudos que trabalhem diretamente com esta temática, mesmo que o saber tradicional seja uma ferramenta útil de referência no levantamento de informações de solos, que possuem capacidade de auxiliar no planejamento do uso da terra. Destaca-se ainda que, no que se refere aos solos,

[...] o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (Embrapa, 1999), não considera os saberes dos agricultores, os quais geralmente dispõem de bom acúmulo de informações sobre a evolução temporal da paisagem e do solo da região onde vivem. (FERNANDES *et al.*, 2008, p. 1356).

Os desafios em torno da legitimação dos saberes de populações do campo são de longa data, havendo grandes avanços nas últimas décadas, através da comprovação da eficácia e eficiência, de sistemas agroecológicos (PAPROSQUI *et al.*, 2021). Nesse sentido, os autores destacam que a aproximação dos conhecimentos acadêmicos com os conhecimentos tradicionais, pode dar subsídios importantes para a emancipação de agricultoras e agricultores que ousam pensar alternativas contra um sistema hegemônico e uma agricultura voltada a monocultivos em larga escala.

A Etnopedologia busca uma abordagem mais integradora da ciência do solo, com o intuito de proporcionar uma visão científica mais engajada com as



populações humanas consideradas tradicionais ou locais. Como é destacado por Cabral *et al.*, (2014), a abordagem tradicional dos solos é extremamente útil nos estudos científicos, ajudando na obtenção de informações e em uma melhor compreensão dos sistemas locais de uso e manejo das terras. Sendo assim, é de grande importância que o saber científico ande lado-a-lado com os conhecimentos tradicionais, quando objetiva-se estudar o uso e ocupação dos solos dentro de tais comunidades.

Agricultura Urbana e Periurbana

A agricultura urbana e periurbana – AUP – deve ser compreendida dentro de um contexto de mudanças da sociedade contemporânea, local que se destacam múltiplos fenômenos como a globalização, o avanço das tecnologias da informação, a estruturação de um sistema agroalimentar com forte repercussão nos hábitos alimentares, além do predomínio das monoculturas do meio rural (RIBEIRO *et al.*, 2015). Entretanto, a vida em aglomerados urbanos, impermeabilizados e reduzidos de espaço, gera dificuldades nas práticas agroecológicas. No Brasil, é a partir da criação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP) que essas discussões têm sido colocadas em questão.

De acordo com Almeida *et al.*, (2018), a partir da visão da política citada, a AUP pode ser entendida como um conceito tridimensional no âmbito da produção, transformação e do serviço, sendo capaz de gerar produtos agropecuários voltados ao próprio consumo, trocas e doações e a comercialização, sempre de forma sustentável. Ainda assim, a AUP relaciona-se diretamente com o crescimento demográfico e econômico das cidades, uma vez que essa (re)configuração dos espaços urbanos através do uso do solo, as estruturas populacionais e das práticas sociais, são capazes de amenizar alguns problemas das cidades, relacionados principalmente à educação, saúde, meio ambiente e geração de renda (RIBEIRO *et al.*, 2015).

Entretanto, apesar de seu caráter múltiplo ser benéfico de diversas formas, a heterogeneidade da agricultura urbana pode corroborar com diversos desafios, principalmente no tocante das políticas públicas, que atualmente não conseguem contemplar de forma eficaz as demandas necessárias das atividades agrícolas das cidades (PRADO *et al.*, 2012). Sua existência e permanência são questionadas por

CARVALHO, L.B.O.; SANTOS, G.B. A Relevância da Participação Feminina em Hortas Urbanas no Rio de Janeiro - RJ: Uma Análise Baseada Nas Práticas da Agroecologia e Etnopedologia. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



aqueles que a veem como um paradoxo ou moda passageira, invisibilizando assim, cada vez mais aqueles que dependem desta agricultura para a sobrevivência. Nesse sentido, para enfrentar tais desafios, é necessário que sejam criados Programas de incentivo à agroecologia Urbana, como ocorre no Rio de Janeiro, que através dos arranjos locais, garantem a permanência dessas práticas – permitindo uma participação efetiva dessas populações em diferentes espaços e esferas institucionais, na busca pela visibilidade, justiça e pela luta a favor de políticas voltadas à agricultura familiar.

A cidade do Rio de Janeiro é um território de muitos conflitos e disputas, mas também, possui um forte cenário de resistência. É através da permanência das bases agroecológicas familiares e camponesas que podemos observar as lutas ali presentes. Destaca-se a Zona Oeste do Rio de Janeiro, principalmente, as regiões administrativas de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, que carregam uma forte história ligada à agricultura (JOMALINIS, 2014). Ainda hoje, é possível encontrar a tradição bastante presente na população, mesmo com diversos processos de transformação e urbanização da cidade. Cabe ressaltar que, existe uma grande necessidade pela luta de seus direitos, a fim de garantir a permanência e sobrevivência das agricultoras e agricultores e de suas atividades, que subsidiam a alimentação e geração de renda e suas famílias.

A agricultura urbana e periurbana apresentam-se como possibilidades de reinvenção crítica do ser e dos estar no espaço urbano, celebrando e afirmando a diversidade dessa cultura, em meio a tentativas massivas de padronização de modos de vida, desejos, relacionamentos e pensamentos (ALMEIDA *et al.*, 2016). Portanto, esta é uma caminhada longa, que demanda de esforços de todas as esferas da sociedade, para que assim, seja possível avançar na compreensão da importância e na potencialidade que a agricultura urbana e periurbana possuem como transformadoras sociais.

Entendimentos sobre a “as.pta Agricultura Familiar e Agroecologia” com enfoque no “Programa de Agricultura Urbana”

A AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia consiste em uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983 atua a favor do fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil (AS-PTA, 2010). A associação atua em múltiplas redes da sociedade, de forma a



enfrentar problemas relacionados à sustentabilidade agrícola, com o foco principal na luta pelas famílias agricultoras. Dentre seus diversos objetivos, é ressaltado pela AS-PTA (2010) que, suas redes de atuação além de constituírem com espaços de aprendizagem, elas também proporcionam ações articuladas de organizações e movimentos sociais, para que assim, consigam influenciar, implantar e monitorar políticas públicas.

A associação conta com três Programas principais de atuação, sendo eles: “Programa Paraná”, “Programa Paraíba” e o “Programa de Agricultura Urbana”, sendo o último, objeto principal desta discussão. O “Programa de Agricultura Urbana” inaugurado em 1999 na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, conta com a parceria de grupos informais de agricultores urbanos, agentes de saúde e agentes da Pastoral da Criança. De acordo com a AS-PTA (2010), o trabalho é desenvolvido em pequenos espaços de comunidades dentro da cidade do Rio de Janeiro, estimulando o aproveitamento do território, o cultivo de alimentos, plantas medicinais e criações de animais, sempre com um enfoque agroecológico.

O trabalho é desenvolvido a partir do reconhecimento e da valorização das experiências espontâneas e dos conhecimentos dos moradores, da facilitação do acesso aos conhecimentos técnicos apropriados, do incentivo à experimentação, bem como do apoio a variadas formas de organização local. (AS-PTA, 2010).

Com o intuito de ampliar as oportunidades de ocupação econômica e de geração de renda para agricultores periurbanos, o Programa em questão vem, cada vez mais, fechando parcerias locais, como com a Univerde, Coopagé, CPT e a Rede Carioca de Agricultura Urbana, além de manter laços com Instituições de Ensino e Pesquisa como a Embrapa Solos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) (AS-PTA, 2010). Fruto destes laços criados, o Programa possui uma forte base de apoio com o “Projeto Sertão Carioca: conectando Cidade e Floresta: um olhar agroecológico para a conservação do solo” – este, apoia e fortalece o manejo agroecológico dos solos, que vem sendo praticado pelas comunidades tradicionais e quilombolas, da unidade de conservação do Parque Estadual da Pedra Branca, situado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro (AS-PTA, 2021).

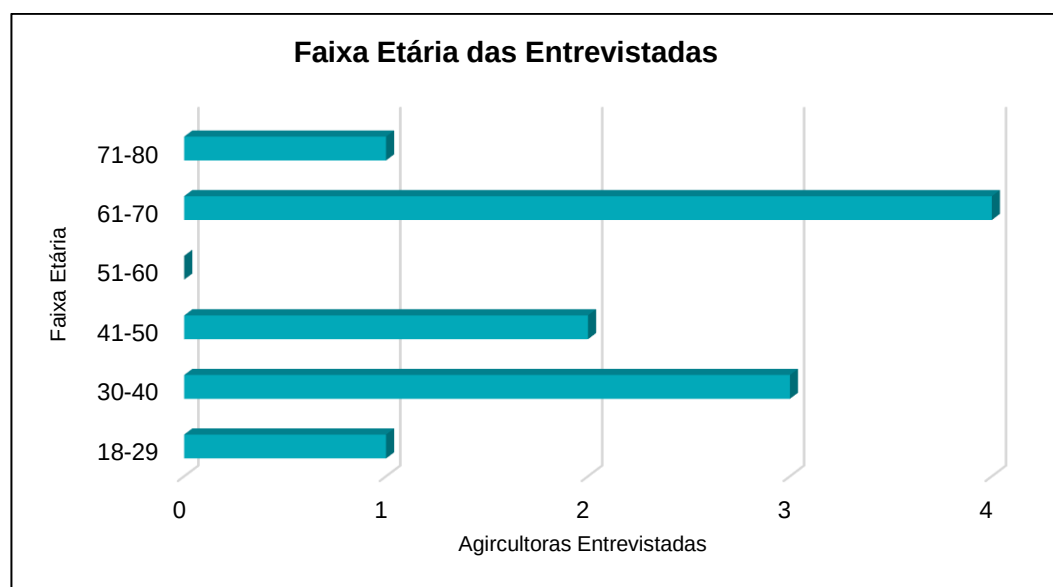
Considerações Finais

CARVALHO, L.B.O; SANTOS, G.B. A Relevância da Participação Feminina em Hortas Urbanas no Rio de Janeiro - RJ: Uma Análise Baseada Nas Práticas da Agroecologia e Etnopedologia. **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



A partir das entrevistas realizadas com as agricultoras foi possível perceber que, em relação a faixa etária, das 11 agricultoras, quatro (4) estão na faixa dos 61 aos 70 anos, enquanto três (3) estão na faixa dos 30 aos 40, duas (2) dos 41 aos 50, seguida por uma (1) entre os 18 aos 29 e uma (1) na faixa dos 71 aos 80 anos (Figura 1).

Figura 1 - Faixa Etária das Mulheres Agricultoras



Fonte: Autoria própria (2022)

Compreender o papel de gênero na agricultura é importante uma vez que a terra possui um significado que vai muito além dos valores econômicos. Ao reunir os esforços da família na produção, o que, em termos de renda, gera benefícios para todos os agentes envolvidos, acaba reproduzindo os traços patriarcais, com o homem sendo visto como responsável pelo provimento familiar, enquanto a mulher aparece como uma ajudante ou auxiliar ao trabalho masculino (SANTOS, *et al.* 2020). As mulheres exercem um forte protagonismo na agricultura, mas também, são protagonistas do próprio lar, realizando uma dupla jornada de trabalho, mesmo que esses trabalhos não sejam remunerados e sim, para consumo próprio e familiar.

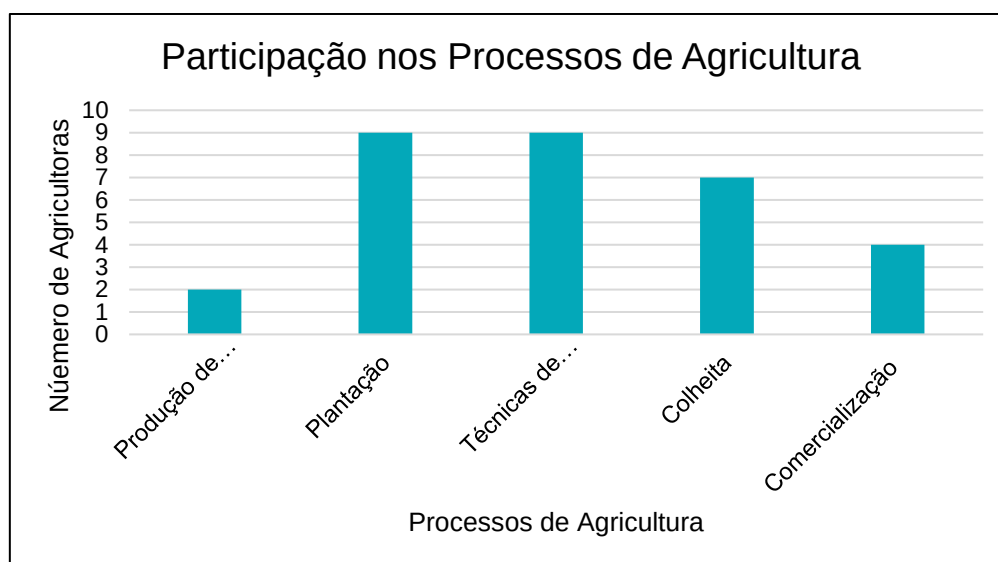
Visto isso, constatou-se que 100% das mulheres entrevistadas realizam atividades domésticas no próprio lar, sendo que, 60% se consideram as únicas responsáveis por tais tarefas. Uma das entrevistas que faz parte da faixa etária com maior número de agricultoras (61-70 anos), relatou que,



“[...] as atividades da minha casa, eu quem faço tudo, eu que resolvo tudo, tudo que eu tenho para resolver, sou eu que faço. Eu sou uma mulher bem ativa, bem decidida, com as minhas faculdades mentais normais, sou bem forte. Eu gosto muito de flores também, eu faço um trabalho na minha paróquia de ornamentar a igreja com flores naturais. [...] Eu faço todos os meus trabalhos de casa, tudo que têm que resolver, sou eu que faço. Sou a mulher e o homem da casa.” (Informação Verbal).

Estudos levantados em 2019 pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), da Fiocruz, apontaram que 70% dos agricultores da capital fluminense são mulheres. A atuação delas nas hortas ocorrem de múltiplas formas, observando os dados da Figura 2, é possível averiguar que as Agricultoras realizam atividades desde a Produção de sementes até a comercialização.

Figura 2 - Participação Feminina nos Processos de Agricultura



Fonte: Autoria Própria (2022).

Destaca-se que todas as Agricultoras que participam da Plantação, também adotam técnicas de cuidados com o solo. Outra agricultora, que é estudante de Biologia, 23 anos, relata que utiliza da compostagem para cuidar de suas hortas,

“[...] faço compostagem com resíduos domésticos como cascas, restos de comida e restos de poda; adubação verde com o plantio de espécies pioneiras e leguminosas para incorporação de matéria orgânica no solo (pioneiras como a bananeira, o pau formiga, margaridão, e leguminosas como feijão-de-porco, mucuna e crotalária)”. (Informação Verbal).

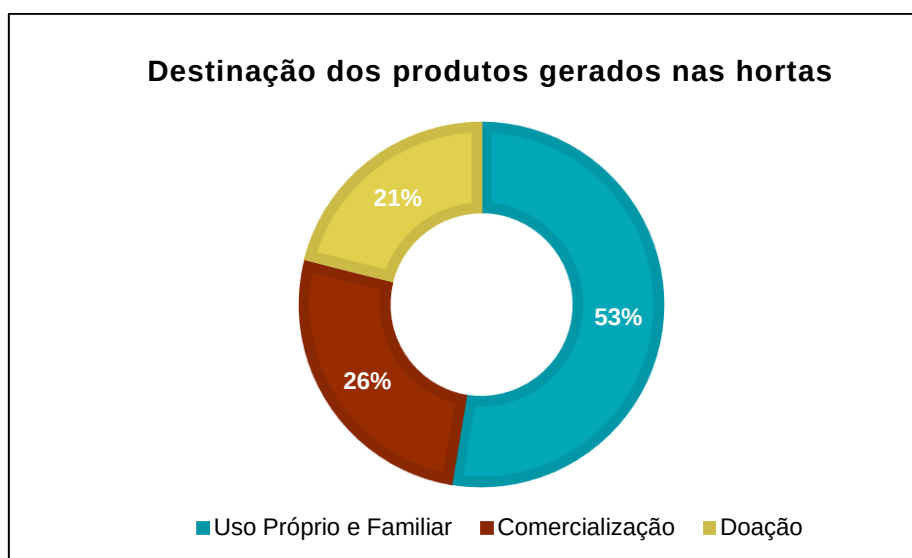


Assim, como esta agricultora, outras entrevistadas também optam por utilizar a compostagem a partir de resíduos de alimentos. Os documentos das organizações internacionais que fomentam a agricultura no mundo, como ‘*Food and Agriculture Organization*’ – FAO (1999) e ‘*Resource Centres on Urban Agriculture & Food Security*’ – RUAF (MOUGEOT, 2005) apontam como benefícios da agricultura urbana a ciclagem dos resíduos orgânicos não só como fonte de nutrientes para o solo, mas também, pelo seu papel de evitar a grande circulação de matérias dessa natureza nas cidades – estes, que quando gerados de maneira abundante e sem destinação correta, acarretam em problemas ambientais (FENIMAM e OLIVER, 2013).

Cabe ressaltar que a relação entre as Agricultoras Urbanas com a destinação dos produtos gerados não se restringe a apenas um dos itens, tendo casos, que utilizam a produção da horta para uso familiar, mas também, quando há excedentes na produção, há a prática da doação para a comunidade. Além do uso próprio e familiar, a comercialização possui forte relevância, pois, serve como fonte renda para muitas agricultoras.

As hortas, desde as comunitárias até as de quintal, possuem diversas finalidades, sejam elas para uso próprio, para comercialização ou para doações. A partir das Entrevistas realizadas, foi possível perceber que não há um padrão entre as Agricultoras, cada uma possui seu propósito que vai de acordo com suas necessidades (Figura 3).

Figura 3 – Destinação dos produtos gerados nas hortas



Fonte: Autoria própria (2022).

CARVALHO, L.B.O; SANTOS, G.B. A Relevância da Participação Feminina em Hortas Urbanas no Rio de Janeiro - RJ: Uma Análise Baseada Nas Práticas da Agroecologia e Etnopedologia. **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



O Programa de Agricultura Urbana colabora com a realização e organização das Feiras Agroecológicas no Rio de Janeiro, permitindo com que as Agricultoras consigam vender suas plantações quando necessário. É nesse sentido que percebe-se a importância da agricultura urbana como fenômeno socioeconômico, caracterizando-se opção por sistemas de produção com base na agroecologia como mais adequados à realidade dos agroecossistemas urbanos (AQUINO e ASSIS, 2007). Visto isso, foi verificado que 100% das mulheres agricultoras entrevistadas nesta pesquisa, entendem a importância da agroecologia para a manutenção saudável de suas hortas e esse fato pode ser corroborado pela efetiva participação e interesse em cursos sobre a temática, que por muitas vezes foram promovidos pela AS-PTA ou por seus patrocinadores.

A principal motivação para a elaboração deste trabalho foi comprovar o protagonismo feminino na agricultura urbana, por meio de constatações a respeito das práticas agroecológicas de manejo do solo, exercidas por elas em suas comunidades. Entende-se que as práticas de cuidados com o solo são heranças culturais, que vem sendo carregadas e passadas de geração em geração, de modo que, suas tradições não sejam apagadas pelas novas relações com o solo nas cidades. Assim como foi relatado por Almeida (2019), a etnopedologia é uma ciência capaz de oferecer caminhos para engajar agricultores locais em um diálogo sobre solos, de maneira que diga respeito a eles próprios e àqueles que buscam promover seus meios de vida, com o auxílio de projetos de desenvolvimento.

Dessa forma, foi utilizado como base para a pesquisa o “Programa de Agricultura Urbana” da AS-PTA, que por meio dos arranjos locais, promove a agroecologia dentro de comunidades no Rio de Janeiro. Além disso, o Programa oferece apoio às mulheres agricultoras por meio de projetos de intervenção, realização de oficinas, organização de feiras e integração para troca de saberes e de sementes – esses elementos fortalecem os laços identitários das comunidades e as estratégias coletivas de resistência e sobrevivência.

A partir das entrevistas com as Mulheres que compõem o programa, foi possível criar uma rede de comunicação com outras agricultoras que não participam do programa diretamente – metodologia esta denominada ‘bola de neve’, que não estava prevista para o presente trabalho, porém, serviu como apoio



positivo na performance dos resultados. Portanto, foi possível atingir um grupo mais restrito, permitindo com que as respostas obtidas servissem também como um relato de experiência, que como já foi mencionado, proporciona uma maior inserção de grupos fragilizados em pesquisas acadêmicas, para que assim, elas (re)descubram suas potencialidades.

A dinâmica da participação feminina nos processos de agricultura urbana foi estabelecida, assim como, suas práticas tradicionais e sustentáveis com o solo. Percebeu-se que devido as limitações de espaço, não existe uma relação de proximidade com a paisagem, fazendo com que as plantações nas hortas não seguissem um padrão. Os produtos gerados são em maioria para consumo próprio, familiar e/ou para a comunidade, mas, podem vir a servir como fonte de renda para muitas famílias. Foi possível verificar também que, o protagonismo feminino vai além das atividades agrícolas, o trabalho das mulheres ocorre em diversas esferas, como no próprio lar, onde 100% delas realizam atividades domésticas e 60% consideram-se as únicas responsáveis por estas.

A contribuição deste trabalho é no sentido de colaborar com um novo olhar da comunidade científica sobre a importância do papel feminino na agricultura urbana. Este, serviu como um porta-voz para as experiências e necessidades das agricultoras, possibilitando a criação de um espaço de diálogo para estimular e fortalecer o movimento de agroecologia urbana. Ressalta-se que para compreender as relações etnopedológicas, é essencial uma imersão nas comunidades, uma aproximação direta com os povos, uma participação efetiva nos processos de agricultura, incluindo, para análise pedológica e mapeamento, para que assim, seja possível comparar os diferentes conhecimentos, acadêmico e tradicional. Sendo assim, esta pesquisa é apenas o ponto de partida para possíveis trabalhos futuros, em que se objetiva alcançar os pontos levantados acima e que, conseqüentemente, as mulheres agricultoras sejam beneficiadas diretamente.

Referências

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira. Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). 2016.



ALMEIDA, D. A. O. et al. Um diálogo entre a agroecologia e a agricultura urbana em regiões metropolitanas. **Rev Bras Agroecol**, v. 13, p. 168-180, 2018.

ALMEIDA, R. T. **Etnopedologia: o estudo das etnociências e a produção de cerâmicas na comunidade quilombola os Rufinos**. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais). Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, 2019.

ANTONIO, G. J. Y.; BRAGA, C. D. G.; ASSIS, R. L.; AQUINO, A. M. O protagonismo das mulheres rurais: realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. **Embrapa Agrobiologia-Artigo em periódico indexado (ALICE)**. 2020.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & sociedade**, v. 10, p. 137-150, 2007.

ARAÚJO, J. E. A.; FREITAS, E. D.; TOREES FILHA, F. G. Agricultura urbana: Uma experiência de produção agroecológica urbana no centro de educação de jovens e adultos professor Alfredo Simonetti-CEJA. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 17229-17240, 2019.

ASPTA. **Quem somos**. Nov, 2010. Disponível em: <
<http://aspta.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2021.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 205-227, 2004.

CABRAL, R. L.; ALVES, A. G. C.; RIBEIRO, M. R.; RIBEIRO FILHO, M. R.; SOUZA-JÚNIOR, V. S. Peasant and scientific knowledge on planosols as a source of materials in the making of non-industrial pottery. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 39, p. 303-313, 2015.

CARMO, V. A. **A contribuição da Etnopedologia para o planejamento das terras: Estudo de caso de uma comunidade de agricultores do entorno do PARNA Caparaó**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ENSP. **Agricultura urbana está em expansão no Rio de Janeiro e tem protagonismo de mulheres**. Fiocruz. Abril, 2021. Disponível em:<
<http://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/noticia/6901/51146>>. Acesso em: Fevereiro de 2022.

ERNESTO SOBRINHO, F. **Etnopedologia no conhecimento ambiental**. Tese (Doutorado em Manejo de Solo e Água). Universidade Federal Rural do Semi-Árido-RN, Mossoró, 2015.



FENIMAN, E.; OLIVER, C. Contribuições da agricultura urbana para o manejo de resíduos orgânicos: a casa como uma refinaria biológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

JOMALINIS, Emilia. Os sentidos da luta pela agroecologia e pela agricultura urbana: reflexões em construção. **Massa Crítica, Análise de Conjuntura sobre fatos da realidade nacional e internacional**, v. 67, p. 1-6, 2014

MOUGEOT, L. J. A. et al. Introduction: Food security is a global concern. In: **For hunger-proof cities: Sustainable urban food systems**. IDRC, Ottawa, ON, CA, 1999.

PAPROSQUI, J.; MEDEIROS, L. M.; FOLMER, I.; MACHADO, G. E. Diálogo entre saberes acadêmicos e saberes tradicionais em um curso licenciatura a distância. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 4, pág. e32210414268, 2021. DOI: 10.33448 / rsd-v10i4.14268. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14268>. Acesso em: 22 nov. 2021.

PEREIRA, J. A.; NETO, J. F.; CIPRANDI, O.; DIAS, C. E. A. Conhecimento local, modernização e o uso e manejo do solo: um estudo de etnopedologia no planalto sul catarinense. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, v. 5, n. 2, p. 140-148, 2006.

PRADO, B. de A.; MATTOS, C.; FERNANDEZ, A. C. F. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. **Agriculturas, AS-PTA**, v. 9, n. 2, 2012.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde¹. **Saúde e sociedade**, v. 24, p. 730-743, 2015.

ROESE, A. D. Agricultura urbana. **Embrapa Pantanal-Artigo de divulgação na mídia (INFOTECA-E)**, 2003.

SANTOS, J. B.; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de economia**, v. 23, n. 1, p. 1-27, 2020.

SILVA, C. F.; ARAUJO, B. C.; VIANA, D. C.; NUNES, T. R.; LUCENA, L. A. A atuação da Incubadora de Tecnologias Sociais da UFPE no fortalecimento de grupos de mulheres que praticam agricultura urbana na Região Metropolitana do Recife. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

VIVOT, C. C.; L'Abbate S.; FORTUNA, C. M.; SACARDO, D. P.; KASPER, M. O uso do WhatsApp enquanto ferramenta de pesquisa na análise das práticas profissionais da enfermagem na Atenção Básica. **MNEMOSINE REVISTA**, v. 15, p. 242-264, 2019.



Gênero e trabalho na pesca artesanal: considerações acerca da presença feminina

Género y trabajo en la pesca artesanal: consideraciones sobre la presencia femenina

Daniela Feyh Wagner – danielafeyhwaner2@gmail.com
Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM
Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-2314-638X>

Eduardo Schiavone Cardoso – educard2016@gmail.com
Professor Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria
Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-9240-578X>

Resumo

Importante atividade para populações do Brasil, a pesca artesanal constitui-se como elemento fundamental de uma série de comunidades pesqueiras, constituídas por homens e mulheres. Aqui, pretende-se analisar a participação das mulheres na pesca, presença esta marcada por desigualdades, invisibilização e leis insuficientes. Trabalham tanto em terra como no mar, na captura, no beneficiamento, na venda de pescado, na manutenção de petrechos de pesca. Fazem parte da pesca e assim devem ser reconhecidas.

Palavras-chave: Gênero, Trabalho, Pescadoras, Pesca artesanal.

Resumen

Actividad importante para las poblaciones de Brasil, la pesca artesanal constituye un elemento fundamental de una serie de comunidades pesqueras, compuestas por hombres y mujeres. Aquí, pretendemos analizar la participación de la mujer en la pesca, una presencia marcada por las desigualdades, la invisibilidad y las leyes insuficientes. Trabajan tanto en tierra como en el mar, capturando, procesando, vendiendo pescado y manteniendo las artes de pesca. Forman parte de la pesca y deben ser reconocidas como tales.

Palabras clave: Género, Trabajo, Pescadoras, Pesca artesanal.



Introdução

A pesca é uma atividade que está presente desde os primórdios da história humana no planeta. Primeiramente, realizada como meio de subsistência para os grupos humanos, sendo que mais tarde os resultados da pesca tornaram-se produto de troca entre comunidades e atualmente possuímos toda uma cadeia logística em torno da atividade pesqueira.

Realizada em rios, mares, lagos, lagoas, açudes e barragens, utilizando os mais diferentes petrechos e embarcações, das mais simples às mais modernas, com o emprego de muita tecnologia ou técnicas rudimentares, de forma empresarial ou de forma artesanal, esta atividade emprega atualmente um grande número de pessoas, mulheres e homens das mais distintas idades, habitantes de ilhas, estuários, de beira de lagos e rios.

De acordo com dados obtidos durante o levantamento realizado pela FAO, WorldFish e a Universidade de Duke, registrou-se que para o ano de 2013 (último ano de que se tem informações oficiais), havia 1.042.967 pescadores registrados, considerando a pesca marinha e interior. Destes, 58,1% (604.955) eram homens e 41,9% (437.012) eram mulheres. Além do mais, 99,2% deste total de pescadores atuam na pesca artesanal e de subsistência (1.033.124 pessoas) e os 0,8% restantes (8.843 pessoas) estavam ocupados na pesca industrial (INSTITUTO MARAMAR, 2020).

Os sujeitos ocupados na pesca, pescadores e pescadoras artesanais, apresentam um modo de vida particular, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas e que praticam a pesca em pequena escala, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é geralmente a familiar, incluindo também conhecidos e parentes (DIEGUES, 2002), caracterizando as relações de compadrio.

Assim, os pescadores artesanais caracterizam-se como sujeitos sociohistóricos e geográficos, que se apropriam de maneira bastante peculiar dos recursos ecológicos (RAMALHO, 2006). Seu ambiente de trabalho sofre mudanças ambientais constantes, o que faz com que seus saberes, constituídos na prática diária, sejam essenciais para a manutenção de suas atividades.



Mulheres na pesca artesanal

A pesca constitui uma das atividades produtivas mais antigas do mundo, predominando a figura masculina ao longo do tempo. O envolvimento das mulheres neste universo ocorreu inicialmente de forma indireta, quando a elas cabia a responsabilidade do beneficiamento e da comercialização do pescado, além da confecção e do reparo dos instrumentos utilizados pelo homem para a realização da atividade (MARTINS e ALVIM, 2016).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em recente relatório (2020), traz que cerca de 59,5 milhões de pessoas estavam envolvidas no setor da pesca e aquicultura no mundo em 2018, sendo que deste total 14% eram mulheres.

Conforme destaca Huguenin e Martinez (2021), a FAO traz que a presença feminina no setor é grande, mas que elas exercem atividades mal remuneradas ou não remuneradas, que exigem pouca qualificação, além de serem pouco reconhecidas ou sequer reconhecidas. Desta forma, ao se olhar para além da captura e englobar as demais atividades correlatas à pesca, um número maior de pessoas entra na estatística pesqueira, dentre elas um grande número de mulheres.

Beck (1991) tece importantes considerações acerca da presença feminina na pesca, sendo parte delas já superadas (felizmente). Em seu trabalho, “Pertence à mulher”, apresenta trechos que, se não fosse uma realidade trágica, seria cômica, de trabalho que não é considerado trabalho, mas sim ajuda (FASSARELA, 2008; GERBER, 2015; MARTINS e ALVIM, 2016; FONSECA et al., 2016; HUGUENIN e MARTINEZ, 2021).

Na época em que o trabalho foi escrito, no início dos anos 1990, a realidade era bem diferente da que temos hoje. Assim, a autora escreve que

a pesca [...] não permite a participação das mulheres. Mesmo quando donas-da-rede, por herança ou por compra, as mulheres têm seu acesso à pescaria interdito, devendo delegar a um patrão-de-pescaria a execução das atividades pertinentes. [...] Do mesmo modo é interdito seu acesso às canoas, que se dá, apenas, quando estas são utilizadas como transporte (Beck, 1991, P. 14).



Como justificativa para a proibição das mulheres na captura, tinha-se que as mulheres não poderiam ter proximidade física em público com pessoas do sexo oposto que não fossem de sua família, que não fosse seu marido ou que no futuro poderia ser seu cônjuge. O único momento em que a presença feminina era permitida se dava na pesca da tainha, em que sua “ajuda” era fundamental, devido ao lanço de milhares de peixes, sendo necessário todo o apoio possível para puxar a rede e trazer os peixes à praia (BECK, 1991).

Desta forma, estabelecia-se que o cotidiano da mulher se circunscrevia nas “voltas da casa”, tarefas domésticas como lavar, cozinhar, limpar, cuidar dos filhos, além de atuarem na coleta de moluscos, caranguejos e siris. Ocupavam-se também da fabricação de peças de artesanato, destacando-se a renda de bilro, iniciada por volta dos 7 anos de idade, sendo esta uma atividade “adequada” à mulher, pois evitava que elas “perdessem tempo pela casa dos vizinhos” (BECK, 1991).

Aspectos de uma cultura extremamente machista estavam muito presentes nas comunidades de pescadores, fato que ainda hoje não está completamente superado. O controle de sua rotina, de seus corpos, já era feito desde a infância, delimitando o que poderiam ou não fazer. Apesar da crescente presença de mulheres em todas as etapas da atividade pesqueira, ainda se percebe que seu trabalho é diminuído ou invisibilizado (FASSARELA, 2008; GERBER, 2015; MARTINS e ALVIM, 2016; FONSECA et al., 2016; HUGUENIN e MARTINEZ, 2021).

Fassarela (2008) aponta para as atividades que são consideradas como destituídas de valor produtivo, aquelas desempenhadas pelas mulheres na rotina diária. Em muitos casos, as atividades desenvolvidas por mulheres na pesca “fundem-se” com suas tarefas domésticas. Desta forma, seu trabalho é visto como invisível, apesar da importância que tem para a sustentabilidade do grupo familiar.

Além de executarem todas as tarefas pertinentes ao lar e ao cuidado dos filhos, ainda remendam redes, beneficiam o pescado, organizam o material para os maridos levarem para o mar. Devido à existência da divisão sexual do trabalho, que vem sendo perpetuada com o passar das gerações, o auxílio masculino das atividades domésticas se estende como uma opção e não como obrigação, sendo



que é comum que homens percebam a casa como lugar de descanso. Já as mulheres, veem a casa como lugar de muito trabalho (FASSARELA, 2008).

A participação feminina na pesca representa uma alternativa de subsistência, fonte de trabalho e renda para inúmeras famílias em todo o país. Entretanto, a atuação da mulher neste universo ocorre geralmente em um contexto de invisibilidade e desvalorização do seu trabalho, pois é entendido como extensão das tarefas domésticas, e não como pesca propriamente (MARTINS e ALVIM, 2016).

Apesar desta invisibilidade, tem-se observado uma notável emergência da presença feminina na pesca, seja trabalhando diretamente na extração e na captura do pescado, ou atuando no beneficiamento e na comercialização destes produtos, sendo que a inserção da mulher na pesca possibilita a produção de alimentos e geração de renda para sua família, como também a manutenção da própria atividade, por meio da introdução dos filhos nas tarefas, pela transmissão de conhecimentos (MARTINS e ALVIM, 2016)

Assim, faz-se necessário pensar mais na atuação das mulheres e no universo da pesca como um todo, pois se o foco for exclusivo na captura dos recursos, atividade atribuída principalmente aos homens, tal visão limita e exclui uma parcela considerável da população que vive nas comunidades pesqueiras, cujo modo de vida, reprodução e sustento tem também em outras etapas da cadeia produtiva importância expressiva (HUGUENIN e MARTINEZ, 2021).

Legislação pesqueira e a questão de gênero

Acerca da legislação pesqueira, neste trabalho destacamos algumas leis que são necessárias para compreender a questão da pesca. A principal lei que temos é a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que traz uma série de definições legais sobre a atividade pesqueira no Brasil, que a seguir serão destacadas. Nos próximos parágrafos, tratar-se-á ainda sobre as leis nº 10.779 de 25 de novembro de 2003; nº 13.134 de 16 de junho de 2015; nº 8.213 de 24 de julho de 1991; e nº 11.699 de 13 de junho de 2008.

Assim, temos a definição do que é a pesca, das áreas de exercício da atividade pesqueira, do defeso, de pescador profissional, cabendo destaque sobre



a definição do que é atividade pesqueira, pois é a partir dela que se estabelecem outras normatizações legais. De acordo com a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Seção II, que trata da Atividade Pesqueira, temos o Artigo 4º que assim define: “A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros” (BRASIL, 2009).

Além da definição de pesca artesanal já descrita anteriormente, temos também que são consideradas atividades pesqueira artesanais os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, bem como os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e também o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009).

Aqui já podemos notar que a atividade pesqueira não consiste somente na atividade de captura, mas engloba todo um rol de atividades correlatas, necessárias para a realização da atividade de captura e engloba as atividades posteriores e anteriores, de beneficiamento e comercialização, como também da construção de embarcações e fabricação de petrechos, como também da realização da manutenção dos mesmos.

Sobre as colônias de pescadores, traz-se a Lei nº 11.699, de 13 de junho de 2008 que define que estas ficam reconhecidas como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca, com forma e natureza jurídica próprias, ainda obedecendo ao princípio da livre organização previsto no artigo 8º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2008).

Outro ponto que a referida lei traz é sobre as colônias de pescadores, registrando que estas poderão organizar a comercialização dos produtos pesqueiros de seus associados, de forma direta ou por intermédio de cooperativas ou outras entidades constituídas especificamente para esse fim (BRASIL, 2008).

Sobre o seguro defeso, as Leis nº 10.779 de 25 de novembro de 2003 e nº 13.134 de 16 de junho de 2015 trazem delineamentos sobre o acesso a este benefício aos pescadores artesanais. Assim, tem direito ao benefício o pescador artesanal que faz da pesca profissão habitual ou principal meio de vida, desde que este exerça sua atividade profissional ininterruptamente (exercida a pelo menos 12 meses antes do encaminhamento do pedido de defeso), de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar fará jus ao benefício do



seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie (BRASIL, 2003).

Este benefício não se estende às atividades de apoio à pesca nem aos familiares do pescador profissional que não satisfaçam os requisitos e as condições estabelecidos nesta Lei. Ademais, a definição do período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique (BRASIL, 2003).

Para ter acesso ao benefício, é necessário cumprir os seguintes requisitos: possuir registro como pescador profissional, na categoria artesanal, devidamente atualizado no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura com antecedência mínima de 1 (um) ano, contado da data de requerimento do benefício; cópias de documentos fiscais de venda do pescado; comprovante de exercício da profissão; além de não dispor de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Considerando que a atividade pesqueira não é muito assistida pelo poder público, depender somente da atividade pesqueira para muitas famílias torna-se algo inviável. Entretanto, a partir do momento em que se declara que parte da renda advém de outra atividade além da pesca, se perde o direito do acesso ao benefício do seguro-defeso.

Assim, considerando o caso hipotético de uma família que vive da pesca e declara que realiza outras atividades como agricultura, por exemplo, durante os meses em que a captura não é permitida sua renda fica muito comprometida. Ademais, mesmo para famílias em que a renda advém só da pesca, o valor do seguro-defeso (1 salário mínimo vigente por mês do período do defeso) ainda é muito baixo, comparado ao custo de vida que se tem atualmente.

Por fim, temos a Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, a qual trata o direito à aposentadoria. Nesta Lei, o enquadramento dos pescadores artesanais se dá da mesma forma que os trabalhadores rurais (BRASIL, 1991). Assim, para ter direito à aposentadoria, homens precisam ter idade mínima de 60 anos de idade e 180



meses (15 anos) na atividade pesqueira e mulheres, 55 anos e também 15 anos na atividade.

Nesta modalidade, estão incluídos os sujeitos que atuam na mariscagem, pescam camarão, catam caranguejos ou outros crustáceos, limpam pescados ou que atuam em qualquer outra atividade de apoio à pesca artesanal. Entretanto, é necessário que se prove que a pessoa atua na atividade pesqueira, sendo que as provas podem ser as seguintes: declaração da Colônia de Pescadores, notas fiscais de venda de pescado, comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social e Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

Este conjunto de aparatos legais regulam parte da atividade pesqueira e do papel das Colônias de Pescadores. Incluem pescadores e pescadoras num aparato jurídico mais amplo, ao mesmo tempo que necessitam de ajustes que atendam as especificidades do trabalho na pesca, em especial o trabalho feminino no setor.

A conquista dos espaços da produção e da reprodução social

A presença feminina na pesca é inegável (BECK, 1991; FASSARELA, 2008; GERBER, 2015; MARTINS e ALVIM, 2016; FONSECA et al., 2016; FAO, 2020; HUGUENIN e MARTINEZ, 2021), sendo que as atividades por elas exercidas são as mais diversas, desde o preparo das refeições que são levadas junto nas embarcações, conserto de redes, captura, beneficiamento do pescado e venda, dentre tantas outras tarefas.

Muitas mulheres atuam na pesca de maneira informal, sem reconhecimento profissional de que são pescadoras. Geralmente são vistas como esposas de pescador, filhas de pescador, irmã de pescador, mas não como pescadoras. O contrário não acontece com homens que atuam na pesca e não possuem registro (RGP).

Os afazeres relacionados à limpeza, evisceração, embalagem e até mesmo a venda é vista como uma “obrigação” de mulher de pescador (GERBER, 2015). Assim, além de ser visto como extensão das atividades domésticas que as mulheres “devem” fazer, tais serviços não são reconhecidos como pesca.



Temos os espaços onde as atividades ocorrem - tanto em água quanto em terra, sendo igualmente importantes para o desenvolvimento da pesca. A captura acontece em água, mas o restante das atividades - beneficiamento, venda, construção e conserto de redes e embarcações é feito em terra.

A realização da pesca começa e termina em terra. Começa em terra porque a organização da pescaria é feita ali, organizando os materiais que serão levados, comprando mantimentos, combustível (se a embarcação for motorizada). Somente depois de organizar tudo, a captura do pescado começa. Por fim, retorna-se à terra para descarregar a embarcação, beneficiar o pescado, fazer a manutenção e reparos necessários, comercializar a produção, bem como organizar novamente os materiais que serão levados para a próxima pescaria.

A atividade pesqueira não seria possível se não houvesse a divisão de tarefas em terra e em água, uma vez que tanto os homens quanto as mulheres envolvidos na pesca possuem relevância para que esta aconteça. Infelizmente, algumas atividades ainda são vistas como menos importantes do que outras, bem como há grandes entraves a serem superados no que diz respeito ao papel das mulheres.

Rose Mary Gerber, em seu livro publicado em 2015, “Mulheres e o mar: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil”, traz uma série de narrativas autobiográficas de pescadoras catarinenses, que apesar de episódios de sofrimento e dor, nunca pararam de lutar, dotadas de muita coragem. Ademais, exercem a profissão com amor, em muitos casos tendo iniciado sua vida na pesca ainda na infância, a partir dos 7 anos. Ainda, as pescadoras que participaram da pesquisa de Gerber (2015) possuíam entre 22 e 70 anos.

Apesar de estarem anos trabalhando na pesca, muitas delas só conseguiram se registrar (ter RGP) há poucos anos, pois o registro ainda não era possível para mulheres. Tem também mulheres que trabalharam a vida toda na pesca e não conseguiram se aposentar (GERBER, 2015).

Dentre os relatos destacam-se os seguintes trechos:

[E a senhora gosta desta vida?]. Eu não conheço outra vida. Eu conheço mesmo, mesmo, só a pesca. Me sinto útil trabalhando, mas eu te digo: para fazer aquilo, tem que gostar, porque as vezes dói tudo: é mão, é



braço. O que mais sofre é a coluna pelo peso que a gente pega. (GERBER, 2015, p. 103)

A gente tem que acordar e ir para o mar. Se não vai, a sensação é de que está faltando alguma coisa. Quando volta, a sensação é do dever cumprido. A gente não sabe onde começa o mar e onde começa o pescador. É uma coisa só. Não tem lógica. (GERBER, 2015, p. 106)

Quanto mais falar de nós, mais vão ver que nós existimos, que trabalhamos na pesca. Tu perguntas se eu hoje gosto da pesca? Eu gosto. Hoje eu não vivo sem a pesca. Hoje é a minha vida. Antes eu tinha aquela obrigação. Hoje eu gosto. Se alguém me oferecesse outro serviço, eu não aceitaria. De jeito nenhum! Eu me sinto viva. A vida da pesca me dá uma sensação boa. Estar na lagoa. Ver a natureza que Deus fez. Eu me sinto viva! Viva! É isso. (GERBER, 2015, p. 109)

Além destes, há muitos outros relatos. Entretanto, em todos ele há dois pontos em comum: apesar de todas as dificuldades, é na pesca que se sentem realizadas, que retiram seu sustento. É da e na pesca que vivem.

Os relatos descritos no livro de Gerber (2015) são sobre mulheres que atuam na pesca marítima. Essas mulheres consideram a vida de pescadora como sendo difícil, que exige muito esforço físico, que castiga a saúde (temperaturas baixas no inverno, temperaturas altas e sol quente no verão, risco de se molharem), os ventos que podem “virar” de uma hora para outra, tempestades inesperadas quando estão em alto mar. Além destes fatores, tem também a imprevisibilidade da captura, pois em um dia pode “dar” peixe, em outro não, fora que os estoques pesqueiros têm diminuído ano a ano, devido aos mais diversos fatores.

Apesar de muitas delas terem contato com a pesca já desde a infância, sua inserção na atividade de captura causava desconfiança, pois há uma visível divisão sexual do trabalho: homens praticam a captura e mulheres atuam nas tarefas em terra (FASSARELA, 2008). Assim, narram que começaram a ir junto com os pais, irmãos, maridos para o mar, a princípio para auxiliá-los, mas depois tornando-se camaradas (companheiros de pesca), dividindo as tarefas durante a captura e posterior beneficiamento do pescado.

No mar evidenciam suas habilidades enquanto pescadoras, corajosas e destemidas, trabalhando junto com seus companheiros, suas companheiras ou até mesmo sozinhas, alimentando e sustentando suas famílias. Ainda que a pesca esteja cercada de adversidades, é a vida no mar que as deixa realizadas, tanto que



é unânime a afirmação de que não conseguiam se ver em qualquer outra atividade que não na pesca (GERBER, 2015).

Considerações finais

A pesca artesanal apresenta inegável importância. Esta atividade é praticada ao longo de todo o litoral brasileiro, que se estende por mais de 8.500 km de costa, apresentando elevada importância social e econômica para um grande contingente de trabalhadores nas regiões.

Além de atuarem na captura, um maior número de mulheres atua em atividades de limpeza, evisceração, filetagem de peixes, descascando camarão, bem como na venda do pescado, sendo que todas estas atividades fazem parte da pesca e todas elas são essenciais para pesca.

As leis que regem o setor pesqueiro são insuficientes para abarcar todas as especificidades que a atividade possui, sendo que as mulheres são as mais prejudicadas com isso, sendo que para serem beneficiadas com seguro-defeso, conseguirem se aposentar como pescadoras, é necessário enfrentar grandes burocracias.

Apesar dos entraves jurídicos, invisibilização, as mulheres estão sim presentes na pesca, desde a captura até os produtos de suas pescarias chegarem na casa dos consumidores, mercados, restaurantes. Reconhecê-las é um dos primeiros passos para mudar a realidade, na busca por seus direitos.

Referências

BECK, Anamaria. Pertence à mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de santa catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 7, n. 10, p. 8-24, 1991.

BRASIL, **Lei nº 10.779**, de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.779.htm> Acesso em 10 de abril de 2022.



BRASIL, **Lei nº 11.699**, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre as Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11699.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.699%2C%20DE%2013%20DE%20JUNHO%20DE%202008.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20Col%C3%B4nias%2C%20Federa%C3%A7%C3%B5es,28%20de%20feve%20reiro%20de%201967.>> Acesso em 10 de abril de 2022.

BRASIL, **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm> Acesso 10 abril de 2022.

BRASIL, **Lei nº 13.134**, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e no 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13134.htm> Acesso em 10 de abril de 2022.

BRASIL, **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm> Acesso em 10 de abril de 2022.

FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo (SOFI)**. Roma, Itália: FAO, FIDA, UNICEF, WFP E OMS, 2020. 320 p.

FASSARELLA, Simone Simões. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p. 171-199, jul./dez. 2008.

FONSECA, Marília; ALVES, Fátima; MACEDO, Márcio Chagas; AZEITEIRO, Ulisses M.. O Papel das Mulheres na Pesca Artesanal Marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de rio das ostras, RJ, brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [S.L.], v. 16, n. 2, p. 231-241, jun. 2016. Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH). <http://dx.doi.org/10.5894/rgci593>.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar**: pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015, 313 p.

HUGUENIN, Fernanda Pacheco; MARTINEZ, Silvia Alicia. Mulheres da pesca: invisibilidade e discriminação indireta no direito ao seguro-defeso. **RDP**, Brasília, v. 18, n. 97, p. 645-667, jan. 2021.



MARAMAR, Instituto. **Iluminando as Capturas Ocultas - ICO: a pesca artesanal costeira no Brasil**. Santos: FAO e Worldfish, 2020.

MARTINS, Mary Lourdes Santana; ALVIM, Ronaldo Gomes. Perspectivas do trabalho feminino na pesca artesanal: particularidades da comunidade ilha do beto, sergipe, brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 11, n. 2, p. 379-390, maio-ago 2016.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis. CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006. 175 p.



Gênero e trabalho: reflexões sobre o espaço das mulheres dentro do corpo docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Gender and work: reflections about the space of women inside in of faculty at Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Gustavo de Oliveira Alexandre – gustavo.alexandre@sou.unifal-mg.edu.br
Graduando em Geografia da Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL-MG
Orcid : <https://orcid.org/0000-0001-7844-2659>

Rayssa Cristina Vieira Domingues – rayssa.domingues@sou.unifal-mg.edu.br
Graduanda em Geografia da Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL-MG
Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-4826-4032>

Resumo

As perspectivas relacionadas a presença das mulheres no meio científico é algo que vem sendo pauta em algumas linhas de estudo as quais trazem índices e apontamentos a partir de seus olhares que definem de certo modo os trajetos, conquistas e motivos do porquê de a ciência de forma geral é tão interligada ao domínio masculino. Sendo assim essa busca procura entender também a partir das conquistas atribuídas à resistência os motivos que levaram a polarização em que se fixaram a grande atuação das mulheres na universidade, em uma análise por meio da Geografia Feminista. Procuramos entender com mais afinco essa questão ao coletar dados relacionados ao número e gênero do corpo da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), e refletir sobre a espacialização ocorrida a partir da sua presença no meio acadêmico. Tendo em vista os trâmites relacionais que as relações de poder influenciaram a atual realidade. Raffestin (1993)

Palavras-chave: Gênero, Geografia Feminista, Espacialização, Meio Acadêmico,

Abstract

The perspectives related to the presence of women in the scientific environment is something that has been the subject in some lines of study which bring indices and notes from their perspectives that define in a way the paths, achievements and reasons why science in general is so intertwined with male dominance. Thus, this search also seeks to understand, from the achievements attributed to the resistance, the reasons that led to the polarization in which the great performance of women at the university, in an analysis through Feminist Geography. We sought to understand this issue more closely by collecting data related to the number and gender of the body at the Federal University of Alfenas (UNIFAL-MG), and reflecting on the spatialization that occurred from its presence in academia. In view of the relational procedures that power relations have influenced the current reality. Raffestin (1993)

Key words: Genre, Feminist Geography, Spatialization, Academia



Introdução

Posições mais altas em determinados campos profissionais, está em sua primazia, em mão de homens, aos quais através de uma herança e trajetória histórica sempre ficaram em cenário de poder, dominação e influência. Estimados como detentores do saber, vistos como inquestionáveis intelectuais ganham batalhas em frente ao medo e opressão. Através dos anos, a partir da aquisição de seus direitos e a oportunidade de estudarem, a presença feminina, dentro da sociedade em caminhos que em teoria causaria uma certa emancipação, causavam incômodo e desagrado a sociedade machista, fatos que até nos dias atuais são vigentes.

Pensando no gênero dentro do recorte da ciência geográfica, os seus estudos tardios se iniciaram por volta da década de 1980, na Europa e foram chegar ao Brasil somente ao fim da década de 1990 e início da década, como um pensamento consolidado e na perspectiva do que chamam de Geografia Feminista. Silva (2003), em seus estudos afirma que poucos no Brasil dão atenção para essa temática, ao contrário de outras ciências, como psicologia, sociologia e antropologia.

A inserção dentro do mercado de trabalho profissional que esteja fora dos afazeres domésticos, é relativamente recente. Apesar de a expansão da ação feminina ter começado décadas antes com pontuais movimentações no século XIX, a alargamento da sua presença no mercado de trabalho é marcado por uma intensificação maior a partir do século XX na ocorrência das Grandes Guerras Mundiais, as mulheres se viram na necessidade de tomarem frente das suas famílias, uma vez que haviam perdido seus maridos nos campos de batalha. (Nogueira, 2010, p. 14,15).

Apesar das mudanças dentre os movimentos que inseriram as mulheres no mercado de trabalho profissional de modo gradativo, algumas áreas e qualificações dentro desse meio, foram sendo bem divididas e marcadas pela presença maior de mulheres do que a de homens. Portanto, o presente trabalho busca a partir de uma análise de dados coletados disponíveis no site da Unifal-MG através dos portais pertinentes à uma relação de todos os docentes atuantes na graduação dentro da universidade, fazendo uma separação entre homens e



mulheres, por unidade acadêmica interna e em um aparato geral. A partir desses dados coletados, buscaremos realizar uma análise da presença feminina como docente da universidade e por fim analisar por meio da perspectiva geográfica, o uso do espaço pela mulher na UNIFAL-MG, diante da sua entrada nos cursos de graduação oferecidos pela instituição.

Desenvolvimento

As mulheres e o mundo do trabalho

A emergência do movimento feminista, faz com que essas temáticas cheguem cada vez mais na área acadêmica, esse pensamento se inicia em ciências como a Sociologia conduzindo as discussões. Esses debates aos poucos chegaram as questões do Mundo do Trabalho:

Nesse contexto, as mulheres que se inserem no mercado de trabalho formal, historicamente sempre estiveram na condição de inferioridade aos homens, subordinadas sofrendo com as relações sociais desiguais que naturalizam determinados papéis a mulheres e homens por meio da estrutura patriarcal. Na busca pela conquista da emancipação o movimento feminista pretende reduzir a gritante divisão sexual do trabalho, tanto no ambiente doméstico como no ambiente produtivo, diante das relações de trabalho e gênero (ARAUJO, 2015, p.304)

Ou seja, quando pensamos na questão do trabalho, é importante lembrar também que as mulheres que ao longo do tempo conseguiram chegar, acabavam se encontrando em trabalhos os quais normalmente não são realizados pelos os homens ao qual muitas vezes se via voltado para as relações de cuidado, se voltando para serviços essencialmente domésticos sendo levadas à uma submissão ao mandato masculino. Trazendo para realidade brasileira, Dias (1981), trata a questão do papel da família e o trabalho na cafeicultura na cidade de Guaranésia, na região Sul de Minas Gerais, trazendo entrevistas que buscam compreender como foi a construção e a evolução do trabalho da mulher no colonato e sua transição para um regime mais capitalista, dentre seus desenvolvimento, a autora constata com base em suas entrevistas e coletas de dados de forma bem concreta que desde a ida das mulheres para as lavouras de



café e a realização de um trabalho pesado no campo junto aos homens de suas famílias, o trabalho de cuidar do lar, e da família ainda é direcionado para as mulheres, onde essas ações eram vistas como obrigações e não parte do trabalho, além de que não havia remuneração separada pelo seu esforço no campo e o único a receber seria o marido, pai ou o homem mais velho responsável pela unidade de trabalho. Essa base se torna importante no contexto brasileiro, pois é parte de um processo de como as mulheres se inseriram no mundo do trabalho.

Com a transição dos movimentos a uma nova forma de trabalho remunerado e o fim do regime do colonato que levou a ida das famílias para a cidade, a necessidade de buscar uma fonte de renda para poder sobreviver a carestia e ajudar a complementar a renda familiar, as mulheres e mães principalmente, se veem limitadas a serviços domésticos em casas de suas regiões de morada, além de não poderem se deslocar para muito longe, pois estaria muito longe de sua família, mais especificamente, filhos.

Já na realidade dos centros urbanos, o trabalho nas fábricas sempre tivera presença das mulheres - principalmente imigrantes - mas que ao longo das décadas foram surgindo leis, que a relegaram desse ambiente e se mantivessem no lar. Ideia reforçada no que se diz respeito de questões biológicas e também morais, dentro dos padrões comportamentais do que é considerado feminilidade e masculinidade. Essas concepções estavam preocupadas em normatizar o corpo feminino, para que a mesma pudesse se dedicar à família e ao casamento, e como reforçado por Rago (2007), essa ideia de maternidade e sentimentalismo que foram relacionadas a mulheres neste período foram essenciais para esse processo de exclusão de diversos campos de atuação. A autora também destaca a questão do espaço neste contexto e como o mesmo se constituiu de maneira desigual para homens e mulheres:

A organização do trabalho, a educação, o próprio espaço público, ao menos nas cidades foram idealizados a partir de uma diferenciação sexual, segundo a qual determinadas tarefas, leituras, cursos, lugares eram adequados para os homens, mas não para as mulheres, já que sua constituição supostamente mais débil naturalmente não as protegia dos perigos. Por outro lado, também para os homens, as concepções vigentes sobre sua sexualidade e sua essência, concepções estas que apenas recentemente começam a ser pesquisadas, forçaram-nos a ocupar determinados espaços e funções que os excluíram de determinados convívios e experiências fundamentais ao equilíbrio humano. (RAGO, p.231, 2007)

ALEXANDRE, G.O; DOMINGUES, R.C.V. Gênero e trabalho: reflexões sobre o espaço das mulheres dentro do corpo docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). **5º Workshop de Geografia Cultural "Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade"**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



Desde então esse processo vem sendo um dos grandes desafios das mulheres perante ao mercado: obter a igualdade perante aos homens, pois esses estereótipos já estabelecidos, são os principais bloqueios para que esse movimento seja realizado de maneira efetiva.

O gênero na abordagem geográfica

A ciência geográfica foi mais tardia em relação ao estudo do gênero, principalmente em um contexto latino-americano, onde essas discussões acerca do feminismo e igualdades, vieram de um pensamento norte-americano e europeu, levando em consideração o fato advir de países desenvolvidos. No Brasil, com a chegada da Geografia Cultural e Humanística, que trabalha em uma perspectiva mais individual do sujeito e suas ações, essa questão abre possibilidades para essa abordagem e visualização da questão da mulher sob o espaço, mostrando o caráter predominantemente masculino que existia até então. Ainda que timidamente, Silva (2009), comenta que os trabalhos já desenvolvidos nesta temática se mostram como algo sem volta, mas a intenção é avançar nestas temáticas de modo que se mostre o uso dos espaços em relação ao gênero. Uma das pioneiras brasileiras nesses estudos, que atualmente vem a se sacramentar como Geografia Feminista, Silva (2003), trabalhou inicialmente em pensar o cotidiano no micro, pois nele é onde se encontra o feminino, já que o mesmo não é algo considerado como hegemônico e prodominante na paisagem geográfica.

Desde então vem se buscando esse olhar mais atento para observação de possibilidades e de que a Geografia tem papel fundamental nesse processo de compreender e valorizar que a mulher também produz o espaço, mesmo que as suas estruturas não sejam favoráveis ao feminino, que este a exclui e segrega, mas ao mesmo tempo se mantém resistente:

As formulações recentes da investigação geográfica feminista tem se destinado a reconhecer a forma em que as relações de gênero constituem um processo da sociedade contemporânea determinante nas distribuições espaciais da atividade humana, nas desigualdades regionais, na configuração do espaço social, no uso dos recursos naturais na percepção e experiências espaciais. (REIS, 2015, p.30).

ALEXANDRE, G.O; DOMINGUES, R.C.V. Gênero e trabalho: reflexões sobre o espaço das mulheres dentro do corpo docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). **5º Workshop de Geografia Cultural** “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8

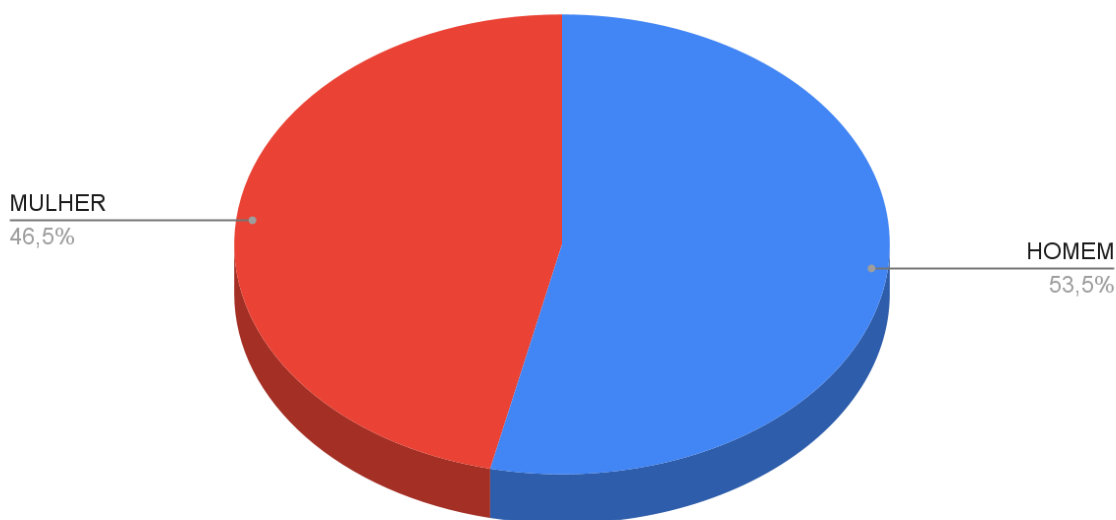


Ou seja, o espaço geográfico, por meio de suas relações entre o sujeito e a natureza são essenciais para essa análise, pois é por meio deste que as ações se concretizam. Esse olhar se mostra importante para que a ciência geográfica seja vista de um ponto de vista contrário ao padrão já pré-estabelecido. Esse processo nos faz refletir perante as ações do cotidiano, analisando intrinsecamente.

A questão do espaço das mulheres dentro da UNIFAL-MG

Se tratando da questão central que se dá o enfoque do presente trabalho, foi feito um levantamento de todos os docentes atuantes na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e separados em duas formas de identificação, ao qual foram divididos em homens e mulheres. Sendo assim, ao fazer a coleta de dados, constatamos que a presença de docente do sexo masculino é relativamente maior do que a presença feminina, como mostra o gráfico e tabela a seguir:

Gráfico 1: Representação em porcentagem da diferenciação da presença dos docentes atuantes na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).



Fonte: Site da UNIFAL-MG, elaborado por ALEXANDRE E DOMINGUES.



Tabela 1 –Representação numérica de docentes da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) por gênero.

	Homens	Mulheres	Total
Quantidade em números	297	258	555
Porcentagem	53,5%	46,5%	100%

Fonte:Site da UNIFAL-MG, elaborado por ALEXANDRE E DOMINGUES.

Tendo em vista os resultados da coleta dos dados obtidos com base nas informações oferecidas pelos portais das unidades acadêmicas internas da Unifal-MG, foi possível constatar que a presença de homens atuantes como docentes dentro da universidade é predominantemente masculina, com suas diferenças entre os cursos e áreas de atuação no âmbito acadêmico. Ao elucidar questões sobre a produção científica dentro da Geografia em um aspecto mais geral dentro da realidade brasileira Silva *et al.*, (2020) traz rapidamente que além da produção científica das mulheres são menores por numerosos fatores aos quais não se relaciona a capacidade dos mesmos, a presença de docentes mulheres em pós-graduação, que na maioria das vezes também atuam na graduação, estão em menor número em relação aos homens, o que não se restringe ao nicho em que se encontra a Geografia, mas de forma parecida nas outras áreas do conhecimento. No que se refere a desigualdades e relações de poder dentro do meio científico e suas relações de poder pode-se dizer que esse meio acaba por estratificar as relações por inúmeras formas separatórias e de certa forma, capacitistas:

A ciência como um construto humano não está isenta das múltiplas formas de preconceito e discriminação de gênero, etnia/raça, classe social, geração, nacionalidade, entre outros. Centraremos a discussão no preconceito de gênero constituído nas relações sociais no contexto da ciência. De modo geral, as relações de gênero que se estabelecem no cotidiano das universidades e instituições de pesquisa, espaços onde se produz a ciência, são atravessadas por relações de poder que (re)produzem identidades e diferenças. Nesse sentido, consideramos importante discutir como as identidades são instituídas nas práticas sociais por meio do processo de produção da diferença, que pode gerar preconceitos de gênero. Neste texto, tomamos por preconceito de gênero os discursos e as práticas sociais que inferiorizam ou excluem as mulheres em função do seu sexo. (Silva; Ribeiro, 2014, p. 454)

A partir deste condutor a questão da reprodução das diferenças e produção das identidades, no caso a de gênero, Silva e Ribeiro (2014) destacam que essas



construções buscam estratificar e classificar o masculino e o feminino, no que resulta na valorização de certas habilidades em relação à outras que por vezes colocam as mulheres em uma condição que se encontra em uma certa deficiência cognitiva que acaba por inferiorizá-las.

Nesse sentido, em algumas áreas de estudo e conhecimento, dentro do âmbito acadêmico da Unifal-MG é possível se estabelecer e identificar uma relação inversa a depender das áreas, como maior presença masculina em relação à feminina em algumas, e uma maior presença feminina em relação à masculina em outras. No setor da saúde e bem-estar como Enfermagem, Ciências Farmacêuticas, Motricidade, onde se encontra o curso de Fisioterapia e Nutrição a presença de mulheres atuantes como docentes é mais expressiva em relação à quantidade de homens atuando nessas áreas. A mesmo modo, alguns cursos entranhados no Instituto de Ciências Humana e Letras, o ICHL, como Pedagogia e Letras e suas modalidades por meio das Licenciaturas e Bacharelado é visivelmente mais forte a presença feminina se comparada a presença masculina como docentes, a tabela a seguir ilustra em quantidade e porcentagem essa questão aqui tratada.

Tabela 2 – Representação numérica de docentes da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) por gênero, unidade acadêmica de cursos que contém maior expressividade da mulher no corpo docente.

Unidade acadêmica e Cursos.	Homens	Mulheres	Total	Porcentagem de Homens (%)	Porcentagem de Mulheres (%)
Ciências Farmacêuticas	14	23	37	37,8%	62,2%
Ciências da Motricidade	9	12	21	42,9%	57,1%
Enfermagem	4	22	26	15,4%	84,6%
Nutrição	3	18	21	14,3%	85,7%
Pedagogia (ICHL)	4	10	14	28,6%	71,4%
Letras e suas modalidades (ICHL)	9	17	26	34,6%	65,4%

Fonte: Site da UNIFAL-MG, elaborado por ALEXANDRE E DOMINGUES.

ALEXANDRE, G.O; DOMINGUES, R.C.V. Gênero e trabalho: reflexões sobre o espaço das mulheres dentro do corpo docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). **5º Workshop de Geografia Cultural "Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade"**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



A partir disso, áreas e atuações em setores e funções que envolvem cuidado e bem-estar e ensino infantil são preferidas e voltadas para uma condição estrutural para o serviço de mais mulheres do que de homens. Em um aspecto geral, os cursos aqui citados são caracterizados essencialmente por trabalho dito como os de cuidado, ao qual, suas funções exercem certa dinamicidade que o ato de ensinar no caso da Pedagogia atuantes no ensino fundamental I, onde estão presentes crianças na maioria das vezes abaixo dos 12 anos e Letras que envolve o desenvolvimento da cognitividade, escrita e interpretação.

Ao que se refere aos cursos que estão na atuação na área da saúde, acaba seguindo a mesma linha dos cursos que envolve ensino que foram citados acima, excluindo Medicina, Odontologia e Biomedicina, os restantes dos cursos apresentados na tabela acima envolve a maior presença feminina já que mais uma vez envolve questões do ato de cuidar e pensamentos introjetados de vocações. A produção de fármacos, questões relacionadas à alimentação, recuperação física das diversas formas, são focadas pelo olhar feminino, uma possível cadeia de detalhes que devem se atentar, pacientes tratados pela medicina (curso com sua maioria masculina) em seus diversos procedimentos, são encaminhados para o acompanhamento do tratamento continuado aos quais são responsabilidade das outras áreas da saúde, aqui destacadas. Esclarecendo um pouco sobre o trabalho do cuidado.

Cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. Para colocar a questão claramente, os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham "cuidado com" e as mulheres "cuidem de". (Tronto, 1997, p.189)

Ou seja, preceitos estruturados em um ambiente doméstico refletindo de modo escalonado nas escolhas e ocupações femininas dentro do meio científico, apesar de não ser algo forçado equivalem a uma tradição sistêmica e cultural, já que desde suas trajetórias de inserção e seus desbravamentos na conquista da espacialidade causou uma resistência e descontentamento perante a hierarquia e os movimentos de relações de poder dentro das universidades em que as



mulheres se embrenharam. As oportunidades não foram homogêneas, e a concentração de mulheres e a multiplicidade de perpetuação da concentração masculina em áreas opostas também esteve presente as quais foram levadas pela interpolação e a rotulação de como essas áreas e nichos deveriam ser ocupados seguindo os preceitos impostos sobre elas.

Reforçando ainda mais a ideia que as autoras expuseram, na UNIFAL-MG, cursos e unidades acadêmicas que apresentam baixa representatividade feminina, está localizada dentre os que tem seu enfoque em questões quantitativas e técnicas, podemos citar aqui que o Instituto de Ciências Exatas (ICEEx), que abriga os departamentos de Ciência da Computação, Estatística, Física e Matemática e o Instituto de Ciências da Natureza (ICN) que engloba os cursos de Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura) em Geografia (Bacharelado e Licenciatura), apresentam respectivamente a porcentagem de 28.9% e 26,7% de presença feminina atuantes como docentes.

Podemos destacar também o caso particular da criação do Curso de Geografia (Bacharelado e Licenciatura) na UNIFAL-MG, que teve seu primeiro ar de vida a partir de duas professoras doutoras que deram a largada para a concretização do curso, que atualmente possui mais de 14 anos de história da universidade. Cada uma delas com seus enfoques dentro das principais dicotomias, Geografia Física e Humana, e dentro dessas linhas de estudo interno permitiram uma ampla estruturação e alinhamento das conquistas feitas pelo curso. Em contrapartida, atualmente seu corpo docente conta apenas com duas mulheres, sendo o resto todos homens, o que reforça a ideia de Silva (2003), mostrando que a ciência geográfica, se mostra como uma ciência de hegemonia masculina.

Considerações Finais

Ao levar em conta as problemáticas discutidas no presente trabalho, vale ressaltar que dentre as disparidades, divisões arbitrariedades o que se trata do espaço das mulheres dentro da Universidade Federal de Alfenas é nitidamente explícito as relações de poder exercidas nesses espaços em que elas ocupam e até internamente essas relações acabam por existir. Construindo em uma perspectiva



em modo mais mundializado e politizado ao se tratar de elementos constitutivos das relações de poder, Raffestin (1993) constata que é de um esforço inútil tentar distinguir as diferenciações de relações de poder dizendo que:

Sendo toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação. Manipulação? Isso quer dizer formação, acumulação, combinação e circulação da energia e da informação implicadas pela existência de um campo relacional, qualquer que seja. A energia, com a informação, se forma, se acumula, se combina e circula. (Raffestin, 1993, p.53,54.)

Podendo assim, ligar as articulações internas e externas as quais por meio do acúmulo e circulação de informação foram um dos pilares para o avanço no que se trata a participação e a expansão da presença das mulheres docentes no âmbito acadêmico e na produção de ciência. A estruturação e a articulação que as levam a ganhar espaço nesse meio regido através dos tempos por homens, se têm em seu epicentro no acúmulo de informações e estratégias articulados nos variados níveis de poder para a o êxito, apesar de vagaroso e polarizado, nas ocupações de poder no destaque científico.

Uma coisa é certa: a energia e a informação sempre estão presentes simultaneamente em toda relação. A troca verbal, a relação oral, não é puramente informacional, pois é necessário uma quantidade de energia para que a comunicação tenha lugar. O laço entre o poder e o saber é evidente mas não há nem informação pura nem energia pura. Trata-se sempre de uma combinação das duas. O espaço-tempo relacional é organizado pela combinação de energia e informação. (Raffestin, 1993, p.53,54.)

Em suma, apesar de todos os obstáculos que incluem o ser mulher dentro de diversos espaços, ainda assim podemos observar o pioneirismo e a articulação e trâmites que as mulheres constroem através das décadas, vêm abrangendo e desbravando áreas que ficam restritas às suas atuações. Mulheres que estão incluídas em setores que destoam da estruturalidade e regência de seus domínios, sendo o alicerce na estruturação de suas áreas de atuação. Apesar de alguns avanços o que leva a uma melhor divisão e igualdade no que se refere o espaço por elas ocupado e que virão a ser ocupados por elas no futuro. Questões culturais e sistêmicas ainda são uma grande barreira norteadora para as escolhas acadêmicas, é um efeito colateral de anos de práticas e subversão sexista imposta



pelo meio social, que transforma e polariza o uso do espaço através de olhares e relações.

Referências

Artigos em Revistas

DIAS, A.M.S. Família e trabalho na cafeicultura. **Cad. Pesqui.** [online]. 1981, n.37, pp.26-38. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=So100-15741981000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt

SILVA, F. F.; Ribeiro, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciênc. Educ., Bauru**, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/abstract/?lang=pt>

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, n. 8(1), p. 31-45, 2003. Disponível em:

https://www.faecpr.edu.br/site/documentos/revista_historia_regional7.pdf

REIS, M. L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 38, Jul./Dez. DE 2015, p.11-34. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura>.

YANNOULAS, S.C. VALLEJOS, A.L. LENARDUZZI, Z.V. Feminismo e academia. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000.

Capítulo de Livro

RAGO, M.. “Relações de Gênero e classe operária no Brasil – 1889-1930” In; **Olhares Feministas**. MEC/Unesco, Brasília, 2007, p. 219-238. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/olhares_feministas.pdf#page=219

SILVA, J.M. CESAR, T.R.A.O. PINTO, V.A.M. Fazendo Geografias Feministas: apontamentos sobre desobediências epistemológicas. In: ALVES, F.D.; AZEVEDO, S.C. (Orgs.) **Análises geográficas sobre o território brasileiro: dilemas estruturais à Covid-19**. Alfenas: Editora da UNIFAL-MG, 2020. p.14-28.

TRONTO, J.C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Eds.).

Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record, Rosa do Tempus, 1997. p. 186-203.

ALEXANDRE, G.O; DOMINGUES, R.C.V. Gênero e trabalho: reflexões sobre o espaço das mulheres dentro do corpo docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). **5º Workshop de Geografia Cultural “Relações étnico-raciais, Sexualidades e Gênero: Por uma Geografia da Diversidade”**. 17 a 19 de agosto de 2022, Alfenas-MG. ISBN: 978-65-86489-66-8



SILVA, S.M.V. A perspectiva feminista na geografia brasileira. *Geografias Subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*, p. 300-313, 2009.

Livros

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1Rc7_FZQPO9Z_hMYjCC_hWDzcL63dNbVV/view?usp=sharing

Sites

Corpo Docente – **DCH**. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/ichl/corpo-docente-dch/>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

Corpo Docente – **DL**. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/ichl/corpo-docente-dl/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

Corpo Docente Departamento de Matemática. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/icex/matematica-2/>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

Docentes Departamento de Estatística. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/icex/estatistica-2/>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

Docentes do Departamento de Ciência da Computação. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/icex/ciencia-da-computacao-2/>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

Docentes do Departamento de Física. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/icex/fisica-2/>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

Enfermagem. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/escoladeenfermagem/enfermagem/>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

Faculdade de Medicina. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/faculdaedemedicina/>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

Faculdade de Nutrição. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/fanut/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Faculdade de Odontologia. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/odonto/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

Fisioterapia. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/icm/apresentacao/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

Instituto de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/ict/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.



Instituto de Ciências Biomédicas. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/icb/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

Instituto de Ciências da Natureza. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/icn/>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/icsa/>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

Instituto de Química. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/iq/>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

Pró-Reitoria de Graduação. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/graduacao/cursos/?sitecurso=2&cursoid=55>>. Acesso em: 29 jun. 2022.

Sistema Acadêmico. Disponível em: <<http://academico.unifal-mg.edu.br:8080/academico/publico/corpodocente/search/55>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

Trabalhos de Conclusão de Curso

NOGUEIRA, D. A. A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho, David Antonio Nogueira. FEMA – Fundação Educacional do município de Assis. Assis, 2010. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0911301355.pdf>



Campo cego: Produção do espaço urbano pela crítica feminista

Blind Field: Production of urban space by feminist criticism

Daiene Silva Manske – daienemanske@gmail.com
Mestranda em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo
Orcid : <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-1972-846X>

Resumo

Mediante as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo planejamento urbano, torna-se claro a necessidade de reflexão acerca das formas e conteúdos da cidade, na tentativa de torná-la inclusiva e segura. Há uma lacuna no discurso da produção do espaço na perspectiva de gênero, fato historicamente comprovado ao observarmos a subordinação, exploração e exclusão vivenciada pelas mulheres no decorrer de décadas. O debate em questão dialoga sobre a produção do espaço, busca na Geografia respaldo no que tange a dialética entre espaço e sociedade, e apresenta a necessidade de inclusão das mulheres nesse espaço com todos seus direitos de uso.

Palavras-chave: Feminismo, Espaço urbano, Cidades, Emancipação.

Abstract

Through to the numerous difficulties faced by urban planning, the need for reflection on the forms and contents of the city becomes clear, in an attempt to make it inclusive and safe. There is a gap in the discourse on the production of space from a gender perspective, a fact that has been historically proven when we observe the subordination, exploration and exclusion experienced by women over the decades. The debate in question dialogues about the production of space, search support in Geography regarding the dialectic between space and society, and presents the need to include women in this space with all their rights of use.

Key words: Feminism, Urban space, Cities, Emancipation.



Quando saía espantava-se com o salto de progresso de S. Geraldo, espavoria-se no tráfego como galinha fugida de quintal. As ruas já não cheiravam a estábulo mas a arma de fogo deflagrada – aço e pólvora.

E como estouravam os pneumáticos! Tinham-se aberto inúmeros escritórios com máquinas de escrever, instalações de arquivos de ferro e canetas automáticas. Cópias e cópias eram batidas em mimeógrafos e assinadas. Os arquivos rebentavam, plenos de registro imediato do que se passava. Os homens da limpeza Municipal varriam superficialmente as calçadas, escondendo os restos nos esgotos. Que à tarde faiscavam aos derradeiros raios de sol em poeira e brilho, como tesouros. [...]De súbito, no meio do tricô, apenas por glória, a mulher se erguendo e batendo asas sombrias sobre a cidade realizada – sombrias como os bichos eram sombrios, morosos e livres; sombrios sem que a dor fosse sofrimento; o que houvera de impessoal na sua vida a fazia voar. (LISPECTOR, 2019, p.185 e 189-190)

Introdução

Este artigo sistematiza algumas questões que permeiam minhas reflexões e meus estudos científicos, embasado por busca no sentido de pertencimento ao espaço, que se conecta ao ser mulher/geógrafa/pesquisadora da produção do espaço urbano. Em muitas leituras, predominantemente masculinas, percebe-se o planejamento e funcionamento das cidades sob um olhar excludente ao gênero feminino, tanto na participação efetiva da produção quanto na vivência/convivência nesses lugares. O estudo torna possível o raciocínio e debate acerca do movimento feminista e compreensão do conceito de gênero como um caminho para explicar a produção do espaço desigual.

Pontos norteadores para a pesquisa são referentes à forma como a mulher produz e interage no espaço. O diálogo sobre as desigualdades não retrata apenas o acesso, à produção/reprodução, mas é caracterizado pelo poder e privilégios dos homens na criação/conservação desta estrutura. As mudanças orquestradas



pela globalização, articuladas pelo capital, cria novos métodos para produção e expansão, sob a cumplicidade de um Estado conivente com a exclusão social que carrega o desemprego, a fome e ausência de direitos como moradia, saúde, educação, segurança, lazer e cultura.

Desta maneira, o espaço da cidade contrasta com as multiplicidades de grupos de diferentes classes, idades, origens, religiões, orientação sexual e gênero; sendo assim, entender as diversas formas de opressão faz-se necessário na medida em que distanciam a sociedade e geram uma articulação nas relações que não seguem necessariamente a mesma direção.

Transformações históricas

A história relembra algumas passagens que prevalecia a idéia de ininterrupção e a busca pela unicidade, porém, nos dias atuais observamos a tentativa do rompimento, olhares para o plural, para o diferente e para os múltiplos. Inúmeras formas de identidades e estilos de vida, formas de se reconhecer e enxergar o outro. A sociedade traz a tona novos formatos, portanto novos conteúdos, tendo como base etnias, sexo e diversidade.

Segundo Reis (2015), para acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade e os diferentes apontamentos e vontades, a ciência precisa visualizar a nova realidade e buscar caminhos para compreender o mundo e suas mudanças. Devido a isto, este artigo procura compreender historicamente a opressão feminina no processo de organização do espaço geográfico, traçando um paralelo sobre as questões de gênero e produção do espaço. Espaço que evidencia a luta de classe e hierarquia, que evidencia diferentes campos de forças e de conflitos, os campos cegos, pois como afirma Lefebvre,

Não somente obscuros, incertos, mal explorados, mas cegos no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro da visão, e contudo, sua negação. Paradoxos. O olho não se vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego. Esses paradoxos não se estendem ao pensamento, à consciência, ao conhecimento? (LEFEBVRE, 2008, p.35)

Podemos considerar que a geografia era muito voltada para o estudo das espacialidades, ignorando por bastante tempo o tema gênero, componente importante da diferenciação social. De acordo com De Andrade (2006), na pré-



história, antiguidade e idade média, o objetivo da geografia era desenhar roteiros, recursos que poderiam ser explorados, e condições meteorológicas. Com Humboldt e Ritter, desenvolvem-se estudos ligados aos fenômenos físicos, e se apresenta uma geografia que tinha ligação a posições políticas; demorou a ser aceita nas universidades e não estimulava uma reflexão profunda, e passado a evolução da geografia acadêmica, pós guerra e ditadura, surge a geografia crítica, que reuniu os que buscavam uma sociedade melhor, e melhor distribuição de renda, na resolução de problemas sociais, políticos e econômicos.

Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços políticos - institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica. A partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos. (SILVA, 2003, p.33)

Considerando a sociedade de forma homogênea, sem distinção de sexo e diferenças entre homens e mulheres para conviver em um mesmo espaço, a geografia têm inserido as questões referentes a gênero, para que melhor se compreenda as relações sociais, relações da divisão do trabalho, política, educação etc. Alves (2019) relata que na época em que surgiu a cidade-estado, a mulher foi excluída do espaço público causando afastamento entre homens e mulheres, sendo associado às atividades maternas e afetivas, e outras atividades domésticas; enquanto os homens se encarregavam das atividades na produção e na política, por exemplo:

Durante a década de 80, os estudos feministas no campo da Geografia foram influenciados pela perspectiva marxista e pela noção do patriarcado, vinculando as lutas de classe às desigualdades de gênero. Para as geógrafas feministas dessa tendência teórica, gênero deve compreender as relações de dominação e subordinação, não podendo ser tratadas de forma separada, mas intrínseca às lutas de classe, sendo uma forma de superar a totalidade dos sistemas de exploração presentes nas diversas sociedades. (REIS, 2015, p.26)

A busca por melhorias na vida das mulheres através da emancipação, direitos e liberdade, tem ocorrido em meio à classe trabalhadora. Desta maneira, é possível alcançar o poder político e agir contra opressões e discriminações por elas vividas no decorrer dos tempos. De Andrade (2006, p.13) cita que “ a



opressão sobre as mulheres está em uma dimensão ampla ao englobar toda a sociedade. No entanto, a opressão é diferente de exploração, a primeira é cultural e social”; distingue-se no fato de que a opressão se aproveita das diferenças com o intuito vantajoso para com o outro, resulta em desigualdade de direitos e discriminação, enquanto a exploração ocorre em detrimento da divisão da sociedade em classes, porém, existe uma relação direta entre ambas quando surge exploração econômica, pois facilita muitos eventos de opressão.

O objetivo em compreender a construção social que se relaciona aos gêneros é descaracterizar a opressão. O gênero torna-se uma categoria para investigar as relações de poder, construída devido a características socioculturais e atividades a serem realizadas por cada um, além de relações sociais que acontecem no capitalismo, como a hierarquização, competição e apropriação.

A teoria Marxista lidera algumas tendências feministas através do método histórico dialético, trazendo inúmeras análises de conceitos. As relações sociais pelo pensamento Marxista associado ao feminismo baseiam-se no questionamento de relações desiguais na sociedade, enfatizando a materialidade da existência. O intuito é compreender como se constrói o gênero historicamente, como acontecem as mudanças nas relações entre homens e mulheres e de que forma é representado; demonstrar as desigualdades e questionar como classe e raça percorrem esses conceitos.

O materialismo histórico dialético torna evidentes as desigualdades a quais as mulheres estão submetidas. A tentativa é desassociar a naturalidade da dominação masculina sobre as mulheres, e investigar como as relações entre ambos torna facilitador/difícil a produção/reprodução de suas necessidades. Engels (2013) simplifica a reflexão ao estabelecer o materialismo, a propriedade privada e as formas de opressão contra as mulheres, revelando que os processos socioeconômicos estão interligados a tais elementos.

O trabalho de Friedrich Engels sobre a opressão das mulheres e a família abordou esta questão e lançou as bases para um entendimento que se mantém até hoje. Esta análise aponta para uma explicação materialista das idéias sexistas. Elas não são internalizadas com o leite da nossa mãe. Ao contrário, elas decorrem de um processo de socialização moldado pela forma como a sociedade está estruturada, em especial o papel desempenhado pela família. Enquanto o poder acena para as teorias de Marx e Engels, a maioria dos novos escritos feministas falha em se comprometer seriamente com seus avanços ou examinar a validade de seus argumentos. (ORR, 2011, p. 136)



Engels (2013) demonstra a importância das mudanças ocorridas na história da humanidade; primeiramente com a inexistência da divisão de classes que posteriormente resultou no que ele aponta como uma derrota para o sexo feminino, com base na monogamia, as mulheres tornaram-se principais responsáveis pela reprodução e os homens tornaram-se dominantes na produção, fato que ocorre na transição para uma formação de uma nova sociedade que tinha como objetivo se estabilizar em um local, além do plantio, que movimentou a sociedade para confecção de novas técnicas.

Estas novas técnicas tiveram um impacto significativo sobre o papel das mulheres na sociedade: o uso de equipamentos pesados, o início da troca de excedentes e o contato, alguns hostis, fora dos limites do grupo. De um período em que o trabalho das mulheres tinha produzido pelo menos tanta comida quanto o dos homens, e em muitos casos mais, as áreas de trabalho empreendidas pelos homens tornaram-se mais produtivas e mais centrais para a sobrevivência ao longo do tempo. Aqueles que produziam o excedente controlavam seu uso, e este por sua vez, deu poder a alguns homens no grupo. A educação infantil não poderia tão facilmente ser combinada com o centro de produção e, assim, desenvolveu-se uma divisão entre o papel cada vez mais privado e recorrente de reprodução (sociedades de horticultura estática ou agrícolas necessitavam e poderiam sustentar mais mãos para trabalhar a terra) desempenhado pelas mulheres e cada vez mais a produção social era realizada pelos homens. (ORR, 2011, p. 137)

O primeiro sinal dessa relação opressiva acontece quando as mulheres perdem o controle sobre o trabalho, assumem diferentes papéis devido à divisão entre gênero, modificam as atividades da família e se tornam posteriormente economicamente dependentes do homem. Num viés Marxista, compreende-se que outros fatores além do material são cruciais para o entendimento ideológico dessas relações, maneiras de se posicionar no mundo e se perceber, mesmo que as relações estejam atreladas a condições materiais é necessário identificar as subjetividades existentes.

Espaço e gênero

Na tentativa de compreender as diversidades existentes na sociedade, o espaço geográfico torna-se objeto para análise. Através dele que acontecem as relações sociais e de produção, na medida em que se transforma de produtor de coisas, a coisa produzida; a produção direta do espaço. Lefebvre (2016, p.117) cita, “ se é isso o que ocorre, poder-se-á dizer, já se pode dizer sobre o espaço, (seja



sobre um segmento, seja sobre um conjunto espacial) o que Marx dizia e mostrava sobre cada coisa produzida: que, enquanto coisa, contém e dissimula relações sociais.”, sobre o espaço capitalista menciona:

O capitalismo se estendeu subordinando a si o que lhe preexistia: agricultura, solo e subsolo, domínio edificado e realidades urbanas de origem histórica. Do mesmo modo, ele se estendeu constituindo setores novos, comercializados, industrializados: os lazeres, a cultura e a arte dita “moderna”, a urbanização. Entre essas extensões existem, ao mesmo tempo, concordâncias e divergências, unidade com contradições (novas, a esclarecer). Portanto, o capitalismo só se manteve estendendo-se ao espaço inteiro (transbordando dos lugares de seu nascimento, de seu crescimento, de sua potência: as unidades de produção, as empresas, as firmas nacionais e supranacionais). (LEFEBVRE, 2016, p. 117)

De acordo com Lyra (2019), a cidade passa a ser compreendida não somente como reflexo das relações sociais, mas como uma parte fundamental para manutenção de desigualdades, tendo como base uma lógica patriarcal que exclui e subordina a mulher.

O orquestrado distanciamento da figura feminina do pensar e fazer o urbano produziu – e tem produzido – espaços masculinizados e dicotômicos, rigorosamente fragmentados entre esfera pública e privada, materializando uma segregação de gênero que não somente se manifesta na cidade, como a define. (LYRA, 2019, p.50)

Neste espaço produzido pelo capitalismo o trabalho realizado por homens e mulheres é o motor da sociedade e interfere em sua forma de apropriação, é um produto social. Sua organização demonstra como as forças de produção se desenvolvem e revela a hierarquização que advém da divisão de classes, raças e gênero, contribuindo para reflexão quanto ao trabalho das mulheres na produção do espaço. Segundo Reis (2015), para reconhecer o espaço como produto de inter-relações, é necessário perceber as relações de gênero na existência da multiplicidade, respeitando a coexistência de diferentes trajetórias. É fundamental avaliar as diferentes formas de planejar a cidade, no esforço de torná-la inclusiva, analisando-a em todas as particularidades, havendo um plano geral baseado na realidade social em que se vive, no ambiente e na economia, mas também planos parciais e especiais.

A mulher foi historicamente desconsiderada nos modos de produção do espaço urbano, observe que ao decorrer da urbanização o espaço público partiu de um ideal masculino, e realizado para esta funcionalidade. Conforme Rodrigues



(2017), nas cidades gregas o gênero caracteriza as tarefas, o homem era responsável pela política e negócios, além de atividades lúdicas. Os locais permitidos às mulheres não se encontravam nas estruturas das cidades, a não ser os templos que tinham como objetivo a celebração; esses templos eram localizados nas periferias das cidades enquanto os templos masculinos ficavam no centro.

Na atual realidade da sociedade, percebe-se a subordinação e a insegurança das mulheres como seres pertencentes desse espaço, demonstra as diferentes formas e percepções de apropriação; a mulher se preocupa em escolher trajetos diferentes para se deslocar, como por exemplo, em locais em que há falta de iluminação e visibilidade, ou pouco movimento.

Se perguntar 'uma mulher se sentiria segura andando aqui à noite?' e obter uma resposta positiva provavelmente significa que a maioria das pessoas se sentiria confortável usando aquele espaço. Mulheres podem ser usadas como um termômetro para a segurança e outras prioridades em planejamento.” (Warner apud Vieira, 2016, p.17)

Locais bem iluminados e com manutenção adequada, próximos a circulação de pessoas e movimento, são normalmente ocupados por toda a população, e demonstram ser ambientes mais seguros. Para que as mulheres façam uso desses espaços, elas precisam ter acesso, e como fator essencial estão situações ligadas aos deslocamentos, como o horário em que circulam e o meio de transporte a ser utilizado. Outro fator está ligado ao lazer, como os campos, quadras nos bairros e espaços esportivos, são majoritariamente utilizados pelos homens e resultam na limitação de divertimento da mulher. Ocorre também comportamentos hostis no que se refere à amamentação em locais públicos, que não garante de forma nenhuma a inclusão da mulher no espaço urbano, muito menos o sentimento de pertencimento.

A ideia de uma cidade construída para todos contradiz a realidade de ambientes urbanos privilegiados, que foram e são construídos ao longo da história. As necessidades femininas deveriam ser incluídas também no planejamento do espaço, e para que isso aconteça é imprescindível a participação do gênero no processo, assumindo papéis na política, na associação de moradores etc. A busca pelo envolvimento feminino nas decisões incide desde a luta pelo



direito ao voto na década de 30, a reivindicações por direitos iguais, na participação e representação em inúmeros movimentos.

Essa discussão permeia não somente a questão econômica pelo fato das mulheres formarem grande corpo produtivo do capital e força de trabalho, mas também o protagonismo nas transformações da sociedade por meio da revolução, no intuito de cessar a lógica machista do espaço inerente ao patriarcado que debruça no sistema capitalista. Rodrigues (2017) critica a estrutura do planejamento contemporâneo, e aponta lacunas neste processo que mantém as mulheres excluídas, que não são ouvidas, vistas e nem valorizadas, residentes no campo cego.

Assim, ontem, entre o rural e o industrial; hoje, entre o industrial e o urbano, não existe campo que não se vê? Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo - o urbano -, vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, redutor da realidade em formação. Desde então, não vemos essa realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos, impedimo-la de nascer e de se desenvolver. (LEFEBVRE, 2008, p.36)

Sarmiento (2018) diz que a presença feminina no meio urbano pode ser considerada um avanço, a história relata a luta que precede os dias de hoje em busca de emancipação política e de direitos; mas ainda no século XXI essa inclusão acontece de forma desigual, devido ao fato do desenvolvimento das cidades terem ocorrido sem a participação das mulheres nos debates de caráter público e urbano.

É possível concluir que o entendimento sobre essa questão se amplia sobre o universo da cidade, apresentando-se como um caminho transversal para a aplicação de políticas públicas que buscam atender à diversidade e à melhoria da qualidade de vida da sociedade. Tal fato demonstra que as demandas das mulheres no planejamento urbano não implicam fazer uma cidade especializada unicamente para as mulheres, excluindo o lugar e a demanda dos outros cidadãos, mas sim afirmar uma perspectiva que representa uma nova abordagem de inclusão, do olhar, da opinião, da percepção e da contribuição das mulheres na construção da cidade contemporânea, trazendo assim uma nova dimensão ao desenvolvimento da cidade e da sociedade. (SARMENTO, 2018, p. 69)

Um fator importante que deveria ser considerado é fomentar políticas públicas para inclusão de gênero para determinar o desenho de uma cidade. Através do planejamento, é inerente observar a vulnerabilidade que as mulheres



presenciam nos espaços públicos e a liberdade que se torna limitada, impossibilitando a participação efetiva nos espaços coletivos. Para a mulher, a cidade por muito tempo foi planejada com o intuito de garantir seu papel como dona de casa. Segundo o IBGE, a força de trabalho feminina corresponde a 51 % no Brasil, e ocorre um deslocamento praticamente igualitário com relação aos homens trabalhadores, e mesmo assim suas particularidades são ignoradas.

A luta das mulheres sobre o direito à cidade é uma batalha por políticas públicas que assegurem o exercício da cidadania. No Brasil, o desenvolvimento da agenda de gênero e política urbana só foi possível por meio da articulação da sociedade civil, em destaque o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, criado em 1985. Inicialmente esse movimento se mobilizou pela pauta da moradia, com o tempo, passou a questionar de modo mais geral a exclusão nas cidades brasileiras, o que impactou fortemente a construção da Constituição de 1988, na busca por garantir uma cidade para todos e todas, com iguais oportunidades, usos e acessos ao espaço urbano. (MARQUES et al, 2021, p.68)

E pondera:

Pôde-se compreender que nos anos 2000 houve um grande avanço na política urbana no Brasil, marcado pela criação do Estatuto da Cidade, que positivou avanços almejados pela Carta Magna de 1988, aperfeiçoando instrumentos urbanos centrais para o desenvolvimento das cidades, além da criação do Ministério das Cidades e das Mulheres, que possibilitou uma maior participação da sociedade civil na construção das políticas. A partir de 2015, no entanto, evidencia-se uma estagnação dessas discussões, com a extinção de importantes órgãos. (MARQUES et al, 2021, p.70)

Fatores concomitantes aos avanços da política urbana no que tange maior participação das mulheres se referem a estratégias de dominação, para manipulação de privilégios como os clássicos argumentos da diferenciação biológica entre os gêneros, que apresenta a mulher como uma figura fragilizada, além do uso de violência e medo, que a mantém em posição vulnerável, e o controle da autonomia financeira.

O homem transformava a mulher em sua primeira escrava, ao promover a supressão de sua liberdade sexual e de sua função de trabalho na comunidade, justificada pela precisão do reconhecimento da paternidade para sucessão de herança. (LYRA, 2019, p.52)

Não só o monopólio de terras e o capital ficavam centralizados em poder do homem, sendo seu trabalho de maior importância, como o trabalho da mulher passa a ser refutado. Como resultado observa-se a hierarquização do trabalho; de



um lado o trabalho reprodutivo, responsabilidade da mulher através dos cuidados do lar e dos habitantes; e aponta o trabalho produtivo como o trabalho que gerava mais-valia, portanto, remunerado e com maior aceitação.

[...] O primeiro não é valorizado pela sociedade, em primeiro lugar porque não é enxergado enquanto trabalho, e sim como algo que a mulher/esposa/mãe faz por amor e dedicação a sua família, e em segundo lugar, pois não é remunerado. Essa hierarquização torna o trabalho doméstico feminino completamente invisibilizado. (VIANNA, 2014, p. 23-24)

Outros apontamentos

Há uma relação entre as mulheres que são chefes de família e a pobreza, que retoma a discussão do espaço para um viés socioeconômico. Essas mulheres vivem sem companheiros e na maioria das vezes são mães solo. Encontraremos uma pluralidade de sujeitos masculinos e femininos, e suas particularidades criadas por suas próprias experiências ao longo da vida. Estes posicionamentos podem sofrer variações e transformações, assim como o espaço.

O espaço paradoxal é complexo, envolve variadas articulações e dimensões e se constitui em uma interessante construção metodológica na geografia. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas, também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. (SILVA, 2007, p.123)

Silva (2007) aponta que os estereótipos dos lugares que devem ser ocupados por mulheres e por homens foram criados através de uma visão masculina, e relata sobre a relação que existe entre sociedade e espaço, e o espaço produzido tem uma lógica masculina heterossexual burguesa, que foi conquistado pela violência e opressão.

Impressionante é a constatação da naturalização dos códigos de honra internalizados pelas próprias mulheres que promovem, por conta disso, uma auto-regulação. Instituiu-se, como valores e regras de conveniência locais, a complementaridade entre o papel provedor masculino e o da mulher 'virtuosa' em relação à sua sexualidade e no cuidado com a família. (SILVA, 2007, p.130)

Ressaltamos que hoje, mesmo inserida no mercado de trabalho, as atividades referentes à função domésticas e cuidado com os indivíduos do lar estão atribuídas a mulheres, atuando em jornadas duplas de trabalhos e sujeitando-se a baixos salários e desvalorização profissional, pois o espaço público e urbano não são apropriados para o gênero, normalizando o pensamento



de que a mulher seja complementar ao homem, provedor da casa. Lyra (2019) evidencia que disfarçado de diferenciação biológica, o Estado e a religião escravizam novamente a mulher, na medida em que:

A “revolução moral” cristã traz consigo princípios e costumes que, em associação com o Estado, moldam e exaltam a mulher “ideal”. [...] Em outras palavras, promovia a divinização da mulher ao passo que também exercia o controle e dominação de seus corpos públicos. (LYRA, 2019, p.53)

E ainda,

O desempenho do papel feminino da maternagem é uma condição desfavorável para as mulheres, notadamente para aquelas que se tornam únicas responsáveis pela manutenção da reprodução da família, mas paradoxalmente, um espaço de poder feminino. [...] uma estrutura de sentimentos na qual os filhos são considerados filhos da mãe e as mulheres assumem a centralidade das relações familiares, realizando a 'mediação' do amor entre os homens e seus filhos. (SILVA, 2007, p.131)

Considerações finais

Estes apontamentos demonstram a urgência no debate feminista, especialmente nas perspectivas territoriais, pela luta por direitos que se revelam no espaço urbano. A análise urbana é moldada pela perspectiva de gênero, a forma vulnerável e subordinada que apresenta as mulheres em relação aos homens; através dessa subordinação se reconhece o controle dos corpos, afetando a mobilidade, circulação, segurança, formas de lazer e liberdade de transitar em locais distintos; revela a centralidade da produção ao masculino e resulta no distanciamento/ausência da figura feminina nos espaços públicos.

O uso do espaço ocorre de forma síncrona, de direito de todos, porém a mulher tem um passado histórico de muita luta para ocupar este espaço. Perceber-se parte de um sistema capitalista e patriarcal é de extrema importância para pensar as questões fundamentais que proporcionam a autonomia necessária na continuidade do processo a favor dos direitos democráticos. Perceber o urbano como parte do direito da mulher, na busca do direito à cidade; reforçando pautas como segurança, livre circulação nos espaços públicos e ocupação de determinados locais, evitando discursos e políticas que fortalecem os estereótipos do ser mulher, trazendo para si a responsabilidade na busca da clareza e emancipação feminina.



Referências

ALVES, Luiza Santos. A questão do alimento no espaço urbano e o trabalho doméstico feminino. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 2516-2530, 2019.

CNNBrasil – Cable News Network Brasil. **Participação de mulheres no mercado de trabalho é 20% inferior a dos homens**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-20-inferior-a-dos-homens/>

Acesso em: 23 de junho de 2022.

DE ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia ciência da sociedade**. Editora Universitária UFPE, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2013.

GARCIA SARMENTO, Daniela Pareja. **A participação da mulher na construção da cidade contemporânea**: contribuições para um novo modelo de planejamento urbano em Blumenau, Santa Catarina. *Dearq*, n. 23, p. 64-71, 2018.

LEFEBVRE, Henri; **A revolução urbana**. tradução Sergio Martins. Editora UFMG, Belo, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 78, 2016.

LISPECTOR, Clarice. **A cidade sitiada**. Rio de Janeiro: Rocco, 2019.

LYRA, Júlia de Freitas Correia. As mulheres ocupam a cidade? Um olhar feminista e interseccional sobre a experiência urbana feminina no bairro da Jatiúca–Maceió/AL. **Revista Ímpeto**, n. 9, 2019.

MARQUES, Anna Elisa Alves; DE MEDEIROS, Raissa Rayanne Gentil; DE FRANÇA, Mateus Cavalcante. DIREITO À CIDADE E DESIGUALDADE DE GÊNERO: DIFERENÇAS ENTRE AS PERCEPÇÕES DE HOMENS E MULHERES SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS EM NATAL/RN E PORTO ALEGRE/RS. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 7, n. 1, p. 63-84, 2021.



ORR, Judith. Marxismo e feminismo hoje. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 132-143, 2011.

REIS, Máira Lopes. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, n. 38, p. 11-34, 2015.

RODRIGUES, Clarice Fernandes. A mulher no espaço público: uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço. **Seminário internacional fazendo gênero e mundo de mulheres**, v. 13, p. 1-12, 2017.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, p. 117-134, 2007.

VIANNA, F. L. **Mulheres na cidade**: A invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano. São Paulo: Dissertação, Universidade de São Paulo, 2014

VIEIRA, Lara Pita. **Manual de táticas urbanas emergentes sob a perspectiva de gênero**. Trabalho Final de Graduação, Universidade de Brasília, 2016.



O papel da mulher na construção do cristianismo: atuação e reconhecimento

El papel da mujer em la contrucción del cristianismo: acción y reconocimiento

Graciele Aparecida Cassiano-gracielecassiano@hotmail.com
Graduanda em geografia licenciatura- Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
Orcid : <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

Resumo

Este texto tem o objetivo de abordar a participação feminina nos textos bíblicos e trazer um olhar feminino sobre a visão de Deus em relação a mulher, busca ainda fazer um panorama da participação feminina na construção do cristianismo e da consolidação do protestantismo no Brasil, e de que forma o movimento feminista contribuiu para que a mulher cristã buscasse ser reconhecida e ivesse uma participação efetiva na vida religiosa nos dias atuais. Como o número de mulheres que se declaram católicas ou evangélicas é maior que o de homens é justo que elas tenham um reconhecimento e comecem a serem reconhecidas como peças fundamentais para o exercício da religiosidade. Para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos e livros e também da bíblia sagrada buscando o entendimento do papel e participação feminina na construção do cristianismo. **Palavras-chave:** Mulher, Cristianismo, protestantismo.

Resumen

Este texto tiene como objetivo abordar la participación femenina en los textos bíblicos y traer una mirada femenina a la visión de Dios en relación con las mujeres, también busca hacer un panorama de la participación femenina en la construcción del cristianismo y la consolidación del protestantismo en Brasil, y de cómo el movimiento feminista contribuyó a que la mujer cristiana busque ser reconocida y tener una participación efectiva en la vida religiosa hoy. Como el número de mujeres que se declaran católicas o evangélicas es mayor que el de hombres, es justo que tengan reconocimiento y empiecen a ser reconocidas como piezas fundamentales para el ejercicio de la religiosidad. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica en artículos y libros y también en la santa biblia, buscando comprender el papel y la participación de la mujer en la construcción del cristianismo.

Palabras clave: Mujer, Cristianismo, protestantismo.



Introdução

A participação da mulher para a construção do cristianismo e da sociedade de forma geral tem sido suprimida quase que anulada pela história, dado o fato da posição a que foram submetidas ao longo da história não só do cristianismo, mas de toda a história. Ao longo do desenvolvimento da sociedade a partir do século XVIII, começam a surgir em lugares diversos os primeiros indícios de que as mulheres desejavam ter um lugar de participação na vida da sociedade, começam então ainda que forma isolada muitas vezes a reivindicar direitos que eram somente do sexo masculino, como o direito a propriedade como relatado por CAMPAGNOLO em seu livro *Feminismo: perversão e subversão*, p.35, 2019

O protofeminismo do século XVIII, o “século das luzes”, tinha como centralidade a contestação dos direitos civis, em especial os relativos à repartição da propriedade e às disparidades contratuais do casamento do sufrágio universal e da participação política feminina. No cerne dessas pautas, tremulava a bandeira da educação igualitária.

A aurora chama atenção para o momento em que as mulheres começam a se enxergar como pessoas de direitos como os homens já o eram e começam reivindicar seus direitos como o da propriedade e cita o caso de Lady Anne Clifford (1590-1676) que brigou contra o próprio tio na justiça por uma propriedade que fora de seu pai. Casos como esse foram abrindo caminhos para que mais mulheres buscassem ser reconhecidas perante a sociedade que girava em torno do universo masculino.

Desenvolvimento

A visão da mulher pela igreja cristã vem sendo questionada por muitas pessoas leigas, estudiosas e praticantes do cristianismo. A final a participação da mulher na eclesia das igrejas tem sido incentivada e permitida. O que diz a bíblia sobre esse assunto?

A participação da mulher na vida religiosa segundo a bíblia se inicia no momento da criação do homem e da mulher descrito em Gênesis 1:26, Gênesis 2:7; 18; 21; 22 e 23. Quando Deus cria a mulher, ele diz que faria para o homem uma ajudadora, por tanto a vontade de Deus é que a mulher tenha um papel participativo nas decisões e ações na vida religiosa. Trata-se de vida religiosa o



relacionamento entre Deus e a sua criação, pois no início de tudo não se tinha religião alguma.

Desde então a participação da mulher vem sendo narrada no texto bíblico tanto no velho quanto no novo testamento. Porém nos moldes do sistema em que a sociedade vive nos dias de hoje, a participação da mulher tanto na vida eclesiástica quanto na vida secular vem sendo questionada e por muitas vezes constatada que a mulher ocupa um lugar inferior em relação ao sexo masculino. A partir dessa percepção surgiram muitos movimentos para o reconhecimento e para que a participação da mulher nos diversos setores da sociedade se desse de forma justa dentre eles pode-se destacar o movimento feminista que busca uma igualdade entre homens e mulheres.

Durante a criação da humanidade em Gênesis 3:16 Deus aparece “amaldiçoando” a sua criação, e alguns estudos dão ênfase na maldição lançada sobre a mulher. Na verdade, no momento em que pecam a terra se torna maldita por causa do pecado e então passa a produzir ervas daninhas e espinhos e o homem que antes apenas cuidava dela, agora teria que trabalhar para que a terra produzisse o que antes produzia de forma natural, as dores de parto e a gestação penosa em que a mulher agora passaria também não seria dessa forma antes do pecado, pois o homem foi criado para dominar:

Gênesis 1:26 Então disse Deus: “Façamos o homem á nossa imagem, conforme nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais de toda a terra e sobre os pequenos animais que se movem rente ao chão”.

É importante salientar e esclarecer que foi ordenado ao homem que dominasse sobre os animais de todas as espécies, não foi dito ao homem para que dominasse outro homem ou mulher, logo o domínio que aqui se refere não era para ser exercido sobre outro ser da mesma espécie.

O que se entende de separação e desigualdade pelo sistema que rege a sociedade moderna de hoje, no meio cristão pode ser entendido como proteção. Em Gênesis 3:16 Deus diz que a mulher teria os filhos com sofrimento e que seu desejo seria para seu marido e que ele á dominaria, também diz que o homem sofreria para trabalhar. É necessário entender que nesse momento Deus estava



criando condições de proteger a mulher, pois as condições em que viveriam seriam diferentes depois do pecado porque estariam fora do Eden longe das providências de Deus, por isso naquele momento e condições era mais prudente que o homem enfrentasse os desafios de cultivar a terra. Além disso, tudo que Deus criou tinha uma função e fundamento, o corpo da mulher e de todas as fêmeas foi projetado para procriar e isso é uma característica fisiológica que mais tarde a ciência comprovaria sendo impossível o homem ocupar essa condição.

Partiremos do pressuposto de que cada fase da postura cristã sobre que papel a mulher deveria desempenhar precisa ser interpretada e avaliada criticamente dentro do universo conceitual em voga no momento. Um dos grandes erros é interpretar a partir da epistemologia de hoje”. (FLUCK, 2022. P. 52).

O papel da mulher vem mudando ao longo do tempo e em momento algum nos textos bíblicos deixou de ser apreciada a participação da mulher dentro do contexto em que viviam. Dentro desse contexto pode-se citar algumas mulheres e situações em que o papel da mulher foi fundamental para que a história tomasse o rumo que tomou, a saber Ester que convocou toda uma comunidade para orar e jejuar para livrar seu povo da morte, e se colocou na presença do rei sem ser requerida se colocando em perigo em uma época em que a mulher só se colocava perante o rei mesmo que este fosse seu marido se o mesmo a chamasse (Ester cap 4, 5, 6 e 7), ainda no velho testamento vemos Débora uma mulher a frente de seu tempo que exercia a função de profetiza e juíza condição esta ocupada apenas por homens naquela época em que Deus “falava” ao povo através de reis, profetas e juízes. O povo de Deus os israelitas estavam em guerra e precisavam se posicionar contra o inimigo no campo de batalha, porém o comandante do exército Baraque solicitou a presença de Débora e disse que só entraria na presença dos inimigos se ela fosse com ele, tamanha importância dessa mulher para aquela sociedade, o destino de todo um povo mais uma vez nas mãos de uma mulher (Juízes cap 4 e 5).

Ao longo do desenvolvimento da sociedade a mulher veio desempenhando o papel de esposa e mãe, sendo à ela reservadas as tarefas domésticas como o cuidado com o lar e a educação dos filhos, e muitos estudos apontam que a razão para o fato de as mulheres serem confinadas às suas tarefas



do lar seja o ideal patriarcal judaico cristão, porém em seu livro *Feminismo perversão e subversão* Ana Caroline Campagnolo no capítulo 1 discorre que a mulher tinha um lugar privilegiado e de proteção ao que se referia ao casamento e até mesmo na educação, visto que a mulher de classe mais alta dos anos 1700 era considerada pela feminista Mary Wollstonecraft mulheres mimadas pelos maridos as quais não buscavam por conhecimento e eram egocêntricas, na educação Campagnolo ressalta ainda que a mulher não passava pelo duro regime educacional como o dos espartanos e até mesmo dos judeus que contavam com castigos físicos e mentais para com os meninos enquanto a mulher poderia ser educada em casa ou simplesmente não ter compromissos acadêmicos.

Na bíblia sagrada pode se encontrar diversos textos que mostram os papéis que a mulher poderia desempenhar e de igual forma averiguar que a mulher daquela época e sociedade deveria estar sob a proteção e supervisão do homem, visto que os costumes para determinado tempo eram muito diferentes dos que vivemos hoje. Em muitos momentos do texto bíblico a mulher é destacada por seus feitos e qualidades como a mulher de Provérbios 31:10-29, a qual tem autoridade para negociar terras, plantar e administrar os bens e negócios da família. Existem textos bíblicos que hoje são usados para dizer que o evangelho reforça o machismo e subjulga as mulheres, um bom exemplo disso é o texto do livro de 1 CO 14.34-36 que diz que a mulher deveria permanecer calada durante os cultos, isso se dava porque muitas vezes havia discordância entre os cristãos se a mensagem era ou não vinda de Deus, e para que não houvesse dano ao evangelho, nesse momento apenas a mulher deveria permanecer em silêncio como aponta FLUCK (2022, 63).

Com o advento da reforma protestante na Europa a mulher começa a ter uma nova perspectiva, vendo a possibilidade de serem alfabetizadas, pois com a livre leitura da bíblia para todos os fiéis a mulher é incluída nesse bojo, passando a ter oportunidade de serem alfabetizadas. Com tudo a participação da mulher na reforma apesar de ter sido fundamental não aparece de fato, pois a sociedade daquela época embora buscasse por mudanças ainda se mantinha patriarcal. A participação feminina na vida religiosa tinha suas particularidades, a mulher não poderia praticar o pastoreio, mas isso não as impediu de buscar



por um lugar na vida eclesiástica, muitas se tornaram musicistas e educadoras, e se tornaram fundamentais na propagação do protestantismo tanto na Europa como também no Brasil pouco mais tarde. A respeito da educação CAMPAGNOLO relaciona ainda que de forma sutil o pensamento de Wollstonecraft com o pensamento feminista desse século que “busca” por educação igualitária para ambos sexos na pág 51.

Nos anos de 1895 e 1898 a americana Elizabeth Cady Stanton publica nos Estados Unidos um projeto de tradução e interpretação da Bíblia sagrada com o título *The Woman's Bible*, a Bíblia da mulher, sendo um marco para que o texto bíblico fosse lido a partir da visão da mulher, para os protestantes a Bíblia é a palavra de Deus e é a verdade, não carecendo ser reinterpretado como escrito no livro de 2 TM 3:16 em que Paulo diz que toda escritura é inspirada por Deus e em JO 4:16 em que Cristo afirma que Ele é a verdade e vida.

Atravessando as fronteiras de seu espaço de origem o cristianismo se torna uma religião universal como afirma ROSENDAHL em seu livro *Uma procissão na Geografia* na pág. 23, trazendo para o ocidente usos e costumes difundidos e praticados pelo povo judeu. Ao chegar ao Brasil com a Coroa Portuguesa o catolicismo era a vertente do cristianismo praticada no território recém ocupado, sendo que o protestantismo também começa a ser difundido no novo território como aponta MEDONÇA em seu livro “O celeste está por vir”, nesse mesmo livro é mencionado nomes masculinos de pastores e missionários que foram enviados ao Brasil para a obra missionária, mas não menciona se esses homens eram casados e nem os nomes de suas esposas, muito provavelmente esses homens eram casados e suas esposas realizaram algum tipo de trabalho para a implantação o protestantismo no Brasil e não foram citadas no seguinte livro.

Desde então as práticas religiosas cristãs tem sido difundidas e vivenciadas no Brasil. Com relação a participação das mulheres brasileiras no cenário religioso do país pode se afirmar que elas vêm buscando por espaço e reconhecimento deixando de ser coadjuvante para se tornarem protagonistas no que se refere à pregação do evangelho.



Tal movimento por busca de espaço pode ser relacionado com o que se denomina a segunda onda do movimento feminista, apesar de que no meio evangélico não se apoia a maioria das causas feministas, como o aborto, o movimento ainda que mantido fora das igrejas protestantes tradicionais, ou seja aquelas que foram criadas a partir da reforma protestantes e que ainda mantém sua doutrina firmada nos moldes bíblicos serviu para que muitas mulheres fizessem a leitura dos textos bíblicos e se encontrassem e se vissem como o Criador as vêem, para ilustrar a visão de Deus sobre a mulher pode-se citar Provérbios 31:10 em que o autor Salomão diz que uma mulher vale mais que joias. De igual forma o próprio Jesus tem em seu ministério a presença feminina e quebra alguns estigmas ao falar sozinho com uma mulher samaritana ele sendo judeu e a mulher sendo vista pela sociedade como uma pessoa rotulada pelo seu estilo de vida fazendo com que outras mulheres não quisessem serem vistas com ela, por isso a mesma buscava água na hora mais quente do dia pois era o momento em que não havia mais pessoas no poço.

Além de falar com ela, ela é a primeira pessoa tirando os doze discípulos para quem Jesus revela sua identidade divina e ainda pede para que ela conte aos outros, pode-se dizer que essa mulher foi a primeira evangelista da história do cristianismo. Então conclui-se que não era intenção de Deus que a mulher fosse discriminada e não tivesse seus direitos assegurados.

No Brasil a maior parte das pessoas que se declaram parte dos religiosos católico ou protestante é do sexo feminino como mostrado no censo de 2010, no gráfico 1 o total de mulheres católicas é de 62.099.856 (32,55%) enquanto que as mulheres evangélicas somam 23.492.609 (12,32%), o gráfico 2 traz o número de homens católicos que é de 61.180.316 (32,07%) e os evangélicos são 18.782.831(9,85%), em ambos os casos a quantidade de católicos é mais significativa que a de evangélicos.



Variável - População residente
Sexo - Mulheres

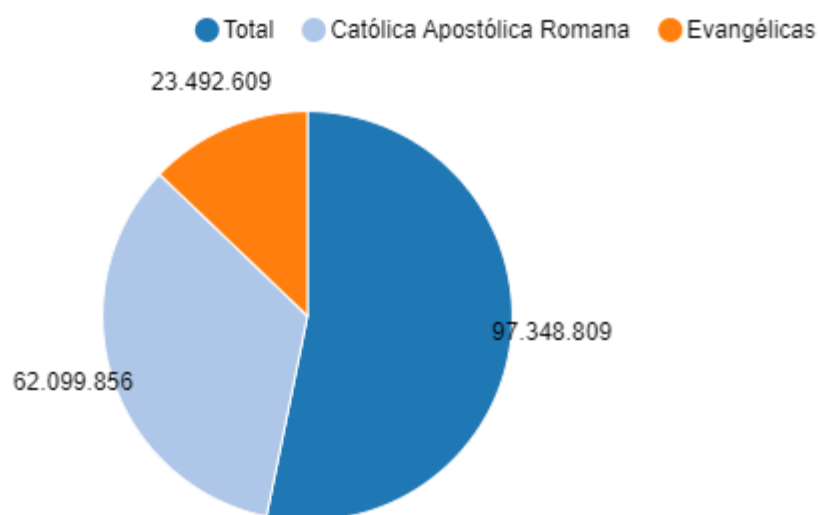


Gráfico 1 fonte IBGE

Variável - População residente
Sexo - Homens

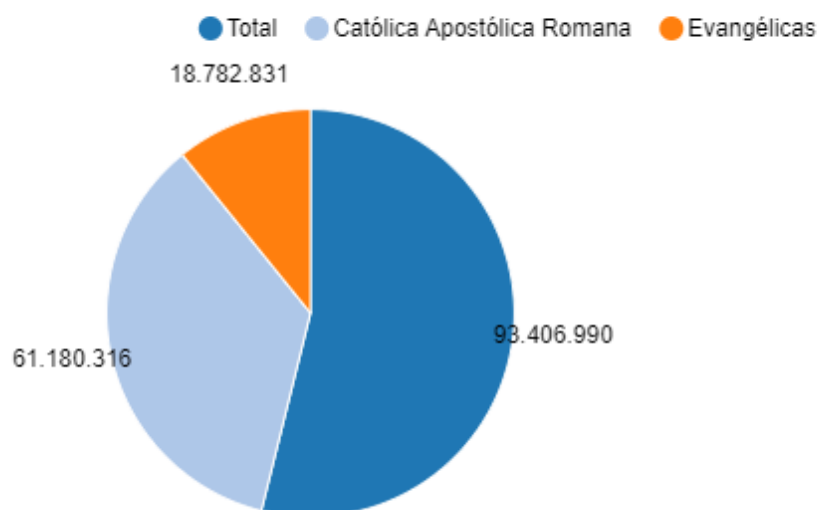


Gráfico 2 fonte IBGE.



O protestantismo teve um papel importante na vida das mulheres brasileiras no final do século XIX e início do século XX, principalmente na vida das mulheres de classe baixa, para as mulheres de classe alta que eram incentivadas a serem reclusas ao lar e isso era sinônimo de honradez o momento de sociabilidade nas reuniões religiosas lhes davam oportunidade de convivência com outras mulheres, já para as de classe baixa foi fundamental, pois as igrejas incentivavam a mulher a buscar por conhecimento e ler a bíblia, para isso precisavam ser alfabetizadas, seus filhos de igual forma se beneficiavam desse aparato protestantes, já que a educação pública daquela época era muito ruim, as igrejas tinham boas escolas para exclusivas para os irmãos e irmãs, como explica SILVA no seu estudo “As Mulheres protestantes: educação e sociabilidades”.

Ainda segundo SILVA um grupo de mulheres fizeram trabalhos importantes para a sociedade brasileira entre elas estão as mulheres 1) anglicanas que realizavam serviços de diacosisas, as vezes cumpriam tarefas que eram elogiadas, entre os anos de 1918-1920 a missionária Browne trabalhava com os marinheiros, 2) metodistas como Marta Watts que defendia a escolarização das mulheres para que ficassem livres de arranjos matrimoniais obrigatórios bem como defendia seus direitos civis, 3) congregacionais como a senhora Srah Karley que juntamente com seu esposo organizou escola dominicais para leitura da bíblia que além de alfabetizar as camadas mais pobres da sociedade brasileira servia como instrumento de pregação do evangelho e de conversão e finalmente as batistas representadas aqui pela senhora Anne Bagby, que além de ter cumprido brilhantemente seu papel de esposas e mãe criando seus oito filhos foi a responsável pela fundação do primeiro colégio Batista no Brasil, que era também uma estratégia de conversão dos brasileiros, seu marido reconhecia seu papel como missionária e ela própria reconhecia que o trabalho de seu marido como pastor era importante e que o seu como educadora de mulheres e crianças era tão importante quanto o dele.

No Brasil nos dias atuais as mulheres vem alcançando cada vez mais espaço em todos os setores da sociedade, o fenômeno se repete no meio religioso, embora não possam ter o título de pastoras e nem exercer tal cargo na maior parte das igrejas evangélicas brasileiras as mulheres vem exercendo o papel de pregadoras, evangelistas e cantoras e muitas delas tem ganhado destaque



nacional e internacional como é o caso da cantora gospel e pregadora Ana Paula Valadão da Igreja Batista da Lagoinha , que surgiu na mídia nos anos 2000 com o grupo gospel Diante do Trono e tem inspirado mulheres de todo o país a buscar por seu lugar na vida religiosa e nos eventos de suas igrejas, Aline Barros cantora gospel que já teve participação em programas de televisão como: Hebe Camargo na Rede Tv em 2011 e Programa Hora do Faro em 2019.

Por outro lado, as esposas de pastores vêm exercendo um papel de ajudadora na obra liderando grupo de mulheres nos quais abordam assuntos como sexualidade, casamento, criação de filhos, mercado de trabalho, finanças, ou seja, assuntos de suma importância na vida da mulher moderna. Muito se engana quem pense que a mulher protestante ainda ocupa um lugar de sujeição, em relação aos homens, a mulher cristã hoje entende que estar submissa é ter a mesma missão e não mais estar sujeita ou aquém do seu marido, e busca por reconhecimento e por conhecimento, estudam, trabalham e aproveitam de todas as conquistas que tiveram até o momento sem se esquecerem o que a bíblia diz a seu respeito.

Considerações finais

As mulheres ao longo dos anos vêm mostrando sua força resistindo aos moldes de uma sociedade considerada patriarcal, buscando por direitos e no meio cristão não tem sido diferente, elas hoje ocupam lugares de destaque, em muitos casos até mais que seus próprios maridos que muitas vezes não tem tanto destaque quanto elas. Perante a bíblia a mulher nada difere ao homem quanto sua capacidade e quanto ao amor de Deus que é para com toda sua criação, por isso a mulher tem todo o direito de se envolver nas obras de sua igreja e ser reconhecida por isso como era no início do cristianismo quando o próprio Jesus trazia no seu ministério mulheres que o acompanhavam e investiam para que Ele cumprisse seu chamado na Terra.

A igreja brasileira como um todo precisa reconhecer o esforço que as mulheres desempenham para que os trabalhos sejam executados e o evangelho seja propagado desde o início na sua chegada ao Brasil mulheres se destacaram alavancando o trabalho de seus maridos atraindo mais mulheres para dentro das



igrejas, alfabetizando e evangelizando mulheres e crianças possibilitando a inserção de fato dessas pessoas na sociedade e oferecendo a elas uma chance a qual não teriam fora da igreja.

Referências

Artigos em Revistas

FLUCK, M; Ronald, O papel da mulher na história: uma perspectiva cristã. **AD AETERNUM- REVISTA DE TEOLOGIA**, n.33, p.51-70, 2022.

SILVA, E, As mulheres protestantes: educação e sociabilidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Ano VII, n.21, p. 161-190 jan/abr 2015.

Capítulo de Livro

BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional

CAMPAGNOLO, A; CAROLINE, Conrestação moral-religiosa e educação in *Feminismo Perversão e Subversão*. CEDT, 02/2019.

ROSENDAHL, Z. Uma procissão na geografia (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 1-6.

MENDONÇA, A; GOUVEA. O celeste está por vir A incursão do protestantismo no Brasil. Ed. Paulinas, São Paulo, 1984.

Sites

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico>
Acesso em: 09/07/2022.



TRABALHOS SELECIONADOS PARA PUBLICAÇÃO NO BOLETIM ALFENENSE DE GEOGRAFIA



Foram selecionados os seguintes trabalhos para compor o dossiê no Boletim Alfenense de Geografia, v.2, n.2, 2022.

Para visualizar e baixar os artigos, acesse o site da revista:

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia>

<https://doi.org/10.29327/243949>

AS MULHERES E OS SABERES HERDADOS E PRODUZIDOS NA GASTRONOMIA DO MUNICÍPIO DE AGUDO – RS - Nalini Maiquiéli Castilhos Lampert; Eduardo Schiavone Cardoso

A PRESENÇA DAS MULHERES NA CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NA UFPE (1960-1990) - Milka Lopes Beserra; Marina Loureiro Medeiros; Rodrigo Dutra Gomes

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SUDOESTE BAIANO - Lucas Aguiar Tomaz Ferreira; Fernanda Viana de Alcantara

TERRITORIALIDADES DAS JUVENTUDES LGBTQIA+: UM ESTUDO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE MOSSORÓ (RN) - Erik Albino Sousa; Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida; Héllen Jamilly Benevides

AS MARGENS SÃO CENTROS: AS DIFERENTES EXPRESSÕES DE CENTRALIDADE DA SOCIABILIDADE GAY NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO - João Victor Sanches Patrício

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, TERRITORIALIDADES E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: CONFLITOS IDENTITÁRIOS NOS GERAIS DO SERTÃO MINEIRO - Cássio Alexandre da Silva; Uakyrê Pankararu Braz; Joyce Nayara Wanderley Correia; Karine Siqueira Camilo Silva

RESISTÊNCIA CULTURAL A IMPORTÂNCIA DAS BATALHAS DE RIMA COMO TERRITÓRIOS FUNDAMENTAIS DO HIP-HOP EM BELO HORIZONTE – MG - Glaycon de Souza Andrade e Silva

A POTÊNCIA EDUCATIVA DAS IMAGENS DOS CORPOS NEGROS NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA - Taís de Medeiros Silva; Ivaine Maria Tonini